



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE LETRAS - IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO - LET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO -
POSTRAD

**TRADUTORES NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL: perfis profissionais e política
linguística institucional em 2014-2015**

GISELE NOCE

Brasília/DF
Junho/2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO - LET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO - POSTRAD

**TRADUTORES NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL: perfis profissionais e política
linguística institucional em 2014-2015**

Gisele Noce

Orientadora: Prof^a Dr^a Sabine Gorovitz

Brasília/DF
Junho/2017

NOCE, Gisele. **Tradutores na Presidência da República Federativa do Brasil: perfis profissionais e política linguística institucional em 2014-2015**. Brasília: Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, 2017. 227 p. Dissertação de mestrado em Estudos da Tradução.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi entregue pela autora à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. A autora reserva para si os outros direitos autorais de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

NN756t Noce, Gisele
Tradutores na Presidência da República Federativa do Brasil: perfis profissionais e política linguística institucional em 2014-2015 / Gisele Noce; orientadora Sabine Gorovitz. – Brasília, 2017.
227 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Estudos de Tradução) –
Universidade de Brasília, 2017.

1. Perfil do tradutor. 2. Política linguística institucional. 3. Política tradutória. 4. Tradutor e intérprete na Presidência da República. 5. Tradutor institucional. I. Gorovitz, Sabine, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE LETRAS – IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO – LET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO – POSTRAD

**TRADUTORES NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL: perfis profissionais e política
linguística institucional em 2014-2015**

GISELE NOCE

Dissertação submetida à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos da Tradução.

APROVADA POR:

Profª Drª Sabine Gorovitz (POSTRAD/UnB - Orientadora)

Prof. Dr. Roberto Carlos de Assis (POSTRAD/UnB - Examinador interno)

Prof. Dr. José Luiz Vila Real Gonçalves (DELET/ICHS/UFOP - Examinador externo)

Profª Drª Cristiane Roscoe Bessa (POSTRAD /UnB - Suplente)

Brasília/DF, 30 de junho de 2017.

AGRADECIMENTOS

Sou grata à minha família, pelo amor que me trouxe até aqui.

Ao Prof. Dr. Mark David Ridd, pela estimulante acolhida.

À Prof^ª Dr^ª Sabine Gorovitz, pelo resgate e pela paciente e carinhosa orientação.

Ao Prof. Dr. José Luiz Vila Real Gonçalves e ao Prof. Dr. Roberto Carlos de Assis, pela valiosa participação na banca examinadora.

Aos servidores da Presidência da República Federativa do Brasil, pela autorização para realizar a pesquisa de campo e entusiasmada atenção prestada.

Aos respondentes do questionário de pesquisa, pela fundamental participação.

A Carlos Alberto Gastão Xavier Junior, Clara María Echevarría, Enrique Boero Baby, Gisela Maria Figueiredo Padovan, João Carlos de Nóbrega Pecego e assessoria, Miguel Filho de Oliveira, Roberto Baraldi e Walter Calos Kerr, pela preciosa contribuição.

Aos meus chefes e colegas de trabalho na Presidência da República, pelo incentivo e pela benevolência.

Aos professores, colegas e servidores do Prograd, pela cooperação permanente.

Em especial, a Carla Maria Forlin, Deliane Leite, Kalila Carla Gomes da Silva, Guilherme Antonio Soares Queiroz, Márcia Ney Pessoa e Thaís Werner de Lima pela generosa solidariedade.

RESUMO

Esta pesquisa científica quantitativa e descritiva tenciona obter informações sobre a situação laboral de tradutores e intérpretes que trabalharam na Presidência da República Federativa do Brasil em 2014 e 2015. O instrumento metodológico empregado para coleta de dados é um questionário aplicado a 37 servidores que atuavam regularmente como tradutores e/ou intérpretes naquela instituição, no período pesquisado. O referencial teórico, no qual a pesquisa está embasada, trata de temas relativos a políticas linguísticas e perfil do tradutor institucional e inclui, principalmente, os ensinamentos de Aubert (1994), Azenha Junior (1999), Britto (2008), Chakhachiro (2005), Chesterman (2009), Frota (2000), Gentzler (2009), Gonçalves (2005), Guidère (2008), Kornakov (2000), Martins (2006), Nord (1997), Oliveira (2013), Pagano (2010), Porcher (1996), Robinson (2003), Severo (2016), Spolsky (2016), Venuti (1998) e Wyler (2003). A análise dos dados demonstra a inexistência de um perfil profissional único, bem como a ausência de uma política linguística institucional abrangente, direcionada ao tradutor e à tradução. A pesquisa almeja contribuir para a reflexão sobre as condições de trabalho dos profissionais da tradução e a necessidade de implementação de uma verdadeira política tradutória que se manifeste, entre outros, na valorização da categoria profissional nas instituições do serviço público federal.

Palavras-chave: Perfil do tradutor. Política linguística institucional. Política tradutória. Tradutor e intérprete na Presidência da República. Tradutor institucional.

ABSTRACT

This quantitative, descriptive, scientific research intends to obtain information about the labor situation of translators and interpreters who worked in the Presidency of the Federative Republic of Brazil from 2014 to 2015. The research instrument for data collection is a questionnaire, applied to 37 translators and/or interpreters who worked regularly at that institution during the period above. The theoretical framework, in which the research is based, deals with themes related to linguistic policies and the profile of the institutional translator. Includes mainly the teachings of Aubert (1994), Azenha Junior (1999), Britto (2008), Chakhachiro (2005), Chesterman (2009), Frota (2000), Gentzler (2009), Gonçalves (2005), Guidère (2008), Kornakov (2000), Martins (2006), Nord (1997), Oliveira (2013), Pagano (2010), Porcher (1996), Robinson (2003), Severo (2016), Spolsky (2016), Venuti (1998) and Wyler (2003). The data analysis shows the lack of a single profile for translation professionals, as well as the lack of a comprehensive institutional linguistic policy towards the translator and the translation. The research objective is to contribute to the reflection on the working conditions of translation professionals and the need to implement a true translation policy that reflects, among others, the appreciation of this professional category by the national institutions.

Keywords: Translator profile. Institutional linguistic policy. Translation policy. Translator and interpreter in the Presidency of the Republic. Institutional translator.

RESUMEN

Esta investigación científica cuantitativa y descriptiva pretende obtener informaciones sobre la situación laboral de traductores e intérpretes que trabajaron en la Presidencia de la República Federativa del Brasil en 2014 y 2015. El instrumento metodológico empleado para la recolección de datos es un cuestionario aplicado a 37 servidores que actuaban regularmente como traductores y/o intérpretes en esa institución, en el período investigado. El referencial teórico, en el cual la investigación está basada, trata de temas relativos a políticas lingüísticas y al perfil del traductor institucional e incluye, principalmente, las enseñanzas de Aubert (1994), Azenha Junior (1999), Britto (2008), Chakhachiro (2005), Chesterman (2009), Frota (2000), Gentzler (2009), Gonçalves (2005), Guidère (2008), Kornakov (2000), Martins (2006), Nord (1997), Oliveira (2013), Pagano (2010), Porcher (1996), Robinson (2003), Severo (2016), Spolsky (2016), Venuti (1998) y Wyler (2003). El análisis de los datos demuestra la inexistencia de un perfil profesional único, así como la ausencia de una política lingüística institucional integral, dirigida al traductor y a la traducción. La investigación aspira a contribuir a la reflexión sobre las condiciones de trabajo de los profesionales de la traducción y la necesidad de implantarse una verdadera política de traducción que se manifieste, entre otros, en el reconocimiento de la categoría profesional en las instituciones del servicio público federal.

Palabras clave: Perfil del traductor. Política lingüística institucional. Política de traducción. Traductor e intérprete en la Presidencia de la República. Traductor institucional.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1 - Distribuição dos respondentes segundo o gênero	55
Gráfico 3.2 - Distribuição dos respondentes segundo a característica de receberem ou não documentos, cartas, e-mails, convites, currículos, solicitações de audiência, telefonemas em outros idiomas e/ou visitantes estrangeiros que não falam português	56
Gráfico 3.3 - Distribuição dos respondentes conforme o tipo de demanda recebida	58
Gráfico 3.4 - Distribuição dos respondentes segundo a necessidade de ler textos/sítios internet em idiomas estrangeiros para melhor realizarem suas atividades	60
Gráfico 3.5 - Distribuição dos respondentes segundo a necessidade de ouvir rádio/assistir televisão em idiomas estrangeiros	62
Gráfico 3.6 - Distribuição dos respondentes segundo o aspecto de produzirem ou não documentos/cartas/e-mails/convites/currículos de servidores/solicitações de audiência/telefonemas em outros idiomas	63
Gráfico 3.7 - Distribuição dos respondentes por tipo de documento produzido	65
Gráfico 3.8 - Distribuição dos respondentes segundo o idioma estrangeiro dos textos/telefonemas recebidos	68
Gráfico 3.9 - Distribuição dos respondentes segundo o idioma estrangeiro dos textos/telefonemas produzidos	69
Gráfico 3.10 - Distribuição dos respondentes segundo quem traduz os documentos recebidos	71
Gráfico 3.11 - Distribuição dos respondentes segundo o critério de seleção adotado para o servidor trabalhar no setor	74
Gráfico 3.12 - Distribuição dos respondentes (tradutores) segundo a formação específica na área de línguas estrangeiras	76
Gráfico 3.13 - Distribuição dos respondentes (tradutores) segundo a quantidade de cursos de graduação que possuem em área diferente da Tradução	78
Gráfico 3.13a - Distribuição dos respondentes (tradutores) segundo o tipo de curso de graduação que possuem em área diferente de Tradução	79
Gráfico 3.14 - Distribuição dos respondentes (tradutores) segundo a quantidade de cursos de pós-graduação que possuem em área diferente da Tradução	81
Gráfico 3.15-3.16 - Quantidade de respondentes associados a alguma entidade representativa da categoria profissional	83
Gráfico 3.17 - Quantidade de respondentes que são Tradutores Públicos e Intérpretes Comerciais	84
Gráfico 3.18 - Distribuição dos respondentes segundo quem interpreta os telefonemas recebidos	85
Gráfico 3.19 - Distribuição dos respondentes segundo quem interpreta os visitantes estrangeiros	87
Gráfico 3.20 - Distribuição dos respondentes (intérpretes) segundo o tipo de formação específica na área de línguas estrangeiras	90
Gráfico 3.21 - Distribuição dos respondentes (intérpretes) segundo a quantidade de cursos de graduação que possuem em área diferente da Tradução	91
Gráfico 3.21a - Distribuição dos respondentes (intérpretes) segundo o tipo de curso de graduação que possuem em área diferente da Tradução	92
Gráfico 3.22 - Distribuição dos respondentes (intérpretes) segundo a quantidade de cursos de pós-graduação que possuem em área diferente da Tradução	94
Gráfico 3.23-3.25 - Quantidade de respondentes (intérpretes) segundo o critério de trabalharem sozinhos ou não	96

Gráfico 3.24 - Período em que os intérpretes trabalham sozinhos sem interrupção	98
Gráfico 3.31 - Distribuição dos respondentes segundo a quantidade mensal de páginas/laudas de texto recebidas em idioma estrangeiro.....	102
Gráfico 3.32 - Distribuição dos respondentes segundo a quantidade mensal de telefonemas recebidos em idioma estrangeiro	104
Gráfico 3.33 - Distribuição dos respondentes segundo a quantidade mensal de visitantes estrangeiros recebidos.....	106
Gráfico 3.34 - Distribuição dos respondentes segundo o idioma da maioria dos textos recebidos	108
Gráfico 3.35 - Distribuição dos respondentes segundo o idioma da maioria dos telefonemas recebidos	110
Gráfico 3.36 - Distribuição dos respondentes segundo o idioma da maioria dos visitantes estrangeiros recebidos.....	112
Gráfico 3.37 - Distribuição dos respondentes segundo o prazo de entrega da tradução	115
Gráfico 3.38 - Distribuição dos respondentes segundo a instância que define o prazo de entrega da tradução.....	116
Gráfico 3.43-3.50 - Distribuição dos respondentes segundo as orientações transmitidas ao tradutor (<i>translation brief</i>).....	122
Gráfico 3.51-3.52-3.53 - Distribuição dos respondentes segundo quem avalia as traduções	124
Gráfico 3.54 - Distribuição dos respondentes segundo os critérios de avaliação das traduções	126
Gráfico 3.55 - Distribuição dos respondentes segundo a existência ou não de controle da tradução	128
Gráfico 3.56 - Distribuição dos respondentes segundo quem faz o controle de qualidade da tradução	128
Gráfico 3.57 - Distribuição dos respondentes segundo o responsável pelo controle de qualidade no caso de a tradução ser realizada pela agência de tradução	130
Gráfico 3.58 - Distribuição dos respondentes segundo as ferramentas de tradução empregadas	132
Gráfico 3.59 - Distribuição dos respondentes segundo o tipo de dicionário utilizado	134
Gráfico 3.60-3.61 - Distribuição dos respondentes segundo o treinamento e a autonomia para manipular o programa de memória de tradução	135
Gráfico 3.62 - Distribuição dos respondentes segundo a prática de efetuar ou não a revisão antes da entrega	137
Gráfico 3.63 - Distribuição dos respondentes segundo quem revisa a tradução	138
Gráfico 3.64 - Distribuição dos respondentes segundo o tipo de revisão praticado.....	141
Gráfico 3.65 - Distribuição dos respondentes segundo o critério de revisar de uma só vez ou em etapas	143
Gráfico 3.67 - Distribuição dos respondentes segundo os tipos de ferramentas/estratégias para realizar a revisão	145
Gráfico 3.69-3.70-3.71 - Distribuição dos respondentes segundo a interação que mantêm com outros tradutores/intérpretes	148
Gráfico 3.72-3.73 - Distribuição dos respondentes segundo a opinião quanto à uniformidade e à padronização terminológica na PR	149
Gráfico 3.74 - Distribuição do tempo de serviço (meses) dos respondentes na PR (data limite para a contagem: 31/03/2015)	150
Gráfico 3.75 - Distribuição do tempo de serviço (meses) dos respondentes nos setores com documentos/visitantes estrangeiros (data limite para a contagem: 31/03/2015)	153

Gráfico 3.76 - Distribuição do tempo de serviço (meses) dos respondentes na PR (período para a contagem: exoneração/dispensa a partir de 1º/04/2015 até 30/04/2017)...	155
Gráfico 3.77 - Distribuição do tempo de serviço (meses) dos respondentes nos setores com documentos/visitantes estrangeiros (período para a contagem: exoneração/dispensa a partir de 1º/04/2015 até 30/04/2017)	158

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 - Distribuição dos respondentes segundo o gênero.....	55
Tabela 3.2 - Distribuição dos setores/respondentes segundo a característica de receberem ou não documentos, cartas, e-mails, convites, currículos, solicitações de audiência, telefonemas em outros idiomas e/ou visitantes estrangeiros que não falam português.....	56
Tabela 3.3 - Distribuição dos setores/respondentes conforme o tipo de demanda recebida ...	57
Tabela 3.4 - Distribuição dos setores/respondentes segundo a necessidade de ler textos/sítios internet em idiomas estrangeiros para melhor realizarem suas atividades	60
Tabela 3.5 - Distribuição dos setores/respondentes segundo a necessidade de ouvir rádio/assistir televisão em idiomas estrangeiros para melhor realizarem suas atividades	61
Tabela 3.6 - Distribuição dos setores/respondentes segundo o aspecto de produzirem ou não documentos/cartas/e-mails/convites/currículos de servidores/solicitações de audiência/telefonemas em outros idiomas	63
Tabela 3.7 - Distribuição dos setores/respondentes por tipo de documento produzido	65
Tabela 3.8 - Distribuição dos setores/respondentes segundo o idioma estrangeiro dos textos/telefonemas recebidos	67
Tabela 3.9 - Distribuição dos setores/respondentes segundo o idioma estrangeiro dos textos/telefonemas produzidos.....	69
Tabela 3.10 - Distribuição dos setores/respondentes segundo quem traduz os documentos recebidos	71
Tabela 3.11 - Distribuição dos setores/respondentes segundo o critério de seleção adotado para o servidor trabalhar no setor	73
Tabela 3.12 - Distribuição dos respondentes (tradutores) a formação específica na área de línguas estrangeiras	76
Tabela 3.13 - Distribuição dos respondentes (tradutores) segundo a quantidade de cursos de graduação que possuem em área diferente da Tradução.....	78
Tabela 3.13a - Distribuição dos respondentes (tradutores) segundo o tipo de curso de graduação que possuem em área diferente da Tradução	78
Tabela 3.14 - Distribuição dos respondentes (tradutores) segundo a quantidade de cursos de pós-graduação que possuem em área diferente da Tradução.....	81
Tabela 3.14a - Distribuição dos respondentes (tradutores) segundo o tipo de curso de pós-graduação que possuem em área diferente da Tradução.....	81
Tabela 3.15-3.16 - Quantidade de respondentes associados a alguma entidade representativa da categoria profissional	83
Tabela 3.17 - Quantidade de respondentes que são Tradutores Públicos e Intérpretes Comerciais	84
Tabela 3.18 - Distribuição dos setores/respondentes segundo quem interpreta os telefonemas recebidos	85
Tabela 3.19 - Distribuição dos setores/respondentes segundo quem interpreta os visitantes estrangeiros	87
Tabela 3.20 - Distribuição dos respondentes (intérpretes) segundo o tipo de formação específica na área de línguas estrangeiras.....	89
Tabela 3.21 - Distribuição dos respondentes (intérpretes) segundo a quantidade de cursos de graduação que possuem em área diferente da Tradução.....	91
Tabela 3.21a - Distribuição dos respondentes (intérpretes) segundo o tipo de curso de graduação que possuem em área diferente da Tradução.....	92

Tabela 3.22 - Distribuição dos respondentes (intérpretes) segundo a quantidade de cursos de pós-graduação que possuem em área diferente da Tradução.....	93
Tabela 3.22a - Distribuição dos respondentes (intérpretes) segundo o tipo de curso de pós-graduação que possuem em área diferente da Tradução.....	94
Tabela 3.23-3.25 - Quantidade de respondentes (intérpretes) segundo o critério de trabalharem sozinhos ou não.....	95
Tabela 3.24 - Período em que os intérpretes trabalham sozinhos sem interrupção.....	97
Tabela 3.26-3.30 - Distribuição dos respondentes segundo a modalidade de interpretação praticada e a frequência de uso.....	99
Tabela 3.31 - Distribuição dos setores/respondentes segundo a quantidade mensal de páginas/laudas de texto recebidas em idioma estrangeiro.....	101
Tabela 3.32 - Distribuição dos setores/respondentes segundo a quantidade mensal de telefonemas recebidos em idioma estrangeiro.....	104
Tabela 3.33 - Distribuição dos setores/respondentes segundo a quantidade mensal de visitantes estrangeiros recebidos.....	106
Tabela 3.34 - Distribuição dos setores/respondentes segundo o idioma da maioria dos textos recebidos.....	107
Tabela 3.35 - Distribuição dos setores/respondentes segundo o idioma da maioria dos telefonemas recebidos.....	110
Tabela 3.36 - Distribuição dos setores/respondentes segundo o idioma da maioria dos visitantes estrangeiros recebidos.....	112
Tabela 3.37 - Distribuição dos respondentes segundo o prazo de entrega da tradução.....	114
Tabela 3.38 - Distribuição dos respondentes segundo a instância que define o prazo de entrega da tradução.....	116
Tabela 3.39-3.40 - Distribuição dos respondentes segundo a carga horária de trabalho definida e quem a define.....	118
Tabela 3.41-3.42 - Distribuição dos respondentes segundo as metas a cumprir e quem as define.....	119
Tabela 3.43-3.50 - Distribuição dos respondentes segundo as orientações transmitidas ao tradutor (<i>translation brief</i>).....	121
Tabela 3.51-3.52-3.53 - Distribuição dos respondentes segundo quem avalia as traduções.....	124
Tabela 3.54 - Distribuição dos respondentes segundo os critérios de avaliação das traduções.....	125
Tabela 3.55 - Distribuição dos respondentes segundo a existência ou não de controle de qualidade da tradução.....	127
Tabela 3.56 - Distribuição dos respondentes segundo quem faz o controle de qualidade da tradução.....	128
Tabela 3.57 - Distribuição dos setores/respondentes segundo o responsável pelo controle de qualidade no caso de a tradução ser realizada pela agência de tradução.....	130
Tabela 3.58 - Distribuição dos respondentes segundo as ferramentas de tradução empregadas.....	132
Tabela 3.59 - Distribuição dos respondentes segundo o tipo de dicionário utilizado.....	134
Tabela 3.60-3.61 - Distribuição dos respondentes segundo o treinamento e a autonomia para manipular programa de memória de tradução.....	135
Tabela 3.62 - Distribuição dos respondentes segundo a prática de efetuar ou não revisão antes da entrega.....	137
Tabela 3.63 - Distribuição dos setores/respondentes segundo quem revisa a tradução.....	138
Tabela 3.64 - Distribuição dos respondentes segundo o tipo de revisão praticado.....	141
Tabela 3.64a - Distribuição dos respondentes segundo a quantidade de tipos de revisão....	142

Tabela 3.65 - Distribuição dos respondentes segundo o critério de revisar de uma só vez ou em etapas.....	143
Tabela 3.66 - Distribuição dos respondentes segundo a quantidade de etapas de revisão	144
Tabela 3.67 - Distribuição dos respondentes segundo os tipos de ferramentas/estratégias para realizar a revisão	145
Tabela 3.67a - Distribuição dos respondentes segundo a quantidade de ferramentas/estratégias para realizar a revisão	145
Tabela 3.69-3.70-3.71 - Distribuição dos respondentes segundo a interação que mantêm com outros tradutores/intérpretes.....	147
Tabela 3.72-3.73 - Distribuição dos respondentes segundo a opinião quanto à uniformidade e à padronização terminológica na PR.....	149
Tabela 3.74 - Distribuição do tempo de serviço (meses) dos respondentes na PR (data limite para a contagem: 31/03/2015).....	151
Tabela 3.74a - Distribuição dos respondentes segundo o tempo de serviço (anos e meses) na PR (data limite para a contagem: 31/03/2015)	151
Tabela 3.75 - Distribuição do tempo de serviço (meses) dos respondentes nos setores com documentos/visitantes estrangeiros (data limite para a contagem: 31/03/2015)	153
Tabela 3.75a - Distribuição do tempo de serviço (anos e meses) dos respondentes nos setores com documentos/visitantes estrangeiros (data limite para a contagem: 31/03/2015).....	153
Tabela 3.76 - Distribuição do tempo de serviço (meses) dos respondentes na PR (período para a contagem: exoneração/dispensa a partir de 1º/04/2015 até 30/04/2017).....	156
Tabela 3.76a - Distribuição do tempo de serviço (anos e meses) dos respondentes na PR (período para a contagem: exoneração/dispensa a partir de	156
Tabela 3.77 - Distribuição do tempo de serviço (meses) dos respondentes nos setores com documentos/visitantes estrangeiros (período para a contagem: exoneração/dispensa a partir de 1º/04/2015 até 30/04/2017)	158
Tabela 3.77a - Distribuição do tempo de serviço (anos e meses) dos respondentes nos setores com documentos/visitantes estrangeiros (período para a contagem: exoneração/dispensa a partir de 1º/04/2015 até 30/04/2017)	158
Tabela 3.78 - Cruzamento: quantidade de respondentes segundo o cargo e o gênero	160
Tabela 3.79 - Cruzamento: quantidade de respondentes segundo o setor onde trabalham e os idiomas dos textos/telefonemas recebidos no setor	162
Tabela 3.80 - Quantidade de tradutores revisores segundo o gênero	163
Tabela 3.81 - Gênero e quantidade de respondentes segundo o tipo de revisão, a quantidade de etapas e as ferramentas/estratégias empregadas na revisão por tradutores revisores	164

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	1
1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	6
1.1	O TRADUTOR NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	7
1.2	DE QUE NÃO TRATA ESTA PESQUISA.....	9
1.3	A ESTRUTURA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	10
1.4	CRITÉRIOS DE NOMEAÇÃO, DESIGNAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES.....	12
1.5	COMENTÁRIOS SOBRE OS SERVIÇOS DE TRADUÇÃO DAS PRESIDÊNCIAS DA ARGENTINA E DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	16
1.5.1	<i>O serviço de tradução da Presidência da República Argentina</i>	17
1.5.2	<i>O serviço de tradução da Presidência dos Estados Unidos da América</i>	20
2	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	23
2.1	O QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	24
2.1.1	<i>O recorte temporal</i>	26
2.1.2	<i>O recorte espacial</i>	27
2.1.3	<i>Aplicação dos questionários: a busca por tradutores/intérpretes</i>	29
2.1.4	<i>A entrega e o resgate dos questionários</i>	33
2.1.5	<i>Definição dos termos empregados no questionário</i>	34
2.2	POLÍTICA LINGUÍSTICA: DELIMITAÇÃO CONCEITUAL	37
2.2.1	<i>Autoria institucional</i>	43
2.2.2	<i>Política linguística institucional</i>	44
2.3	PERFIL DO TRADUTOR INSTITUCIONAL.....	47
2.3.1	<i>Competência do tradutor</i>	48
2.3.2	<i>Tradutor público e intérprete comercial, legislação e entidades representativas da categoria profissional</i>	51
3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	54
3.1	BLOCO A - QUANTO AO GÊNERO.....	54
3.2	BLOCO B - QUANTO AO TIPO DE DOCUMENTO	56
3.3	BLOCO C - QUANTO AO IDIOMA ESTRANGEIRO	67
3.4	BLOCO D - QUANTO AO TRADUTOR	70

3.5	BLOCO E - QUANTO ÀS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA CATEGORIA PROFISSIONAL	82
3.6	BLOCO F - QUANTO AO INTÉRPRETE.....	84
3.7	BLOCO G - QUANTO AO VOLUME DE TRABALHO.....	101
3.8	BLOCO H - QUANTO AO PRAZO DE ENTREGA DA TRADUÇÃO.....	114
3.9	BLOCO I - QUANTO À CARGA HORÁRIA DO TRADUTOR.....	117
3.10	BLOCO J - QUANTO ÀS ORIENTAÇÕES AO TRADUTOR [<i>TRANSLATION BRIEF</i>].....	120
3.11	BLOCO K - QUANTO À AVALIAÇÃO E AO CONTROLE DE QUALIDADE DA TRADUÇÃO	124
3.12	BLOCO L - QUANTO ÀS FERRAMENTAS DE TRADUÇÃO	131
3.13	BLOCO M - QUANTO À REVISÃO DA TRADUÇÃO.....	136
3.14	BLOCO N - QUANTO À INTERAÇÃO ENTRE TRADUTORES/INTÉRPRETES	147
3.15	BLOCO O - QUANTO À UNIFORMIDADE TERMINOLÓGICA.....	148
3.16	BLOCO P - QUANTO AO TEMPO DE SERVIÇO DO TRADUTOR NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	150
3.17	CRUZAMENTOS DE DADOS	160
3.17.1	<i>Cargos/gratificações dos respondentes e gênero</i>	160
3.17.2	<i>Setores dos respondentes e idiomas dos textos/telefonemas recebidos</i>	161
3.17.3	<i>Tradutor revisor e gênero</i>	163
3.17.4	<i>Tradutor revisor, gênero e características da revisão</i>	163
3.18	AMPLIANDO O HORIZONTE.....	166
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
	REFERÊNCIAS	173
	LISTA DE APÊNDICES	184
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	185
	APÊNDICE B - ENTREVISTA Nº 1 COM TRADUTORA EM BUENOS AIRES	195
	APÊNDICE C - ENTREVISTA Nº 2 COM INTÉRPRETE EM BUENOS AIRES .	197
	LISTA DE ANEXOS	198
	ANEXO A - EXEMPLO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRADUÇÃO/VERSÃO/INTERPRETAÇÃO - Nº 98/2014	199
	ANEXO B - RELATÓRIO DE GESTÃO DA DTRAD 2015	210

INTRODUÇÃO

A ideia de fazer uma pesquisa sobre o tradutor, e não sobre tradução, surgiu em 2003, quando fui convidada a trabalhar na Presidência da República Federativa do Brasil como tradutora e intérprete. Por ser graduada em Direito e pós-graduada em Ensino de Língua Estrangeira/Francês Jurídico e em Tradução de Espanhol, pareceu-me interessante pesquisar sobre a situação dos tradutores e intérpretes que trabalham na Presidência da República e sobre as políticas linguísticas nas instituições do governo federal.

Na cidade de Brasília, capital federal, estão as instâncias federais dos poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como as sedes das embaixadas dos países com os quais o Brasil tem relações diplomáticas. Isso promove inevitável contato com instituições estrangeiras, por meio de textos escritos em outros idiomas e de visitantes que não falam português.

O fato de eu haver trabalhado como tradutora por mais de doze anos na Presidência da República, doravante chamada PR, me fez refletir sobre a realidade laboral e sobre a valorização do profissional da tradução dentro dessa instituição federal. Ao longo do tempo, notei que os servidores que atuavam como tradutores e/ou intérpretes na PR não tinham formação específica em Tradução, ou em Letras, mas eram formados em outros cursos como Direito, Ciências Sociais ou Relações Internacionais.

É possível que haja a crença de que o profissional da tradução no serviço público federal tenha formação acadêmica específica nessa área, também pelo fato de a Universidade de Brasília ter curso de Tradução em nível de graduação e de mestrado, o que facilitaria a formação de pessoas para que atuem no mercado de trabalho existente no Distrito Federal. No entanto, a realidade mostrou-se diferente da crença.

Percebi, então, que não se dá a devida importância aos profissionais da tradução. A fim de poder trazer à luz esse tema, formulei as seguintes perguntas de pesquisa:

- Qual é o perfil do tradutor na Presidência da República?;
- Existem políticas linguísticas, em especial em matéria de tradução, no órgão, e quais são?

A busca por resposta a essas perguntas foi norteadas pelas seguintes hipóteses:

- ao ser admitido para atuar como tradutor na PR, o servidor não tem um perfil profissional específico;
- não se percebe a existência de uma política linguística institucional voltada para o tradutor e a tradução.

Dado que na PR nunca fora realizada uma pesquisa sobre o servidor que ali atua como tradutor e intérprete, não havia dados nos quais eu pudesse basear-me para estabelecer tais hipóteses. Assim, decidi-me por refletir sobre a minha própria experiência laboral na instituição para encontrar alguns dados concretos para análise, pois a experiência vivida sempre é singular e humaniza as estatísticas.

Devido às características desta pesquisa, em termos de dimensão e de sincronicidade, limito-me a descrever tão somente as atividades por mim realizadas de outubro de 2014 a março de 2015, período em que os dados foram coletados.

Em setembro de 2014, conversei com professores do Programa de Pós-graduação em Tradução da UnB a respeito do meu interesse em fazer o curso de Mestrado naquela instituição. Apresentei a ideia de pesquisar o perfil do tradutor que trabalha na Presidência da República e fui muito bem recebida pelos professores e demais servidores da instituição.

Trabalhei na PR como tradutora em diversos setores e a cada transferência de um departamento a outro, meus colegas servidores me faziam perguntas como “Você fala quantas línguas?”, “Você é formada em Tradução?”, “Você morou quanto tempo fora do Brasil?”, “Você é brasileira?”, “Para que você tem tantos dicionários na sua mesa? Você não é tradutora?”, “Por que você não olha para o teclado quando digita? Todos os tradutores fazem isso?”, “Como você conseguiu aprender outras línguas?”, “Você também fala outras línguas ou só escreve?”, “Como pode uma pessoa tão miúda falar tantas línguas assim?”, “Quanto tempo você levou para aprender todas essas línguas?”, “Você estudou línguas na faculdade?”, “Você é formada em Letras?”, “Você não é daqui de Brasília, é?”, “Você não tem medo de errar, não?”, “Você não confunde as línguas quando está traduzindo?”, “Você está digitando muito rápido, está fazendo barulho, poderia parar de digitar e traduzir em silêncio, por favor?”, “Como se diz unha encravada em inglês?”, entre outras.

A surpresa deles me fascinou, pois eu não imaginava ser uma raridade o fato de um servidor da PR falar outras línguas além do português e do inglês. Isso justifica a minha motivação para procurar compreender o que se passava na vida de um servidor que exercia a profissão de tradutor na PR. Eu sabia que não seria tarefa fácil buscar informações pertinentes em uma instituição tão grande, mas, mesmo assim, mantive o bom ânimo.

Durante o período da realização do trabalho de campo, eu trabalhava na Diretoria de Gestão Interna do Gabinete Pessoal da Presidente da República (DGI/GP/PR), como tradutora. Naquele período, a Presidente da República era a Senhora Dilma Rousseff. Eu era empregada da Caixa Econômica Federal, empresa pública de direito privado (órgão de origem ou órgão

cedente), e era cedida para a PR, em função de requisição feita por essa instituição em 2003. O critério empregado para que eu fosse requisitada pela PR foi uma demanda do então Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome - MESA -, que era vinculado à Presidência da República, conforme o artigo 1º do capítulo I do anexo I do Decreto nº 4.608, de 26 de fevereiro de 2003 (BRASIL, 2003a).

Por ser tradutora de inglês, francês, espanhol e italiano para o português, podendo também, eventualmente, traduzir do alemão, ao longo do tempo fui convidada a trabalhar em lugares diferentes, sendo sucessivamente transferida de um setor a outro, e terminei minha carreira na DGI/GP/PR. Nessa Diretoria, eu recebia demandas de tradução de ofícios, cartas, e-mails, convites, solicitações de audiência, solicitações de entrevista, currículos solicitando emprego e telefonemas dirigidos à Presidente. Os documentos recebidos estavam em inglês, espanhol, francês, italiano e alemão. Documentos em outros idiomas eram encaminhados à agência de tradução contratada pela PR por meio de licitação, realizada na modalidade “pregão, na forma eletrônica”, conforme divulgação em edital. Um exemplo de licitação nesses moldes pode ser verificado no Edital – Pregão, na forma eletrônica, nº 122/2014: Processo nº 00001.003245/2014-92, da Secretaria de Administração da Secretaria-geral – AS/SG/PR - (BRASIL, 2014a). Nos idiomas inglês, francês, espanhol e italiano, eu produzia cartas, lia textos, visitava páginas eletrônicas e fazia telefonemas. Quando solicitada, interpretava visitantes estrangeiros em reuniões de grande, médio e pequeno portes, sempre na modalidade consecutiva, nos pares de línguas francês/português e espanhol/português, nas duas direções.

Minha carga horária era de seis horas por dia, em cinco dias por semana. A título de observação, a minha carga horária, durante o período de 2003 a meados de 2009, foi de oito horas ou mais por dia, cinco ou mais dias por semana. Ainda que eu comunicasse que havia excesso de horas trabalhadas diariamente, não houve preocupação por parte dos servidores hierarquicamente superiores a mim para que essa realidade sofresse alterações. Quanto ao volume de trabalho, eu traduzia entre 10 e 50 laudas por mês, na maioria dos casos do inglês para o português. Sempre havia prazo para a entrega das traduções: no mesmo dia da recepção do documento, o mais breve possível, às vezes em questão de minutos. Quem definia o prazo era a minha chefia imediata ou a Presidente da República. Quanto aos telefonemas, eram em média 10 por mês, na maioria dos casos em inglês. Não havia fornecimento de orientações prévias (*translation brief*). Não havia gerente de projeto de tradução. Nem sempre eu era informada sobre a finalidade e sobre o público-alvo da tradução; no entanto, em função da prática, eu sabia que a documentação traduzida se destinava tão somente a fornecer informações

ao gabinete presidencial. Se a tradução seguia posteriormente outros caminhos, eu os desconhecia.

Havia o Manual de Redação da Presidência da República (CASA CIVIL, 2002) como base para a escrita em português, mas ele não era suficiente para dirimir todas as dúvidas. O controle de qualidade da tradução era feito por mim, por minha chefia imediata e por uma revisora de textos que trabalhava no mesmo setor. As ferramentas de tradução utilizadas por mim eram dicionários e glossários da Internet; dicionários, glossários e vocabulários monolíngues, bilíngues e uso de triangulação; textos paralelos sobre o tema a traduzir; corretor ortográfico do editor de texto, e programa de memória de tradução SDL Trados Studio 2011. O uso de tradutor automático via internet não era recomendável devido ao teor sigiloso dos documentos traduzidos e eu não lançava mão desse recurso, para não comprometer a confidencialidade da tradução. Eu interagia regularmente com um tradutor da PR que trabalhava fisicamente instalado na mesma sala onde eu trabalhava. Os outros tradutores da PR estavam instalados em setores distintos e eu não interagia com eles.

A situação profissional acima descrita foi a minha realidade específica, no período em que trabalhei na DGI/GP/PR, que não era comum ou regular a todos os servidores que trabalham com documentos e visitantes estrangeiros na PR. Graças à sua singularidade, essa experiência justificou o meu interesse em saber mais a respeito dos colegas tradutores e intérpretes.

Para responder às perguntas de pesquisa, estabeleceu-se o objetivo geral de levantar dados sobre a situação laboral dessas pessoas, a fim de que os responsáveis pela contratação desses profissionais na PR, assim como pessoas de outras instituições interessadas na matéria possam conhecê-los. Entre os objetivos específicos, buscamos saber em que setores da instituição trabalham tradutores/intérpretes, se têm formação acadêmica, que tipos de documentos traduzem e que ferramentas de tradução utilizam. Busca-se, também, conhecer os critérios empregados para a admissão de tradutores/intérpretes no quadro funcional da instituição.

Para tanto, montou-se um questionário de 77 perguntas, que foi respondido por 37 servidores de 25 setores da PR, por meio do qual eles elucidam alguns aspectos de sua realidade laboral. O questionário foi aplicado no período de 1º de outubro de 2014 a 31 de março de 2015. Escolhi precisamente esse período porque eu tinha a intenção de aposentar-me em meados de 2015, o que ocorreu efetivamente em 29 de maio daquele ano.

A título de ilustração, busquei informações sobre os serviços de tradução das Presidências da Argentina e dos Estados Unidos da América. Com esses elementos, foi possível comparar

alguns aspectos relativos aos critérios de seleção de tradutores e intérpretes, que se revelam distintos entre uma e outra instituições.

Por estar inserida na área de Estudos da Tradução, a pesquisa tem, principalmente, embasamento teórico nos ensinamentos de Aubert (1994), Azenha Junior (1999), Britto (2008), Chakhachiro (2005), Chesterman (2009), Frota (2000), Gentzler (2009), Goldenberg (2004), Gonçalves (2005), Guidère (2008), Kornakov (2000), Lakatos e Marconi (2003), Martins (2006), Nord (1997), Oliveira (2013), Pagano (2010), Porcher (1996), Robinson (2003), Severo (2016), Spolsky (2016), Venuti (1998) e Wyler (2003).

Este trabalho está dividido em três capítulos e contém três apêndices e dois anexos, a saber:

O primeiro capítulo atém-se ao contexto em que a pesquisa foi realizada.

O segundo capítulo enfoca a abordagem teórico-metodológica da pesquisa.

O terceiro capítulo apresenta, analisa e interpreta os dados e os resultados obtidos, por meio de descrições, tabelas e gráficos, e propõe ponderação ao comparar dois serviços de tradução estrangeiros com o brasileiro.

Nas considerações finais, recapitula-se o relato da dissertação, apresentam-se as conclusões sobre a ausência de um perfil único de tradutor/intérprete e de uma política tradutória precisa no órgão pesquisado, bem como são sugeridas reflexões para o desdobramento deste trabalho.

Os apêndices A, B e C contêm o questionário aplicado e as duas entrevistas realizadas. Os anexos A e B contêm um exemplo de contrato de prestação de serviços de tradução/versão/interpretação (Contrato nº 98/2014) e o relatório de gestão da Diretoria de Traduções da Chancelaria do Ministério de Relações Exteriores e Culto da Argentina, de 2015.

Por ser a primeira pesquisa sobre esse tema realizada na PR, a análise dos dados coletados não pretende abranger todos os aspectos da atuação profissional dos tradutores/intérpretes que ali trabalham. No entanto, este trabalho pode servir como inspiração para outras investigações naquela mesma instituição ou em outros órgãos públicos.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Neste capítulo, contextualizo o tema da pesquisa e a instituição na qual ela foi realizada e apresento algumas informações sobre os serviços de tradução da Presidência da República da Argentina e da Presidência dos Estados Unidos da América, a título de ilustração, comparando os critérios de seleção de tradutores e intérpretes dessas instituições.

A área acadêmica de Estudos da Tradução contempla bem mais que a tradução literária e técnica e a teoria da tradução. Ela também pode analisar o papel e o perfil do tradutor em determinados contextos profissionais. Por isso, pude trazer ao mundo acadêmico a situação do servidor que atua como tradutor e/ou intérprete em uma instituição pública federal, com sede na cidade de Brasília/DF.

A PR é a mais alta instância do Poder Executivo e, portanto, está em frequente contato com pessoas e documentos estrangeiros, dado o alto grau de globalização das informações que permeiam as estratégias, táticas e decisões presidenciais.

Curiosamente, conforme informações verbais da Diretoria de Recursos Humanos da PR, obtidas em setembro de 2014, até então uma pesquisa concernente à tradução e ao tradutor não fora feita na instituição. Por esse motivo, surgiu o interesse em realizar uma investigação científica a respeito do perfil do profissional da tradução que trabalha naquele órgão público.

O enfoque desta pesquisa não está na análise da tradução dos textos recebidos e/ou produzidos pela PR, em função de seu caráter sigiloso. Ali são traduzidos, por exemplo, documentos concernentes à segurança pessoal do Presidente da República e de sua comitiva, quando de suas viagens ao exterior; ao planejamento de itinerário ou trajeto a ser feito pelo Presidente da República em cidades do exterior; aos procedimentos obrigatórios de segurança pessoal, revista pessoal, passagem por pórtico detector de metais, visualização de objetos por meio de equipamento de raio X e/ou escâner, detector de traços explosivos; às patentes militares dos envolvidos na segurança pessoal do chefe do executivo e de sua comitiva; ao armamento (modelo, calibre e munição) que os agentes de segurança nacionais e estrangeiros portam durante as estadas do Presidente da República no exterior. São, também, documentos referentes à visita ao Palácio do Planalto e/ou ao Palácio da Alvorada (residência presidencial) de chefes de estado e/ou de governo ou seus representantes; os cardápios das refeições oferecidas a autoridades estrangeiras nesses mesmos palácios; acordos internacionais de toda ordem ainda em preparação; relatórios técnicos de temas ainda em estudo que abranjam países de línguas diferentes entre si; solicitações de audiências com o Presidente da República; convites ao chefe

do executivo ou a algum representante seu para que participe e/ou profira discursos de abertura em eventos, seminários, conferências internacionais; e cartas pessoais de chefes de estado e/ou de governo ou de seus representantes, dirigidas ao Presidente da República. Para salvaguardar informações de toda ordem, os documentos traduzidos seguem a classificação de sigilo prescrita na Lei nº 12.527, de 18/11/2011, a Lei de Acesso à Informação: eles podem ser considerados reservados, secretos ou ultrassecretos (BRASIL, 2011b). Os exemplos acima de modo algum totalizam a multiplicidade de gêneros documentais existentes na PR. Faz-se necessário frisar que são documentos técnicos os que tramitam naquele órgão.

Assim, por não abordar a questão da tradução de textos, escolhi realizar uma pesquisa de abordagem quantitativa, que visasse descrever algumas características da realidade laboral e da formação dos profissionais da tradução que atuam na PR. Esta pesquisa se situa, portanto, nos estudos aplicados da tradução, com foco na situação do profissional no mercado de trabalho, que se enquadra no ramo das políticas de tradução, as quais definem, entre outras, as relações e condições laborais do tradutor.

1.1 O TRADUTOR NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ao evocar o tradutor como profissional, como integrante do mercado de trabalho globalizado, sujeito a múltiplas demandas, as quais estão cada vez mais vinculadas aos incrementos tecnológicos, pode-se analisar as diversas definições do termo “tradutor”, a fim de elucidar o tema.

Na obra “Sous l’invocation de saint Jérôme”, de 1946, Larbaud escreve que o ofício do tradutor é minucioso, sofrido e modesto, como um “chão bem varrido”; que trabalhando o tradutor terá o direito de comer, e que quando tiver progredido neste ofício, outra pessoa poderá beneficiar-se de sua experiência (LARBAUD, 2001, p. 59). Mais adiante, o autor preconiza que se o tradutor não consegue restituir o sentido do texto literário ao traduzir, mas mesmo assim deseja ser tradutor, ele deve empenhar-se em textos de filosofia, de história ou científicos, manuais, e, em caso de necessidade, em documentos legais ou comerciais (LARBAUD, 2001, p. 67).

Percebe-se que já há algum tempo a questão da sobrevivência do tradutor está na pauta dos que escrevem sobre a tradução - literária ou técnica. Há crenças sobre o que é ser tradutor e elas podem manifestar-se por meio das proposições “basta saber falar outra língua”, “tradutor e intérprete são a mesma coisa”, “todo tradutor é professor de língua e todo professor de língua

é tradutor”, “eu poderia traduzir, mas não tenho tempo”, “por que você precisa de dicionário, se você é tradutor?”, e tantas outras (SAID, 2010, p. 39-41).

Ainda segundo Said (2010, p. 43), a condição para ser considerado tradutor profissional demanda pelo menos um dos seguintes critérios: o fato de saber mais de uma língua e de conseguir transpor mensagens de uma para a outra; ter formação em tradução; ter formação universitária em tradução; exercer a atividade de tradução; exercer, entre outras atividades, a atividade de tradução para sustentar-se; exercer exclusivamente a atividade de tradução como forma de sustento; ter registro profissional em instituição representativa de tradutores; ter registro em carteira de trabalho como tradutor; ter seu nome mencionado como tradutor de alguma obra ou texto. Entretanto, ser tradutor não se resume a esses tópicos.

Azenha Junior (1999, p. 22-23), ao tratar da tradução técnica e de suas condicionantes culturais, leva em conta, entre outros aspectos, o papel central do tradutor, que está inserido em um contexto histórico, bem como as situações de produção e de recepção do texto. O autor afirma que são múltiplas as variáveis que influenciam o resultado final de uma tradução, sendo uma delas o tradutor em si, com sua formação, sua história, suas condições de trabalho, como tradutor em empresa, como profissional autônomo trabalhando para editoras, ou como assessor para línguas estrangeiras em diversas situações.

Seguindo os ensinamentos de Chesterman (2009, p. 16-17), é possível trazer à discussão algumas dessas variáveis, a saber: as condições de trabalho, a existência de organizações profissionais representativas, os sistemas de legalização profissional que montam a imagem pública do tradutor, as tarifas sugeridas e as tarifas praticadas, o prestígio (ou a falta deste) na sociedade onde o tradutor está inserido, a atitude do tradutor relativamente a seu ofício, e, mais amplamente, a ideologia e a ética do tradutor.

A fim de bem exercer sua profissão, seria ideal se o tradutor da atualidade pudesse, além de desenvolver habilidades peculiares para apresentar um texto satisfatório na língua de chegada, preparar-se para justificar suas escolhas tradutórias, caso seja questionado sobre elas, conhecer e utilizar ferramentas criadas para melhorar a qualidade e a produtividade de seu trabalho (MARTINS, 2006, p. 30).

Depreende-se, assim, que as várias abordagens do termo “tradutor” não são antagônicas, mas complementares. Sendo o tradutor um dos especialistas necessários ao bom êxito da difusão de saberes produzidos em idiomas estrangeiros, onde quer que ele trabalhe, é ele quem mantém viva a práxis tradutória.

A fim de ilustrar os pensamentos acima descritos, procedeu-se a esta investigação sobre a situação dos tradutores inseridos em um contexto profissional específico, restrito à Presidência da República Federativa do Brasil, entre outubro de 2014 e março de 2015.

O objetivo principal desta pesquisa é, a partir da interpretação dos dados coletados, fazer ver aos setores interessados da Presidência da República, notadamente à Diretoria de Recursos Humanos, e a outras instituições interessadas no tema, a real situação laboral dos servidores que ali atuam como tradutores e intérpretes. O objetivo secundário é suscitar uma reflexão sobre os critérios de contratação desses profissionais da tradução, bem como sobre a remuneração e as condições de trabalho que lhes são oferecidas. Pretende-se, com essas ponderações, chamar a atenção para a representação social que circunda o tradutor e para a existência (ou a inexistência) de políticas tradutórias aplicadas na instituição pesquisada.

1.2 DE QUE NÃO TRATA ESTA PESQUISA

Como explicitado anteriormente, este trabalho não trata do conteúdo das traduções, devido ao caráter sigiloso de grande parte dos textos recebidos ou produzidos pela PR. Portanto, temas como identidade de línguas, domesticação, estrangeirização, equivalência, fidelidade; omissão e acréscimo de termos; retidão na tradução; estilo, voz, experiência, responsabilidade, sigilo, erro, ética e especialidade não são abordados. Tampouco é tratado o tema da interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Aqui não são aprofundadas as questões relativas às estratégias e métodos de tradução, competências tradutórias e cotejamento de traduções de um mesmo texto. Tampouco se discorre sobre o desejo de autoria, de criação, de completude, nem da intraduzibilidade, nem da eventual aceitação, por parte do tradutor, de uma suposta impossibilidade de traduzir (FROTA, 2000, p. 178).

Esta pesquisa tampouco trata da situação paradoxal em que se encontraria, por exemplo, um tradutor simpatizante de uma determinada ideologia política que trabalha sob o comando de um presidente que representa, por meio do partido político ao qual está filiado, ideologia diametralmente oposta à sua. Neste trabalho não se questiona se o tradutor deve traduzir textos que vão de encontro às suas convicções éticas, morais, políticas, ideológicas ou ambientais, conforme questiona Robinson (2003, p. 26).

Venuti (1998, p. 174) trata da influência da tradução na formação de identidades culturais domésticas e afirma que a escolha do texto a traduzir é um dos fatores importantes do processo

tradutório. Ele também aborda a formação da identidade autoral por meio da tradução (VENUTI, 1998, p. 187-188). A PR produz conhecimentos que influenciam a cultura doméstica, inclusive a partir de documentos em línguas estrangeiras. No entanto, em contraste com o que preconiza Venuti, ao tradutor que trabalha naquela instituição não é concedido o direito de escolher o texto que irá traduzir. O tradutor tampouco tem seu nome inscrito nos documentos traduzidos publicados pela PR, visto que se trata sempre de tradução institucional, cuja produção se atribui ao órgão que o publiciza. Isso é o que ocorre normalmente no caso de todo tradutor *in-house* ou institucional.

Em geral, como ocorre aos profissionais da tradução em outros contextos laborais, na PR o tradutor só é lembrado quando sua tradução causa algum tipo de estranheza aos usuários do texto-alvo. Conforme Britto (2008, p. 201), os leitores querem traduções transparentes “e tendem a considerar os tradutores como intermediários”, cuja presença deve ser discreta. É bem possível que ele seja considerado como um servidor de importância secundária, cujo apagamento é necessário para provar o bom exercício de suas funções (AUBERT, 1994, p. 7-8). Para Britto (2008, p. 202), “a *única* razão de ser das traduções é permitir que pessoas possam ter algum conhecimento, [...], de obras escritas em idiomas que elas não dominam”. E na PR isso não é diferente, pois o que o usuário final da tradução deseja é ter o produto (a tradução) pronto, legível, bom, em curto prazo, para ser lido, estudado ou compartilhado em reuniões nas quais o tema é analisado e decisões são tomadas.

1.3 A ESTRUTURA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

A fim de contextualizar o ambiente profissional no qual a pesquisa foi realizada, necessário se faz descrever a estrutura da Presidência da República Federativa do Brasil.

A PR é uma instituição pública federal ampla, que, por sua própria natureza, está em contato permanente com documentos e visitantes estrangeiros, promove reuniões, eventos, seminários, conferências e palestras internacionais, bem como constrói conteúdos domésticos, para consumo interno e nacional, baseados, também, em saberes produzidos em outros idiomas.

A sede principal da PR está situada no Palácio do Planalto, edifício que compõe a Praça dos Três Poderes, na cidade de Brasília, capital do Brasil.

As leis que estabelecem a estrutura básica da PR, tal qual se encontra na época em que a pesquisa foi realizada, são as seguintes: 10.678/2003 (BRASIL, 2003b), 10.683/2003 (BRASIL, 2003c), 11.204/2005 (BRASIL, 2005), 11.497/2007 (BRASIL, 2007a), 11.693/2008

(BRASIL, 2008a), 11.754/2008 (BRASIL, 2008b), 11.958/2009 (BRASIL, 2009), 12.314/2010 (BRASIL, 2010), 12.462/2011 (BRASIL, 2011a), 12.792/2013 (BRASIL, 2013).

É importante ressaltar que a estrutura descrita a seguir data da época em que a pesquisa foi realizada. Hoje essa estrutura é bastante diferente. A frequente reestruturação da PR é uma de suas características. A cada novo governo, modifica-se a estrutura da instituição, de modo a adequá-la aos novos projetos e planos, e à nova realidade nacional, seja política, seja econômica, seja tecnológica, seja social.

Conforme a legislação acima mencionada, a instituição se divide em órgãos de consulta, órgão vinculado, órgãos de assessoramento imediato e órgãos essenciais. Nem todos os órgãos dispõem de tradutores e/ou intérpretes, portanto, é necessário especificar quais deles foram consultados a respeito de suas atividades relativas a documentos e/ou visitantes estrangeiros.

A seguir, citam-se os nomes dos órgãos que compõem a PR:

- órgãos de consulta: Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. Só atuam quando convocados pela PR e não têm tradutores/intérpretes;

- órgão vinculado: Comissão de Ética Pública. É composta de sete membros e não tem tradutores/intérpretes;

- órgãos de Assessoramento Imediato: Conselho de Governo, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho Nacional de Política Energética, Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, Conselho de Aviação Civil, Assessoria Especial do Presidente da República, e a pessoa do Advogado-Geral da União. Os conselhos só se reúnem eventualmente e não dispõem de tradutores/intérpretes. Desses órgãos, somente a Assessoria Especial do Presidente da República foi consultada para a realização da pesquisa, por sua importância relativamente a assuntos internacionais. A pessoa do Advogado-Geral da União tem, entre muitas outras, a função de “assistir o Presidente da República no controle interno da legalidade dos atos da Administração” (BRASIL, 2017b). Como a Advocacia-Geral da União tem uma estrutura bastante ampla e funciona em ambiente próprio, separado do Palácio do Planalto, não foi consultada para a pesquisa (BRASIL, 2017a). Eventualmente, poderia ser feita uma pesquisa exclusivamente para conhecer a realidade laboral dos tradutores e intérpretes que atuam junto a essa instituição tão particular e importante.

- órgãos essenciais: Gabinete Pessoal do Presidente da República, Casa Civil, Secretaria-geral, Secretaria de Relações Institucionais, Secretaria de Comunicação Social, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Políticas de

Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Política para as Mulheres, Secretaria de Portos, Secretaria de Aviação Civil, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria da Micro e Pequena Empresa e Controladoria-Geral da União. Todos esses órgãos foram consultados a respeito de suas atividades com documentos e/ou visitantes estrangeiros, à exceção da Controladoria-Geral da União, por ser órgão de vasta estrutura e por funcionar em ambiente físico separado do Palácio do Planalto. Devido à sua grande importância e à constante atividade internacional, a Controladoria-Geral da União também poderia, eventualmente, ser objeto de pesquisa quanto aos seus tradutores e intérpretes.

Cada um desses órgãos é composto por setores intitulados Gabinetes, Gabinetes-Adjuntos, Secretarias, Secretarias-executivas, Subsecretarias, Diretorias, Assessorias, Conselhos, Institutos, Subchefias, Escritórios Especiais, ou Departamentos. Suas estruturas são amplas e comportam centenas de servidores.

Compondo os órgãos essenciais, com denominações especiais, há o Porta-Voz, a Ajudância-de-Ordens, o Cerimonial, a Imprensa Nacional, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, a Empresa Brasil de Comunicação S/A, a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e a Agência Brasileira de Inteligência.

No momento em que a coleta de dados foi feita, a PR contava com 6.688 servidores em seu quadro funcional (COSTA, 2015).

1.4 CRITÉRIOS DE NOMEAÇÃO, DESIGNAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES

Conforme citado anteriormente, a estrutura da PR é regida por legislação nacional, publicada no Diário Oficial da União. Ela pode ser alterada e readequada conforme a visão e a necessidade de cada governo, a fim de melhor atender aos interesses do Estado brasileiro dentro de cada cenário, inclusive no cenário internacional. A PR não possui quadro próprio de servidores, pois é estruturada de modo a seguir as determinações de cada presidente eleito e de sua equipe de ministros e assessores mais próximos.

Para montar o quadro de servidores civis e militares, há critérios de nomeação, designação e contratação de pessoas. Os tradutores e intérpretes que trabalham na instituição se submetem aos mesmos critérios aplicados a outros servidores. A Casa Civil da Presidência da República verifica os antecedentes do candidato convidado ou requisitado, bem como do estagiário.

Os critérios de nomeação, designação e contratação de servidores são:

- a) nomeação de pessoa convidada a trabalhar na PR: o Presidente da República convida pessoas que ele quer que trabalhem na PR, como ministros, assessores e secretárias, por exemplo. Os ministros, por sua vez, convidam pessoas para serem seus secretários-executivos, assessores, secretárias etc. Quando uma pessoa não tem vínculo empregatício algum ou não é servidora pública, ela deverá ocupar cargo remunerado de Direção e Assessoramento Superior (DAS), previsto por lei na estruturação da PR. Quando o convidado tem vínculo empregatício ou é servidor público de outro órgão, ele poderá ocupar cargo remunerado de Direção e Assessoramento Superior (DAS) ou receber Gratificação de Representação da Presidência da República (GR/PR), conforme o artigo 4º da Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007 (BRASIL, 2007b). Ressalte-se que a pessoa convidada que não tem vínculo empregatício ou que não é servidora pública não pode receber Gratificação de Representação (GR/PR). Ela deverá obrigatoriamente ocupar cargo remunerado de Direção e Assessoramento Superior (DAS);
- b) requisição de empregado de empresa estatal brasileira ou de servidor de órgão público federal, estadual ou municipal (nomeação ou designação): a PR se serve de 249 órgãos públicos para suprir seu quadro funcional de funcionários, conforme informação verbal da Secretaria de Administração, obtida em março de 2015. Esses órgãos podem ser federais, estaduais e municipais, civis e militares, empresas públicas de direito privado, autarquias e fundações. As pessoas requisitadas têm vínculo empregatício com seus órgãos de origem (ou órgãos cedentes) e, por isso, ao serem cedidas para a PR (órgão cessionário), podem ser nomeadas em cargos remunerados de Direção e Assessoramento Superior (DAS) ou designadas para receber Gratificações de Representação (GR/PR). Podem, também, não ser nomeadas nem designadas, passando a trabalhar sem nenhuma remuneração paga pela PR, ficando somente com o estipêndio de seus órgãos de origem, conforme o artigo 13 da Orientação Normativa nº 4, de 12 de junho de 2015 (BRASIL, 2015a);
- c) contratação de estagiário: a PR eventualmente abre vagas para estagiários, que são selecionados por intermédio do Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE, e o estágio é regido por contrato firmado entre essa empresa e a PR (CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA, 2017);
- d) contratação de empresa de prestação de serviços por meio de processo de licitação: a PR promove licitações para a prestação de serviços de diversos tipos, como a limpeza,

a conservação e a jardinagem dos imóveis oficiais que compõem a PR, que são o Palácio do Planalto, o Palácio da Alvorada, a Granja do Torto e o Palácio do Jaburu, conforme a página eletrônica sobre “Palácios e Residências Oficiais” (BRASIL, 2017e); a “prestação de serviço de condução de veículos pertencentes à frota da Presidência da República, por meio de motoristas executivos”, conforme o Contrato nº 068/2016 (BRASIL, 2016b); a “prestação de serviços de tradução trilingue, interpretação de língua brasileira de sinais”, conforme o Contrato nº 160/2014 (BRASIL, 2014d), e a “prestação de serviços de tradução/versão de textos, na modalidade simples, interpretação consecutiva, tradução simultânea, [...] locação de equipamentos para tradução simultânea, sob demanda”, conforme o Contrato nº 79/2015 (BRASIL, 2015b);

- e) contratação de pessoa por meio de projeto de cooperação técnica nacional ou internacional: a PR pode contratar pessoas por meio da realização de acordo de cooperação técnica nacional, por exemplo, com o Tribunal de Contas da União, “para o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos”, conforme Acordo de Cooperação Técnica TCU nº TC 015.709/2012-4 (BRASIL, 2014b), ou de acordo de cooperação técnica internacional, por exemplo, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, conforme documento intitulado BRA/12/018 - PNUD (BRASIL, 2012).

A detalhada explicação acima justifica-se porque, em conformidade com os dados coletados entre outubro de 2014 e março de 2015, na PR há a contratação de pessoas que exercem o papel de tradutores e/ou de intérpretes sob todos os critérios acima descritos.

Como a PR não tem quadro fixo de servidores e não promove concurso público para contratação de pessoas, os tradutores e intérpretes não prestam exames de comprovação de competência linguística e tampouco estão sujeitos à prévia demonstração de competências necessárias à atuação profissional. A comprovação se dá na prática, ao longo do tempo, e isso pode, eventualmente, comprometer a qualidade do serviço. Quanto aos serviços de interpretação, a PR contrata intérpretes por indicação de servidores, com base em lista de nomes de intérpretes que já trabalharam na instituição; utiliza os serviços de diplomatas servidores do Ministério das Relações Exteriores, ou solicita os serviços de intérpretes que trabalham para agências de tradução contratadas após processo licitatório.

Em caso de textos curtos ou longos escritos em idiomas menos comuns, como o búlgaro, o árabe, o russo ou o japonês, e em caso de textos muito longos, a PR solicita os serviços de tradutores de agências contratadas por licitação. Sabe-se que há queixas de servidores e de usuários finais das traduções quanto à qualidade das traduções provenientes dessas agências. Isso causa retrabalho para os usuários da tradução: uma revisão, ou até mesmo uma nova tradução deve ser feita, para que o texto traduzido possa ser utilizado. O processo licitatório tem como critério fundamental o preço mais baixo oferecido pelas agências de tradução licitantes. No certame não é considerada a qualidade do serviço. A título de exemplo, veja-se o edital completo de licitação para a seleção e contratação de empresa para prestação de serviços de tradução/versão de textos, interpretação consecutiva, tradução simultânea e locação de equipamentos para tradução simultânea, realizado por meio do Pregão Eletrônico nº 122/2014 (BRASIL, 2014a). Este exemplo foi escolhido porque o edital foi publicado durante o período do trabalho de campo. Para demonstrar na prática o resultado do pregão, veja-se o anexo A deste trabalho, com a cópia do contrato de prestação de serviços de tradução/versão/interpretação de textos, de número 98/2014, vinculado ao pregão nº 111/2013, que foi escolhido como exemplo por estar em vigência no período em que o trabalho de campo foi realizado (BRASIL, 2014c; ANEXO A).

Como a PR é órgão governamental federal público, o processo licitatório se faz soberano, dependendo do valor do serviço a ser contratado, devido à Lei nº 8.666, de 21/06/1993 (BRASIL, 1993). Assim, relativamente à obrigatoriedade de licitação para contratação de empresa ou agência de tradução e interpretação, pode parecer que não haja outra escolha para a execução dos serviços, quando o volume de trabalho é grande. No entanto, a admissão de servidores que exerçam o papel de tradutores/intérpretes trabalhando dentro das dependências da PR, durante oito ou mais horas por dia, pode, eventualmente, baratear o custo dos serviços para a instituição.

Em conformidade com o que foi antes mencionado, paralelamente à contratação de agência de tradução, há servidores que atuam como tradutores e/ou intérpretes (os respondentes do questionário), que estão nomeados em cargos ou designados com gratificações, e que recebem mensalmente os valores correspondentes, independentemente da quantidade de laudas traduzidas ou de horas de interpretação realizadas no mês. O servidor público federal em exercício na PR é pessoa investida de cargo em comissão ou gratificação de representação e deve realizar suas tarefas de acordo com as atribuições que lhe são designadas, conforme a Lei nº 8.112, de 11/12/1990 (BRASIL, 1990). O fato de traduzir ou interpretar muito não modifica

o seu salário, pois, nesse caso, o tradutor/intérprete não é autônomo, não é livre para negociar o valor da sua hora de trabalho como intérprete ou da lauda traduzida. Na qualidade de servidor, não pode exigir que lhe paguem como se ele fosse um *freelancer*, por isso, é possível que receba uma quantia mensal inferior à praticada no mercado, no que concerte à quantidade de laudas traduzidas ou à quantidade de horas de interpretação.

As afirmações descritas nesta seção anunciam a ausência de uma política tradutória clara da PR, pois, como veremos mais adiante, os dados coletados revelam certa indiferença da instituição para com a área da tradução e do tradutor.

1.5 COMENTÁRIOS SOBRE OS SERVIÇOS DE TRADUÇÃO DAS PRESIDÊNCIAS DA ARGENTINA E DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

A fim de enriquecer um pouco este trabalho, a título de ilustração/comparação, nesta seção descrevo brevemente o funcionamento do serviço de tradução na Presidência da República da Argentina, com base em duas entrevistas realizadas em Buenos Aires, e na Presidência dos Estados Unidos da América do Norte, a partir de informações obtidas na página eletrônica do Escritório de Serviços Linguísticos do Departamento de Estado dos Estados Unidos – *Office of Language Services, U. S. Department of State* - (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017d).

Escolhi essas duas instituições por serem as mais altas instâncias do poder executivo em repúblicas presidencialistas (e não monarquias, sultanatos, ou repúblicas parlamentaristas), cujas línguas oficiais são o espanhol (na Argentina) e o inglês (nos Estados Unidos da América), e não o português. Outro critério para a escolha foi o fato de a Argentina pertencer ao Mercado Comum do Sul - Mercosul (BRASIL, 2017d), o que suscitou curiosidade em conhecer mais detalhadamente quais seriam os procedimentos burocráticos ou administrativos referentes ao tratamento das correspondências internacionais, dirigidas ao mandatário do poder executivo, que necessitam de tradução.

Ainda que as informações obtidas sejam limitadas, elas permitem comparar os critérios de contratação de tradutores e de intérpretes das duas instituições estrangeiras entre si e também com a instituição brasileira. Isso será relatado no item 3.18 deste trabalho.

Ressalto que essas informações não fazem parte do *corpus* desta pesquisa e que foram incluídas neste capítulo sobre a contextualização por dois motivos. Primeiro, para ambientar o leitor ao tema tratado nesta dissertação. Segundo, para possibilitar um desdobramento deste trabalho, que seria mostrar aos responsáveis pela admissão de tradutores/intérpretes da

Presidência brasileira um pouco do funcionamento dos serviços de tradução das instituições equivalentes desses dois outros países. É valioso o exercício de lançar o olhar para fora do próprio centro e observar a existência e a firme execução de políticas tradutórias nas Presidências de países com os quais o Brasil tem antigas, estáveis e pacíficas relações diplomáticas, econômicas e interculturais.

1.5.1 O serviço de tradução da Presidência da República Argentina

Estive em Buenos Aires, Argentina, em janeiro e fevereiro de 2016, com o intuito de buscar informações que eu pudesse utilizar a título ilustrativo neste trabalho.

A Presidência da República da Argentina, doravante denominada PRA, tem sistemas diferentes dos da Presidência da República brasileira para a contratação de tradutores e intérpretes. Portanto, a coleta de informações foi feita por meio de entrevista e não de questionário. Fui muito bem recebida por todas as pessoas a quem solicitei ajuda.

Fui ao edifício-sede da PRA, chamado *Casa Rosada*, para conversar com algum funcionário da Secretaria de Governo, porém a visita pública estava suspensa, pois o presidente Mauricio Macri fora eleito em 22 de novembro de 2015 e a PRA ainda estava em fase de reestruturação. Assim, por intermédio de amigos meus, brasileiros residentes em Buenos Aires, obtive a informação de que a PRA encaminha os documentos para tradução à Diretoria de Traduções, que está vinculada à Subsecretaria de Coordenação e Cooperação Internacional da Secretaria de Coordenação e Cooperação Internacional da Chancelaria do Ministério de Relações Exteriores e Culto (*Dirección de Traducciones - DTRAD - de la Subsecretaría de Coordinación y Cooperación Internacional de la Secretaría de Coordinación y Cooperación Internacional de la Cancillería del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto*).

Na Diretoria de Traduções (DTRAD), na manhã de 27 de janeiro, entrevistei uma jovem tradutora argentina. A estrutura da entrevista teve como base algumas das perguntas do questionário empregado na PR, para que não houvesse dispersão, pois o tempo disponível da tradutora para estar comigo limitava-se a no máximo duas horas (APÊNDICE B). A entrevista não foi gravada e eu tomei nota dos dados informados pela tradutora.

Os tópicos esclarecidos na entrevista foram:

- quanto à estrutura da Diretoria de Traduções: a DTRAD é dividida em áreas temáticas, áreas geográficas, áreas consulares e áreas de assuntos culturais;

- quanto ao tradutor: na DTRAD trabalham um (1) diretor, cinco (5) tradutores para o par de línguas inglês-espanhol / espanhol-inglês, e dois (2) funcionários administrativos. Os tradutores são todos tradutores públicos, devidamente inscritos no *Colegio de Traductores Públicos de la Ciudad de Buenos Aires* (CTPCBA), que equivaleria ao que seria no Brasil a “Ordem dos Tradutores Públicos”. Não se trata de instituição similar às Juntas Comerciais dos estados brasileiros, que promovem concursos para tradutores públicos e intérpretes comerciais (TPIC). Os tradutores da DTRAD não são diplomatas de carreira nem políticos. O diretor é o intérprete oficial do Presidente da República, de/para espanhol/inglês/francês/alemão;

- quanto à carga horária: os tradutores da DTRAD trabalham das 9h00 às 19h00, tendo duas horas para alimentação e repouso, de segunda a sexta-feira. Nos finais de semana, pode haver plantão, que é feito das 9h00 às 16h00;

- quanto à formação acadêmica: de acordo com a Lei nº 20.305, de 24/04/1973 (ARGENTINA, 1973), o tradutor público deve ter o diploma universitário de Tradutor Público, outorgado por diversas universidades argentinas; portanto, os tradutores da DTRAD têm, obrigatoriamente, essa formação;

- quanto aos honorários: pela mesma lei, o *Colegio de Traductores* regula os honorários do tradutor público e sugere os preços mínimos para as traduções, cuja tabela pode ser consultada por meio eletrônico (COLEGIO DE TRADUCTORES PÚBLICOS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, 2017);

- quanto aos documentos: a Diretoria Nacional de Cerimonial (*Dirección Nacional de Ceremonial*) do Ministério de Relações Exteriores e Culto recebe as cartas da PRA e as encaminha à Diretoria de Traduções. Os expedientes são acondicionados em pastas, com papeletas de encaminhamento, contendo instruções a serem seguidas pela DTRAD;

- quanto à quantidade: a demanda é flutuante. Cada país envia documentação à PRA conforme o momento político, econômico, diplomático pelo qual passa, relativamente à Argentina. Mas há algumas datas importantes para a PRA, nas quais há maior volume de correspondência a ser traduzida. Essas datas são: 25 de maio, Dia da Pátria Argentina, ou Dia da Revolução de Maio; 9 de julho, Dia da Independência da Argentina, e 25 de dezembro, Dia de Natal e posterior semana de festas de fim de ano. Também há a data da cerimônia de posse do Presidente da República, que ocorre, normalmente, a cada quatro anos;

- quanto às ferramentas de tradução: todos os seis tradutores (diretor e cinco outros) utilizam o programa de memória de tradução SDL Trados 2014 Pro. Foram compradas pela DTRAD seis (6) licenças de uso do programa;

- quanto à uniformização terminológica: ao longo do tempo, conforme a necessidade, foram criados glossários pela própria DTRAD, os quais são utilizados permanentemente pelos tradutores;

- quanto à revisão da tradução: o diretor da DTRAD revisa todos os documentos traduzidos antes de enviá-los à PRA;

- quanto à autoria: as traduções feitas pela DTRAD não levam o nome nem a assinatura dos tradutores.

Em se tratando dos intérpretes, a entrevistada relata que a Diretoria já percebe que o governo anterior (de Cristina Fernández de Kirchner) dependia mais da DTRAD que o governo atual para a realização de reuniões com autoridades estrangeiras. Para os idiomas espanhol, inglês, francês e alemão, o intérprete oficial é o diretor da DTRAD. Para os outros idiomas, inclusive o português, os intérpretes são todos autônomos (*freelancers*). Nesses casos, por parte da Diretoria Nacional de Cerimonial, há uma solicitação à DTRAD para a contratação de um intérprete, inclusive para participar de viagem precursora ao país ao qual o Presidente da República da Argentina irá, se for o caso. A DTRAD verifica os registros de anos anteriores para saber os antecedentes de quem interpretou e como interpretou, e, caso seja conveniente, contratam o mesmo intérprete autônomo. Normalmente, os intérpretes contratados são membros do *Colegio de Traductores Públicos de la Ciudad de Buenos Aires* (CTPCBA). O intérprete contratado é obrigado a apresentar nota fiscal, portanto, deve possuir a *Clave Única de Identificación Tributaria* - CUIT (Código Único de Identificação Tributária), que é um número usado no sistema tributário argentino para identificar pessoas físicas (CPF) autônomas e pessoas jurídicas (CNPJ).

Ao fazer a solicitação de contratação de intérprete, a PRA fornece informações sobre a logística e a natureza do evento (*brief*), a fim de que a DTRAD possa escolher o profissional mais adequado para a ocasião. Ao longo do tempo, a DTRAD “educou” a PRA e os ministérios argentinos a fornecerem informações precisas ao solicitar intérpretes. Por exemplo, quando há reuniões de cúpula do Mercosul, a coordenação da Chancelaria solicita à DTRAD a contratação de intérpretes e fornece todas as informações necessárias sobre o evento. O pagamento ao intérprete é feito por transferência bancária, após a assinatura do diretor da DTRAD na fatura/nota fiscal emitida pelo profissional. O pagamento nunca é feito em espécie.

Por meio da Diretoria Geral de Infraestrutura, Serviços e Administração de Bens (*Dirección General de Infraestructura, Servicios y Administración de Bienes* - DGISA), foram compradas três (3) cabines de interpretação, com consoles, luzes, microfones e demais

acessórios indispensáveis para seu funcionamento. As cabines podem ser usadas pelos intérpretes em eventos realizados em Buenos Aires.

A título de complementação das informações fornecidas, o anexo B deste trabalho traz o relatório de gestão da DTRAD de 2015, no qual se demonstra o modo como se organizam as atividades dessa Diretoria (ANEXO B).

Na manhã de 16 de fevereiro, entrevistei um tradutor e intérprete de/para português/espanhol, brasileiro radicado na Argentina há 28 anos (APÊNDICE C). Estudou Comunicação Social na Universidade de Buenos Aires (UBA) e, entre muitas outras atividades, foi secretário de redação no semanário *Gazeta Mercantil Latino-Americana*, publicado simultaneamente em português e em espanhol. No momento está cursando Ciência Política na mesma universidade. É membro da Associação Internacional de Intérpretes de Conferência (AIIC) e da *Asociación de Intérpretes de Conferencias de la Argentina* (Associação de Intérpretes de Conferências da Argentina - Adica). Não é membro do *Colegio de Traductores Públicos de la Ciudad de Buenos Aires* (CTPCBA). Foi intérprete dos ex-presidentes argentinos Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner, de 2004 a 2012. Um dos primeiros trabalhos como intérprete de Néstor Kirchner aconteceu na Reunião de Cúpula do Mercosul, em Ouro Preto e Belo Horizonte, Minas Gerais, em 2004. No momento em que o entrevistei, ele ainda não havia sido convocado para interpretar o presidente Mauricio Macri, pois este acabara de tomar posse. Exemplificando a informação prestada pela tradutora da DTRAD, quando convidado a interpretar os presidentes argentinos, o intérprete foi contatado pela chancelaria do Ministério de Relaciones Exteriores e Culto, por intermédio do diretor da DTRAD.

Para o entrevistado, normalmente o trabalho de intérprete é ser a voz do seu presidente no outro idioma, ou seja, ouve-se em espanhol e fala-se em português. Porém tudo depende da situação de trabalho. Se for um jantar, e eles/elas estão lado a lado, permanece somente um intérprete que traduz nas duas direções. Se for um jantar mais amplo, o intérprete fica atrás do seu presidente e traduz para ele. E conclui dizendo que é como na vida: depende.

O anonimato dos entrevistados mantém-se preservado por razões éticas.

1.5.2 O serviço de tradução da Presidência dos Estados Unidos da América

Ainda a título de ilustração, tem-se o exemplo da Presidência dos Estados Unidos da América. O Gabinete Executivo do Presidente dos Estados Unidos (ESTADOS UNIDOS DA

AMÉRICA, 2017a), conforme o capítulo 6 FAM 1510 do Manual de Relações Exteriores - *Foreign Affairs Manual* - (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2004), utiliza os serviços de tradução e de interpretação do Escritório de Serviços Linguísticos (*Office of Language Services* - A/OPR/LS), que integra a unidade de Administração do Subsecretário de Gestão (*Administration - Under Secretary of Management*) do Departamento de Estado dos EUA (*U. S. Department of State*), também chamado de Chancelaria dos Estados Unidos (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017d).

O Manual de Relações Exteriores, em seu capítulo 1 FAM 010, item 011.2, preconiza que um dos papéis do Departamento de Estado é assistir ao Presidente, por intermédio do Secretário de Estado, na formulação e na execução da política e das relações exteriores dos EUA (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017b).

O Escritório de Serviços Linguísticos dá apoio linguístico à condução da política externa desde 1789, quando foi criado pelo primeiro Secretário de Estado dos EUA, Thomas Jefferson. O Escritório tem um quadro permanente de servidores, composto por 12 diplomatas tradutores trabalhando em cerca de 15 pares de línguas, e por aproximadamente 20 diplomatas intérpretes de conferência, trabalhando em 12 idiomas. A equipe de tradutores tem o apoio de oito gerentes de projetos, que se ocupam do fluxo de traduções realizadas dentro e fora do escritório. Além dos servidores permanentes, o Escritório conta com os serviços de mais de mil intérpretes e 500 tradutores que se submeteram a exames de seleção obrigatórios e à verificação de antecedentes antes de serem credenciados para trabalhar, quando necessário e no idioma requerido, para a Casa Branca e o Departamento de Estado, para a condução da política externa dos EUA (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017d).

A equipe de tradutores (permanentes e contratados) da Divisão de Tradução do Escritório de Serviços Linguísticos executa serviços de tradução em aproximadamente 140 pares de línguas e conta também com uma equipe de gerentes de projetos de tradução, os quais coordenam cada tarefa, desde o recebimento da demanda até a entrega do produto final (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2017e).

A Divisão de Interpretação do Escritório considera os intérpretes como atores essenciais da política externa, pois eles são cuidadosamente selecionados e rigorosamente testados e treinados para serem a voz e os ouvidos dos interlocutores norte-americanos. Eles atuam quando o Presidente dos Estados Unidos visita outros países ou recebe líderes estrangeiros, entre outras situações nas quais é necessária a facilitação em situação de comunicação em línguas distintas (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2016c).

Como mencionado anteriormente, reitero que as informações desta seção não fazem parte dos dados analisados na pesquisa e servem tão somente como comentários para uma reflexão comparativa, que será sugerida mais adiante nesta dissertação.

Tendo sido pormenorizado o ambiente institucional onde o trabalho de campo foi realizado e estando os serviços de tradução de duas instituições estrangeiras similares retratados, passa-se à descrição da metodologia empregada e ao levantamento de conceitos teóricos sobre políticas linguísticas e sobre o tradutor institucional, que embasam o desenvolvimento da pesquisa ora apresentada.

2 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Neste capítulo, apresento a metodologia de abordagem quantitativa empregada e alguns conceitos teóricos sobre política linguística e sobre o perfil do tradutor institucional aplicados ao objeto da pesquisa.

A partir das perguntas citadas na introdução, e, como preconiza Goldenberg (2004, p. 90), por conhecer profundamente a realidade laboral da PR como tradutora, decidi adotar o método de observação direta extensiva - ou exaustiva -, em detrimento da observação indireta, que se faz por meio de pesquisa documental e/ou bibliográfica (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 201, 222). Criei, assim, um questionário para obter as informações desejadas, que foi respondido por 37 servidores, durante a pesquisa de campo.

Pouco depois, surgiu a curiosidade a respeito do funcionamento de serviços de tradução das Presidências da Argentina e dos Estados Unidos da América. Como foi mencionado no primeiro capítulo desta dissertação, entrevistei dois profissionais da tradução em Buenos Aires e colhi informações sobre a Presidência dos EUA em página oficial da internet. As informações obtidas a esse respeito não fazem parte do corpus da pesquisa e não serão desenvolvidas considerações sobre elas nesta seção. No entanto, essa busca fez parte da estruturação do pensamento inicial, que era encontrar alguma resposta para as perguntas da pesquisa e, eventualmente, comprovar as hipóteses lançadas. Pesquisar sobre o mesmo tema em outros contextos facilitou o entendimento das diferenças entre as políticas tradutórias institucionais existentes e proporcionou uma visão mais ampla da dimensão do problema.

Quanto ao objetivo, adotei a ideia de fazer uma pesquisa descritiva. Segundo Gressler (2004, p. 53-56), esse tipo de pesquisa é o mais adequado para o caso em questão, pois permite, por meio de questionário, identificar, registrar, analisar e descrever as características dos sistemas (organizações, instituições ou empresas) em seu habitat natural. Além disso, propicia a detecção de sua estrutura e de seu funcionamento espontâneo, sem a interferência do pesquisador. A pesquisa descritiva valoriza os dados quantitativos como gênero e escolaridade, e possibilita a realização do cruzamento estatístico de grande número de dados, visualizando a relação de reduzido número de variáveis do sistema pesquisado, para a obtenção de resultados com nível de generalização que pode ultrapassar o objeto da pesquisa. Ainda conforme a autora, a pesquisa descritiva visa verificar as hipóteses propostas e esclarecer situações presentes ou identificar problemas existentes no sistema observado.

2.1 O QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Por não haver investigação anterior na PR relativa ao tradutor/intérprete e à tradução, foi necessário construir um instrumento de pesquisa que pudesse, simultaneamente, coletar dados sobre o perfil dos profissionais, sobre a política linguística desse órgão e, se possível, sobre as crenças existentes a respeito deles, por parte da instituição. Ao tratar do perfil do servidor que ali atua como tradutor e/ou intérprete, a intenção não é investigar as questões referentes à progressão funcional ou salarial, ao assédio moral, à pressão psicológica e a tantas outras que concernem aos problemas profissionais. A ideia é detectar quantos tradutores/intérpretes há, em que setores trabalham, de quantos idiomas traduzem, que tipo de documentos traduzem, que ferramentas de tradução utilizam, saber se a instituição fornece algum tipo de orientação para as traduções e para o controle de qualidade e se há gestão de terminologia para seus documentos.

Lakatos e Marconi (2003, p. 201) esclarecem que “o questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito”, o que assegura uma maior precisão dos dados fornecidos pelos respondentes. Essas orientações permitem admitir que para poder responder de modo quantitativo às perguntas desta pesquisa, o instrumento mais adequado é o questionário.

Segundo Goldenberg (2004, p. 87), o questionário é um instrumento econômico e pode manter o anonimato dos respondentes, o que facilita a coleta de dados. Além disso, pode ser padronizado para que as perguntas contenham as mesmas palavras e estejam posicionadas na mesma ordem, “de modo a assegurar que todos os entrevistados respondam à mesma pergunta, sendo as respostas mais facilmente comparáveis” (GOLDENBERG, 2004, p. 86).

Para tratar da problemática escolhida, de modo a obter dados precisos, foi construído um questionário misto e amplo. Formulei temas e os concentrei em blocos de perguntas, a fim de facilitar o entendimento por parte dos respondentes.

Quanto à forma, há perguntas “abertas”, cujas respostas são livres (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 204), nas quais os respondentes devem responder sobre sua formação acadêmica, e uma pergunta para fornecer um exemplo curto de revisão de tradução.

Há perguntas em forma “fechada tricotômica” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 205), para as quais há somente três opções de resposta: “sim”, “não” e “não se aplica (comente, se julgar necessário)”.

Foi necessário incluir a opção “não se aplica (comente, se julgar necessário)” porque os respondentes podem ser tradutores e intérpretes, somente tradutores ou somente intérpretes. A

opção “não se aplica (comente, se julgar necessário)” atende a essas diferenças de atividades laborais, que estão marcadas nos blocos e nas perguntas, ao longo do questionário. Essa opção também tem a função de dar ao respondente a oportunidade de fazer um comentário sobre algo incomum ou atípico de sua atividade laboral.

Há perguntas de múltipla escolha, aquelas perguntas fechadas “que apresentam uma série de possíveis respostas, abrangendo várias facetas do mesmo assunto” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 206). Algumas dão a possibilidade ao respondente de escolher várias respostas. Também há perguntas de múltipla escolha com a opção “outro”, que permite ao respondente mencionar uma resposta diferente das oferecidas nas opções dadas.

Quanto ao conteúdo, as perguntas foram formuladas em linguagem precisa, acessível e usual aos pesquisados, conforme preconizam Lakatos e Marconi (2003, p. 210).

O fato de trabalhar no Palácio do Planalto no período compreendido entre outubro de 2014 e março de 2015 facilitou a localização dos servidores respondentes e o questionário pôde ser entregue pessoalmente ou enviado por meio eletrônico, conforme a preferência dos pesquisados.

O questionário aplicado nesta pesquisa (APÊNDICE A) é composto por um cabeçalho com a identificação do curso de mestrado, da universidade, da pesquisadora, do professor orientador, do título da dissertação e do período em que o questionário foi aplicado; um campo para indicação da data do preenchimento do questionário pelo respondente; dois campos para indicação do setor em que o respondente trabalha e a vinculação hierárquica do setor; 77 perguntas, nos formatos acima descritos, enquadradas em 16 blocos, a saber:

- Bloco A – Quanto ao gênero – uma pergunta de múltipla escolha;
- Bloco B – Quanto ao tipo de documento – seis perguntas de múltipla escolha;
- Bloco C – Quanto ao idioma estrangeiro – duas perguntas de múltipla escolha;
- Bloco D – Quanto ao tradutor – cinco perguntas, sendo três de múltipla escolha e duas abertas;
- Bloco E – Quanto ao intérprete – treze perguntas, sendo dez de múltipla escolha e três abertas;
- Bloco F – Quanto às entidades representativas da categoria profissional – três perguntas, sendo duas de múltipla escolha e uma aberta;
- Bloco G – Quanto ao volume de trabalho – seis perguntas de múltipla escolha;
- Bloco H – Quanto ao prazo de entrega da tradução – duas perguntas de múltipla escolha;
- Bloco I – Quanto à carga horária do tradutor – quatro perguntas de múltipla escolha;

- Bloco J – Quanto às orientações ao tradutor (*translation brief*) – oito perguntas de múltipla escolha;
- Bloco K – Quanto à avaliação e ao controle da qualidade da tradução – sete perguntas de múltipla escolha;
- Bloco L – Quanto às ferramentas de tradução – quatro perguntas de múltipla escolha;
- Bloco M – Quanto à revisão da tradução – sete perguntas, sendo seis de múltipla escolha e uma aberta. Essa questão solicita que o respondente transcreva um exemplo curto de revisão de tradução que ele tenha feito.
- Bloco N – Quanto à interação entre tradutores – três perguntas de múltipla escolha;
- Bloco O – Quanto à uniformidade terminológica – duas perguntas de múltipla escolha;
- Bloco P – Quanto ao tempo de serviço do tradutor na Presidência da República – quatro perguntas abertas.

A coleta de dados foi feita por meio desse questionário, aplicado direta e individualmente a cada tradutor/intérprete, para posterior quantificação e análise das respostas obtidas. Ao longo da dissertação, ao nominar os servidores que responderam ao questionário, optei também por usar o termo “respondente”, em vez de “tradutor” ou de “intérprete”, porque a atividade de tradução/interpretação não é a única, ou a principal, desses profissionais. Aliás, eles são contratados para cargos ou funções gratificadas denominados “assistente”, “supervisor”, “oficial de gabinete”, “assessor” e “diretor”, visto que na PR não há o cargo ou a função de “tradutor” nem de “intérprete”.

No capítulo 3 deste trabalho, haverá a informação sobre o objetivo de cada pergunta: se ela busca dados sobre o perfil profissional e/ou sobre a política tradutória institucional.

2.1.1 O recorte temporal

Conforme descrito no capítulo anterior, a PR é uma instituição vasta e tem grande rotatividade de servidores em seus quadros funcionais. Por esse motivo, esta pesquisa tem abordagem sincrônica e não observa as alterações do quadro funcional total da instituição no tempo e no espaço. No entanto, julgou-se viável observar se os respondentes permaneceram em seus postos de trabalho no período compreendido entre a coleta de dados e a defesa da dissertação.

O período escolhido para a coleta de dados (de outubro de 2014 a março de 2015) coincidiu com a campanha eleitoral de 2014; com as votações para o cargo de Presidente da República, em primeiro e segundo turnos, que tiveram como resultado a reeleição da presidente Dilma Rousseff, em 26 de outubro de 2014; com o início de seu segundo mandato, já em 2015, e com as consequentes mudanças no quadro de servidores da PR. Como se verificará mais adiante, ao longo dos seis meses em que a coleta de dados foi realizada, alguns dos respondentes deixaram de trabalhar na PR, revelando a facilidade com que o quadro de tradutores se altera na instituição pesquisada. Este fato anuncia que a PR não evidencia a valorização do tradutor/intérprete em sua política linguística, pois o profissional treinado é destituído de seu cargo por razões que não concernem precisamente à sua atividade tradutória.

Spolsky (2016, p. 34), ao elaborar sua teoria de políticas linguísticas e gestão voltada para a escola, preconiza que “cada domínio tem suas próprias políticas, com alguns aspectos controlados internamente e outros sob influência ou controle de forças externas”. Essa premissa parece poder explicar, em parte, o que ocorre na PR com relação ao controle do aspecto relativo à dispensa dos tradutores/intérpretes por motivos alheios à sua vontade. A PR pode ser considerada um “domínio”, no qual há um controle interno que ocorre desconsiderando a importância da função dos tradutores/intérpretes e, eventualmente, a questão da salvaguarda da confidencialidade dos assuntos por eles traduzidos.

Há que se destacar que essa política de admissão e demissão de pessoas a cada nova eleição presidencial (mesmo que o presidente seja reeleito) não se restringe somente aos tradutores e intérpretes, mas ocorre para todas as categorias de servidores e em todos os setores da PR.

2.1.2 O recorte espacial

Por ter sido membro da comunidade de servidores da PR durante quase treze anos, sempre como tradutora e intérprete, e por ser muito conhecida na instituição, foi relativamente fácil ter acesso aos profissionais da tradução que ali trabalhavam. Postergar a data escolhida para depois da minha aposentadoria muito dificultaria a coleta de dados, pois o acesso às salas de trabalho no Palácio do Planalto é bastante restrito para visitantes, por questões de segurança. A possibilidade de transitar livremente pelos edifícios onde os servidores tradutores/intérpretes trabalhavam foi determinante para o sucesso da pesquisa.

Esses profissionais se encontravam instalados individualmente em diversos setores, não estando fisicamente reunidos em uma sala, em um núcleo, em um *pool* ou em um grupo, como

ocorre no Senado Federal, por exemplo, onde há o Serviço de Tradução e Interpretação - Setrin -, vinculado à Secretaria de Gestão da Informação e Documentação - Sgidoc - (BRASIL, 2017g; CARREIRAS..., 2012).

Poucos tradutores mantinham contato com seus pares de setores diferentes, o que dificultou ainda mais a sua localização dentro dos edifícios e/ou “anexos” que compõem a Presidência da República. Vê-se, aqui, que não há uma integração promovida por parte da PR, nem por parte dos tradutores/intérpretes, para que o serviço de tradução forme um corpo social (comunidade) dentro da instituição. Essa dispersão revela uma gestão indiferente à causa dos tradutores/intérpretes e da tradução, pois, como ensina Porcher (1996, p. 10), a política linguística é uma ação conduzida por uma entidade oficial e suas decisões são políticas e tecnológicas. Deve desenvolver-se em parceria e pode ter objetivos exclusivamente internos à entidade que decide aplicá-la. Em se tratando do recorte espacial, a PR e seus tradutores/intérpretes não buscam concretizar uma parceria que poderia ser promovida pela lotação, em um único local, dos profissionais em questão, para que os serviços de tradução tenham mais visibilidade e, conseqüentemente, sejam valorizados.

Além da política linguística institucional indiferente à questão da tradução e do tradutor/intérprete, há a desunião da própria categoria profissional. Said (2010, p. 64-66) aborda a questão afirmando que “a classe dos tradutores é profunda e indelevelmente fragmentada” e aponta para a concorrência profissional mesclada com o sintoma da antipatia recíproca, assim traduzida por ele: tradutores x intérpretes; tradutores profissionais x tradutores diletantes; tradutores que cobram caro x tradutores que cobram barato; tradutores experientes x tradutores iniciantes; tradutores nativos do português x tradutores nativos de outros idiomas; tradutores não revisores x revisores; tradutores técnicos x tradutores literários; tradutores de poesia e literatura “artística” x tradutores de *best-sellers*; tradutores jurídicos formados em Direito x tradutores jurídicos não formados em Direito e assim por diante. Essa desunião também se nota na PR, onde quase não há interação entre tradutores entre si nem entre tradutores e intérpretes, pois poucos dentre eles se conhecem pessoalmente. Uns sabem que outros existem, visto que há muito trabalho de tradução e de interpretação nos edifícios da PR e as reuniões e audiências são regularmente divulgadas em páginas institucionais (intranet), mas não se sabe com antecedência o nome de quem participa como tradutor e/ou intérprete. Não há reunião de trabalho exclusiva de servidores tradutores/intérpretes para discutir temas práticos e/ou teóricos relativos ao exercício profissional dentro da instituição. Reuniões desse tipo são úteis tanto para

o indivíduo quanto para a categoria profissional, pois nelas se estabelecem rotinas de trabalho e são dirimidas dúvidas de toda ordem.

Redimensionando a interação interpessoal preconizada por Nord (1997, p. 19-20), pode-se dizer que a comunicação entre tradutores/intérpretes que trabalham em uma mesma instituição tem também um papel importante nessa rede complexa de relações mútuas. Encontros presenciais para discutir questões concernentes à tradução são de grande valia tanto para os tradutores/intérpretes quanto para a própria instituição que os emprega, pois promovem a troca de informações úteis a todos, bem como fomenta o reconhecimento da categoria profissional em questão.

2.1.3 Aplicação dos questionários: a busca por tradutores/intérpretes

O critério básico para definir “quem traduz” nesse contexto tão particular da PR, nos recortes espacial e temporal, acima descritos, foi estabelecer que, ao ser por mim consultado, todo aquele servidor que respondesse que, em atuação regular, traduzia para o português, em seu ambiente de trabalho, por escrito ou verbalizando, com qualquer objetivo de ordem profissional concernente à sua atividade laboral, seria considerado apto a responder o questionário, ou seja, seria considerado “servidor que atua como tradutor ou intérprete na PR”.

Iniciei a pesquisa como primeira respondente. Respondi ao questionário com vagar para medir o tempo que um respondente gastaria, em média, com essa atividade. Lendo bem lentamente cada pergunta e cada opção de resposta, gastei vinte minutos para responder a todas as questões, e gastei trinta minutos para encontrar um exemplo curto de revisão de tradução que fiz. Meu problema foi encontrar um exemplo que pudesse ser publicizado, pois, em sua grande maioria, as traduções solicitadas à Diretoria de Gestão Interna onde eu trabalhava são sigilosas. Uma vez encontrado o pequeno exemplo, a sua transcrição levou cerca de cinco minutos. Supus que cada respondente gastaria em média uma hora para respondê-lo, caso fornecesse o exemplo de revisão de tradução solicitado. Se não pudesse fazê-lo, em função do sigilo dos documentos que habitualmente traduz, o tempo gasto para responder ao questionário seria menor. Esse cálculo serviu para garantir a cada servidor que o tempo para responder ao questionário não seria maior do que uma hora. Isso contribuiu para a boa aceitação do pedido para colaborar com a pesquisa.

Iniciei a busca por tradutores a partir da diretoria onde eu trabalhava e segui consultando outros setores, pessoalmente, entrando em cada uma das salas de trabalho do Palácio do

Planalto. Eu fiz essa busca sempre durante o período matutino, pois eu trabalhava nos períodos vespertino e noturno. Todos os setores foram consultados, porém nem todos tinham serviço de tradução e/ou interpretação, ou algum tipo de lida com documentos e visitantes estrangeiros. Isso diminuiu consideravelmente a quantidade de servidores a serem consultados para participar da pesquisa respondendo ao questionário. Encontrei, por fim, quarenta e três (43) servidores que trabalhavam como tradutores e/ou intérpretes. A cada um deles, pessoalmente, eu me apresentei como tradutora e intérprete do Gabinete Pessoal da Presidente da República, lotada na Diretoria de Gestão Interna. Vários servidores tradutores já me conheciam ou já tinham ouvido falar de mim, e isso favoreceu muito o contato inicial. Expliquei detalhadamente qual era a natureza e a importância da minha pesquisa de campo e solicitei permissão para entregá-lhes o questionário, o que foi prontamente aceito pela maioria dos servidores. Entre eles, quatro (4) não quiseram participar, alegando que a pesquisa era irrelevante. Esses servidores trabalhavam nos seguintes setores:

- Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG) - um servidor;
- Diretoria de Tecnologia/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (DITEC/SA/SG) - um servidor;
- Secretaria de Portos (SEP) - um servidor;
- Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais/Casa Civil (SAG/CC) - um servidor.

Outros dois (2) servidores responderam ao questionário de maneira ineficaz, apenas preenchendo os dados do cabeçalho, deixando em branco a maioria das questões e anulando as outras. Esses servidores trabalhavam nos seguintes setores:

- Coordenação-Geral de Relações Públicas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (COREP/SA/SG) - um servidor;
- Diretoria de Tecnologia/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (DITEC/SA/SG) - um servidor.

De todos os setores consultados, somente a Secretaria de Portos (SEP) não informou dados a respeito da realidade laboral de seu(s) tradutor(es) e/ou intérprete(s), visto que na Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG), na Coordenação-Geral de Relações Públicas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (COREP/SA/SG), na Diretoria de Tecnologia/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (DITEC/SA/SG), e na Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas

Governamentais/Casa Civil (SAG/CC) havia mais de um servidor exercendo o papel de tradutor/intérprete. Assim, dados foram obtidos por meio de respondentes desses três últimos setores.

Há que se considerar a importância da área internacional da Secretaria de Portos (SEP), pois sua natureza é precipuamente voltada aos temas internacionais, sendo parte de acordos com outros países “envolvendo desde a elaboração de estudos técnicos voltados para a melhoria da logística nos portos até a capacitação de trabalhadores portuários” (BRASIL, 2017f). Como se trata de um único órgão da PR que não forneceu dados, a pesquisa não ficou comprometida.

Resultou que foram trinta e sete (37) os servidores que exerciam a tarefa de tradutores e/ou intérpretes os que responderam de maneira eficaz ao questionário. Eles trabalhavam nos seguintes setores:

- Assessoria Especial da Casa Civil (AESP/GAB/CC) – um respondente;
- Assessoria Especial do Presidente da República (AESP/PR) – um respondente;
- Assessoria Internacional da Secretaria de Políticas para as Mulheres (AI/SPM) – um respondente;
- Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG) - três respondentes;
- Biblioteca/Diretoria de Gestão de Pessoas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (Biblioteca/DIGEP/SA/SG) - um respondente;
- Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC) – dois respondentes;
- Cerimonial do Gabinete Pessoal do Presidente da República (Cerimonial/GP/PR) – um respondente;
- Coordenação-Geral de Relações Públicas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (COREP/SA/SG) – dois respondentes;
- Diretoria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DDH/GP/PR) – quatro respondentes;
- Diretoria de Gestão Interna do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DGI/GP/PR) – dois respondentes;
- Diretoria de Tecnologia/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (DITEC/SA/SG) - um respondente;
- Gabinete-Adjunto de Informações em Apoio à Decisão/Gabinete Pessoal do Presidente da República (GAIA/GP/PR) - um respondente;

- Gabinete de Segurança Institucional (GSI) - um respondente;
- Gabinete Digital/Secretaria de Comunicação Social (GD/SECOM) – um respondente,
- Gabinete do Ministro da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (GAB/SEPPIR) – um respondente;
- Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) – um respondente;
- Secretaria de Aviação Civil (SAC) – um respondente;
- Secretaria de Competitividade e Gestão/Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SECOMP/SMPE) – dois respondentes;
- Secretaria de Direitos Humanos (SDH) – um respondente;
- Secretaria de Imprensa/Secretaria de Comunicação Social (SI/SECOM) – um respondente;
- Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/Casa Civil (SEDES/CC) – quatro respondentes;
- Secretaria-Executiva da Casa Civil (SE/CC) - um respondente;
- Secretaria Nacional de Relações Político-Sociais/Secretaria-Geral (SNRPS/SG) – um respondente;
- Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais/Casa Civil (SAG/CC) – um respondente;
- Subchefia de Assuntos Federativos/Secretaria de Relações Institucionais (SAF/SRI) – um respondente.

São, no total, vinte e cinco (25) setores consultados. Um observador externo poderá crer que, com tantos setores onde há serviços de tradução/interpretação sendo realizados regularmente, uma instituição importante como a PR tenha uma política linguística e/ou normas voltadas para a tradução e para o tradutor/intérprete. A própria instituição talvez tenha a opinião de que os trabalhos de tradução para ela realizados correspondam ao que ela espera obter. Estendendo os ensinamentos de Nord (1997, p. 19-22) sobre tradução como interação interpessoal, pode-se dizer que os demandantes das traduções, que trabalham nos setores mencionados, representam a PR em circunstâncias específicas como reuniões, audiências ou eventos internacionais; podem ser os produtores do texto-fonte; podem ser os fornecedores de instruções ao tradutor (*translation brief*); podem ser os recebedores e/ou os usuários do texto-alvo, exercendo, assim, vários papéis simultaneamente.

Todas essas representações sociais são importantes, mas nesta pesquisa o foco está no tradutor/intérprete: Como ele percebe as demandas de tradução da instituição onde trabalha? E também, de modo indireto, como ele percebe a política linguística e as normas da instituição voltadas para a tradução e para o tradutor? Como veremos mais adiante, o capítulo reservado à análise dos dados tenta revelar algumas dessas percepções.

2.1.4 A entrega e o resgate dos questionários

Conversei com cada um dos respondentes, pessoalmente, ao solicitar a sua participação na pesquisa. Expliquei detalhadamente o tema da investigação e entreguei o questionário impresso e/ou enviei por mensagem eletrônica, posteriormente, o arquivo contendo o questionário. Fiz a entrega conforme a preferência de cada pesquisado, para sua comodidade.

Lakatos e Marconi (2003, p. 202) ensinam que o instrumento “questionário” permite ao pesquisado “ter mais tempo para responder” e podem fazê-lo “em hora mais favorável”. Isso foi uma vantagem metodológica, pois as atividades laborais dos servidores da PR são invariavelmente muito intensas e, eventualmente, algum superior hierárquico poderia queixar-se pelo tempo dispendido pelo servidor para responder ao questionário.

Alguns respondentes levaram semanas para me entregar o questionário respondido. Foi preciso insistir para que me devolvessem. Porém, a maioria foi colaborativa e rapidamente devolveu o formulário respondido com precisão e comentários.

À medida que recebi os questionários respondidos, verifiquei cada resposta e percebi que alguns pesquisados deixaram em branco algumas delas. Como eram poucos os respondentes nessa situação, foi possível retomar contato com eles. Telefonei aos respondentes ou fui pessoalmente às suas salas de trabalho para solicitar que respondessem às perguntas ignoradas. As justificativas para terem ignorado certas questões foram “eu não vi”, “eu não li”, “pulei a pergunta”. Obtive pleno sucesso nessa complementação.

Houve dois respondentes que encontraram certa dificuldade de compreensão dos enunciados das perguntas e também das opções de respostas. Nesses casos, eu fiquei ao lado de cada um deles, li em voz alta, pausadamente, cada título dos blocos, cada pergunta e todas as opções de respostas, do início ao fim do questionário. Aguardei o tempo necessário, em sala separada, até que os respondentes pudessem devolver-me o questionário respondido. Os demais respondentes fizeram comentários em suas respostas, os quais serão mencionados em cada tabela apresentada no capítulo dedicado à análise dos dados coletados.

Ressalte-se que os questionários respondidos permanecem anônimos, por razões éticas. Antes de responder ao questionário, cada servidor com quem conversei foi informado de maneira minudente a respeito dos objetivos da pesquisa e da manutenção do anonimato.

2.1.5 Definição dos termos empregados no questionário

A fim de esclarecer as perguntas e as opções de respostas que compõem o questionário aplicado aos servidores que atuam como tradutores/intérpretes na PR, esta seção traz as definições de alguns dos termos nele empregados, organizados em ordem alfabética. São definições simples, pois o escopo desta seção não é desenvolver um glossário, mas tão somente contextualizar o questionário de pesquisa apresentado no capítulo sobre a abordagem teórico-metodológica desta dissertação.

- ABRATES - Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes. Associação sem fins lucrativos, administrada por tradutores e intérpretes voluntários (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRADUTORES E INTÉRPRETES, 2017).

- AGÊNCIA DE TRADUÇÃO - empresa com fins lucrativos que atua como intermediária entre o cliente final e o tradutor autônomo (*freelancer*) e/ou o tradutor nela formalmente empregado. Geralmente uma agência de tradução conta com o trabalho do gerente de projetos para a contratação de tradutores e o contato com os clientes. A agência de tradução pode concorrer em processos de licitação como os que a Presidência da República oferece (SAID, 2010, p. 183-186).

- AVALIAÇÃO - apreciação da tradução segundo critérios claros, consistentes e estáveis, tais como ortografia, gramática, léxico, registro de linguagem, tipologia textual, entre outros (MARTINS, 2011).

- CONSECUTIVA - modalidade de interpretação na qual “o orador deve interromper sua exposição para que o intérprete faça sua tradução, mediante a tomada de notas. [...] é mais indicada para pequenas reuniões formais, encontros entre autoridades ou cerimônias oficiais” (ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE INTÉRPRETES DE CONFERÊNCIA, 2017).

- CONTROLE DE QUALIDADE - aplicação de procedimentos que garantam a boa qualidade da tradução antes da sua entrega. Longe de esgotar o assunto, seguem alguns critérios de controle de qualidade: verificação do material original, se está completo, legível e se tem erros que impeçam a realização da tradução. No documento traduzido: correção da ortografia,

dos números, da pontuação, da gramática, do léxico, das convenções tipográficas; verificação da estruturação do texto e da padronização terminológica; verificação da existência de termos, parágrafos, períodos ou trechos não traduzidos; atualização de índices, sumários, referências cruzadas, referências bibliográficas; verificação da formatação e da numeração das páginas; verificação da adequação vocabular, de registro de língua e de fraseologia; cumprimento dos prazos estipulados, e verificação das especificações determinadas pelo usuário final da tradução, se houver (SAID, 2010, p. 171-174; SANTOS, 2004, p. 64-81).

- *CORPORA* - plural de *corpus*. Conjunto de enunciados que permite a busca de palavras ou expressões em um *corpus* monolíngue ou bilíngue, empregado como ferramenta eletrônica de tradução (LEE-JAHNKE; DELISLE; CORMIER, 2013a, p. 37, 58-59).

- DICIONÁRIO - “Obra que reúne, em ordem alfabética, as palavras de uma língua ou termos referentes a uma matéria específica, e descreve seu significado, uso, etimologia etc., na mesma língua ou em outra” (DICIONÁRIO, 2017).

- DILOG - Diretoria de Recursos Logísticos da Secretaria de Administração da PR.

- FERRAMENTAS DE TRADUÇÃO - recursos que o tradutor deve ter para realizar suas tarefas, tais como dicionários, glossários, vocabulários, computador, dicionários eletrônicos, acesso à internet banda larga, programa de memória de tradução, programa de tradução automática, *corpora*, editor/processador de texto com corretor ortográfico, entre outros (LEE-JAHNKE; DELISLE; CORMIER, 2013b, p. 58-59).

- GLOSSÁRIO - tipo de dicionário específico para palavras e expressões pouco conhecidas, seja por serem de natureza técnica, regional ou de outro idioma; lista de termos bilíngues compilados e validados pelo tradutor que o criou, a partir de fontes seguras - (SAID, 2010, p. 79, 97 e 175; GLOSSÁRIO, 2017).

- INTERPRETAÇÃO - “atividade que consiste em estabelecer, simultaneamente ou consecutivamente, a comunicação oral ou gestual entre dois ou vários interlocutores que não falam a mesma língua” (LEE-JAHNKE; DELISLE; CORMIER, 2013c, p. 65). Pode ser realizada com ou sem utilização de equipamentos.

- INTÉRPRETE - profissional que atua com a forma oral e imediata de traduzir, em um contexto específico; deve ter qualidades específicas como boa memória, boa dicção, saber ouvir, saber falar e saber calar. As declarações do orador são interpretadas de modo que a retórica, o gestual e a entonação sejam mantidas (ASSOCIATION INTERNATIONALE DES INTERPRÈTES DE CONFÉRENCE, 2011).

- LAUDA - um dos lados de uma folha de papel; medida de contagem de texto oriunda da época da máquina de datilografar; método de cobrança de serviço de tradução; a lauda é padronizada quanto à quantidade de toques, linhas, palavras, espaços, números ou símbolos, embora esse padrão varie (SAID, 2010, p. 74, 232).

- *LIAISON* - interpretação de acompanhamento. Modalidade de interpretação na qual o profissional, ao acompanhar uma ou mais pessoas, interpreta “em ambas direções os diálogos estabelecidos entre interlocutores que se comunicam em idiomas distintos” (SCAPOL, 2016).

- PROGRAMA DE MEMÓRIA DE TRADUÇÃO - programa de armazenamento de texto de partida e de texto de chegada em duas bases de dados paralelas, e de sugestão de tradução, caso haja segmento semelhante no banco de dados constituído pelo próprio usuário do programa, ao longo de sua utilização. (LEE-JAHNKE; DELISLE; CORMIER, 2013d, p. 58-59, 74; SAID, 2010, p. 131).

- REVISÃO - exame comparativo do texto traduzido e do texto de partida correspondente, que objetiva melhorar a qualidade da tradução e adequá-la às normas profissionais (LEE-JAHNKE; DELISLE; CORMIER, 2013e, p. 97-98).

- SIMULTÂNEA - modalidade de interpretação que “promove a comunicação efetiva entre orador e plateia, de modo contínuo e natural, permitindo a todos participantes que se expressem em seu idioma nativo e que ouçam a tradução por meio de fones” (ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE INTÉRPRETES DE CONFERÊNCIA, 2017).

- SINTRA - Sindicato Nacional dos Tradutores. Órgão que representa os tradutores e intérpretes em todo o território nacional (SINDICATO NACIONAL DOS TRADUTORES, 2017).

- TERMINOLOGIA - “conjunto de termos próprios de um domínio da atividade humana, de um grupo de pessoas ou de um indivíduo” (LEE-JAHNKE; DELISLE; CORMIER, 2013f, p. 107).

- TRADUÇÃO - “operação de transferência interlinguística que consiste em interpretar o sentido de um texto de partida e em produzir um texto de chegada, procurando estabelecer uma relação de equivalência entre os dois”; a tradução apoia-se em documento escrito (LEE-JAHNKE; DELISLE; CORMIER, 2013g, p. 112).

- TRADUTOR - profissional que transpõe textos escritos de uma língua a outra, normalmente consultando algum material, como dicionário ou glossário; deve ter qualidades específicas como boa memória, saber ler atentamente, saber escrever com correção, saber adequar palavras a contextos, ter rigor e precisão (LES MÉTIERS.NET, 2017).

- **TRADUTOR AUTOMÁTICO** - “programa de computador concebido para analisar um texto de partida e produzir um texto de chegada sem intervenção humana” (LEE-JAHNKE; DELISLE; CORMIER, 2013h, p. 113).

- **TRADUTOR PÚBLICO E INTÉRPRETE COMERCIAL** - profissional da tradução aprovado em concurso público específico, promovido por juntas comerciais de estados brasileiros; profissional liberal que exerce ofício público (SAID, 2010, p. 107-109).

- **TRANSLATION BRIEF** - Definição do propósito comunicativo da tradução; instruções recebidas pelo tradutor sobre a(s) função(ões) pretendida(s) do texto de chegada, o seu destinatário, o meio pelo qual ele será transmitido e o motivo da recepção do texto (NORD, 1997, p. 137).

- **TRIANGULAÇÃO** - estratégia de tradução na qual se consulta um termo ou um *corpus* de um terceiro idioma (idioma-pivô), para alcançar a solução, quando a transmissão direta da ideia do texto de partida para o texto de chegada é impossível ou muito difícil (DO, 2011, p. 121).

- **UNIFORMIDADE TERMINOLÓGICA** - resultado de gestão terminológica feita pelo tradutor ao utilizar seus glossários de domínio específico, que promove a boa qualidade e o aumento da produtividade da tradução; pode ser mais facilmente alcançada com o uso de ferramentas tecnológicas como o uso de programas de memória de tradução (RESENDE, 2012).

- **VOCABULÁRIO** - “repertório em que são inventariados os termos de um domínio, e em que são descritas as noções designadas por esses termos por meio de definições ou ilustrações” (LEE-JAHNKE; DELISLE; CORMIER, 2013i, p. 126).

- **WHISPERING** - interpretação sussurrada, sem uso de equipamento. Modalidade de interpretação na qual “o intérprete fica próximo ao(s) ouvinte(s) e traduz o discurso original em voz baixa. [...] Pode ser útil também durante processos de negociação, audiências ou mediações internacionais” (PEREZ, 2010).

2.2 POLÍTICA LINGUÍSTICA: DELIMITAÇÃO CONCEITUAL

Neste trabalho, são aplicados os ensinamentos sobre a área de políticas linguísticas de diversos autores. Ainda que seus escritos possam, eventualmente, estar mais voltados para a área escolar, é de grande valia transportá-los para a área da política linguística institucional. Sendo a PR um órgão público federal, cabe aqui aplicar esses conhecimentos para buscar

identificar que tipo de gestão linguística ela realiza em sua rotina relativa à tradução e ao tradutor.

Conforme Oliveira (2013, p. 411-412), a língua portuguesa ocupa mais de 10 milhões de km², conta com 29 mil quilômetros de fronteiras com línguas oficiais (espanhol, inglês, francês, holandês, guarani, *bahasa indonesia*, chinês, afrikaans e kiswahili), é falada na África, na América, na Ásia e na Europa, tem em torno de 245 milhões de falantes em diversos níveis de proficiência, é a quinta língua mais usada na internet, é língua oficial ou com *status* especial em 26 organizações internacionais, e acompanha o processo de emigração, promovendo desenvolvimento econômico por meio de remessas de valores a seus países de origem, por parte dos emigrados: estima-se que sejam mais de 190 milhões de indivíduos. Nenhum país de língua portuguesa faz fronteira com país de mesma língua, o que lhes dá a característica de “ilha linguística”, bem como o *status* de “língua estrangeira”. Para o autor, as grandes línguas são objeto de gestão, que se faz pelo emprego de políticas linguísticas. A língua portuguesa também toma iniciativas para formulá-las, ainda que com as normas descentralizadas e duais. Brasil e Portugal têm normatizações divergentes, contando com duas academias (a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa), duas ortografias, dois vocabulários ortográficos, dois dicionários e duas nomenclaturas gramaticais, duas terminologias técnicas e, na informática, há dois buscadores eletrônicos (por exemplo, da empresa Google), dois corretores ortográficos em editores de texto, dois tradutores automáticos, dois sintetizadores de voz, entre outros elementos. No entanto, existem os exemplos da enciclopédia digital, a Wikipédia, e do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que mantêm uma normatização convergente, permitindo maior circulação do idioma no mercado linguístico. O Acordo Ortográfico reflete uma negociação entre os países de língua portuguesa e dá uma nova perspectiva para os instrumentos de normalização linguística de todos os países envolvidos e para a internacionalização da língua portuguesa (OLIVEIRA, 2013, p. 425-427).

Para o autor, as políticas linguísticas brasileiras voltam-se para o domínio do inglês, em função da produção científica e tecnológica e da conexão com centros de produção de conhecimento a ele vinculados, e do espanhol, em função da participação brasileira no Mercosul e na Unasul, e por proporcionar abertura de mercados e possibilidades de produção de conhecimento em universidades, com investimento linguístico moderado, devido à grande similaridade entre as duas línguas. As políticas linguísticas brasileiras são nacionais, mas iniciam um estágio multinacional, em função da sua participação na Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP (OLIVEIRA, 2013, p. 428, 431-432). Nesta pesquisa, nota-se que o

inglês e o espanhol ganham vulto no que tange à maioria dos textos em língua estrangeira recebidos na PR, confirmando a importância dessas duas línguas.

Severo (2013, p. 451) ensina que a área do saber denominada Política Linguística surgiu simultaneamente à Sociolinguística, na década de 1960, com a sistematização dos estudos sobre a relação entre as línguas e seu funcionamento nos limites do Estado. No início, os métodos de sistematização incluíram, entre outros critérios, a classificação hierárquica das línguas, como língua vernácula, língua padrão, língua clássica e língua crioula e pidgin, e a classificação funcional, como língua de ensino, língua oficial, língua internacional, língua veicular, língua de religião e língua gregária, sempre mantendo o cientificismo para a fundação das regras necessárias à criação de um campo do saber com estatuto científico. A área da política linguística é tida como um campo heterogêneo em relação aos distintos contextos sociopolíticos de sua atuação, em relação à sua abrangência em contextos nacionais e pós-coloniais, e também em relação aos seus níveis de intervenção. Aqui, a autora cita Noss (1971, p. 25) e Bamgbose (1991, p. 111), que preconizam que a área da política linguística se subdivide em três eixos: o eixo oficial, que trata de qual(quais) língua(s) é(são) usadas em nível governamental e das decisões sobre o *status* oficial das línguas; o eixo educacional, que trata do ensino das línguas e do uso das línguas em diferentes tipos de escolas, e o eixo geral, que trata do uso das línguas na comunicação de massa, nos negócios e nos contatos com estrangeiros. Reafirmando a heterogeneidade deste campo do saber, como se verá mais adiante, Spolsky (2016, p. 35-36) subdivide a área da política linguística em três componentes diferentes dos acima mencionados, quais sejam: as práticas linguísticas, as crenças e ideologias linguísticas e a gestão das línguas. Severo (2013, p. 454) compara as classificações de Noss/Bamgbose e Spolsky e conclui que há uma dimensão política vertical, atrelada às ações institucionais, oficiais e jurídicas, e uma dimensão política horizontal, vinculada às práticas, crenças, ideologias e motivações para fazer uma opção linguística.

Em inter-relação com a área da Política Linguística está o Planejamento Linguístico, que enfoca o implemento de decisões linguísticas por meio de políticas, como as políticas educacionais, a fim de influir sobre os usos das línguas.

Quanto ao conceito de planejamento linguístico, também heterogêneo, Severo (2013, p. 454) o subdivide em

planejamento de corpus (codificação, elaboração de alfabetos, gramatização, sistematização do léxico, manuais literários, entre outros), **planejamento do status** (designações e usos da língua pautadas por leis e decretos), **planejamento das formas de aquisição** (políticas de ensino e aprendizagem das línguas), **planejamento de usos**

(políticas de divulgação e uso das línguas) e **planejamento de prestígio** (avaliação dos usos linguísticos).

E acrescenta mais um tipo, o planejamento discursivo, que trata do trabalho ideológico de instituições, da mídia, de autoridades e também da produção e circulação das crenças linguísticas, que promove a avaliação e a escolha dos usos linguísticos, assemelhando-se, neste ponto, ao planejamento de prestígio.

Reforçando a questão da complexidade conceitual da área da política linguística e do planejamento linguístico, Severo (2013, p. 456) subdivide as instâncias de atuação desses dois eixos. Primeiramente, há os participantes das políticas e do planejamento linguísticos: quem os elabora e implanta (normalmente, isso se realiza em esfera governamental, oficial e acadêmica), e para quem eles são elaborados (indivíduos e grupos que incorporam as suas crenças e ideologias às políticas e ao planejamento linguísticos). Além disso, há a prática interacional de todos os atores, que obedece a regras implícitas, por meio da qual os padrões linguísticos se inovam ou se reiteram. Assim, há que se levar em conta a dimensão ideológica desses dois eixos, para refletir sobre a manutenção das hierarquias entre grupos linguísticos majoritários e minoritários.

Em segundo lugar, há o objeto das políticas e do planejamento linguísticos, ou seja, “o que”: são as ações sistematizadoras da língua e que se inserem no planejamento de *corpus*, como o desenvolvimento e padronização do sistema ortográfico; a especificação de pronúncias, a expansão terminológica; as alterações na estrutura gramatical; a produção de gramáticas, de dicionários, de cartilhas e de cadernos de exercícios, a escolha de textos e a tradução de obras, entre outros (SEVERO, 2013, p. 456; GADELII, 1999, p. 5). Ainda quanto ao objeto, Severo (2013, p. 457) considera que a natureza das regras para os planejamentos de *status* e de prestígio é política (e não científica), e que a função deles é intervir nas regras de funcionamento das línguas categorizadas como oficial, de ensino, jurídica, religiosa etc., pois estas acabam por promover a existência de hierarquias, desigualdades, distanciamentos e favorecimentos sociais e linguísticos.

Em terceiro lugar, há as formas de estudar, analisar e aplicar políticas e planejamento linguísticos, ou seja, “como”: essas formas variam segundo o nível de intervenção, o enfoque, a finalidade e os participantes, tornando impossível a sistematização das metodologias empregadas nas políticas e no planejamento linguísticos, devido à complexidade dos temas como as sociedades pós-coloniais, o multilinguismo na internet e em regiões de fronteira, a migração, a diáspora, entre outros (SEVERO, 2013, p. 458). Neste trabalho, busca-se saber se

a PR aplica políticas linguísticas, planejamento linguístico ou intervenção linguística voltados para o universo da tradução e dos tradutores (enquanto participantes), bem como se estes se inter-relacionam.

Spolsky (2016, p. 33-34) desenvolve um modelo teórico sobre políticas linguísticas baseado no pressuposto de que elas são fenômenos sociais, dependentes de comportamentos e crenças de indivíduos pertencentes a uma comunidade de fala que, entre muitos conceitos, pode ser uma família ou um grupo de pessoas que trabalham juntas. Para melhor definir “comunidade de fala”, o autor traz a noção de domínio como espaço social (lar, escola, instituição religiosa, local de trabalho ou governo, entre outros), e cada espaço tem suas políticas, sendo que alguns de seus aspectos podem ser controlados por forças internas e outros, por forças externas.

Além disso, o domínio tem três características: o participante, não como indivíduo, mas como representante de papéis específicos em suas relações sociais, como pai, mãe, filho, diretor, professor, aluno, chefe, empregador, empregado, cliente, amigo etc., a localização típica, como a rua, o clube, a escola, o escritório etc., e o tópico, como assunto de negócio, assunto social, assunto íntimo etc. Deste modo, um indivíduo pode representar diversos papéis em distintos domínios, por exemplo, ser pai, empregado, cliente e amigo, dependendo do local em que se encontre. Em cada domínio, haverá a escolha do tópico e das normas apropriados para falar. Como exemplo, pode-se imaginar como conversam indivíduos que são empregador e empregado no escritório onde trabalham e como o fazem em situação social distinta, em uma festa ou no clube. Spolsky (2016, p. 35-36) também detalha um segundo pressuposto, dizendo que as políticas linguísticas têm três elementos constitutivos. O primeiro são as práticas linguísticas, que são as escolhas e comportamentos linguísticos, regulares e previsíveis, que tratam dos padrões interacionais e que contextualizam a aquisição da linguagem por crianças ou imigrantes, por exemplo. O segundo são as crenças sobre a linguagem e os valores que se atribuem às variedades e aos traços linguísticos, que dão ao indivíduo o pertencimento a um determinado grupo (nação, região, herança étnica), resultando na valorização da variedade empregada e na estigmatização de outras variedades, afetando os usos linguísticos. O terceiro é a gestão linguística, que é o esforço de alguém ou de algum grupo com autoridade sobre participantes de um domínio, com ações explícitas e ou oficializadas para interferir em suas práticas ou crenças linguísticas. Como exemplos tem-se, em âmbito governamental, uma lei que determina que língua específica deve ser ensinada à população de um país ou deve ser utilizada para a comunicação com as agências de governo; em âmbito religioso, a decisão de não mais exigir que a missa seja realizada em latim; e em âmbito familiar, pais imigrantes que

se esforçam para que seus filhos mantenham sua língua de herança ou para que aprendam uma nova língua.

O autor teoriza sobre as forças internas produzidas pelos três componentes dentro do domínio, sugerindo que a prática linguística é o mais forte deles, pois a proficiência em uma língua estabelece o limite para a escolha linguística e fornece um instrumento para a gestão linguística. As crenças levam à atribuição de valores para a língua padrão, a língua de herança e a segunda língua, por exemplo, influenciando os gestores na tomada de decisões: os pais decidem que idioma os filhos devem falar dentro de casa e, em nível governamental, as autoridades decidem sobre políticas linguísticas nacionais. A força da gestão linguística também aparece de modo equivalente à das crenças, como força interna dentro do domínio.

Em se tratando das forças externas, Spolsky (2016, p. 37-38) aborda, primeiramente, o domínio do lar, que ele julga ser simples e básico, no qual existe a transmissão linguística natural, apontando para a possível exposição das crianças às práticas e às crenças linguísticas de outros domínios, como a escola, sendo por eles influenciadas. Em seguida, o autor cita exemplos de domínios mais complexos, que recebem pressão externa para a criação e a gestão de políticas linguísticas específicas. As instituições religiosas têm políticas linguísticas calcadas na crença da importância da manutenção da língua original dos textos sagrados. Nos locais de trabalho, as políticas linguísticas podem valorizar os idiomas dos gestores e dos clientes e também podem ser influenciadas pela globalização. No domínio da justiça, há pressão para que os imigrantes possam compreender seus processos e julgamentos, e, assim, a ele soma-se a figura do intérprete. No domínio da saúde, igualmente há o acréscimo da figura do intérprete como participante, além de contar-se com parentes bilíngues dos pacientes para a comunicação entre estes e os médicos e enfermeiros. No domínio das forças armadas, há a criação de políticas linguísticas militares, pois é necessário se comunicar com o inimigo e com habitantes de áreas ocupadas. Também são domínios complexos os dos governos locais, regionais e nacionais (ou federais) e os das organizações internacionais ou supranacionais, os quais podem preparar políticas linguísticas específicas por estarem expostos a pressões externas. Spolsky (2016, p. 43-44) cita o domínio escolar como um dos mais complexos, com tendência a receber influência externa tanto do lar e da vizinhança quanto do governo, em seus diversos níveis. O autor acredita, ainda, que as escolas refletem a posição ideológica dos que as controlam, não sendo as considerações educacionais ou linguísticas determinantes de políticas linguísticas escolares. Estas são direcionadas, em parte, pelas políticas governamentais.

Neste trabalho, o domínio considerado é a PR, com indivíduos representando distintos papéis nessa mesma instituição, como servidores, tradutores, intérpretes, revisores de suas traduções ou das de outrem, colegas e, eventualmente, usuários finais das próprias traduções.

2.2.1 *Autoria institucional*

Esta investigação trata de delinear o perfil do tradutor institucional e aborda também a existência (ou não) de política tradutória institucional. Assim, considero pertinente esclarecer o tema da autoria da tradução e da escolha dos textos a traduzir.

Chesterman (2009, p. 14) ensina que em pesquisas sobre tradução há tradutores atrás das traduções e há pessoas atrás dos textos. No caso do profissional da tradução empregado em órgão público, há também a instituição atrás do tradutor, a qual assume a autoria do texto traduzido e, eventualmente, também é a autora do texto de partida.

Na PR os textos traduzidos são de autoria institucional e não levam a “assinatura” do tradutor, ainda que o estilo próprio deste possa revelar algo sobre si. As questões da visibilidade e da invisibilidade do tradutor, ou da tentativa de apagamento como opção pessoal do tradutor (AUBERT, 1994, p. 79-80) não são exploradas com profundidade, pois não fazem parte do escopo desta dissertação e também porque, como já foi dito, o teor dos textos traduzidos na PR é, em grande parte, sigiloso.

Trata-se de tradução técnica para uso interno da instituição, para uso pessoal dos servidores do setor ou do Presidente da República, e que muito raramente será publicizada, justamente pelo conteúdo confidencial dos textos. Os tradutores da PR não produzem traduções de folhetos informativos para distribuição em ministérios ou outros órgãos públicos, por exemplo. Assim, não se pode considerar essa espécie de anonimato como uma desvalorização do profissional da tradução, pois, em ambiente institucional, essa é a norma. Do mesmo modo, quem redige os discursos, documentos e relatórios que o Presidente da República publiciza em reuniões e/ou nos diversos meios de comunicação não é o próprio Presidente, e sim os *ghost writers* que ali trabalham. Poder-se-ia dizer, então, que são *ghost translators* os que produzem traduções na PR?

A PR produz conhecimentos que influenciam a cultura doméstica, inclusive a partir de documentos em línguas estrangeiras. São os chamados textos de governo e/ou os textos de Estado. Quem elege os textos a serem traduzidos são os interessados nos temas nacionais e/ou internacionais, estratégicos e/ou diplomáticos, os chefes de setores, os ministros próximos ao

Presidente da República, ou ele mesmo. Assim, não é demérito o tradutor não poder escolher os textos que traduz, pois trata-se de textos que dão suporte à pauta do Presidente da República e/ou de seus assessores mais próximos. Ressalte-se que a PR tem em sua pauta temas variados, em grande volume e sempre em regime de urgência, pois é o mais alto órgão do poder executivo nacional.

Em instituições internacionais também ocorre esse anonimato no caso das traduções. Observe-se a documentação publicizada, por exemplo, em brochuras, em fôlderes ou nas páginas eletrônicas do Mercosul ou dos órgãos da família ONU. Pode-se dizer que a PR segue a “norma” corrente de instituições públicas, ao assumir a autoria das traduções feitas por indivíduos cuja identidade não é revelada. Essa é uma política tradutória aplicada de modo tácito. Não se discute neste trabalho até que ponto o permanente anonimato e a ausência de liberdade para a escolha de textos a traduzir pode afetar o desempenho do tradutor. No entanto, pode-se pensar que ele o favorece, tendo em vista que a não exposição deixa o tradutor resguardado de eventuais críticas.

2.2.2 Política linguística institucional

Segundo Guidère (2008, p. 5), traduzir é comunicar em várias línguas e o tradutor é um comunicador multilíngue que progressivamente alcança novas funções e assume responsabilidades que ultrapassam os limites da tradução propriamente dita. Para ele, no mundo globalizado, o volume de traduções está em constante progressão e o desejo de comunicar-se com outros vem acompanhado da exigência de respeito à identidade cultural de cada um. Portanto, deve haver uma maior prudência quando se trata de documentos institucionais, pois estes têm importância estratégica, o que amplia o desafio da tradução (GUIDÈRE, 2008, p. 7).

Os servidores tradutores/intérpretes da PR têm papéis definidos dentro do espaço social onde trabalham, de acordo com o organograma estabelecido por lei, e recebem seus salários segundo os cargos e gratificações que ocupam, conforme informado no primeiro capítulo. Por haver trabalhado na instituição por longo tempo, observei que, no período da pesquisa de campo, não se encontravam em seus quadros funcionais servidores que exercessem o papel de gestores de projetos de tradução. Assim, os tradutores executavam suas tarefas seguindo sua própria iniciativa, sua experiência, sua visão de mundo, com o apoio das ferramentas fornecidas pelo órgão e, eventualmente, com suas próprias ferramentas. Essa maneira de a PR tratar a questão do tradutor e da tradução torna a atividade tradutória um desafio permanente. O ritmo

dinâmico da realidade política brasileira acarreta o volume considerável de trabalho a todos e o tempo para a realização das traduções é sempre escasso. São muitos os aspectos que poderiam ser analisados no universo da PR, mas esta pesquisa limita-se a demonstrar alguns dos que podem ser quantitativamente analisados.

No questionário de pesquisa há perguntas que tentam identificar alguma política linguística na PR. No entanto, ela não se mostra explícita, a não ser pela existência do “Manual de Redação da Presidência da República”, disponível também ao público pela internet (CASA CIVIL, 2002), que a maioria dos servidores conhece e utiliza para realizar seus trabalhos. Ele é o único material oficial publicizado pela Casa Civil da PR, que serve de orientação para dirimir as dúvidas dos servidores quanto à redação de textos formais e oficiais. Segundo o Centro de Estudos Jurídicos da Casa Civil da PR, uma atualização do Manual está sendo elaborada, tendo em vista a reforma ortográfica da língua portuguesa e os desafios da governança eletrônica (BRASIL, 2017c).

Saliente-se que, apesar de o referido Manual não estar dedicado a orientar o tradutor a melhor realizar o ato tradutório, ele é utilizado pelos profissionais da tradução na PR, conforme o que foi detectado pelas respostas ao questionário e que se verá no terceiro capítulo. Se considerarmos a PR como um “domínio”, do tipo preconizado por Spolsky (2016, p. 34), ela é um “local de trabalho”, que pode ser influenciado interna ou externamente, no qual os participantes se caracterizam “não como indivíduos, mas por seus papéis e relações sociais”. Ali na PR, os indivíduos alvo desta pesquisa exercem simultaneamente os papéis de servidores, tradutores/intérpretes e colegas, sempre condicionados a uma hierarquia definida pela própria estrutura do órgão. A gestão da política linguística institucional deveria representar um esforço para influenciar internamente o domínio, no sentido de valorizar seu instrumento de consulta, atingindo todos os atores sociais representantes de múltiplos papéis, inclusive os tradutores/intérpretes, de maneira a fornecer-lhes melhores condições para a realização de suas atividades.

Ainda na seara da orientação, se estendermos à PR a noção de “iniciador” do processo de tradução de Gentzler (2009, p. 103), quando este trata da abordagem funcionalista, a instituição se equivalerá ao “cliente” que contrata o tradutor, que tem objetivos específicos, os quais podem ser distintos daqueles “do autor do texto-fonte, do receptor do texto-alvo e do tradutor. O iniciador é em grande parte responsável por definir e pagar pela tradução”. É o iniciador que decide a meta e determina o “sumário” da tradução, que são os detalhes sobre o contexto (objetivo, tempo, lugar, destinatário, entre outros) em que a tradução deve ser feita.

Na PR, as orientações ao tradutor relativas à tarefa que vai executar (*translation brief*) podem ser, por exemplo, sobre o demandante da tradução (Presidente da República ou seus assessores), o autor do texto de partida, o leitorado do texto de chegada (técnicos ou leigos, leitores monolíngues ou bilíngues), a publicização do texto de chegada, o grau de sigilo dos textos de partida e de chegada, as ferramentas de tradução a serem empregadas (somente editor de texto e corretor ortográfico ou programa de memória de tradução), o prazo de entrega, a quem deve ser encaminhada a tradução pronta, o suporte em que a tradução deve ser entregue (meio eletrônico, papel ou ambos), quem consultar quando houver dúvida, a possibilidade de conversar com o autor do texto de partida, quem fará a revisão da tradução, entre outras. Conforme se verá no terceiro capítulo, as respostas ao questionário de pesquisa revelam que na PR essas orientações não são sempre claras e objetivas. Como na instituição pesquisada não há gestor de projeto de tradução, em geral o tradutor depreende o que deve fazer por meio de seus colegas servidores - e certamente utiliza seus conhecimentos prévios, seus conhecimentos de mundo para cumprir suas tarefas. Isso pode comprometer a qualidade da tradução, inclusive quando esta é feita por tradutores de agência de tradução contratada por meio de licitação, pois a PR tampouco envia um *translation brief* à agência. Conforme informado anteriormente, a título de comparação, na Presidência da República da Argentina há o cuidado de se enviar uma papeleta com as orientações ao tradutor, acompanhando o texto de partida. São políticas de tradução institucionais distintas e que revelam o interesse de cada instituição sobre a qualidade da tradução e sobre a atividade tradutória.

A pesquisa também mostra dados sobre o tempo de permanência dos tradutores/intérpretes na PR. Pelos motivos expostos no capítulo sobre a contextualização, a cultura da instituição é a de dispensar servidores que ocupam cargos mais bem remunerados (cargos de Direção e Assessoramento Superior - DAS) a cada mudança de governo, independentemente de sua atividade, competência ou experiência no órgão. Os que recebem gratificações de representação (GR), cujos valores são bem menores que os DAS, em geral permanecem por mais tempo na PR, pois custam mais barato para a instituição. Mas podem, igualmente, ser dispensados a qualquer tempo, pois não há vínculo empregatício algum com o órgão cessionário. Quando o servidor é convidado a trabalhar na PR, já está consciente desse contexto remuneratório e, ao longo do tempo, percebe que não há um esforço efetivo da instituição para preservar os tradutores e intérpretes que atuam em seu quadro funcional, mesmo que eles realizem suas atividades a contento. Essa atuação da PR seria uma política tradutória de governo, não de Estado - ou a falta dela.

Aqui cabe abordar a questão das representações sociais que giram em torno do tradutor/intérprete. Ao tratar das crenças sobre a tradução e o tradutor, Pagano (2010, p. 11) ensina que:

No caso específico da tradução, as crenças comprovadamente desempenham um papel social mais amplo e, portanto, mais crítico, uma vez que além de influenciar a performance do tradutor, elas também determinam a forma como a sociedade em geral tende a avaliar a tradução como profissão e o tradutor como agente dessa atividade, com base nessas percepções mais divulgadas.

É possível que na PR haja crenças sobre esses profissionais baseadas em mitos, como explica Said (2010, p. 39-41): “tradutor só precisa saber falar outra língua”; “tradutor é intérprete”; “tradutor é professor”; “eu mesmo traduziria se tivesse tempo”; ou “tradutor é dicionário ambulante”. Pagano também menciona alguns deles: “a tradução é uma arte reservada a uns poucos que podem exercê-la graças a um dom especial”; “a tradução é uma atividade prática que requer apenas um conhecimento da língua e um bom dicionário”; “o tradutor deve ser falante bilíngue ou ter morado num país onde se fala a língua estrangeira do par linguístico com que trabalha”; “só se pode traduzir da língua estrangeira para a língua materna, uma vez que só dominamos esta última” e “*traduttori, traditori*” (PAGANO, 2010, p. 12-14).

Se esses mitos estão presentes na sociedade em geral, possivelmente existam também na cultura das instituições. Ao não se importar com manter os tradutores/intérpretes por ela mesma selecionados em seu quadro funcional, percebe-se que a PR não considera o tempo que um tradutor leva para aperfeiçoar-se em seu trabalho técnico até atingir um nível de competência satisfatório para a própria instituição.

2.3 PERFIL DO TRADUTOR INSTITUCIONAL

Um dos objetivos deste trabalho é observar o tradutor institucional, que trabalha nas dependências da PR, tendo como “cliente” a própria instituição, seus colegas, seus superiores hierárquicos ou o próprio Presidente da República. Assim, o que se ressalta é a realização da atividade tradutória sob certas circunstâncias que, eventualmente, podem não se aplicar a tradutores *in house* ou *freelancers*. Robinson (2003, p. 1-3) menciona que a maioria dos tradutores, tradicionalmente, não foi treinada para esse trabalho e muitos passam por treinamentos informais mesmo nos dias atuais. Para ele, o treinamento é fundamental para que o tradutor consiga realizar seu trabalho com velocidade e eficácia, a fim de poder ganhar mais

dinheiro. No entanto, tradutores profissionais precisam saber diminuir a velocidade com que traduzem para examinar com esmero uma palavra, uma frase, uma estrutura sintática ou uma suposição cultural problemática, com total consciência analítica do problema e de suas possíveis soluções. Alguns aspectos importantes para Robinson (2003, p. 12-13), relativamente à confiabilidade do tradutor profissional, são a atenção ao detalhe; a pesquisa e a avaliação do texto; a sensibilidade para as necessidades/instruções do demandante; a versatilidade; o cumprimento dos prazos; a cordialidade e a confidencialidade, e, ainda, a disponibilidade para o uso de ferramentas tecnológicas, como computador, editor de texto, internet, endereço eletrônico e programa de memória de tradução especificado pelo cliente. Segundo Robinson (2003, p. 19), frequentemente se pensa que o tradutor pode ter a noção do que o seu cliente espera dele e de seu trabalho, a partir de sua perspectiva externa, ao acreditar que a precisão é o único objetivo da tradução, que o tradutor não expressa sua opinião ou interpretação pessoal, que o produto acabado, o texto traduzido, é a única coisa que importa. Mais adiante se menciona a perspectiva interna do tradutor, que não é precisamente a mesma de seu cliente.

De acordo com a minha experiência de trabalho, o que um “cliente institucional” como a PR espera de um “tradutor institucional” é que ele esteja preparado para traduzir com precisão para o português e, eventualmente, verter para outras línguas; esteja disponível permanentemente (nas dependências da PR e em casa) para compreender textos em língua estrangeira e verbalizar resumidamente o seu assunto; saiba pesquisar e aprofundar temas de textos em língua estrangeira que lhe são entregues (não necessariamente para traduzir, mas para resumir por escrito ou verbalmente); tenha familiaridade com a terminologia específica dos textos que lhe sejam dados a traduzir; esteja preparado para revisar com rigor as traduções (suas próprias e as de outrem) e também os textos em português que deverá verter para outras línguas; conheça os sistemas políticos e culturais de outros países, para fornecer informações adequadas ao Presidente da República e/ou a seus assessores diretos, e que ele cumpra rigorosamente os prazos que lhe são concedidos. Essa realidade se aproxima bastante do que preconizam os autores mencionados nas próximas seções deste capítulo.

2.3.1 Competência do tradutor

Conforme Robinson (2003, p. 6-7), sob a perspectiva interna do tradutor, são importantes a atividade tradutória em si, o processo de tornar-se tradutor, pesquisar, lidar com as demandas, desenvolver rede de relacionamentos, entregar o texto traduzido ao empregador ou ao cliente,

cobrar e receber pelo serviço prestado. O texto é importante, mas não é o todo. Já sob a perspectiva externa, ou sob o ponto de vista de quem não é tradutor, o texto como produto ou mercadoria é a coisa mais importante. O autor ensina que o usuário da tradução pode também focar na fidedignidade da tradução, na tempestividade da entrega e no menor custo possível, como fatores relevantes. Se ampliarmos o papel do usuário da tradução e considerarmos, para esta pesquisa, que ele também pode ser o “iniciador” de Genzler (2009, p. 103) - aquele que solicita e paga a tradução -, a PR espera do tradutor por ela contratado o produto pronto, de boa qualidade, entregue no prazo estipulado e a baixo custo. Já para o tradutor, ainda segundo Robinson (2003, p. 24), a fidedignidade também é importante como fonte de orgulho profissional e a rapidez também o é como meio para aumentar a renda. Já quanto ao custo, o tradutor autônomo cobra o preço de mercado.

Nesta pesquisa não se pode deixar de abordar, ainda que sem aprofundamento, a questão da competência do tradutor, pois a PR contrata pessoas consideradas hábeis ou capazes de exercer a atividade tradutória para seu quadro funcional. Esses profissionais devem traduzir os textos (quaisquer textos) que lhes forem apresentados, de modo a satisfazer as necessidades do usuário ou do “iniciador” da tradução. Não se considera, nesses casos, o ponto de vista pessoal do tradutor, mesmo sendo ele um ser humano, com opiniões, atitudes, crenças e sentimentos (ROBINSON, 2003, p. 26).

Definir “competência do tradutor” não é tarefa simples, mas aqui se trata tão somente de mencionar alguns dos fatores que importam para o desempenho da atividade tradutória esperado pela instituição contratante. Como a PR não promove exame comprobatório aos tradutores/intérpretes que contrata, ela supõe que o profissional admitido pode entregar a tradução e/ ou realizar a interpretação adequadamente.

Conforme Pagano (2010, p. 12-13), a competência tradutória se define quando o profissional tem conhecimento cultural, linguístico e técnico dos idiomas de partida e de chegada, utiliza estratégias adquiridas pela experiência ou desenvolvidas pela qualificação profissional, domina os registros e os gêneros discursivos, percebe o contexto em que o texto traduzido será empregado, e tem habilidades para buscar recursos externos que o auxiliem na tarefa tradutória.

Gonçalves (2005, p. 61) acredita que a competência tradutória

envolve uma complexa gama de processos cognitivos, biológicos e sociointerativos, entre os quais se incluem conhecimentos procedimentais e declarativos, além de níveis processuais metaconscientes, esses últimos especialmente responsáveis pela solução de problemas e pela tomada de decisão.

Baseando-se na mencionada autora, ele também classifica a competência tradutória geral como “todos aqueles conhecimentos, habilidades e estratégias que o tradutor bem-sucedido possui e que conduzem a um exercício adequado da tarefa tradutória” (Pagano, 2010, p. 13). Baseado na Teoria da Relevância, Gonçalves (2005, p. 62) define a competência tradutória específica como

a maximização dos efeitos contextuais gerados pelo processamento de unidades de tradução recíprocas, uma na língua-fonte e outra na língua-alvo, e também pela maximização da superposição entre esses efeitos contextuais, ou seja pela maximização da sua semelhança interpretativa.

A competência revisora também se revela importante, para a otimização da qualidade da tradução, pois, segundo Lorenzo (2002, p. 133-140), ela é chave na profissão do tradutor atual. A revisão pode ser uma fase do ato tradutório ou uma atividade independente, e pode ser feita pelo próprio tradutor ou por terceiros. Essa revisão externa, muitas vezes, não ocorre por falta de tempo ou por razões econômicas. De todo modo, a revisão é uma das etapas mais importantes do trabalho do tradutor, pois durante sua execução tomam-se as últimas decisões para garantir a boa qualidade e o bom funcionamento do texto traduzido.

Para Chakhachiro (2005, p. 237), a revisão parece ser uma tarefa especializada da atividade tradutória, que requer alta qualificação do tradutor profissional, como a familiaridade com a linguagem especializada. Além disso, os revisores devem estar aptos a interpretar e compreender integralmente os textos de partida, bem familiarizados com os processos da tradução e completamente à vontade com as mais delicadas nuances do sistema da língua de chegada.

Martins (2006, p. 30) preconiza que o tradutor “deve estar preparado para justificar suas opções e escolhas tradutórias, caso venha a ser questionado”. Baseada em outros estudos, ela afirma, ainda, que o tradutor deve saber “usar ferramentas e conhecimento para criar textos que cumpram seu objetivo comunicativo”, de modo a que sejam “aceitos como boas traduções na comunidade que os recebe”.

No que concerne às ferramentas de informática, Said (2010, p. 126-132) ensina que, além dos dicionários e dos equipamentos básicos - computador, *scanner*, impressora, internet banda larga, entre outros - o tradutor deve saber utilizar programa de memória de tradução, pois este tem, no mínimo, as seguintes vantagens: evitar traduzir mais de uma vez um mesmo segmento, o que acarreta economia de tempo; permitir uniformização linguística e terminológica, e evitar

que o tradutor deixe escapar um segmento do texto, o que produz mais qualidade para o produto final.

Kornakov (2000, p. 246-248) trata da competência interpretativa, apontando para as habilidades do intérprete de ouvir, entender e memorizar informação na língua de partida, traduzir mentalmente, comprimir, editar e verbalizar a mensagem na língua de chegada, fazendo a diferença entre interpretação consecutiva (verbalizar a mensagem na língua de chegada) e interpretação simultânea (verbalizar a mensagem na língua de chegada enquanto ouve a nova porção de informação na língua de partida). Ouvir exige atenção e concentração; entender exige percepção e antecipação de elementos eventualmente omitidos no discurso; memorizar informação exige memória ativa de curto, médio e longo prazo, tomada de notas em sistema de símbolos, além de bom ouvido para nomes, topônimos, números e medidas; traduzir mentalmente exige a habilidade de compor textos editados baseados em certas palavras-chave ou símbolos, comprimir e editar bem o texto; e verbalizar exige o saber falar enquanto ouve, na interpretação simultânea, e saber falar e/ou parafrasear textos longos usando códigos e palavras-chave, na interpretação consecutiva (KORNAKOV, 2000, p. 246-248). É possível estender a ideia de “comprimir” para “suprimir informação irrelevante” na interpretação, conforme preconizam Soria et al. (2001, p. 28).

Essa breve explanação sobre a competência do tradutor (e do intérprete) se faz necessária, pois o questionário de pesquisa trata de coletar dados sobre esses temas, ainda que de forma indireta. Nesse contexto, busca-se definir, no próximo tópico, as características do tradutor público e intérprete comercial e de sua tarefa, assim como da vinculação a entidades representativas da categoria profissional, para avaliar se elas seriam requisitos para desempenhar a função de tradutor/intérprete na PR.

2.3.2 Tradutor público e intérprete comercial, legislação e entidades representativas da categoria profissional

No questionário aplicado aos respondentes, há duas perguntas sobre a situação do tradutor/intérprete quanto à representatividade da categoria profissional. Elas tencionam saber a quantidade de profissionais da tradução formalmente vinculados a alguma instituição normalizadora da profissão, paralelamente à sua atividade na PR.

O tradutor público e intérprete comercial (TPIC), também conhecido por “tradutor juramentado”, é o profissional aprovado em concurso promovido pela Junta Comercial do

estado onde tem domicílio e por ela habilitado e credenciado, conforme o Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943 (BRASIL, 1943). Ele traduz textos de qualquer teor, que serão legalmente reconhecidos como fiéis reproduções dos textos originais, isto é, textos que recebem fé pública. Esses textos têm, em geral, finalidade legal e/ou comercial. Enquanto intérprete comercial, pode ser requisitado por cidadãos comuns e por autoridades, a fim de interpretar cidadãos estrangeiros em repartições públicas, audiências e julgamentos em tribunais, situações as mais diversas em cartórios, entre outros, também tendo fé pública. A Junta Comercial de cada estado decide quando realizará certame, para a habilitação de novos profissionais para os idiomas que julgar necessário.

Quanto à legislação referente ao tradutor/intérprete como profissional liberal, a história é mais complexa. Em 1976, ao Ministério do Trabalho, a Abrates (Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes) formulou um pedido de regulamentação para tradutores de texto e para intérpretes de conferência. Essa solicitação foi indeferida em 1980 e até hoje as profissões continuam sem regulamentação (WYLER, 2003, p. 148). Contudo, a categoria profissional de tradutor (como profissão liberal) foi reconhecida por meio da Portaria nº 3.264, de 27 de setembro de 1988, momento em que foi incluído o “36º grupo - Tradutores” na Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL - (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 1988).

Segundo Wyler (2003, p. 16), “sem regulamentação, não há fundamento algum para se exigir do tradutor uma formação básica homogênea”. Talvez esse preceito se aplique em agências de tradução e também em órgãos públicos. Enquanto muito se discute a respeito disso, cursos de graduação, de extensão e de pós-graduação em Tradução continuam a existir em diversas universidades do país, o que é positivo para o fortalecimento da categoria.

Paralelamente aos cursos, há entidades representativas como a Abrates (Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes), o Sintra (Sindicato Nacional dos Tradutores), a APIC (Associação Profissional de Intérpretes de Conferência) e a Abrapt (Associação Brasileira de Pesquisadores em Tradução), que têm tentado agregar os profissionais da tradução em seus projetos e congressos. Essas entidades ainda não congregam a totalidade dos tradutores e intérpretes brasileiros, mas avançam no sentido de fortalecer e reconstruir a imagem - e a autoimagem - dos profissionais da tradução (BONAPARTE, 2008, p. 8-9).

Como se verificará no capítulo dedicado à análise dos dados, poucos respondentes são tradutores públicos e/ou filiados a entidades de classe, pois, como vimos no capítulo anterior, a PR tacitamente não exige esses requisitos para a contratação de tradutores/intérpretes. A PR tampouco proíbe que seus servidores atuem como TPICs ou sejam filiados às referidas

instituições. Isso denota a indiferença à representatividade dessa categoria profissional, ou até mesmo o seu desconhecimento. Assim, delineia-se a (incipiente) política tradutória institucional. Talvez ela apenas reflita a percepção que tem a sociedade, em geral, a respeito dos profissionais da tradução. A título de reflexão, podemos indagar se a vinculação do tradutor/intérprete a alguma entidade de classe favorece o seu desempenho enquanto profissional, bem como a sua sensação de pertencimento a uma categoria cujos direitos e deveres precisam ser definidos e resguardados.

Este segundo capítulo tratou da abordagem teórico-metodológica da pesquisa, informando sobre o instrumento empregado e o referencial teórico no qual sua realização está embasada. O próximo capítulo expõe os dados coletados, alguns cruzamentos de variáveis e suas análises.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo apresentam-se os dados coletados na Presidência da República, por meio da aplicação do questionário anteriormente descrito (APÊNDICE A). Após a coleta, os dados foram lançados em tabela do programa Excel, para a mensuração da quantidade e da porcentagem das respostas fornecidas. Aqui eles estão exibidos em tabelas e/ou gráficos, de modo a permitir a sua leitura em quantidade e em porcentagem.

As sessões deste capítulo levam o nome de cada bloco de perguntas, a fim de facilitar sua localização. A análise dos resultados obtidos está explicitada imediatamente abaixo de cada pergunta transcrita, precedida da tabela e/ou do gráfico. Por meio dessas informações, são feitas relações e correlações com as hipóteses da pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 231).

Há perguntas que se referem aos setores e aos respondentes, simultaneamente. Nessas perguntas, as tabelas mostram as quantidades por setores e por respondentes e os gráficos as mostram em barras horizontais, em barras verticais ou em setores (gráficos circulares ou gráficos de “pizza”). Há perguntas que se referem apenas aos respondentes, então as tabelas mostram as quantidades por respondentes e os gráficos as mostram em barras horizontais, verticais ou em setores.

Como foi explicado anteriormente, são 37 respondentes lotados em 25 setores. Assim, poderá haver coincidência de setor para dois ou mais respondentes. O fato de trabalhar em um mesmo setor não causa coincidência de opinião em todas as respostas. Assim, para algumas perguntas, poderá ocorrer diferença de respostas de servidores tradutores/intérpretes que trabalham em um mesmo setor. Por isso, eventualmente, os setores que têm mais de um tradutor/intérprete aparecerão em respostas diferentes na mesma pergunta, dependendo das opiniões de cada um de seus profissionais.

Ressalte-se que neste trabalho eu me refiro aos respondentes no masculino singular (o, um, algum, nenhum) ou no masculino plural (os, uns, alguns) como “neutro”, para preservar o mais possível a sua identidade.

3.1 BLOCO A - QUANTO AO GÊNERO

Pergunta 1: Gênero

Masculino Feminino

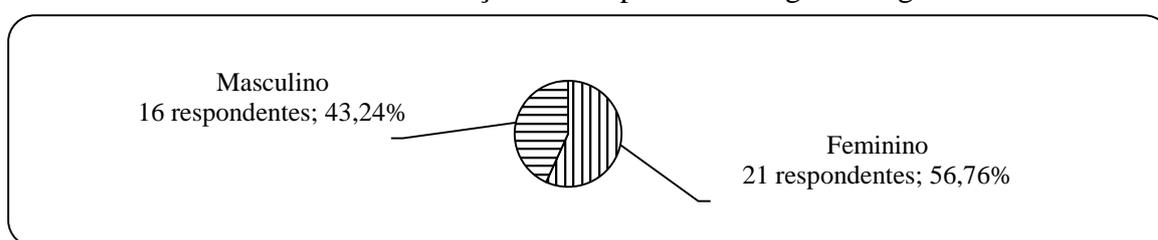
Esta pergunta é voltada para o perfil do tradutor/intérprete e os dados expostos na tabela 3.1 e no gráfico 3.1 foram mensurados por respondente.

Tabela 3.1 - Distribuição dos respondentes segundo o gênero

Gênero	Quant. de respondentes	%
Feminino	21	56,76
Masculino	16	43,24
Total	37	100,00

Fonte: Questionário

Gráfico 3.1 - Distribuição dos respondentes segundo o gênero



Fonte: Questionário

As respostas indicam que a quantidade de respondentes do gênero feminino é pouco maior que a de respondentes do gênero masculino, pois são vinte e uma (21) mulheres e dezesseis (16) homens. Portanto, no período em que a pesquisa de campo foi realizada, na PR havia mais profissionais da tradução mulheres do que homens. Este dado pode refletir a realidade que ocorre, por exemplo, no curso de Mestrado em Estudos da Tradução da Universidade de Brasília, em que há mais mulheres do que homens matriculados. Também na pesquisa realizada no Brasil, em 2016, do grupo MEI - Enquadramento para Tradutores, sobre o mercado atual de profissionais e estudantes de tradução e interpretação e áreas correlatas, 77% dos respondentes são mulheres, enquanto 23% de respondentes são homens (GRUPO MEI - ENQUADRAMENTO PARA TRADUTORES, 2016). Considere-se que em três universos diferentes (instituição pública em Brasília, instituição acadêmica em Brasília e pequena pesquisa de mercado de trabalho em âmbito nacional) os resultados quanto ao gênero apontam para o mesmo sentido: o perfil do tradutor é, nesses três universos, o da “tradutora”, pois mais mulheres do que homens se dedicam à área de tradução.

3.2 BLOCO B - QUANTO AO TIPO DE DOCUMENTO

Pergunta 2: O setor onde trabalha recebe documentos/cartas/e-mails/convites/currículos/solicitações de audiência/telefonemas em outros idiomas e/ou visitantes estrangeiros que não falam português?

() sim () não () não se aplica (comente, se julgar necessário)

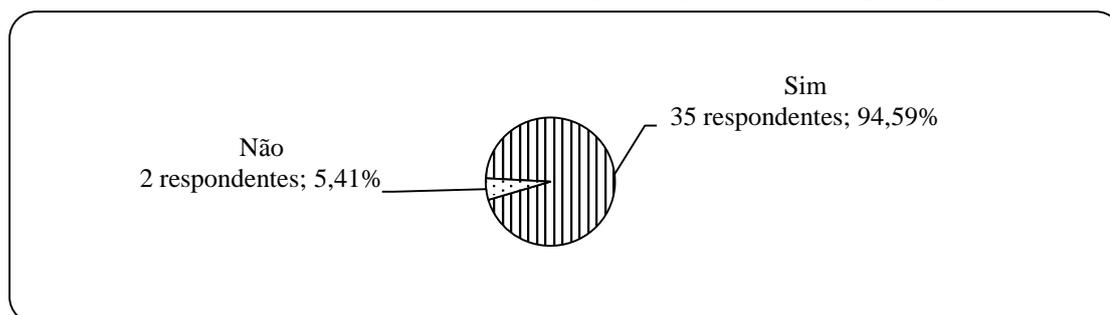
Esta pergunta aponta para as características do ofício/tarefa dos setores. Os dados foram mensurados por setor e por respondente. Na tabela 3.2, eles são visualizados por setor e por respondente e no gráfico 3.2, somente por respondente.

Tabela 3.2 - Distribuição dos setores/respondentes segundo a característica de receberem ou não documentos, cartas, e-mails, convites, currículos, solicitações de audiência, telefonemas em outros idiomas e/ou visitantes estrangeiros que não falam português

Resposta	Quant. de setores/respondentes	% de respondentes
Sim	23/35	94,59
Não	2/2	5,41
Total	25/37	100,00

Fonte: Questionário

Gráfico 3.2 - Distribuição dos respondentes segundo a característica de receberem ou não documentos, cartas, e-mails, convites, currículos, solicitações de audiência, telefonemas em outros idiomas e/ou visitantes estrangeiros que não falam português



Fonte: Questionário

A maioria dos setores onde os respondentes trabalham recebem documentos, telefonemas e/ou visitantes estrangeiros. Um respondente do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) informa que seu setor recebe documentos esporadicamente, e que, quando os recebe, encaminha-os para a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Um respondente do Cerimonial do Gabinete Pessoal do Presidente da República (Cerimonial/GP/PR) e um da Secretaria-Executiva da Casa Civil (SE/CC) informam que não recebem documentos desse tipo.

Essas informações podem refletir: 1) o respondente não quis informar; e/ou 2) o respondente faz um serviço específico no setor (revisão, por exemplo) e não tem acesso à triagem dos documentos que ali chegam. Como a maioria dos setores pesquisados recebe documentos escritos, telefonemas e visitantes estrangeiros, o ideal seria que a instituição pudesse definir uma política tradutória para a gestão e organização da realização das tarefas. Como exemplo de boas práticas, seria possível disponibilizar aos respondentes glossários bilíngues de formas de tratamento, de saudações, de termos relativos aos cargos e funções dos servidores dos poderes executivo, legislativo e judiciário, e de termos relativos à visitação turística ao Palácio do Planalto, bem como padronizar com rigor, em duas línguas, os registros dos documentos/telefonemas, por meio dos sistemas informáticos já existentes utilizados pela PR, de modo a permitir a consulta desses registros por qualquer servidor, respeitando sempre o grau de sigilo indicado pelos interessados.

Pergunta 3: Se sim, que tipo de demandas recebe?

- cartas/ofícios e-mails convites
 currículos solicitando emprego solicitações de audiência
 telefonemas visitantes estrangeiros outro (especificar: _____)
 não se aplica (comente, se julgar necessário)

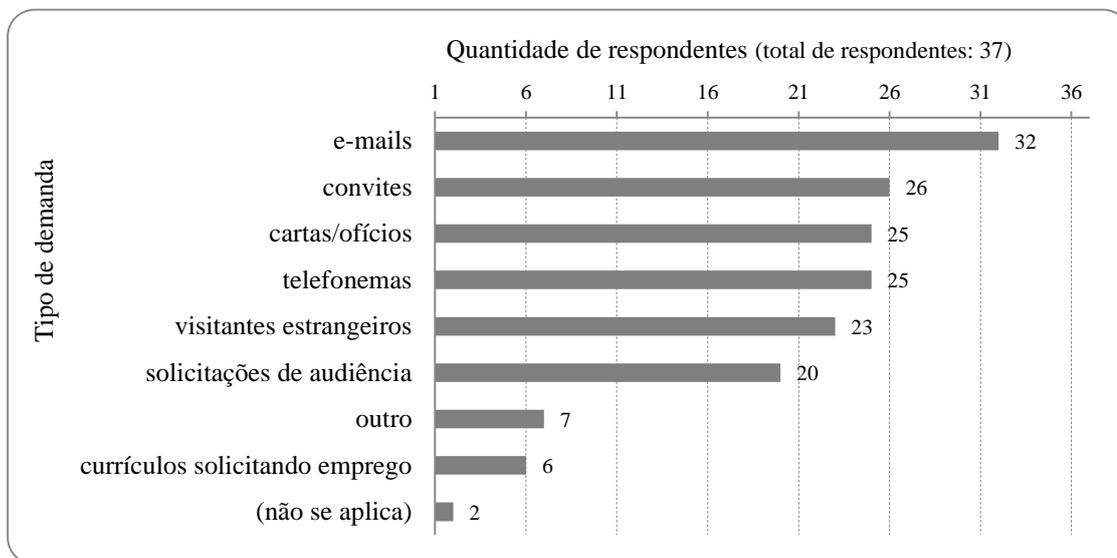
Esta pergunta aponta também para as características do ofício/tarefa dos diferentes setores. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por setor e por respondente. Na tabela 3.3, eles são visualizados por setor e por respondente e no gráfico 3.3, somente por respondente.

Tabela 3.3 - Distribuição dos setores/respondentes conforme o tipo de demanda recebida

Tipo de demanda recebida	Quant. de setores/respondentes	% de respondentes
e-mails	21/32	86,49
convites	17/26	70,27
cartas/ofícios	16/25	67,57
telefonemas	18/25	67,57
visitantes estrangeiros	17/23	62,16
solicitações de audiência	15/20	54,05
outro	5/7	18,92
currículos solicitando emprego	3/6	16,22
(não se aplica)	2/2	5,41

Fonte: Questionário

Gráfico 3.3 - Distribuição dos respondentes conforme o tipo de demanda recebida



Fonte: Questionário

A modalidade “e-mail” é a que mais aparece como documento recebido em idioma estrangeiro nos setores. Percebe-se que o uso da mensagem eletrônica supera os outros meios de comunicação, neste caso específico de documentação recebida pelos tradutores da Presidência da República. Em seguida, aparecem convites, cartas/ofícios, telefonemas, visitantes estrangeiros, solicitações de audiência, outros tipos de documento e currículos solicitando emprego.

Quanto à opção “outro”: um respondente da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/Casa Civil (SEDES/CC) informa que o setor recebe documentos gerais inseridos no contexto de atividades de cooperação internacional; um respondente da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) informa que o setor recebe documentos publicados por organismos internacionais, revistas estrangeiras, material institucional, livros, documentos relativos a eventos que contarão com a participação do Ministro ou de servidores do setor, traduções de documentos oficiais ou de material original cujos originais estão em português, documentos preparatórios ou resultantes de encontros de trabalho realizados no âmbito de instâncias que reúnem países, tais como BRICS, Fórum Econômico Mundial, Mercosul, entre outros; dois respondentes da Secretaria de Competitividade e Gestão/Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SECOMP/SMPE) informam que o setor recebe documentos técnicos para análise; dois respondentes do Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC) informam que o setor recebe artigos científicos (resumos,

sumários, títulos e palavras-chave de artigos) que são publicados na Revista Jurídica da PR, de periodicidade quadrimestral; e um respondente do Gabinete-Adjunto de Informações em Apoio à Decisão/Gabinete Pessoal do Presidente da República (GAIA/GP/PR) informa que o setor recebe documentos técnicos. Um respondente do Cerimonial do Gabinete Pessoal do Presidente da República (Cerimonial/GP/PR) e um da Secretaria-Executiva da Casa Civil (SE/CC) informam que esta pergunta “não se aplica”, pois na pergunta anterior informam que não recebem documentos desse tipo.

Em geral, em função da urgência da demanda, a PR tem como política priorizar o atendimento, na seguinte ordem, aos visitantes (brasileiros e estrangeiros), aos telefonemas, aos e-mails, aos convites, às solicitações de audiência, às cartas/ofícios e aos currículos solicitando emprego recebidos em língua portuguesa. No entanto, dependendo de quem é o remetente da carta/ofício (governador, prefeito de capital) e do teor da demanda, poderá haver priorização diferente da acima mencionada. Quanto ao que se recebe em língua estrangeira, os convites, as solicitações de audiência, os e-mails, os telefonemas e os visitantes estrangeiros têm igual prioridade, pois podem referir-se a assuntos internacionais urgentes, e como deve haver a tradução e/ou a interpretação, o tempo que se leva para resolver a questão é maior do que quando se trata de assuntos domésticos em língua portuguesa, devido à tradução (que pode ser encaminhada à agência de tradução contratada pela PR) ou devido ao tempo necessário para se convocar um intérprete. É uma política institucional que se volta ao prazo de resposta da demanda e ao tipo de demandante e que, de alguma maneira, acaba dirigindo-se também para a tradução, ao priorizar o atendimento aos tipos de demanda mencionados. Contudo, não é uma política especificamente tradutória.

Pergunta 4: O setor onde trabalha tem necessidade de ler textos/sítios internet em idiomas estrangeiros para melhor realizar suas atividades?

sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

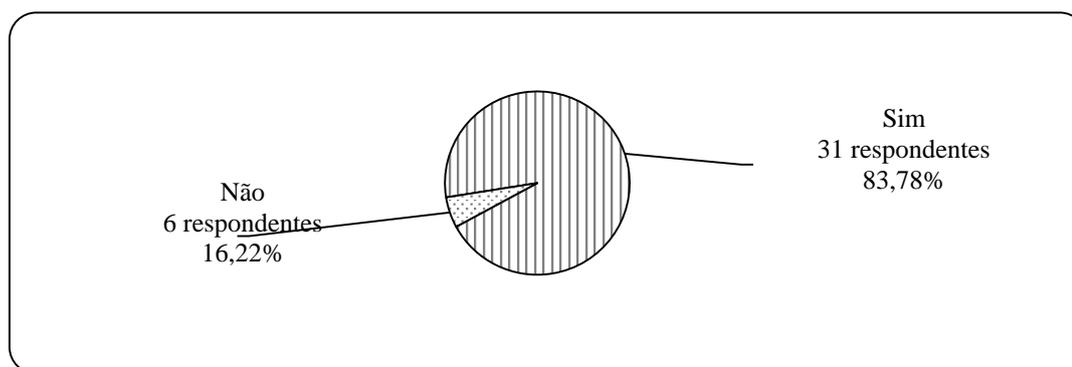
Esta pergunta aponta para o tipo tarefa que os respondentes realizam e para as necessidades que eles têm para poder realizá-las em seus setores. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por setor e por respondente. Na tabela 3.4, eles são visualizados por setor e por respondente e no gráfico 3.4, somente por respondente.

Tabela 3.4 - Distribuição dos setores/respondentes segundo a necessidade de ler textos/sítios internet em idiomas estrangeiros para melhor realizarem suas atividades

Resposta	Quant. de setores/respondentes	% de respondentes
sim	22/31	83,78
não	6/6	16,22
Total	28/37	100,00

Fonte: Questionário

Gráfico 3.4 - Distribuição dos respondentes segundo a necessidade de ler textos/sítios internet em idiomas estrangeiros para melhor realizarem suas atividades



Fonte: Questionário

Em 22 setores, 31 respondentes informam haver necessidade de ler textos/sítios internet em idiomas estrangeiros para melhor realizar suas atividades. Em seis setores, seis respondentes informam não haver essa necessidade.

São 25 os setores da PR entrevistados, mas nesta pergunta aparecem 28 setores. Isso ocorre porque tanto na Coordenação-Geral de Relações Públicas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (COREP/SA/SG) como no Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC) há dois respondentes em cada setor. Um informa que o setor necessita ler textos/sítios internet para melhor realizar suas atividades e outro informa que não. Na Diretoria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DDH/GP/PR) há quatro respondentes. Três informam que o setor necessita ler textos/sítios internet para melhor realizar suas atividades e um informa que não. Por isso, esses três setores aparecem na contagem tanto de respostas “sim” quanto de respostas “não”, e o total de setores aumenta de 25 para 28. Percebe-se que o fato de trabalhar em um mesmo setor não causa coincidência de opinião a respeito de um mesmo assunto. Essa diferença pode ocorrer devido à especificidade do trabalho que um e outro servidores tradutores/intérpretes recebem de seus chefes ou do Presidente da República, diretamente

dele(a) ou por meio de seus assessores. Talvez, nos setores indicados, essa diferença denote a ausência de reuniões de trabalho entre chefias e tradutores, com orientações precisas para a construção de conhecimento sobre assuntos internacionais, que poderia ser uma política de trabalho voltada para a tradução e para o tradutor.

De todo modo, na maioria dos setores pesquisados, há necessidade de obtenção de informação internacional por meio de textos e sítios da internet para uma melhor realização das atividades laborais dos respondentes. Aqui, a instituição se faz presente ao fornecer as condições para a consulta dos respondentes (textos paralelos pertencentes aos setores, revistas, brochuras, computadores, internet banda larga, suporte tecnológico e informático permanente, com esquema de plantão noturno para o caso de trabalho urgente). Além disso, a PR se ajusta quanto ao direcionamento político dos textos das páginas eletrônicas lidos ou consultados e, eventualmente traduzidos. É o que se espera do empregador que contrata profissionais da tradução para trabalharem em suas dependências. Não se trata de aplicação de política especificamente linguística, mas pode ser uma política tradutória.

Pergunta 5: O setor onde trabalha tem necessidade de ouvir rádio/assistir televisão em idiomas estrangeiros para melhor realizar suas atividades?

() sim () não () não se aplica (comente, se julgar necessário)

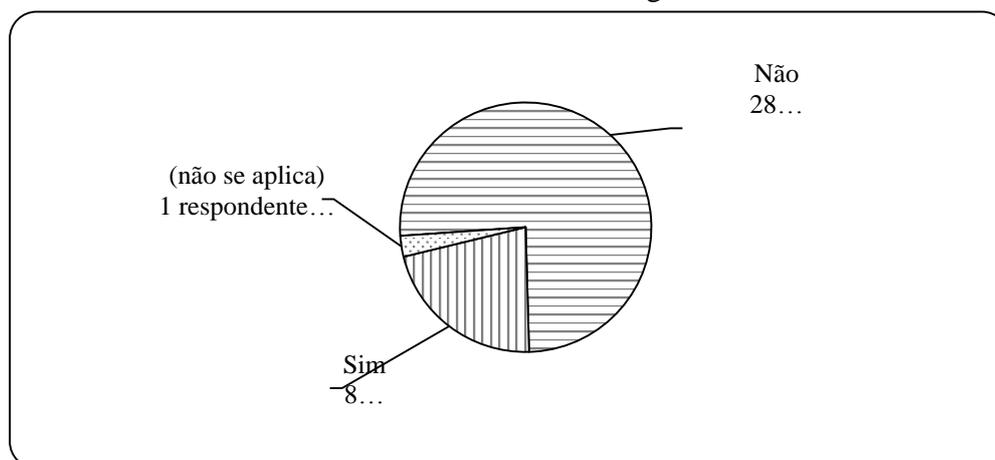
Esta pergunta aponta para o tipo tarefa que os respondentes realizam e para as necessidades que eles têm para poder realizá-las em seus setores. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por setor e por respondente. Na tabela 3.5, eles são visualizados por setor e por respondente e no gráfico 3.5, somente por respondente.

Tabela 3.5 - Distribuição dos setores/respondentes segundo a necessidade de ouvir rádio/assistir televisão em idiomas estrangeiros para melhor realizarem suas atividades

Resposta	Quant. de setores/respondentes	% de respondentes
não	18/28	75,68
sim	8/8	21,62
(não se aplica)	1/1	2,70
Total	27/37	100,00

Fonte: Questionário

Gráfico 3.5 - Distribuição dos respondentes segundo a necessidade de ouvir rádio/assistir televisão em idiomas estrangeiros



Fonte: Questionário

Em 18 setores, 28 respondentes informam que os setores onde trabalham não têm necessidade de ouvir rádio e/ou de assistir televisão em idiomas estrangeiros para melhor realizar suas atividades, enquanto em oito setores, oito respondentes informam haver essa necessidade. Em um setor, um respondente escolheu a opção “não se aplica”.

O total de setores é de 27 (e não de 25) porque cada um dos três respondentes da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG) optou por respostas distintas. Um informou “não”, um informou “sim” e outro informou “não se aplica”, então o setor aparece na contagem das três opções. O respondente que informou “não se aplica” é estagiário do CIEE.

Assim como para a pergunta 4, aqui também a instituição se faz presente, fornecendo as ferramentas para que os respondentes possam atualizar-se cultural e politicamente, ouvindo rádio (pela internet) e assistindo televisão (pela internet ou com aparelho de televisão na sala de trabalho), bem como equipe de suporte tecnológico e informático, conforme mencionado anteriormente. Em muitas salas de trabalho da PR há aparelhos televisivos instalados, que ficam ligados permanentemente, com volume baixo ou nulo, em função da dinâmica da instituição. Dependendo do tipo de trabalho realizado no ambiente, a televisão pode ficar sintonizada em canais internacionais, para que os servidores se atualizem com notícias do exterior. Em alguns setores, é obrigatório que a televisão fique ligada durante o expediente inteiro, pois as notícias veiculadas por esse meio de comunicação podem ser consideradas como um “termômetro” para a política e para a economia nacionais. Como apenas oito respondentes precisam desses dois meios de comunicação para melhor realizar suas atividades, isso demonstra que esses não são

os meios preferidos pelos tradutores/intérpretes para a construção de conteúdo informativo internacional.

Pergunta 6: O setor onde trabalha produz documentos/cartas/e-mails/convites/currículos de servidores/solicitações de audiência/telefonemas em outros idiomas?

() sim () não () não se aplica (comente, se julgar necessário)

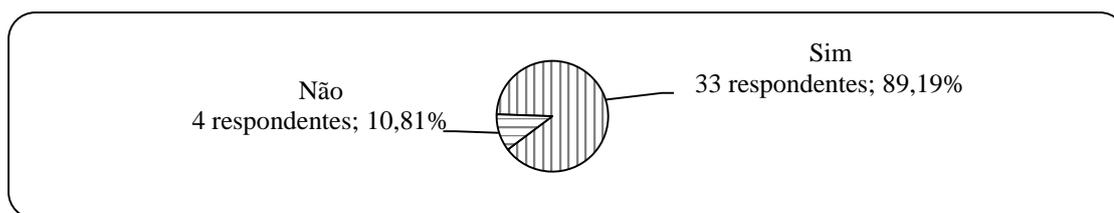
Esta pergunta aponta para o tipo de tarefa executado nos setores. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por setor e por respondente. Na tabela 3.6, eles são visualizados por setor e por respondente e no gráfico 3.6, somente por respondente.

Tabela 3.6 - Distribuição dos setores/respondentes segundo o aspecto de produzirem ou não documentos/cartas/e-mails/convites/currículos de servidores/solicitações de audiência/telefonemas em outros idiomas

Resposta	Quant. de setores/respondentes	% de respondentes
sim	22/33	89,19
não	4/4	10,81
Total	26/37	100,00

Fonte: Questionário

Gráfico 3.6 - Distribuição dos respondentes segundo o aspecto de produzirem ou não documentos/cartas/e-mails/convites/currículos de servidores/solicitações de audiência/telefonemas em outros idiomas



Fonte: Questionário

Em 22 setores, 33 respondentes informam que os setores onde trabalham produzem documentos / cartas/ e-mails / convites / currículos de servidores / solicitações de audiência / telefonemas em outros idiomas. Em quatro setores, quatro respondentes informam que o setor não os produz.

O total de setores é de 26 (e não de 25) porque no Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC) há dois respondentes e um afirma que sim e outro afirma que não. Por isso, o setor aparece na contagem das duas opções.

Os setores cujos respondentes afirmam não haver produção de documentos em língua estrangeira são: Biblioteca/Diretoria de Gestão de Pessoas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (Biblioteca/DIGEP/SA/SG), Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC), Gabinete-Adjunto de Informações em Apoio à Decisão/Gabinete Pessoal do Presidente da República (GAIA/GP/PR) e Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Nota-se que em boa parte dos setores pesquisados há produção de textos/telefonemas em idioma estrangeiro, o que revela um saber mais específico dos tradutores/intérpretes. Os respondentes deste questionário são brasileiros e sua língua materna é o português do Brasil. Sabe-se que escrever em outra língua e interpretar para outra língua que não a língua natural é tarefa que exige competências específicas. A PR algumas vezes oferece cursos básicos de inglês e de espanhol a seus servidores, mas não há regularidade na oferta. Qualquer servidor pode frequentar os cursos, mas depende de a chefia permitir que o servidor se ausente do ambiente de trabalho no horário do expediente, que é quando as aulas são ministradas no Centro de Capacitação e Desenvolvimento da Presidência da República (CECAD/PR). Não são cursos voltados para o aperfeiçoamento e conversação naqueles idiomas, nem para a versão de documentos escritos originalmente em português. Além disso, sabe-se que esses cursos não formam tradutores ou intérpretes. A iniciativa existente na PR, então, não é voltada para a tradução e para os tradutores/intérpretes, mas direcionada aos servidores que desejam ter conhecimentos básicos de inglês e de espanhol.

Pergunta 7: Se sim, que tipo de documentos produz?

- cartas/ofícios e-mails convites currículos de servidores
 solicitações de audiência telefonemas
 sítios internet/páginas eletrônicas/blogs outro (especificar: _____)

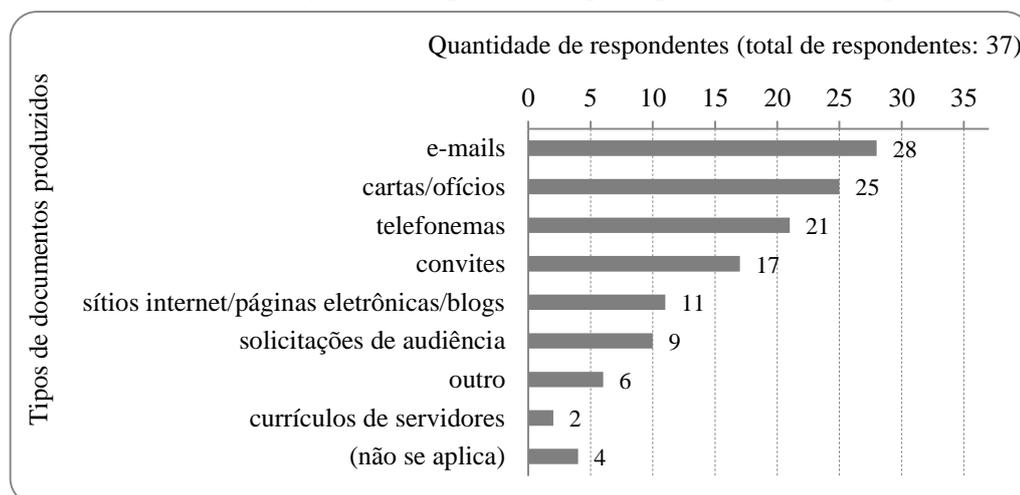
Esta pergunta aponta também para as características das tarefas produzidas pelos diferentes setores. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por setor e por respondente, sempre lembrando que são 25 os setores consultados e 37 os respondentes. Na tabela 3.7, eles são visualizados por setor e por respondente e no gráfico 3.7, somente por respondente.

Tabela 3.7 - Distribuição dos setores/respondentes por tipo de documento produzido

Tipos de documentos produzidos	Quant. de setores/respondentes	% de respondentes
e-mails	19/28	75,68
cartas/ofícios	15/25	67,57
telefonemas	14/21	56,76
convites	12/17	45,95
sítios internet/páginas eletrônicas/blogs	9/11	29,73
solicitações de audiência	9/9	24,32
outro	6/6	16,22
currículos de servidores	2/2	5,41
(não se aplica)	4/4	10,81

Fonte: Questionário

Gráfico 3.7 - Distribuição dos respondentes por tipo de documento produzido



Fonte: Questionário

A modalidade “e-mail” é a que mais aparece como documento produzido em idioma estrangeiro nos setores. Percebe-se, também aqui, que o uso da mensagem eletrônica supera os outros meios de comunicação, neste caso específico de documentação produzida pelos tradutores da Presidência da República. Em seguida, aparecem cartas/ofícios, telefonemas, convites, sítios internet/páginas eletrônicas/blogs, solicitações de audiência, outros tipos de documento e currículos de servidores.

Quanto à opção “outro”: um respondente da Assessoria Especial do Presidente da República (AESP/PR) informa que o setor produz artigos de jornais e revistas, discursos, palestras em outros idiomas; um respondente da Secretaria de Competitividade e Gestão/Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SECOMP/SMPE) informa que o setor produz documentos técnicos em outros idiomas; um respondente da Subchefia de Análise e

Acompanhamento de Políticas Governamentais/Casa Civil (SAG/CC) informa que o setor produz vídeo e audioconferências em outros idiomas; um respondente da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG) informa que o setor produz relatórios e *briefings* em outros idiomas; um respondente do Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC) informa que formulários de avaliação/classificação de periódicos, resumos de artigos, orientações aos autores dos artigos publicados na revista jurídica da PR; um respondente da Secretaria-Executiva da Casa Civil (SE/CC) informa que o setor produz cartões de visita de servidores em outros idiomas.

Quanto à opção “não se aplica”: os setores cujos respondentes escolheram essa opção são os mesmos onde não há produção de documentos em língua estrangeira, conforme respostas à pergunta 6 - Biblioteca/Diretoria de Gestão de Pessoas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (Biblioteca/DIGEP/SA/SG), Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC), Gabinete-Adjunto de Informações em Apoio à Decisão/Gabinete Pessoal do Presidente da República (GAIA/GP/PR) e Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

As mensagens eletrônicas institucionais, como os outros documentos, e os telefonemas, exigem o registro de língua formal e padronizado, tanto em português quanto em outros idiomas. No entanto, como vimos na pergunta 6, a PR não fornece cursos de aperfeiçoamento para tradutores e intérpretes. É possível que a PR espere que os profissionais da tradução que ela admite em seu quadro funcional já estejam preparados para redigir e falar usando o registro adequado às situações mais diversas que ali se apresentam quotidianamente. Quanto à linguagem usada em páginas eletrônicas e blogs, sabe-se que é voltada para aumentar a visibilidade dos assuntos de interesse da PR, na tentativa de atingir a maior quantidade possível de leitores. Na PR não há política linguística dedicada ao aprendizado, ao treinamento ou o aperfeiçoamento de tradutores nesse campo das mídias sociais e/ou páginas eletrônicas, como cursos de produção textual, de informática ou de otimização de sítios da internet (SEO – *Search Engine Optimization*). O que é produzido nesse sentido, em termos de atividade tradutória, parte do profissional que redige e/ou traduz o conteúdo publicizado nesses meios de comunicação.

3.3 BLOCO C - QUANTO AO IDIOMA ESTRANGEIRO

Pergunta 8: Em que idiomas estrangeiros estão os textos/telefonemas que o setor recebe?

- inglês espanhol francês italiano alemão búlgaro
 árabe outro (especifique qual/quais: _____)
 não se aplica (comente, se julgar necessário)

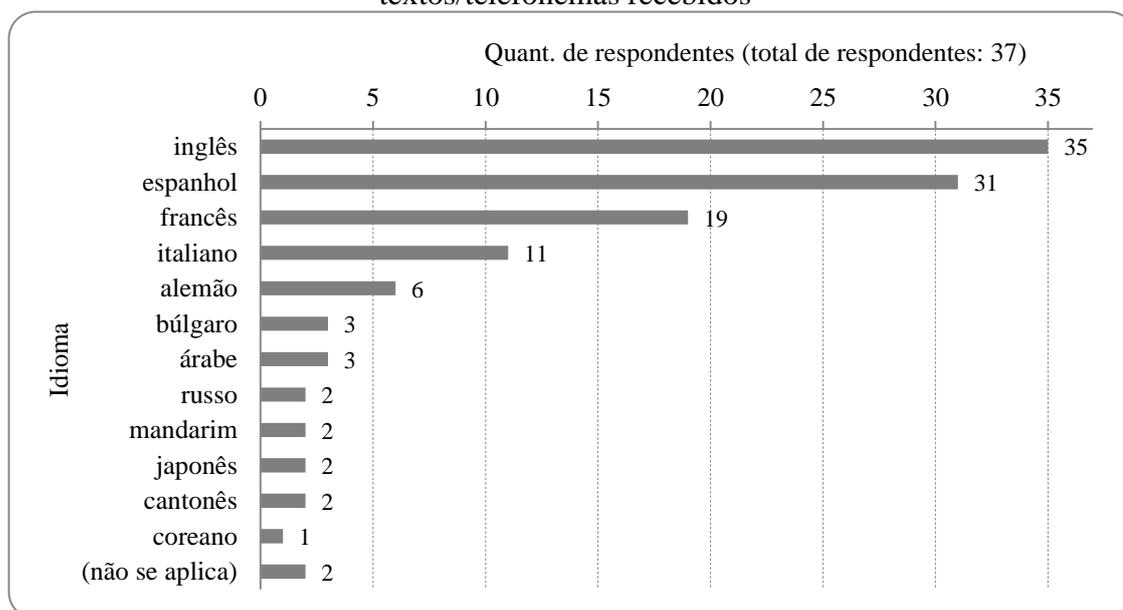
Esta pergunta aponta para a política tradutória institucional. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por setor e por respondente. Na tabela 3.8, eles são visualizados por setor e por respondente e no gráfico 3.8, somente por respondente.

Tabela 3.8 - Distribuição dos setores/respondentes segundo o idioma estrangeiro dos textos/telefonemas recebidos

Idioma	Quant. de setores/respondentes	% de respondentes
inglês	23/35	94,59
espanhol	19/31	83,78
francês	10/19	51,35
italiano	5/11	29,73
alemão	3/6	16,22
búlgaro	2/3	8,11
árabe	2/3	8,11
russo	1/2	5,41
mandarim	1/2	5,41
japonês	1/2	5,41
cantonês	1/2	5,41
coreano	1/1	2,70
(não se aplica)	2/2	5,41

Fonte: Questionário

Gráfico 3.8 - Distribuição dos respondentes segundo o idioma estrangeiro dos textos/telefonemas recebidos



Fonte: Questionário

Os idiomas escolhidos para compor a pergunta foram os mais comuns ao mundo político, comercial e diplomático (inglês, espanhol, francês, italiano e alemão); o búlgaro foi escolhido pelo fato de a Presidente Dilma Rousseff ter ascendência búlgara, e o árabe, pelo fato de o Vice-presidente Michel Temer ter ascendência libanesa, e esses fatores promovem o recebimento de documentos e telefonemas por parte de setores vinculados mais diretamente ao Presidente da República.

Quanto à opção “outro”: na Diretoria de Gestão Interna do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DGI/GP/PR) dois respondentes informam que o setor recebe documentos em russo, mandarim, japonês, cantonês e um respondente informa que o setor recebe documentos em coreano.

Quanto à opção “não se aplica”: um respondente do Cerimonial do Gabinete Pessoal do Presidente da República (Cerimonial/GP/PR) e um respondente da Secretaria-Executiva da Casa Civil (SE/CC) informaram “não se aplica”.

Mais de 90% dos respondentes informam que os setores onde trabalham recebem textos e telefonemas em inglês. Aqui aparece a força desse idioma nas comunicações entre o Brasil e outros países, na mais alta esfera do poder executivo. Embora o Brasil faça parte do Mercosul e tenha extensas fronteiras com países que têm como língua oficial o espanhol, este idioma aparece em segundo lugar em quantidade, quanto aos textos e telefonemas recebidos nos setores pesquisados. O predomínio do inglês aparece também mais adiante, em outras perguntas do

questionário. O ideal seria que a PR pudesse investir mais em uma política tradutória de aprimoramento do inglês e do espanhol para os servidores tradutores/intérpretes, e não somente voltada para os que necessitam ou desejam ter conhecimentos elementares desses dois idiomas estrangeiros.

Pergunta 9: Em que idiomas estrangeiros estão os textos/telefonemas que o setor produz?

- inglês espanhol francês italiano alemão búlgaro
 árabe outro (especifique qual/quais: _____)
 não se aplica (comente, se julgar necessário)

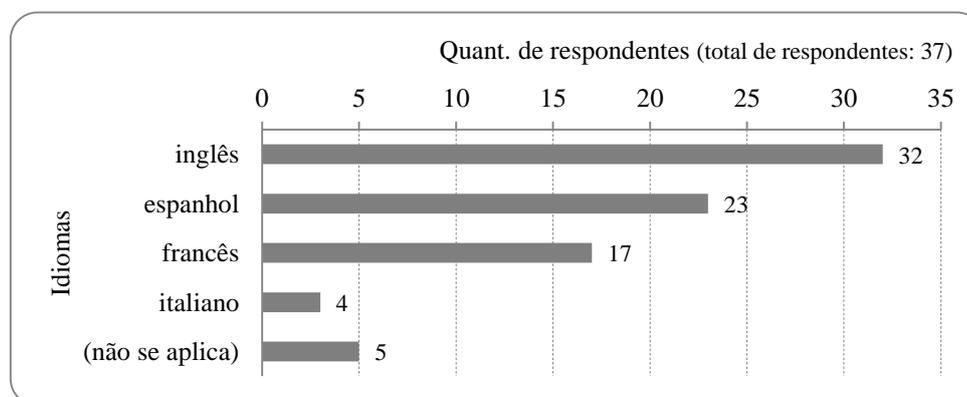
Como na pergunta anterior, o foco aqui é a política tradutória institucional. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por setor e por respondente. Na tabela 3.9, eles são visualizados por setor e por respondente e no gráfico 3.9, somente por respondente.

Tabela 3.9 - Distribuição dos setores/respondentes segundo o idioma estrangeiro dos textos/telefonemas produzidos

Idiomas	Quant. de setores/respondentes	% de respondentes
inglês	22/32	86,49
espanhol	17/23	62,16
francês	12/17	45,95
italiano	2/4	10,81
(não se aplica)	5/5	13,51

Fonte: Questionário

Gráfico 3.9 - Distribuição dos respondentes segundo o idioma estrangeiro dos textos/telefonemas produzidos



Fonte: Questionário

Os idiomas escolhidos para compor a pergunta foram os mais comuns ao mundo político, comercial e diplomático (inglês, espanhol, francês, italiano e alemão); o búlgaro foi escolhido pelo fato de a Presidente Dilma Rousseff ter ascendência búlgara, e o árabe, pelo fato de o Vice-presidente Michel Temer ter ascendência libanesa, e esses fatores promovem o recebimento de documentos e telefonemas por parte de setores vinculados mais diretamente ao Presidente da República. Em nenhum setor da PR há produção de textos ou telefonemas em alemão, búlgaro, árabe ou outro idioma além desses.

Quanto à opção “não se aplica”: os setores cujos respondentes escolheram essa opção são os mesmos onde não há produção de documentos em língua estrangeira, conforme respostas à pergunta 6 - Biblioteca/Diretoria de Gestão de Pessoas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (Biblioteca/DIGEP/SA/SG), Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC), Gabinete-Adjunto de Informações em Apoio à Decisão/Gabinete Pessoal do Presidente da República (GAIA/GP/PR) e Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Além desses, um respondente do Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC) também informou “não se aplica”. No entanto, outro respondente desse mesmo setor informou produzir textos/telefonemas em inglês, espanhol e francês. É possível que essa diferença se deva às peculiaridades das atividades de cada um dos respondentes, o que ocorre também em função do que a chefia determina, e não exclusivamente pelas competências específicas de cada respondente.

Nesta pergunta também o idioma inglês prepondera sobre os outros e é seguido do espanhol, o que reafirma a necessidade de a PR elaborar e aplicar uma política tradutória, com enfoque na produção escrita e na conversação, principalmente nesses dois idiomas. Proporcionar cursos de idiomas a seus profissionais da tradução, a fim de melhorar a qualidade da produção textual, da conversação e da interpretação, bem como a da uniformidade terminológica seria uma boa prática.

3.4 BLOCO D - QUANTO AO TRADUTOR

Pergunta 10: Quem traduz os documentos recebidos pelo setor?

- o servidor que faz a triagem dos documentos
- o servidor do setor que sabe ler em outro idioma
- o servidor do setor designado para traduzir

() os documentos são enviados à DILOG, para serem traduzidos pela agência de tradução contratada pela Presidência da República

() não se aplica (comente, se julgar necessário)

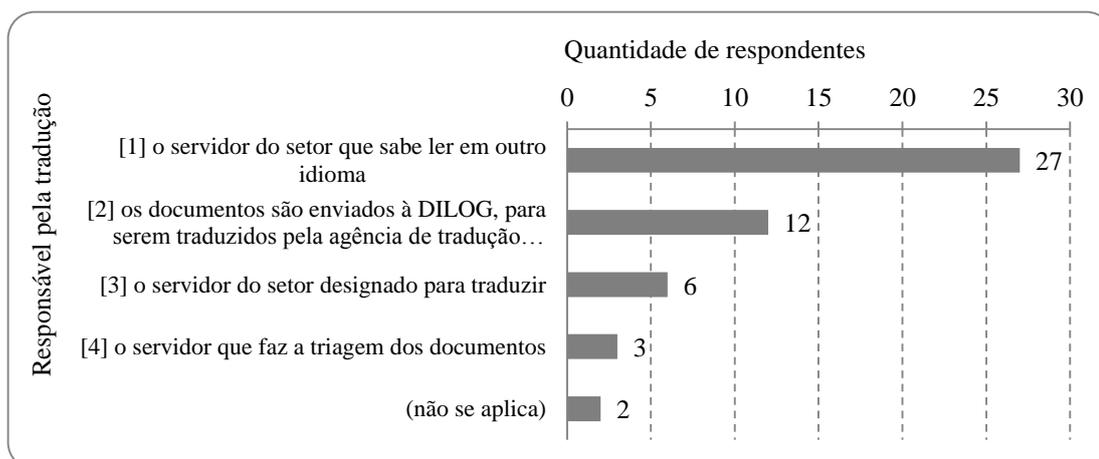
Esta pergunta aponta para a política tradutória institucional, pois apresenta a maneira como os setores da PR se organizam ao escolher quem traduz os documentos recebidos. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por setor e por respondente e os respondentes puderam escolher mais que uma opção. Na tabela 3.10, eles são visualizados por setor e por respondente e no gráfico 3.10, somente por respondente.

Tabela 3.10 - Distribuição dos setores/respondentes segundo quem traduz os documentos recebidos

Quem traduz	Quant. de setores	Respondentes	
		Quant.	%
[1] o servidor do setor que sabe ler em outro idioma	19	27	72,97
[2] os documentos são enviados à DILOG, para serem traduzidos pela agência de tradução contratada pela PR	7	12	32,43
[3] o servidor do setor designado para traduzir	4	6	16,22
[4] o servidor que faz a triagem dos documentos	3	3	8,11
(não se aplica)	2	2	5,41

Fonte: Questionário

Gráfico 3.10 – Distribuição dos respondentes segundo quem traduz os documentos recebidos



Fonte: Questionário

A maior parte dos respondentes informou que quem traduz é “o servidor do setor que sabe ler em outro idioma”. Em segundo lugar vem a opção “os documentos são enviados à DILOG,

para serem traduzidos pela agência de tradução contratada pela PR”. Pela minha experiência na PR, o envio à DILOG ocorre quando a chefia assim determina; quando os textos são muito extensos; quando eles estão em idiomas que o tradutor do setor não pode traduzir ou quando a tradução não deve ser entregue em prazo de extrema urgência.

Em terceiro lugar vem a opção “o servidor do setor designado para traduzir”. Esses dados demonstram que não há uma política tradutória incisiva da instituição voltada para a contratação de tradutores e que a tradução é feita por quem sabe ler em outro idioma, o que não é suficiente como competência para traduzir, conforme preconizam os teóricos mencionados no segundo capítulo. Há, ainda, alguns respondentes que escolheram a opção “o servidor que faz a triagem dos documentos/telefonemas”, o que demonstra que, em alguns setores, já se pode traduzir alguns documentos no momento em que eles chegam ao setor, ou já se responde à pergunta do cidadão estrangeiro no primeiro telefonema, o que agiliza o cumprimento da demanda recebida.

Quanto à opção “não se aplica”: um respondente do Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC) informa que os textos já vêm traduzidos pelos autores dos artigos. O setor faz a revisão da tradução que os autores fizeram, para evitar erros mais grosseiros, frutos de tradução via Google Tradutor. A revisão é feita apenas nos 10 artigos selecionados para publicação. A revisão dos demais artigos recebidos pelo setor não é feita, pois eles serão dispensados. Um respondente do Cerimonial do Gabinete Pessoal do Presidente da República (Cerimonial/GP/PR) também escolheu a opção “não se aplica”, mas não deixou comentário.

A falta de política tradutória caracteriza a instituição integralmente, pois parece que para a PR basta que o servidor saiba ler em outro idioma, para que ele traduza. Dos 25 setores, somente quatro designaram tradutores para exercer essa atividade. E há que se informar também que os tradutores não fazem somente traduções. Quando há alguma atividade urgente no setor, para atender algum pedido pessoal do Presidente da República ou de seus assessores, todos os servidores são deslocados de seus afazeres para cumprir a tarefa emergencial. Assim, o tradutor designado traduz, mas não faz somente isso durante sua jornada de trabalho.

Pergunta 11: Critérios de seleção. Como o servidor do setor que lê em outro idioma ou que está designado para traduzir os documentos é selecionado para trabalhar no setor?

- () por indicação pessoal de algum colega ou chefe da Presidência da República
- () por meio de colegas de seu órgão de origem
- () por já trabalhar na Presidência e ter saberes que lhe permitem efetuar traduções
- () por ter formação específica na área de línguas estrangeiras/tradução
- () não se aplica (comente, se julgar necessário)

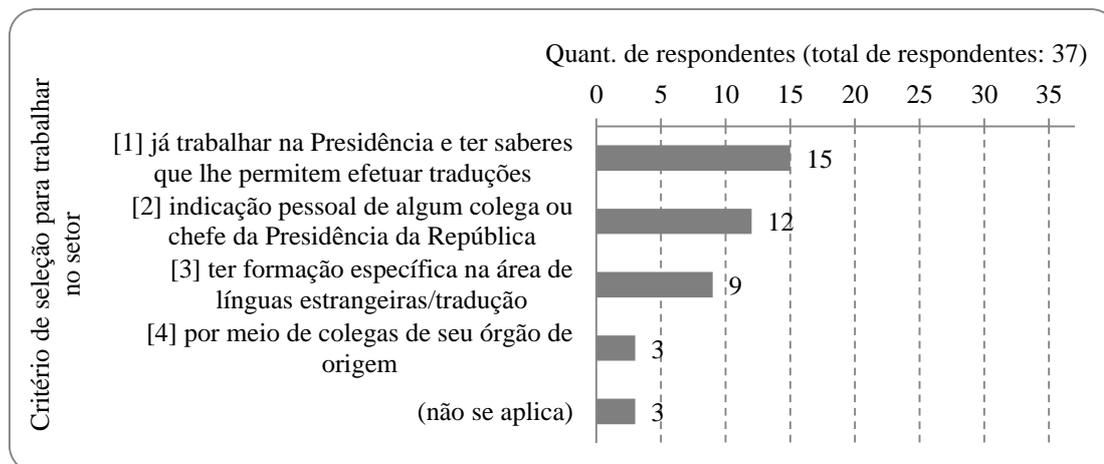
Como na pergunta anterior, o foco aqui é a política tradutória institucional. Conforme foi explicado anteriormente, a PR não promove concurso público e utiliza outros instrumentos para compor seu quadro funcional. Assim, cada setor tem a liberdade de selecionar seus profissionais da tradução conforme suas necessidades e objetivos. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por setor e por respondente. Os respondentes puderam escolher mais que uma opção. Na tabela 3.11, eles são visualizados por setor e por respondente e no gráfico 3.11, somente por respondente.

Tabela 3.11 - Distribuição dos setores/respondentes segundo o critério de seleção adotado para o servidor trabalhar no setor

Critério de seleção para trabalhar no setor	Quant. de setores/respondentes	% de respondentes
[1] já trabalhar na Presidência e ter saberes que lhe permitem efetuar traduções	14/15	40,54
[2] indicação pessoal de algum colega ou chefe da Presidência da República	8/12	32,43
[3] ter formação específica na área de línguas estrangeiras/tradução	7/9	24,32
[4] por meio de colegas de seu órgão de origem	3/3	8,11
(não se aplica)	3/3	8,11

Fonte: Questionário

Gráfico 3.11 - Distribuição dos respondentes segundo o critério de seleção adotado para o servidor trabalhar no setor



Fonte: Questionário

Esta pergunta apresenta alguns dos critérios possíveis para a seleção, admissão ou contratação de pessoas para trabalhar na PR como tradutor/intérprete. Observe-se que não há exigência de submissão a exame comprobatório de conhecimento de línguas estrangeiras, nem de associação a alguma entidade representativa da categoria profissional. Aqui não se fez a diferenciação entre servidor e estagiário, pois a atuação profissional como tradutor/intérprete é a mesma na PR. Estagiários podem traduzir e interpretar regularmente.

Em 14 setores, 15 respondentes informam que já trabalham na PR e têm saberes que lhes permitem efetuar traduções. Em oito setores, 12 respondentes informam que houve indicação pessoal de colegas ou chefes de setores da PR. Em sete setores, nove respondentes informam que possuem formação na área de línguas estrangeiras/tradução. Em três setores, três respondentes informam que houve indicação de colegas de seu órgão de origem. Em três setores, três respondentes informam “não se aplica”.

Um respondente da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/Casa Civil (SEDES/CC) informa as opções “por indicação pessoal de algum colega ou chefe da Presidência da República” e “por meio de colegas de seu órgão de origem”. Um respondente da Secretaria-Executiva da Casa Civil (SE/CC) informa “por já trabalhar na Presidência e ter saberes que lhe permitem efetuar traduções” e “por ter formação específica na área de línguas estrangeiras/tradução”. Um respondente da Diretoria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DDH/GP/PR) informa “por indicação pessoal de algum colega ou chefe da Presidência da República” e “por ter formação específica na área de línguas estrangeiras/tradução”. Outro respondente da Diretoria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DDH/GP/PR)

informa “por indicação pessoal de algum colega ou chefe da Presidência da República” e “por meio de colegas de seu órgão de origem”. Em função dessas respostas com duas opções, a quantidade de respondentes resulta maior que 37, que são os respondentes.

Quanto à opção “não se aplica”: um respondente do Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC) informa que faz revisões de textos recebidos em língua estrangeira. Um respondente da Secretaria de Competitividade e Gestão/Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SECOMP/SMPE) informa fazer estágio pelo curso de Turismo. Um respondente do Cerimonial não deixa comentários.

Ainda que, para compor suas equipes, a maioria dos setores aproveite servidores que têm saberes que lhes permitem traduzir e que já trabalham na PR, a falta de valorização/atenção dessa necessidade revela a ausência de política tradutória na instituição, que deveria se concretizar, por exemplo, por meio de reuniões entre os tradutores e intérpretes, fornecendo-lhes cursos de atualização e fomentando a permanência desses profissionais em seu quadro funcional.

Pergunta 12: Se o servidor tem formação específica na área de línguas estrangeiras, informe qual/quais?

- cursos de idiomas
- graduação em Letras
- graduação em Tradução
- pós-graduação na área de Letras
- pós-graduação em Tradução
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

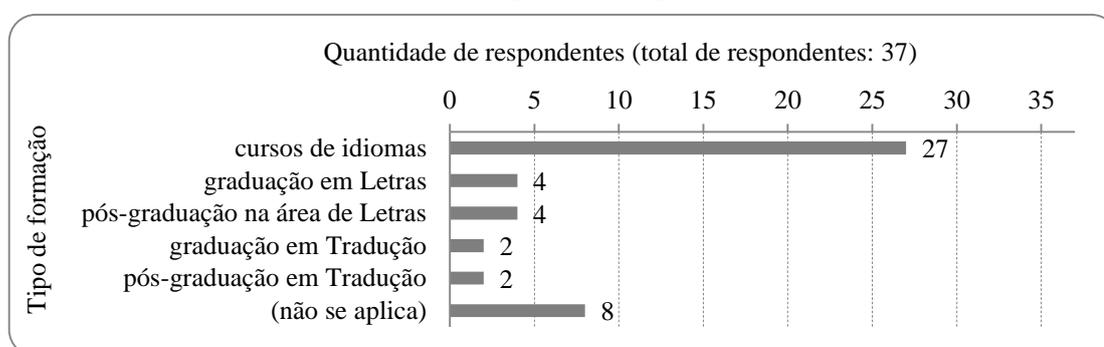
Esta pergunta é voltada para o perfil do tradutor, pois busca saber sobre a formação em idiomas estrangeiros e acadêmica de cada respondente. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por respondente. No entanto, para melhor ilustrar este trabalho, é relevante mencionar os setores dos respondentes de algumas opções. Na tabela 3.12 e no gráfico 3.12, os dados são visualizados por respondente.

Tabela 3.12 - Distribuição dos respondentes (tradutores) a formação específica na área de línguas estrangeiras

Tipo de formação	Quant. de respondentes	% de respondentes
cursos de idiomas	27	72,97
graduação em Letras	4	10,81
pós-graduação na área de Letras	4	10,81
graduação em Tradução	2	5,41
pós-graduação em Tradução	2	5,41
(não se aplica)	8	21,62

Fonte: Questionário

Gráfico 3.12 - Distribuição dos respondentes (tradutores) segundo a formação específica na área de línguas estrangeiras



Fonte: Questionário

Dos 37 respondentes, 27 informam ter feito cursos de idiomas.

Na Diretoria de Gestão Interna do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DGI/GP/PR), um respondente informa ter feito cursos de idiomas, graduação em Letras e pós-graduação em Letras e em Tradução, e outro respondente informa ter feito cursos de idiomas e pós-graduação em Letras e em Tradução. Na Coordenação-Geral de Relações Públicas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (COREP/SA/SG), um respondente informa ter feito cursos de idiomas, graduação em Letras e em Tradução. Na Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/Casa Civil (SEDES/CC), um respondente informa ter feito cursos de idiomas e graduação em Letras. Na Assessoria Internacional da Secretaria de Políticas para as Mulheres (AI/SPM), um respondente informa ter pós-graduação em Letras. Na Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG), um respondente informa ter graduação e pós-graduação em Letras. Na Secretaria-Executiva da Casa Civil (SE/CC), um respondente informa ter graduação em Tradução. Assim, em seis setores, sete respondentes perfazem quatro respondentes com

graduação em Letras, dois respondentes com graduação em Tradução, quatro respondentes com pós-graduação em Letras e dois respondentes com pós-graduação em Tradução

Quanto à opção “não se aplica”: dos 37 respondentes, oito informam “não se aplica” e não deixaram comentários. Isso significa informarem que, além de não terem formação nas áreas de Letras e Tradução, não fizeram cursos de idiomas. Desses oito, cinco respondentes informam ter graduação e pós-graduação em outras áreas do conhecimento, conforme respostas às perguntas 13 e 14, e três nada informam. Esses últimos são respondentes dos seguintes setores: Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), Secretaria de Aviação Civil (SAC) e Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC). É possível que esses três respondentes não tenham querido deixar comentários a essa pergunta, para manter sua privacidade. É possível, também, que não tenham concluído formação acadêmica e/ou de cursos de idiomas e, por isso, não tenham preferido escolher a opção “não se aplica”.

Aqui, percebe-se que a formação acadêmica em Letras e em Tradução não é requisito para que um tradutor trabalhe na PR. No entanto, esse órgão tem um nicho de trabalho concernente à tradução que não é desprezível, além de manter um sistema de contratação de estagiários, como foi explicado anteriormente. Dado que não há uma política institucional precisa, voltada para contratação de mão de obra especializada em tradução, revela-se a ausência de contato entre a PR e instituições acadêmicas do Distrito Federal que possuem cursos de graduação e/ou pós-graduação em Letras e Tradução. Isso não quer dizer que quem é formado em área diferente da Tradução não possa traduzir. Mas, se existe espaço na PR para estagiários, é bem-vinda uma ação institucional articuladora de contato com universidades/faculdades que possa promover vagas para estudantes dos cursos de Letras e de Tradução.

A maioria dos respondentes informa ter frequentado cursos de idiomas. Ter feito curso de idiomas não significa saber traduzir, mas valoriza o perfil do servidor tradutor.

Pergunta 13: Se o servidor tem graduação em outra área de conhecimento, informe qual/quais: _____

Esta pergunta é voltada para o perfil do tradutor, pois busca saber sobre a formação acadêmica geral de cada respondente. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por respondente e foram contabilizados os cursos em andamento. A tabela 3.13 e o gráfico 3.13 mostram a quantidade de cursos de graduação que os respondentes têm em áreas diferentes da

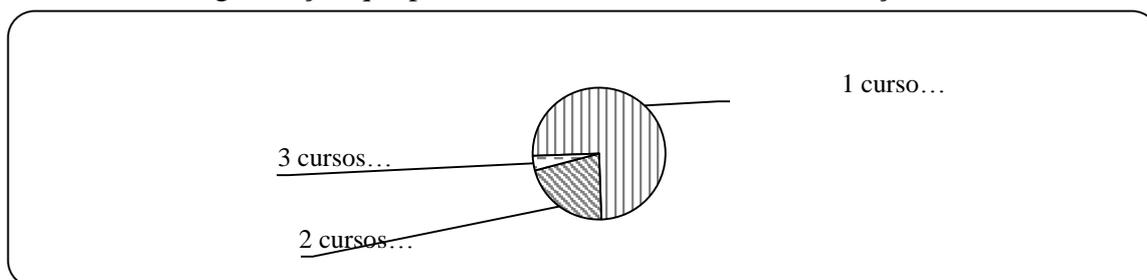
Tradução. A tabela 3.13a e o gráfico 3.13a mostram os cursos nos quais os respondentes têm graduação.

Tabela 3.13 - Distribuição dos respondentes (tradutores) segundo a quantidade de cursos de graduação que possuem em área diferente da Tradução

Quant. de cursos de graduação de um mesmo respondente	Quant. de respondentes	% dos respondentes (28)	% do total (37)
1 curso	21	75,00	56,76
2 cursos	6	21,43	16,22
3 cursos	1	3,57	2,70

Fonte: Questionário

Gráfico 3.13 - Distribuição dos respondentes (tradutores) segundo a quantidade de cursos de graduação que possuem em área diferente da Tradução



Fonte: Questionário

Tabela 3.13a - Distribuição dos respondentes (tradutores) segundo o tipo de curso de graduação que possuem em área diferente da Tradução

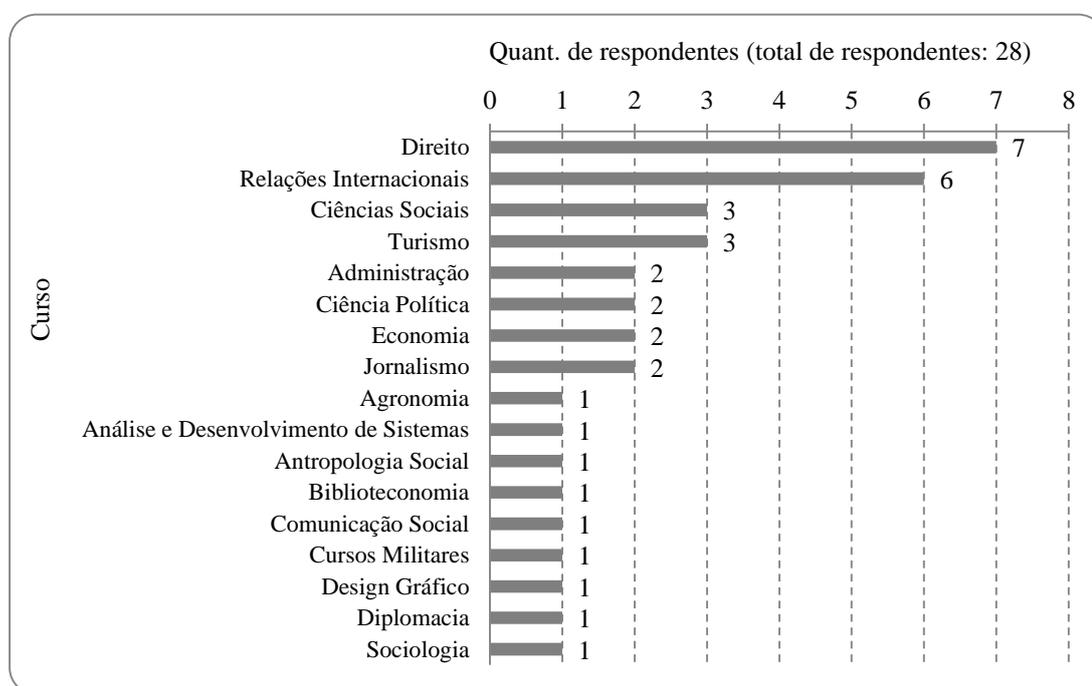
Curso de graduação	Quant. de respondentes	% dos respondentes (28)	(continua)
			% do total (37)
Direito	7	25,00	18,92
Relações Internacionais	6	21,43	16,22
Ciências Sociais	3	10,71	8,11
Turismo	3	10,71	8,11
Administração	2	7,14	5,41
Ciência Política	2	7,14	5,41
Economia	2	7,14	5,41
Jornalismo	2	7,14	5,41
Agronomia	1	3,57	2,70
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	1	3,57	2,70
Antropologia Social	1	3,57	2,70
Biblioteconomia	1	3,57	2,70
Comunicação Social	1	3,57	2,70

Tabela 3.13a - Distribuição dos respondentes (tradutores) segundo o tipo de curso de graduação que possuem em área diferente da Tradução

Curso de graduação	Quant. de respondentes	% dos respondentes (28)	% do total (37)
Cursos Militares	1	3,57	2,70
Design Gráfico	1	3,57	2,70
Diplomacia	1	3,57	2,70
Sociologia	1	3,57	2,70

Fonte: Questionário

Gráfico 3.13a - Distribuição dos respondentes (tradutores) segundo o tipo de curso de graduação que possuem em área diferente de Tradução



Fonte: Questionário

Dos 37 respondentes, 28 informam ter graduação em outra área de conhecimento. Desses 28 respondentes, 21 informam ter graduação em um curso, seis informam ter graduação em dois cursos, e um informa ter graduação em três cursos. Esses respondentes, além da formação em outra área de conhecimento, podem ter formação em Letras e/ou Tradução.

Os respondentes que informam ter graduação em dois cursos trabalham em seis setores diferentes, a saber: um respondente da Assessoria Especial da Casa Civil (AESP/GAB/CC) informa ter graduação em Relações Internacionais e Economia; um respondente da Secretaria de Competitividade e Gestão/Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SECOMP/SMPE) informa ter graduação em Agronomia e Direito; um respondente da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais/Casa Civil (SAG/CC) informa ter graduação

em Economia e Ciência Política; um respondente do Gabinete do Ministro da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (GAB/SEPPIR) informa ter graduação em Sociologia e Direito; um respondente da Diretoria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DDH/GP/PR) informa ter graduação em Administração de Empresas e Direito, e um respondente do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) informa ter formação em cursos militares e graduação em Administração de Empresas.

Um respondente da Secretaria de Imprensa/Secretaria de Comunicação Social (SI/SECOM) informa ter graduação em Relações Internacionais, Diplomacia e Jornalismo.

Dos 37 respondentes, nove respondentes nada informam. Um respondente tem formação somente em Letras. Um tem formação somente em Tradução. Os outros sete respondentes ou não são graduados em nível superior ou não quiseram informar.

Estes dados revelam o quanto pode variar a formação acadêmica dos tradutores da PR. De todo modo, a maior parte dos cursos informados é da área das Ciências Humanas, havendo a predominância do curso de Direito, com sete respondentes, e do curso de Relações Internacionais, com seis respondentes. Como na pergunta anterior, estes dados demonstram que não é imperativa a formação em Letras ou em Tradução para exercer o ofício de tradutor, e que a PR não a exige de seus tradutores para que possam ali trabalhar. Essa variedade na formação acadêmica dos tradutores, embora não seja o único atributo necessário, pode contribuir para a boa qualidade às traduções produzidas na PR, pois a visão de mundo, a cultura geral e o vocabulário técnico do tradutor são fatores que influenciam o resultado final da tradução.

Pergunta 14: Se o servidor tem pós-graduação em outra área de conhecimento, informe qual/quais: _____

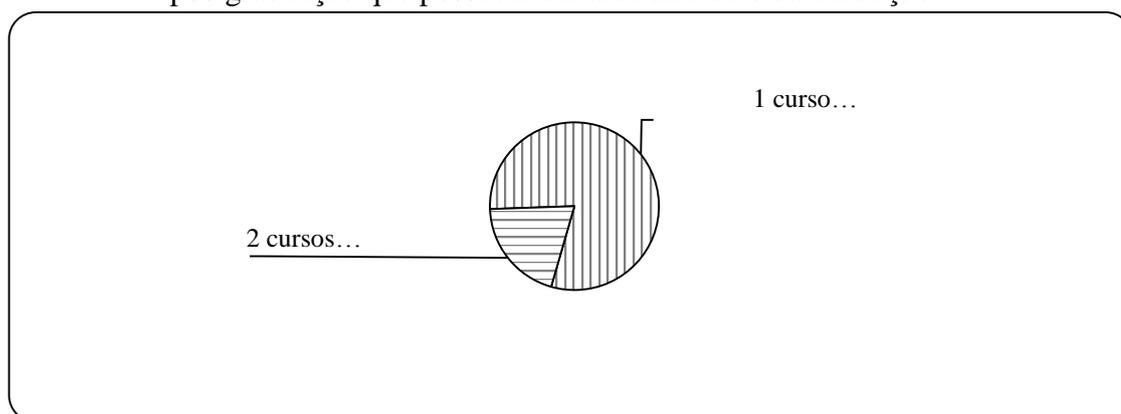
Como na pergunta anterior, aqui o foco é o perfil do tradutor, pois o interesse é saber se os respondentes têm curso de pós-graduação em área distinta das de Letras e de Tradução. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por respondente. A tabela 3.14 e o gráfico 3.14 mostram a quantidade de cursos de pós-graduação que os respondentes têm em áreas diferentes da Tradução. A tabela 3.14a mostra os cursos nos quais os respondentes têm pós-graduação.

Tabela 3.14 - Distribuição dos respondentes (tradutores) segundo a quantidade de cursos de pós-graduação que possuem em área diferente da Tradução

Quant. de cursos de pós-graduação de mesmo respondente	Quant. de respondentes	% dos respondentes (15)	% do total (37)
1 curso	12	80,00	32,43
2 cursos	3	20,00	8,11

Fonte: Questionário

Gráfico 3.14 - Distribuição dos respondentes (tradutores) segundo a quantidade de cursos de pós-graduação que possuem em área diferente da Tradução



Fonte: Questionário

Tabela 3.14a - Distribuição dos respondentes (tradutores) segundo o tipo de curso de pós-graduação que possuem em área diferente da Tradução

Curso de pós-graduação	Quant. de respondentes	% dos respondentes (15)	% do total (37)
Ciências Penais	1	6,67	2,70
Ciências Sociais	1	6,67	2,70
Comunicação	1	6,67	2,70
Comunicação Pública	1	6,67	2,70
Comunicação Social	1	6,67	2,70
Design Gráfico e Editorial	1	6,67	2,70
Direito Internacional	1	6,67	2,70
Direito Público	1	6,67	2,70
Direito Tributário	1	6,67	2,70
Economia	1	6,67	2,70
Economia e Finanças	1	6,67	2,70
Gestão Pública	1	6,67	2,70
Mestrado Multidisciplinar	1	6,67	2,70
Políticas Públicas e Gestão Governamental	1	6,67	2,70
Políticas Sociais	1	6,67	2,70
Relações Internacionais	1	6,67	2,70
Sistema de Informação	1	6,67	2,70
Sociologia	1	6,67	2,70

Fonte: Questionário

Dos 37 respondentes, 22 nada informam. Dos 15 respondentes que informam ter curso de pós-graduação em outra área de conhecimento, três informam ter duas pós-graduações. Eles trabalham nos seguintes setores: um respondente da Diretoria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DDH/GP/PR) informa ter pós-graduação em Direito Tributário e em Ciências Penais; um respondente da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais/Casa Civil (SAG/CC) informa ter pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Governamental e em Políticas Sociais, e um respondente da Gabinete do Ministro da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (GAB/SEPPIR) informa ter pós-graduação em Sociologia e Direito Internacional.

Novamente, a maior parte dos cursos de pós-graduação é da área das Ciências Humanas. O fato de 15 respondentes serem pós-graduados revela que esses servidores tradutores tiveram interesse na continuidade de sua formação acadêmica, o que, embora não necessariamente os habilite a traduzir, valoriza seu perfil.

3.5 BLOCO E - QUANTO ÀS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA CATEGORIA PROFISSIONAL

Pergunta 15: O tradutor/intérprete do setor é associado a alguma entidade representativa da categoria profissional?

sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

Pergunta 16: Se sim, informe a entidade.

Entidade: _____ não se aplica (comente, se julgar necessário)

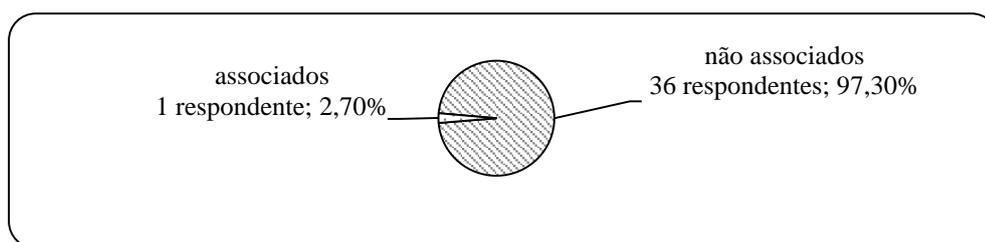
Estas duas perguntas são voltadas ao perfil do tradutor, pois visam saber se os respondentes são associados a alguma entidade representativa da categoria profissional. Por meio do resultado obtido, é possível detectar o grau de engajamento ou de envolvimento deles com a questão da regularização/representatividade da profissão. Nestas perguntas, os dados foram mensurados por respondente. A tabela 3.15-3.16 e o gráfico 3.15-3.16 reúnem as respostas das perguntas 15 e 16 e os dados são visualizados por respondente.

Tabela 3.15-3.16 - Quantidade de respondentes associados a alguma entidade representativa da categoria profissional

Resposta	Quant. de respondentes	%	Entidades representativas
não associados	36	97,30	-
associados	1	2,70	Sintra e Abrates
Total	37	100,00	

Fonte: Questionário

Gráfico 3.15-3.16 - Quantidade de respondentes associados a alguma entidade representativa da categoria profissional



Fonte: Questionário

Dos 37 respondentes, apenas um respondente da Diretoria de Gestão Interna do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DGI/GP/PR) informa ser associado do Sintra e da Abrates. Aqui, constata-se que a PR não exige de seus tradutores/intérpretes que sejam associados a entidades representativas da categoria profissional. Além disso, nota-se que a ampla maioria dos respondentes não tem interesse, no momento em que a pesquisa foi feita, em se fazer representar por entidades. De todo modo, percebe-se que o tradutor/intérprete da PR não se sente como pertencente a esse grupo profissional, sendo um dos sinais disso a não associação a alguma das organizações de classe.

Pergunta 17: O tradutor/intérprete do setor é Tradutor Público e Intérprete Comercial - TPIC?

() sim () não () não se aplica (comente, se julgar necessário)

Esta pergunta é voltada ao perfil do tradutor, pois visa saber se os respondentes são credenciados pela Junta Comercial de algum estado da federação para atuarem como tradutores públicos e intérpretes comerciais. Por meio do resultado obtido, é possível detectar o grau de interesse dos respondentes em submeter-se a uma avaliação com elevado grau de dificuldade, a fim de terem a possibilidade de trabalhar também em sua casa ou em seu escritório, oficialmente, simultaneamente ao trabalho exercido na PR. Nesta pergunta, os dados foram

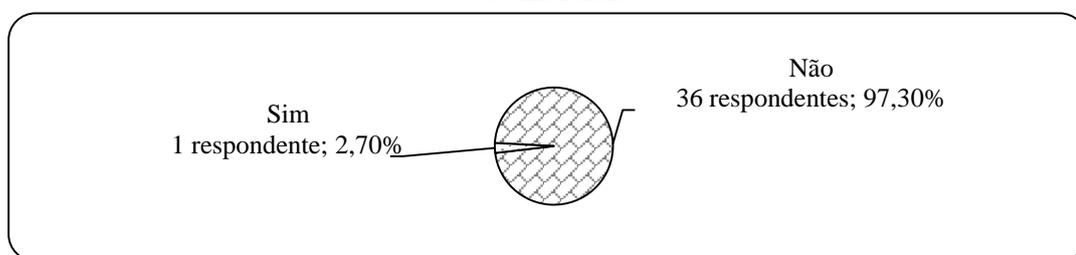
mensurados por respondente e dessa mesma forma são visualizados na tabela 3.17 e no gráfico 3.17.

Tabela 3.17 - Quantidade de respondentes que são Tradutores Públicos e Intérpretes Comerciais

Resposta	Quant. de respondentes	%	(UF)
não	36	97,30	-
sim	1	2,70	Sergipe
Total	37	100,00	

Fonte: Questionário

Gráfico 3.17 - Quantidade de respondentes que são Tradutores Públicos e Intérpretes Comerciais



Fonte: Questionário

Dos 37 respondentes, apenas o da Secretaria-Executiva da Casa Civil (SE/CC) é Tradutor Público e Intérprete Comercial, credenciado pela Junta Comercial do Estado de Sergipe. Constata-se, aqui, que a PR não exige que seus profissionais da tradução sejam TPIC. Como o concurso para TPIC não ocorre com frequência e depende das Juntas Comerciais dos estados e do Distrito Federal, o assunto não gera interesse para os servidores tradutores/intérpretes, já que não lhes é exigido o credenciamento para exercerem sua profissão na PR. O perfil do tradutor/intérprete da PR se delinea como não sendo Tradutor Público e Intérprete Comercial.

3.6 BLOCO F - QUANTO AO INTÉRPRETE

Pergunta 18: Quem interpreta os telefonemas recebidos pelo setor?

- () o servidor que faz a triagem dos telefonemas
- () o servidor do setor que sabe entender/falar outro idioma
- () o servidor do setor designado para interpretar
- () o setor não recebe telefonemas em idiomas estrangeiros

() não se aplica (comente, se julgar necessário)

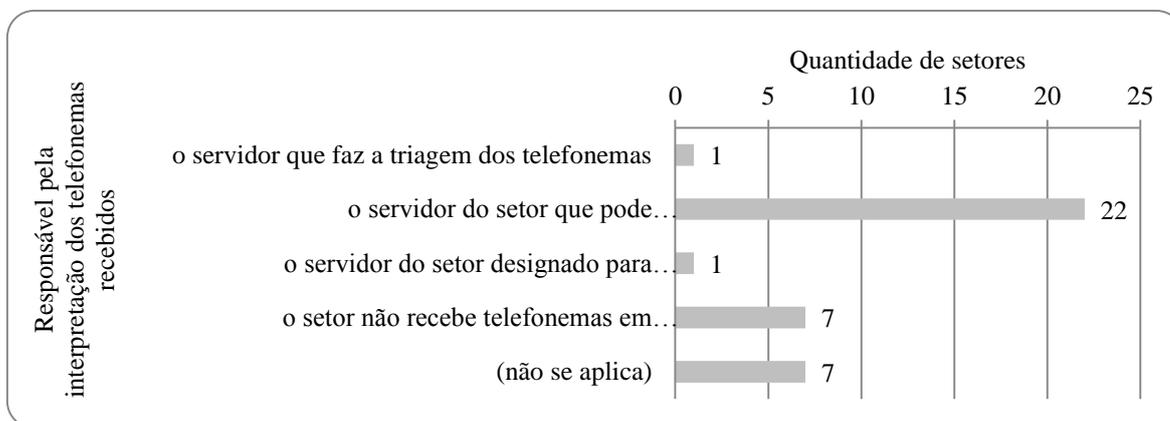
Esta pergunta aponta para a política tradutória institucional, pois apresenta a maneira como os setores da PR se organizam ao escolher quem interpreta os telefonemas recebidos. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por setor e por respondente e os respondentes puderam escolher mais que uma opção. Na tabela 3.18, eles são visualizados por setor e por respondente e no gráfico 3.18, somente por respondente.

Tabela 3.18 - Distribuição dos setores/respondentes segundo quem interpreta os telefonemas recebidos

Quem interpreta os telefonemas recebidos pelo setor	Quant. de Setores	Respondentes	
		Quant.	%
o servidor do setor que pode entender/falar outro idioma	16	22	59,46
o setor não recebe telefonemas em idiomas estrangeiros	4	7	18,92
o servidor do setor designado para interpretar	1	1	2,70
o servidor que faz a triagem dos telefonemas	1	1	2,70
(não se aplica)	7	7	18,92

Fonte: Questionário

Gráfico 3.18 - Distribuição dos respondentes segundo quem interpreta os telefonemas recebidos



Fonte: Questionário

Em 16 setores, 22 respondentes informam que quem interpreta os telefonemas recebidos é “o servidor do setor que sabe entender/falar outro idioma”. Em quatro setores, sete respondentes informam que “o setor não recebe telefonemas em idiomas estrangeiros”. Um respondente da Diretoria de Gestão Interna do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DGI/GP/PR) informa que é “o servidor do setor designado para interpretar”.

Um respondente da Assessoria Especial do Presidente da República (AESP/PR) informa duas opções: “o servidor do setor que pode entender/falar outro idioma” e “o servidor que faz a triagem dos telefonemas”.

Os dois respondentes do Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC) informam opções distintas uma da outra. Um informa que “o setor não recebe telefonemas em idiomas estrangeiros” e outro informa que “não se aplica”.

Quanto à opção “não se aplica”: os respondentes dos setores Assessoria Especial da Casa Civil (AESP/GAB/CC), Cerimonial do Gabinete Pessoal do Presidente da República (Cerimonial/GP/PR), Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Secretaria de Aviação Civil (SAC), Secretaria-Executiva da Casa Civil (SE/CC), Secretaria de Competitividade e Gestão/Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SECOMP/SMPE) e, como foi mencionado acima, Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC), informam essa opção, mas não deixam comentários.

Percebe-se que, na maioria dos casos, não há um servidor designado para interpretar telefonemas e quem faz essa tarefa é o servidor que “sabe entender/falar outro idioma”. Como foi explicado no segundo capítulo, para interpretar são necessárias algumas competências específicas. Contudo, não é certo que o servidor do setor encarregado de interpretar os telefonemas tenha essas competências. A instituição, em sua integralidade, não tem uma política tradutória voltada para a uniformização do atendimento telefônico, pois cada setor investigado age conforme lhe parece melhor, e somente em um setor quem interpreta os telefonemas é o servidor designado para fazê-lo.

Pergunta 19: Quem interpreta os visitantes estrangeiros recebidos no setor?

- o servidor que faz a recepção do visitante
- o servidor do setor que sabe entender/falar outro idioma
- o servidor do setor designado para interpretar
- um intérprete da agência de tradução contratada pela Presidência da República convocado a interpretar
- um intérprete do Ministério das Relações Exteriores convocado a interpretar
- o setor não recebe visitantes estrangeiros
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

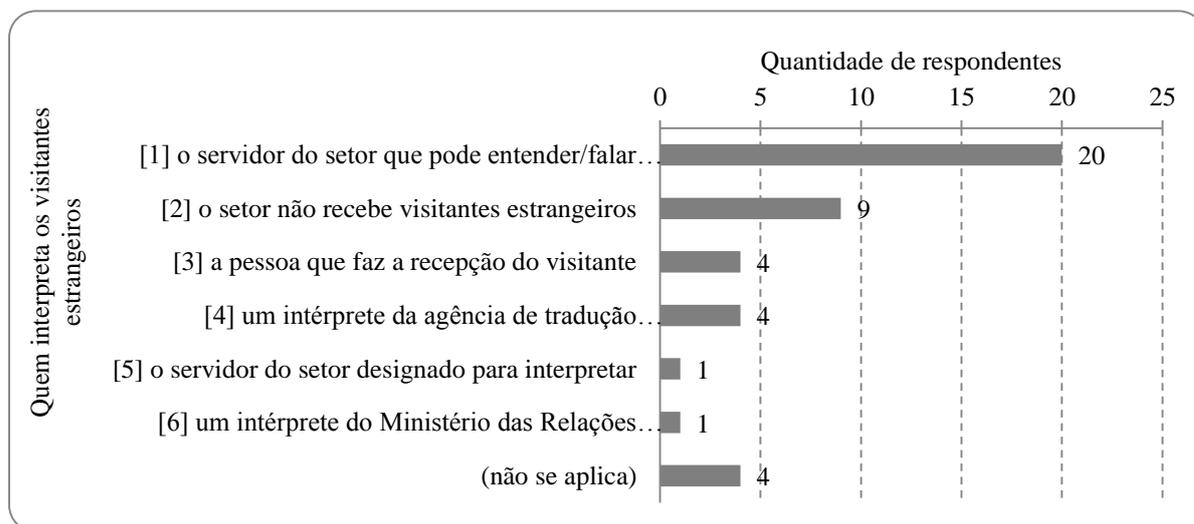
Esta pergunta aponta para a política tradutória institucional, pois apresenta a maneira como os setores da PR se organizam ao escolher quem interpreta os visitantes estrangeiros que não falam português recebidos. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por setor e por respondente e os respondentes puderam escolher mais que uma opção. Na tabela 3.19, os dados são visualizados por setor e por respondente e no gráfico 3.19, somente por respondente.

Tabela 3.19 - Distribuição dos setores/respondentes segundo quem interpreta os visitantes estrangeiros

Quem interpreta os visitantes estrangeiros	Quant. de setores/respondentes	% de respondentes
[1] o servidor do setor que sabe entender/falar outro idioma	14/20	54,05
[2] o setor não recebe visitantes estrangeiros	5/9	24,32
[3] o servidor que faz a recepção do visitante	4/4	10,81
[4] um intérprete da agência de tradução contratada pela Presidência da República convocado a interpretar	2/4	10,81
[5] o servidor do setor designado para interpretar	1/1	2,70
[6] um intérprete do Ministério das Relações Exteriores convocado a interpretar	1/1	2,70
(não se aplica)	4/4	10,81

Fonte: Questionário

Gráfico 3.19 - Distribuição dos respondentes segundo quem interpreta os visitantes estrangeiros



Fonte: Questionário

Em 14 setores, 20 respondentes informam que quem interpreta o visitante estrangeiro é o servidor que sabe entender/falar outro idioma. Em cinco setores, nove respondentes informam que o setor não recebe visitantes estrangeiros. Em quatro setores, quatro respondentes informam que é o servidor que recebe o visitante. Em dois setores, quatro respondentes informam que

é um intérprete da agência contratada. Em um setor, um respondente informa que é o servidor designado para interpretar. Em um setor, um respondente informa que um intérprete do Ministério das Relações Exteriores é convocado a interpretar.

Quanto à opção “não se aplica”: respondentes da Assessoria Especial da Casa Civil (AESP/GAB/CC), da Secretaria de Competitividade e Gestão/Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SECOMP/SMPE), da Secretaria-Executiva da Casa Civil (SE/CC) e do Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC) informam essa opção e não deixam comentários.

Um respondente da Coordenação-Geral de Relações Públicas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (COREP/SA/SG) e um da Assessoria Internacional da Secretaria de Políticas para as Mulheres (AI/SPM) informam que quem interpreta os visitantes estrangeiros são o servidor que os recepciona e também o servidor que sabe entender/falar outro idioma.

O respondente da Assessoria Especial da Casa Civil (AESP/GAB/CC) informa que quem interpreta os visitantes estrangeiros são o servidor que os recepciona e o servidor designado para interpretar.

Três dos quatro respondentes da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/Casa Civil (SEDES/CC) informam que quem interpreta os visitantes estrangeiros são o servidor que sabe entender/falar outro idioma e também um intérprete da agência contratada pela PR.

Na Secretaria de Competitividade e Gestão/Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SECOMP/SMPE), um respondente informa que quem interpreta os visitantes é o servidor que os recepciona, e outro respondente informa que a situação “não se aplica”.

No Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC), um respondente informa que o setor não recebe visitantes estrangeiros, e outro informa que a situação “não se aplica”.

Devido a essas opções, a quantidade total de respondentes aparenta ser maior que 37 e a de setores aparenta ser maior que 25.

Aqui percebe-se que não há uma política tradutória abrangente; o que existe é um conjunto desarticulado de diretrizes. As atividades (reuniões, entrevistas coletivas, seminários, conferências, entre outros) nas quais é necessária a presença de intérprete(s) são peculiares a cada setor, portanto, cada qual define como proceder. Somente um setor designa um intérprete para atuar como tal.

Pergunta 20: Se o servidor tem formação específica na área de línguas estrangeiras, informe qual/quais:

- cursos de idiomas
- graduação em Letras
- graduação em Tradução
- pós-graduação na área de Letras
- pós-graduação em Tradução
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

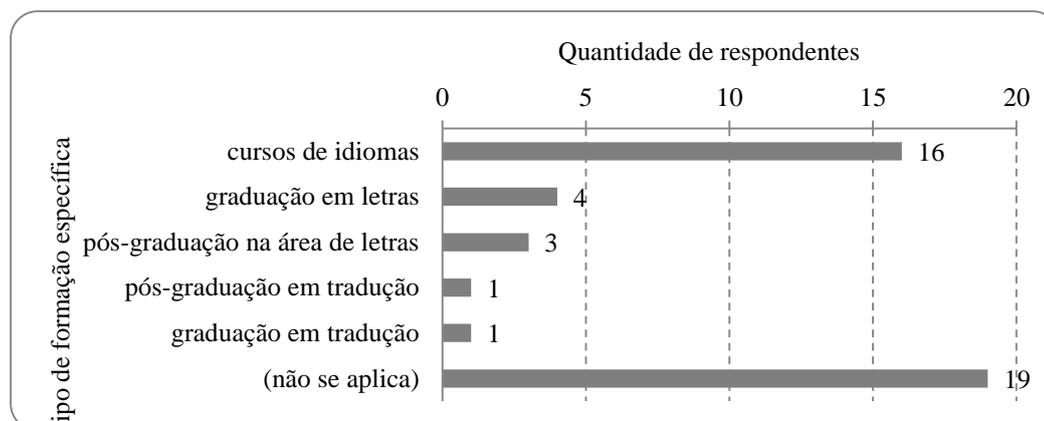
Esta pergunta é voltada para o perfil do intérprete, pois busca saber sobre a formação em idiomas estrangeiros e acadêmica de cada respondente. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por respondente. No entanto, para melhor ilustrar este trabalho, é relevante mencionar os setores dos respondentes de algumas opções. Na tabela 3.20 e no gráfico 3.20, os dados são visualizados por respondente.

Tabela 3.20 - Distribuição dos respondentes (intérpretes) segundo o tipo de formação específica na área de línguas estrangeiras

Tipo de formação do respondente	Quant. de respondentes	% de respondentes
cursos de idiomas	16	43,24
graduação em letras	4	10,81
pós-graduação na área de letras	3	8,11
pós-graduação em tradução	1	2,70
graduação em tradução	1	2,70
(não se aplica)	19	51,35

Fonte: Questionário

Gráfico 3.20 - Distribuição dos respondentes (intérpretes) segundo o tipo de formação específica na área de línguas estrangeiras



Fonte: Questionário

Dos 37 respondentes, 19 informam “não se aplica”. Isto ocorre pelos seguintes motivos:

- o respondente informa em respostas a perguntas que o setor não recebe telefonemas nem visitantes estrangeiros;

- o respondente não tem formação específica na área de línguas estrangeiras, mas tem formação em outra área do conhecimento;

- o respondente informa em respostas a perguntas anteriores que quem interpreta é o intérprete da agência de tradução contratada ou do Ministério das Relações Exteriores;

- o respondente é o servidor usuário da informação fornecida por meio do telefonema ou do visitante estrangeiro, e é ele mesmo o interlocutor/intérprete, a autoridade tomadora de decisão que não necessita de um intérprete para compreender o que o seu interlocutor estrangeiro diz.

Dos 37 respondentes, 16 informam ter formação em cursos de idiomas.

Um respondente da Coordenação-Geral de Relações Públicas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (COREP/SA/SG) informa que tem formação em cursos de idiomas, graduação em Letras e graduação em Tradução. Um respondente da Diretoria de Gestão Interna do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DGI/GP/PR) informa ter formação em cursos de idiomas, graduação em Letras, pós-graduação em Letras e pós-graduação em Tradução. Um respondente da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/Casa Civil (SEDES/CC) informa ter formação em cursos de idiomas e graduação em Letras. Um respondente da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG) informa ter graduação em Letras e pós-graduação em Letras.

Um respondente da Assessoria Internacional da Secretaria de Políticas para as Mulheres (AI/SPM) informa ter pós-graduação em Letras.

Pela pequena quantidade de pessoas com graduação em Letras e em Tradução demonstrada nesses dados, nota-se, como na pergunta 20, que a PR não exige de seus intérpretes esse tipo específico de formação acadêmica.

Pergunta 21: Se o servidor tem graduação em outra área de conhecimento, informe qual/quais: _____

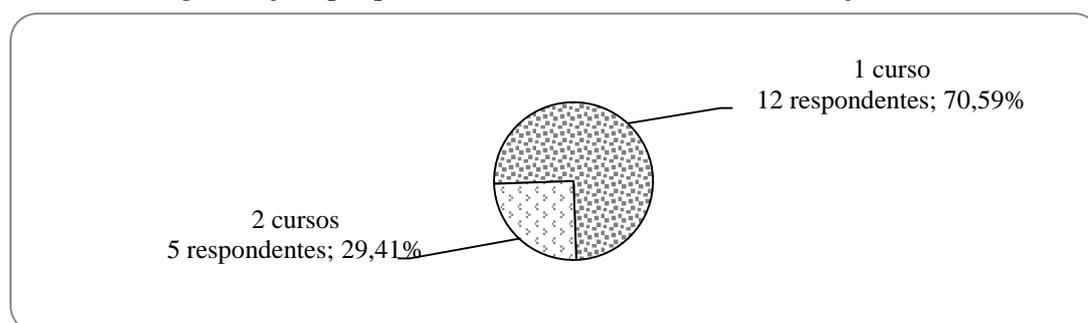
Esta pergunta é voltada para o perfil do intérprete, pois busca saber sobre a formação acadêmica geral de cada respondente. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por respondente. No entanto, para melhor ilustrar este trabalho, é relevante mencionar os setores dos respondentes de algumas opções. Na tabela 3.21 e no gráfico 3.21, os dados são visualizados por respondente, segundo a quantidade de cursos de graduação que possuem em área diferente da Tradução. A tabela 3.21a e o gráfico 3.21a mostram os cursos nos quais os respondentes têm graduação.

Tabela 3.21 - Distribuição dos respondentes (intérpretes) segundo a quantidade de cursos de graduação que possuem em área diferente da Tradução

Quant. de cursos de graduação de um mesmo respondente (estão inclusos os cursos em andamento)	Quant. de respondentes	% dos respondentes (17)	% do total (37)
1 curso	12	70,59	32,43
2 cursos	5	29,41	13,51

Fonte: Questionário

Gráfico 3.21 - Distribuição dos respondentes (intérpretes) segundo a quantidade de cursos de graduação que possuem em área diferente da Tradução



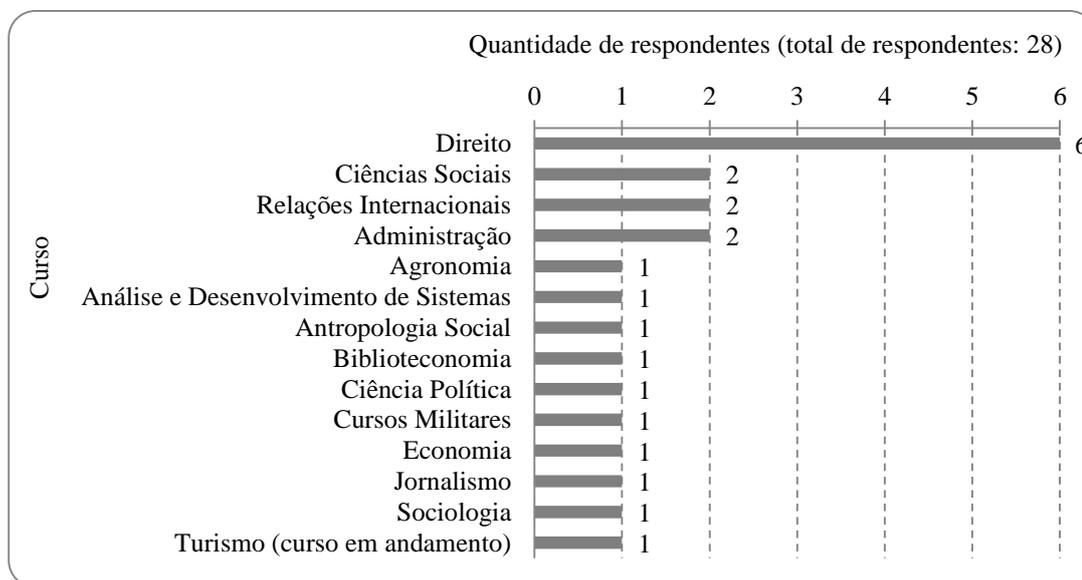
Fonte: Questionário

Tabela 3.21a - Distribuição dos respondentes (intérpretes) segundo o tipo de curso de graduação que possuem em área diferente da Tradução

Curso de graduação	Quant. de respondentes	% dos respondentes (17)	% do total (37)
Direito	6	35,29	16,22
Ciências Sociais	2	12,50	5,41
Relações Internacionais	2	12,50	5,41
Administração	2	12,50	5,41
Agronomia	1	6,25	2,70
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	1	6,25	2,70
Antropologia Social	1	6,25	2,70
Biblioteconomia	1	6,25	2,70
Ciência Política	1	6,25	2,70
Cursos Militares	1	6,25	2,70
Economia	1	6,25	2,70
Jornalismo	1	6,25	2,70
Sociologia	1	6,25	2,70
Turismo (curso em andamento)	1	6,25	2,70

Fonte: Questionário

Gráfico 3.21a - Distribuição dos respondentes (intérpretes) segundo o tipo de curso de graduação que possuem em área diferente da Tradução



Fonte: Questionário

Um respondente da Secretaria de Competitividade e Gestão/Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SECOMP/SMPE) informa ter graduação em Agronomia e Direito; um respondente da Diretoria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DDH/GP/PR) informa ter graduação em Administração de Empresas e Direito e pós-graduação em Direito Tributário e Ciências Penais; um respondente do Gabinete do

Ministro da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (GAB/SEPPIR) informa ter graduação em Sociologia e Direito Internacional; um respondente da Diretoria de Gestão Interna do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DGI/GP/PR) informa ter graduação em Direito e em Letras e pós-graduação em Letras e em Tradução; um respondente da Assessoria Internacional da Secretaria de Políticas para as Mulheres (AI/SPM) informa ter graduação em Direito e pós-graduação em Letras; e um respondente da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG) informa ter graduação em Letras e pós-graduação em Letras e em Ciências Sociais. Dos 37 respondentes, 20 nada informam.

Como na pergunta 13, percebe-se que os 17 respondentes têm formação em grande variedade de cursos, em sua maioria na área das Ciências Humanas, com a preponderância do curso de Direito. Sabe-se que nada impede que uma pessoa formada em área distinta das áreas de Letras e de Tradução possa exercer a profissão de intérprete, e na PR essa característica existe no perfil de seus intérpretes.

Pergunta 22: Se o servidor tem pós-graduação em outra área de conhecimento, informe qual/quais: _____

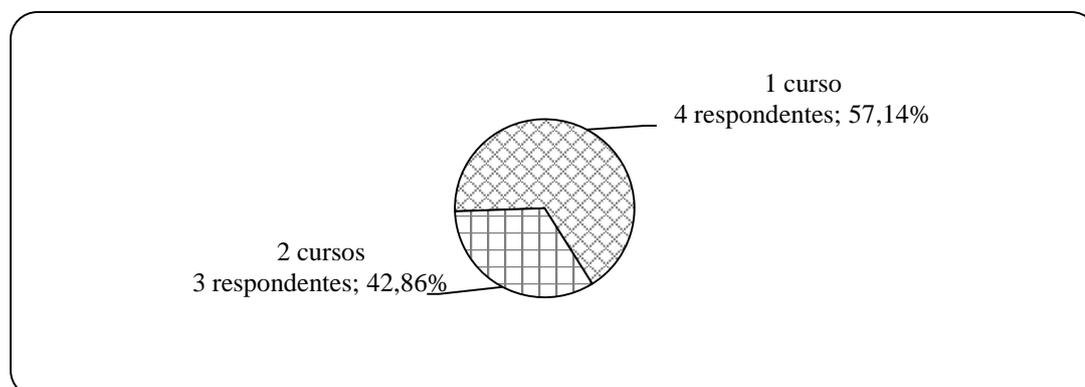
Como na pergunta anterior, aqui o foco é o perfil do intérprete, pois o interesse é saber se os respondentes têm curso de pós-graduação em área distinta das de Letras e de Tradução. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por respondente, mas a descrição de alguns dados por setor também é feita. A tabela 3.22 e o gráfico 3.22 mostram a quantidade de cursos de pós-graduação que os respondentes têm em áreas diferentes da Tradução. A tabela 3.22a mostra os cursos nos quais os respondentes têm pós-graduação.

Tabela 3.22 - Distribuição dos respondentes (intérpretes) segundo a quantidade de cursos de pós-graduação que possuem em área diferente da Tradução

Quant. de cursos de pós-graduação de um mesmo respondente	Quant. de respondentes	% dos respondentes (7)	% do total (37)
1 curso	4	57,14	10,81
2 cursos	3	42,86	8,10

Fonte: Questionário

Gráfico 3.22 - Distribuição dos respondentes (intérpretes) segundo a quantidade de cursos de pós-graduação que possuem em área diferente da Tradução



Fonte: Questionário

Tabela 3.22a - Distribuição dos respondentes (intérpretes) segundo o tipo de curso de pós-graduação que possuem em área diferente da Tradução

Curso de pós-graduação	Quant. de respondentes	% dos respondentes (7)	% do total (37)
Ciências Penais	1	16,67	2,70
Direito Internacional	1	16,67	2,70
Direito Tributário	1	16,67	2,70
Economia e Finanças	1	16,67	2,70
Jornalismo	1	16,67	2,70
Mestrado Multidisciplinar	1	16,67	2,70
Políticas Públicas e Gestão Governamental	1	16,67	2,70
Políticas Sociais	1	16,67	2,70
Sistema de Informação	1	16,67	2,70
Sociologia	1	16,67	2,70

Fonte: Questionário

Dos 37 respondentes, sete informam ter pós-graduação e 30 respondentes nada informam.

Um respondente da Subchefia de Assuntos Federativos/Secretaria de Relações Institucionais (SAF/SRI) informa que tem pós-graduação em Economia e Finanças; um respondente da Secretaria de Imprensa/Secretaria de Comunicação Social (SI/SECOM) informa que tem pós-graduação em Jornalismo; um respondente da Secretaria Nacional de Relações Político-Sociais/Secretaria-Geral (SNRPS/SG) informa ter pós-graduação do tipo “Mestrado Multidisciplinar”; um respondente da Biblioteca/Diretoria de Gestão de Pessoas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (Biblioteca/DIGEP/SA/SG) informa ter pós-graduação em Sistema de Informação; um representante da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais/Casa Civil (SAG/CC) informa ter uma pós-graduação em Políticas

Públicas e Governamentais e outra em Políticas Sociais; um representante do Gabinete do Ministro da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (GAB/SEPPIR) informa ter uma pós-graduação em Sociologia e outra em Direito Internacional; e um representante da Diretoria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DDH/GP/PR) informa ter uma pós-graduação em Direito Tributário e outra em Ciências Penais.

Uma vez mais, a maior parte dos cursos de pós-graduação é da área das Ciências Humanas. O fato de sete respondentes serem pós-graduados revela que esses servidores intérpretes tiveram interesse na continuidade de sua formação acadêmica, o que, embora não garanta a sua competência interpretativa, valoriza seu perfil.

Pergunta 23: O intérprete trabalha sozinho?

sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

Pergunta 25: Se não, quantos intérpretes atuam durante o evento/reunião/entrevista coletiva?

quantidade: _____

não se aplica (comente, se julgar necessário)

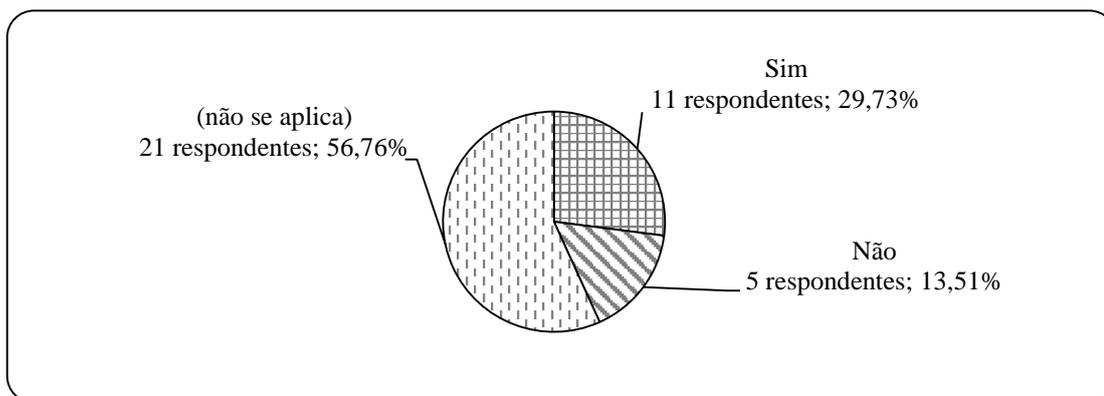
As perguntas 23 e 25 estão voltadas para a política tradutória institucional, pois permitem conhecer a atitude da PR relativamente à atuação individual ou em conjunto dos intérpretes, durante eventos. Nestas perguntas, os dados foram mensurados por respondente, mas alguns dados foram analisados também por setor. A tabela 3.23-3.25 e o gráfico 3.23-3.25 reúnem as respostas às perguntas 23 e 25 e mostram os resultados por respondente, segundo o critério de trabalharem sozinhos ou não.

Tabela 3.23-3.25 - Quantidade de respondentes (intérpretes) segundo o critério de trabalharem sozinhos ou não

Trabalha sozinho ou não	Quant. de respondentes intérpretes	% de respondentes
sim	11	29,73
não	5	13,51
(não se aplica)	21	56,76
Total	37	100,00

Fonte: Questionário

Gráfico 3.23-3.25 - Quantidade de respondentes (intérpretes) segundo o critério de trabalharem sozinhos ou não



Fonte: Questionário

Dos 37 respondentes, 21 informam “não se aplica” pelas seguintes razões:

- o respondente informa em respostas a perguntas anteriores que o setor não recebe telefonemas nem visitantes estrangeiros;
- o respondente informa em respostas a perguntas anteriores que quem interpreta é o intérprete da agência de tradução contratada ou do Ministério das Relações Exteriores;
- o respondente é o próprio usuário da informação fornecida durante a reunião ou o encontro com estrangeiros visitantes, e é ele mesmo o interlocutor/intérprete, a autoridade tomadora de decisão que não necessita de um intérprete para compreender o que o seu interlocutor estrangeiro diz.

Onze respondentes informam trabalhar sozinhos.

Quanto aos respondentes que informam não trabalhar sozinhos: um intérprete da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/Casa Civil (SEDES/CC) informa não trabalhar sozinho, mas não informa quantos intérpretes atuam durante o evento de interpretação; um intérprete da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais/Casa Civil (SAG/CC), um da Coordenação-Geral de Relações Públicas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (COREP/SA/SG) e um da Diretoria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DDH/GP/PR) informam que o trabalho é feito em dupla; e um respondente da Assessoria Internacional da Secretaria de Políticas para as Mulheres (AI/SPM) informa que o trabalho é feito em dupla, que há revezamento dos intérpretes a cada 20 minutos e que um intérprete é especialista na área e outro não.

Assim, os dados revelam que a PR permite que 11 de seus intérpretes trabalhem sozinhos e que cinco deles trabalhem em duplas. Essa diferença de tratamento entre os intérpretes aponta

para a ausência de uma política tradutória institucional. Assim, cada setor decide como os intérpretes devem ajustar-se a cada atividade de interpretação. Paralelamente a isso, há o desinteresse dos setores em contratar outro servidor para exercer esse papel, por crerem que um intérprete deva e/ou possa realizar as tarefas dessa maneira, sem prejuízo à sua saúde ou ao resultado da interpretação. Devido à essa ausência de preocupação com a atividade de interpretação em dupla, mesmo que o servidor intérprete apresente argumentos ou queixas relativamente a esse assunto, o problema não se resolve de maneira simples, pois a PR tem uma estrutura composta de cargos e gratificações, na qual cada setor tem uma lotação limitada de servidores. Como a dinâmica da instituição é intensa, o que se vê na prática é a falta de organização e de previsão para as atividades de interpretação que acontecem em pequenas reuniões das quais o Presidente da República não participa.

Pergunta 24: Se sim, por quanto tempo o intérprete trabalha sem interrupção?

- até uma hora
- até duas horas
- até três horas
- outro (especifique: _____)
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

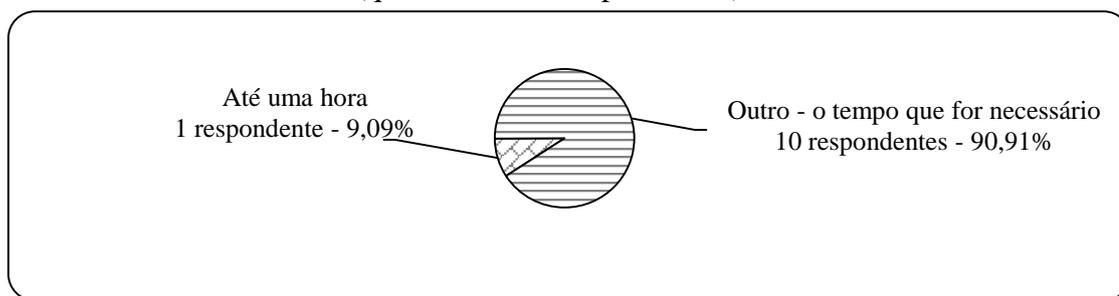
Esta pergunta está voltada para a política tradutória institucional, pois permite conhecer a atitude da PR relativamente ao tempo de atuação individual dos intérpretes. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por respondente. A tabela 3.24 e o gráfico 3.24 mostram os resultados por respondente, segundo o período em que os intérpretes trabalham sozinhos sem interrupção.

Tabela 3.24 - Período em que os intérpretes trabalham sozinhos sem interrupção

Período de trabalho ininterrupto	Quant. de intérpretes	%
até uma hora	1	2,70
outro ("o tempo que for necessário")	10	27,03
(não se aplica)	26	70,27
Total	37	100,00

Fonte: Questionário

Gráfico 3.24 - Período em que os intérpretes trabalham sozinhos sem interrupção
(quantidade: 11 respondentes)



Fonte: Questionário

Dos 11 respondentes que afirmam trabalhar sozinhos, 10 informam trabalhar pelo tempo que for necessário e um informa trabalhar no máximo até uma hora.

Quanto à opção “não se aplica”: aqui é necessário reportar-se à pergunta 23, pois dos 26 respondentes que ora informam essa opção, 21 são os respondentes que informam “não se aplica” e cinco são aqueles que informam não trabalhar sozinhos, naquela pergunta.

Fica demonstrado que a PR não se atém à questão da necessidade de revezamento de intérpretes em suas atividades laborais, como preconiza o Sintra (SINTRA, 2017). Ao escolher a opção “outro”, 10 dos respondentes comentam que interpretam pelo tempo que for necessário, ou seja, permanecem interpretando sozinhos por toda a duração da reunião, do encontro, do seminário, da entrevista coletiva, ou de qualquer atividade da qual participam como intérprete. Isso reflete a ausência de uma política tradutória que respeite a práxis realizada normalmente por intérpretes autônomos, que é a de trabalhar sozinho por no máximo uma hora, e a de trabalhar em duplas por no máximo seis horas, com revezamento a cada 20 ou 30 minutos.

Pergunta 26: Que modalidades de interpretação estão envolvidas?

- whispering*
- liaison* (acompanhamento sem *whispering*)
- consecutiva
- simultânea
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

Pergunta 27: Com que frequência cada modalidade de interpretação é empregada?

Whispering

- sempre quase sempre frequentemente às vezes nunca
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

Pergunta 28: Com que frequência cada modalidade de interpretação é empregada?

Liaison (acompanhamento sem *whispering*)

- sempre quase sempre frequentemente às vezes nunca
 não se aplica (comente, se julgar necessário)

Pergunta 29: Com que frequência cada modalidade de interpretação é empregada?

Consecutiva

- sempre quase sempre frequentemente às vezes nunca
 não se aplica (comente, se julgar necessário)

Pergunta 30: Com que frequência cada modalidade de interpretação é empregada?

Simultânea

- sempre quase sempre frequentemente às vezes
 nunca não se aplica (comente, se julgar necessário)

As perguntas 26, 27, 28, 29 e 30 estão voltadas para a frequência do emprego de cada modalidade de interpretação. Nestas perguntas, os dados foram mensurados por respondente, mas alguns dados foram descritos também considerando o setor onde os intérpretes trabalham. A tabela 3.26-3.30 reúne os dados das perguntas 26, 27, 28, 29 e 30 e mostram os resultados por respondente, segundo a modalidade de interpretação praticada e a sua frequência de uso. Quanto à modalidade de interpretação, cada respondente pôde marcar mais de uma opção. Quanto à frequência, apenas uma opção pôde ser indicada.

Tabela 3.26-3.30 - Distribuição dos respondentes segundo a modalidade de interpretação praticada e a frequência de uso

Tipo de interpretação praticada	Quant. de respondentes	%	Frequência de Uso					(não se aplica)
			Sempre	Quase sempre	Frequentemente	Às vezes	Nunca	
consecutiva	17	45,95	8	5	3	1	1	19
simultânea	5	13,51	2	0	0	3	13	19
<i>whispering</i>	4	10,81	0	0	0	4	14	19
<i>liaison</i> (*)	2	5,41	0	2	0	0	16	19
(não se aplica)	19	51,35	0	0	0	0	0	0

Fonte: Questionário

(*) acompanhamento sem *whispering*

Dos 37 respondentes, 18 informam fazer um ou mais tipos de interpretação. Informam fazer interpretação consecutiva 17 respondentes, sendo que oito informam “sempre”, cinco informam “quase sempre”, três informam “frequentemente” e um informa “às vezes”. Cinco respondentes informam fazer interpretação simultânea, sendo que dois informam “sempre” e três informam “às vezes”. Quatro respondentes informam fazer interpretação sussurrada (*whispering*) “às vezes”. Dois respondentes informam fazer *liaison* (acompanhamento sem *whispering*) “quase sempre”.

Os sete respondentes que marcaram mais de uma opção são os seguintes: um respondente da Subchefia de Assuntos Federativos/Secretaria de Relações Institucionais (SAF/SRI) informa realizar *whispering* “às vezes”, *liaison* “quase sempre” e consecutiva “frequentemente”; um respondente da Secretaria de Imprensa/Secretaria de Comunicação Social (SI/SECOM) informa fazer consecutiva “quase sempre” e simultânea “às vezes”; um respondente da Secretaria de Aviação Civil (SAC) informa fazer *whispering* e simultânea “às vezes”; um respondente da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG) informa fazer *liaison* “quase sempre” e consecutiva “às vezes”. Na Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/Casa Civil (SEDES/CC), um respondente informa fazer consecutiva “quase sempre” e simultânea “às vezes”, e dois respondentes informam fazer *whispering* “às vezes”, consecutiva “quase sempre” e simultânea “sempre”.

Dos 37 respondentes, 19 informam “não se aplica” pelas seguintes razões:

- o respondente informa em respostas a perguntas anteriores que o setor não recebe telefonemas nem visitantes estrangeiros;
- o respondente informa em respostas a perguntas anteriores que quem interpreta é o intérprete da agência de tradução contratada ou do Ministério das Relações Exteriores;
- o respondente é o próprio usuário da informação fornecida durante a reunião ou o encontro com estrangeiros visitantes, e é ele mesmo o interlocutor/intérprete, a autoridade tomadora de decisão que não necessita de um intérprete para compreender o que o seu interlocutor estrangeiro diz.

Os dados demonstram que a PR conta com servidores intérpretes que conhecem as diferentes modalidades de interpretação, mesmo que não tenham formação específica no ramo. Nota-se que quase a metade dos respondentes atua de alguma maneira como intérprete, pois a PR promove, em suas dependências, muitos eventos internacionais (reuniões, conferências, seminários, por exemplo) e concede entrevistas coletivas à imprensa internacional, os quais

necessitam de modalidades diferentes de interpretação. Considere-se que nesta pesquisa não foram consultados os intérpretes do Ministério das Relações Exteriores convocados nem aqueles contratados por agências de tradução. Mesmo assim, com tantos eventos internacionais ocorrendo na instituição, não se vê uma política tradutória voltada para a formação e/ou o aperfeiçoamento dos servidores intérpretes.

3.7 BLOCO G - QUANTO AO VOLUME DE TRABALHO

Pergunta 31: Quantas páginas/laudas de texto por mês o setor recebe em idioma estrangeiro?

- até 10 de 10 a 50 mais de 50
 não recebe textos em idiomas estrangeiros
 não se aplica (comente, se julgar necessário)

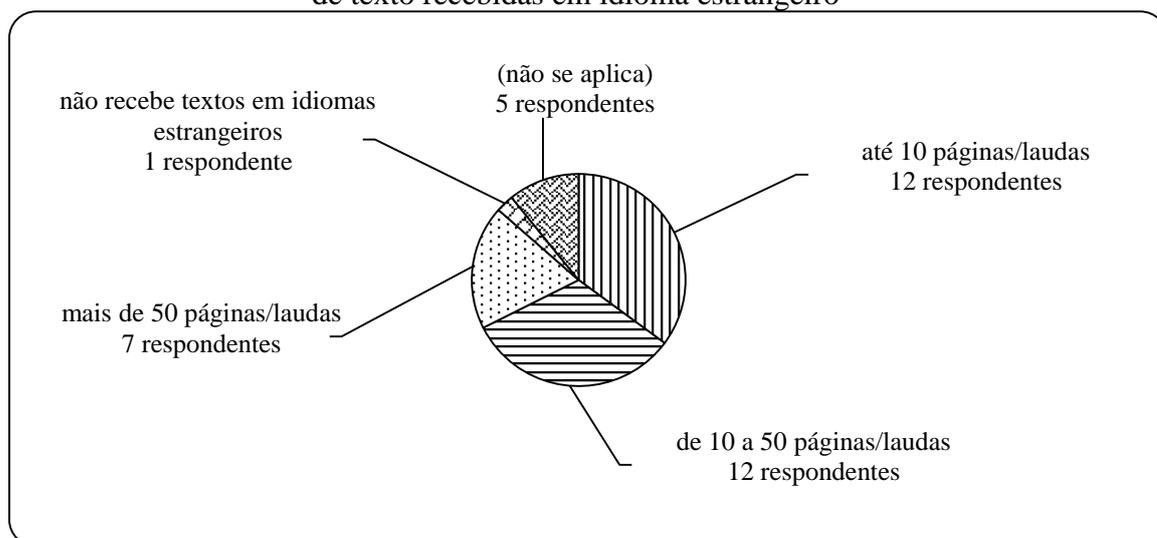
Esta pergunta trata da quantidade mensal de documentos escritos em língua estrangeira recebida nos setores. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por setor e por respondente. Na tabela 3.31, eles são visualizados por setor e por respondente e no gráfico 3.31, somente por respondente.

Tabela 3.31 - Distribuição dos setores/respondentes segundo a quantidade mensal de páginas/laudas de texto recebidas em idioma estrangeiro

Faixa mensal de páginas/laudas de texto em idioma estrangeiro recebidos no setor	Quant. de setores/respondentes	% de respondentes
até 10 páginas/laudas	8/12	32,43
de 10 a 50 páginas/laudas	11/12	32,43
mais de 50 páginas/laudas	4/7	18,92
não recebe textos em idiomas estrangeiros	1/1	2,70
(não se aplica)	5/5	13,52
Total	29/37	100,00

Fonte: Questionário

Gráfico 3.31 - Distribuição dos respondentes segundo a quantidade mensal de páginas/laudas de texto recebidas em idioma estrangeiro



Fonte: Questionário

Em oito setores, 12 respondentes informam que o setor recebe até 10 páginas/laudas por mês. Em 11 setores, 12 respondentes informam que o setor recebe de 10 a 50 páginas/laudas por mês. Em quatro setores, sete respondentes informam que o setor recebe mais de 50 páginas/laudas por mês.

Na Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/Casa Civil (SEDES/CC), três respondentes informam que o setor recebe até 10 páginas/laudas e um respondente informa que o setor recebe de 10 a 50 páginas/laudas por mês. Na Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG), um respondente informa que o setor recebe até 10 páginas/laudas e dois respondentes informam que o setor recebe de 10 a 50 páginas/laudas por mês. Na Diretoria de Gestão Interna do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DGI/GP/PR) um respondente informa que o setor recebe de 10 a 50 páginas/laudas e outro informa que o setor recebe mais de 50 páginas/laudas por mês. Por isso, no total de setores aparecem 29 e não 25, que são os setores consultados na PR.

Um respondente do Cerimonial do Gabinete Pessoal do Presidente da República (Cerimonial/GP/PR) informa que o setor não recebe textos em idiomas estrangeiros.

Quanto à opção “não se aplica”, tem-se a seguinte situação: um da Secretaria Nacional de Relações Político-Sociais/Secretaria-Geral (SNRPS/SG) e um da Biblioteca/Diretoria de Gestão de Pessoas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (Biblioteca/DIGEP/SA/SG) informam “não se aplica” e não deixam comentários. Um respondente do Gabinete-Adjunto de Informações em Apoio à Decisão/Gabinete Pessoal do Presidente da República (GAIA/GP/PR)

informa que o setor produz uma publicação quadrimestral, de 75 páginas, para cuja preparação são lidos textos em outros idiomas, e que não sabe quantas páginas o setor recebe mensalmente em idioma estrangeiro. Um respondente do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) informa que o setor recebe esporadicamente documentos em idioma estrangeiro, em torno de um ou dois documentos por ano. Um respondente da Secretaria-Executiva da Casa Civil (SE/CC) informa que é revisor de textos, que traduz cartões de visitas de autoridades para outros idiomas e que não sabe a quantidade de páginas o setor recebe em idiomas estrangeiros.

O volume de páginas/laudas recebidas informado pelos respondentes não parece ser demasiado, se for levada em consideração a dimensão da PR. No entanto, há que se considerar que normalmente existe a urgência para a entrega da tradução, pois, como está demonstrado na pergunta 3.3, as mensagens eletrônicas são, em volume, o que mais se recebe, e devem ser respondidas com rapidez. Como explicado anteriormente, a PR não conta com gestores de projetos de tradução e tampouco tem uma política tradutória voltada para a recepção dos documentos a serem traduzidos. Assim, cabe a cada setor a responsabilidade de gerir os prazos de entrega das traduções, a proporção na distribuição dos documentos recebidos entre os tradutores (caso haja mais de um no setor), a decisão de contratar mais tradutores, caso seja necessário, o emprego de programa de memória de tradução, por exemplo, e o investimento no aperfeiçoamento dos tradutores, para bem gerir o volume de trabalho.

Pergunta 32: Quantos telefonemas por mês o setor recebe em idioma estrangeiro?

até 10 de 10 a 50 mais de 50

não recebe telefonemas em outros idiomas

não se aplica (comente, se julgar necessário)

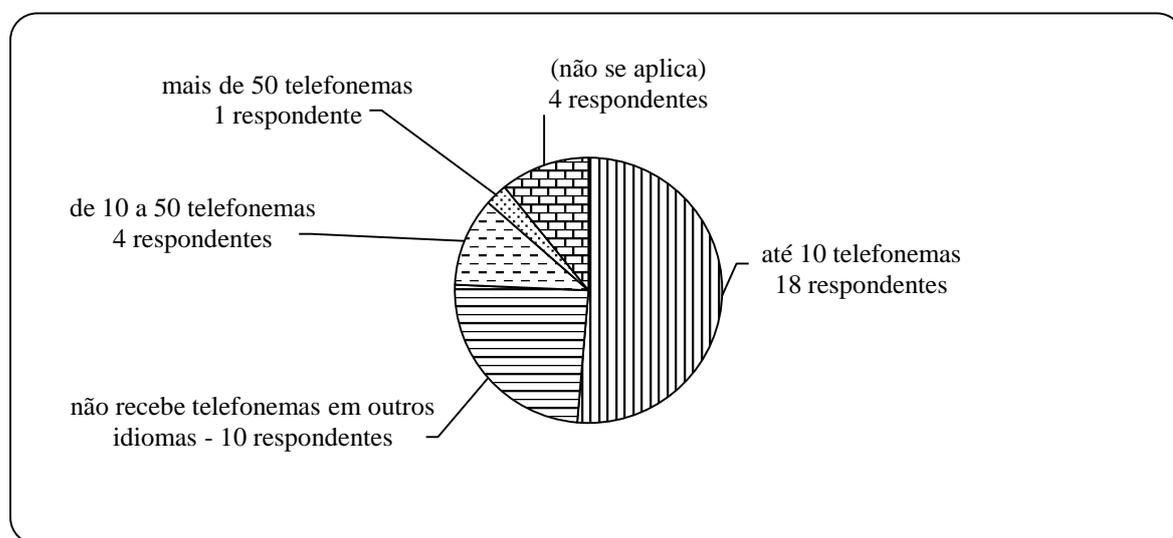
Esta pergunta trata da quantidade mensal de telefonemas em língua estrangeira recebida nos setores. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por setor e por respondente. Na tabela 3.32, eles são visualizados por setor e por respondente e no gráfico 3.32, somente por respondente.

Tabela 3.32 - Distribuição dos setores/respondentes segundo a quantidade mensal de telefonemas recebidos em idioma estrangeiro

Faixa mensal de telefonemas em idioma estrangeiro recebidos no setor	Quant. de setores/respondentes	% de respondentes
até 10 telefonemas	12/18	48,65
não recebe telefonemas em outros idiomas	6/10	27,03
de 10 a 50 telefonemas	4/4	10,81
mais de 50 telefonemas	1/1	2,70
(não se aplica)	4/4	10,81
Total	27/37	100,00

Fonte: Questionário

Gráfico 3.32 - Distribuição dos respondentes segundo a quantidade mensal de telefonemas recebidos em idioma estrangeiro



Fonte: Questionário

Em 12 setores, 18 respondentes informam que o setor recebe até 10 telefonemas por mês. Em quatro setores, quatro respondentes informam que o setor recebe de 10 a 50 telefonemas por mês. Em um setor, um respondente informa que o setor recebe mais de 50 telefonemas por mês. Em seis setores, 10 respondentes informam que o setor não recebe telefonemas.

Na Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG), dois respondentes informam que o setor recebe até 10 telefonemas e um respondente informa que o setor recebe de 10 a 50 telefonemas em idioma estrangeiro por mês. Na Secretaria de Competitividade e Gestão/Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SECOMP/SMPE), um respondente informa que o setor recebe até 10 telefonemas em idioma estrangeiro por mês e outro informa “não se aplica”. Em função dessas diferenças de opinião de respondentes que

trabalham nos mesmos setores, o total de setores é 27 e não 25, que são os setores consultados na PR.

Quanto à opção “não se aplica”: um respondente da Biblioteca/Diretoria de Gestão de Pessoas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (Biblioteca/DIGEP/SA/SG) informa que o setor recebe menos de 10 telefonemas por ano. Um respondente da Secretaria Nacional de Relações Político-Sociais/Secretaria-Geral (SNRPS/SG) informa que o setor recebe esporadicamente telefonemas em idioma estrangeiro. Um respondente do Cerimonial do Gabinete Pessoal do Presidente da República (Cerimonial/GP/PR) e um da Secretaria de Competitividade e Gestão/Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SECOMP/SMPE) informam “não se aplica” e não deixam comentários.

Como na pergunta anterior, não parece ser grande quantidade de telefonemas recebidos mensalmente nos setores da PR. Porém, há que se considerar que o telefone é um meio de comunicação empregado também quando se tem pressa ou urgência em resolver uma questão, o que implica boa competência de escuta e de fala do servidor que recebe a demanda. Nota-se, também aqui, que a PR não tem uma política tradutória voltada para a recepção dos telefonemas em língua estrangeira. Está a cargo dos setores a decisão de quantos servidores tradutores/intérpretes cada um deles deve admitir, como deve ser distribuída a carga de trabalho entre eles e o investimento no aperfeiçoamento dos servidores tradutores/intérpretes que atendem os telefonemas, se houver necessidade disso.

Pergunta 33: Quantos visitantes estrangeiros por mês o setor recebe? (visitantes que falam idioma estrangeiro)

- até 10 de 10 a 50 mais de 50
 não recebe visitantes estrangeiros
 não se aplica (comente, se julgar necessário)

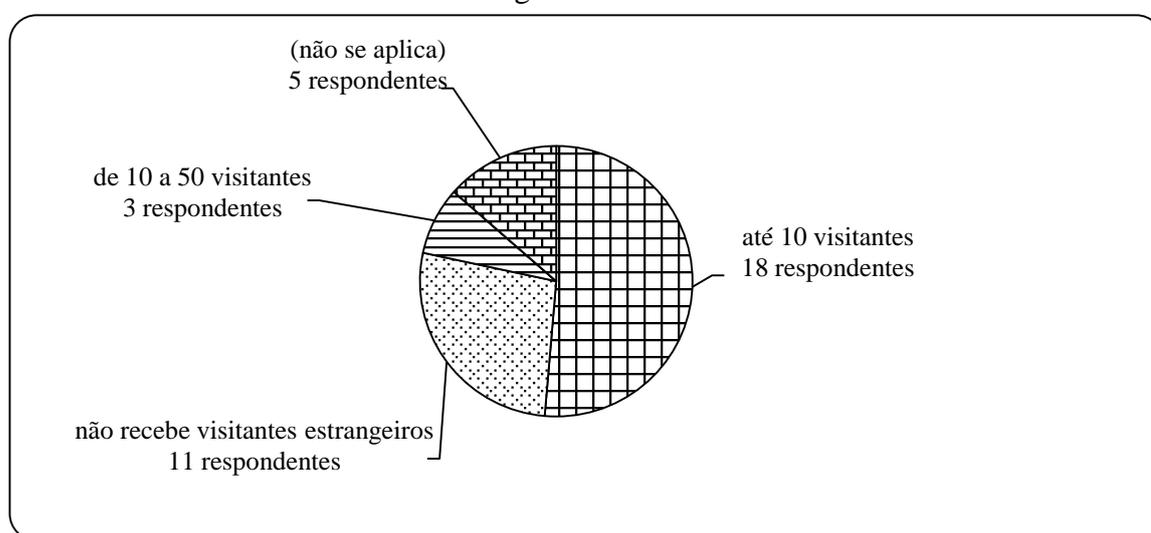
Esta pergunta trata da quantidade mensal de visitantes que não falam português recebida pelos setores. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por setor e por respondente. Na tabela 3.33, eles são visualizados por setor e por respondente e no gráfico 3.33, somente por respondente.

Tabela 3.33 - Distribuição dos setores/respondentes segundo a quantidade mensal de visitantes estrangeiros recebidos

Quantidade mensal de visitantes estrangeiros recebidos no setor	Quant. de setores/respondentes	% de respondentes
até 10 visitantes	14/18	48,65
não recebe visitantes estrangeiros	6/11	29,73
de 10 a 50 visitantes	2/3	8,11
mais de 50 visitantes (não se aplica)	0	0,00
Total	27/37	100,00

Fonte: Questionário

Gráfico 3.33 - Distribuição dos respondentes segundo a quantidade mensal de visitantes estrangeiros recebidos



Fonte: Questionário

Em 13 setores, 18 respondentes informam que o setor recebe até 10 visitantes estrangeiros por mês. Em dois setores, três respondentes informam que o setor recebe de 10 a 50 visitantes estrangeiros por mês. Em seis setores, 11 respondentes informam que o setor não recebe visitantes estrangeiros.

Quanto à opção “não se aplica”, tem-se as seguintes situações: um respondente da Biblioteca/Diretoria de Gestão de Pessoas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (Biblioteca/DIGEP/SA/SG), um do Cerimonial do Gabinete Pessoal do Presidente da República (Cerimonial/GP/PR) e um da Secretaria de Competitividade e Gestão/Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SECOMP/SMPE) informam “não se aplica” e não deixam comentários. Um respondente da Secretaria Nacional de Relações Político-Sociais/Secretaria-Geral (SNRPS/SG) informa que o setor recebe esporadicamente visitantes estrangeiros. Um respondente do

Gabinete de Segurança Institucional (GSI) informa que o setor recebe até três visitantes estrangeiros por ano.

Cada visitante estrangeiro tem um objetivo específico em sua visita ao Palácio do Planalto, que pode ser uma reunião, uma entrevista, uma visita turística, entre outros. Por isso, sempre há uma organização mínima quanto à agenda dos servidores envolvidos nas tarefas com os visitantes (servidores que falam outros idiomas além do português e servidores que necessitam de intérpretes). Assim, é natural que cada setor que recebe visitantes tenha sua conduta, a fim de permitir que os objetivos previstos sejam cumpridos da melhor maneira possível. Como não há uma política tradutória institucional, cada setor tem (relativa) independência para admitir tantos intérpretes quantos julgar necessário, dependendo da quantidade mensal de visitantes recebida e, obviamente, da lotação especificada na estrutura da PR, a qual define a quantidade de cargos e de gratificações disponível por setor.

Pergunta 34: Em que idioma estrangeiro está a maioria dos textos recebidos pelo setor?

- inglês espanhol francês italiano alemão
 búlgaro árabe outro (especifique qual: _____)
 não se aplica (comente, se julgar necessário)

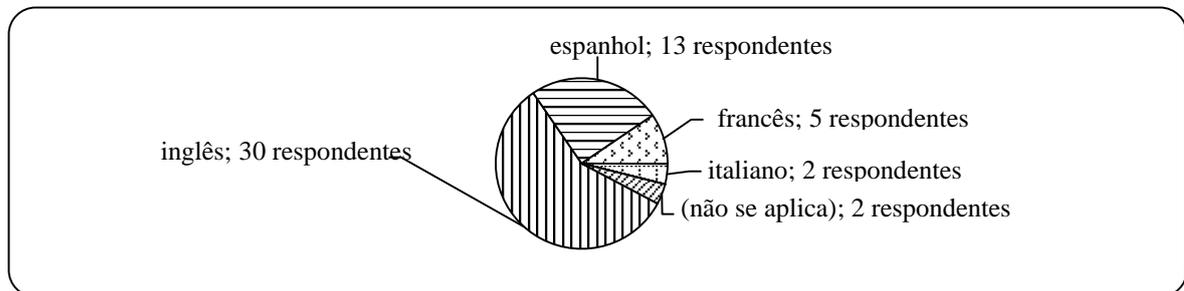
Esta pergunta aponta para a política tradutória institucional, pois, como na pergunta 8, a partir dessas informações, a PR pode oferecer cursos de idiomas a seus profissionais da tradução, para fins de aperfeiçoamento da compreensão escrita. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por setor e por respondente. Na tabela 3.34, eles são visualizados por setor e por respondente e no gráfico 3.34, somente por respondente.

Tabela 3.34 - Distribuição dos setores/respondentes segundo o idioma da maioria dos textos recebidos

Idioma da maioria dos textos recebidos	Quant. setores	Respondentes	
		Quant.	%
inglês	20	30	81,08
espanhol	11	13	35,14
francês	4	5	13,51
italiano	1	2	5,41
búlgaro	0	0	0,00
alemão	0	0	0,00
árabe	0	0	0,00
(outro)	0	0	0,00
(não se aplica)	4	2	5,41

Fonte: Questionário

Gráfico 3.34 - Distribuição dos respondentes segundo o idioma da maioria dos textos recebidos



Fonte: Questionário

Em 20 setores, 30 respondentes informam que a maioria dos textos estrangeiros recebidos no setor está em inglês.

Um respondente da Assessoria Especial da Casa Civil (AESP/GAB/CC) e um da Assessoria Internacional da Secretaria de Políticas para as Mulheres (AI/SPM) informam que a maioria dos textos em idioma estrangeiro recebidos no setor está em espanhol.

Um respondente do Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC) informa que a maioria dos textos em idioma estrangeiro recebidos no setor está em francês.

Há ocorrência de respondentes informando que a maioria dos textos estrangeiros está também em espanhol, em francês e em italiano. Quando se pergunta sobre “a maioria”, o que se quer saber é apenas uma opção, aquela que compõe a maior parte dos textos em idioma estrangeiro recebidos pelo setor. Como alguns respondentes marcaram mais de uma opção como “maioria”, pode ser que a quantidade de textos recebidos seja igual em todos os idiomas por eles escolhidos. Tem-se, aqui, a seguinte situação: marcaram “inglês” e também “espanhol” um respondente do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), um do Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC), um do Gabinete Digital/Secretaria de Comunicação Social (GD/SECOM), um da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), um da Secretaria de Imprensa/Secretaria de Comunicação Social (SI/SECOM), um da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/Casa Civil (SEDES/CC), um da Diretoria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DDH/GP/PR), um da Secretaria Nacional de Relações Político-Sociais/Secretaria-Geral (SNRPS/SG) e três respondentes da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG). Marcaram “inglês” e também “francês” um respondente da Secretaria de Imprensa/Secretaria de Comunicação Social

(SI/SECOM), um da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG) e um da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/Casa Civil (SEDES/CC). Marcou “inglês” e também “italiano” um respondente da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG).

Quanto à opção “não se aplica”: um respondente da Biblioteca/Diretoria de Gestão de Pessoas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (Biblioteca/DIGEP/SA/SG), um do Cerimonial do Gabinete Pessoal do Presidente da República (Cerimonial/GP/PR) e um da Secretaria de Competitividade e Gestão/Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SECOMP/SMPE) informam “não se aplica” e não deixam comentários. Um respondente da Secretaria-Executiva da Casa Civil (SE/CC) informa que é revisor de textos, que traduz cartões de visitas de autoridades para outros idiomas e que não sabe em que idioma está a maioria dos textos que o setor recebe.

Como a maior parte dos textos recebidos em língua estrangeira está em inglês, o ideal seria que a PR tivesse uma política tradutória voltada para o aperfeiçoamento de seus tradutores nesse idioma, de modo a permitir-lhes melhorar sua desenvoltura, sua velocidade e sua precisão ao traduzir. Não há um glossário ou um vocabulário mínimo de português/inglês/português, por exemplo, com termos úteis a todos os servidores da PR, disponível para todos os tradutores, ou uma base de termos geral a ser usada por todos em algum programa de memória de tradução. Essas ferramentas poderiam ajudar em muito a realização de traduções mais acuradas nos prazos estabelecidos. Isso vale também para o espanhol, que aparece após o inglês, como língua de grande demanda.

Pergunta: 35: Em que idioma estrangeiro está a maioria dos telefonemas recebidos pelo setor?

- inglês espanhol francês italiano alemão
 búlgaro árabe outro (especifique qual: _____)
 não se aplica (comente, se julgar necessário)

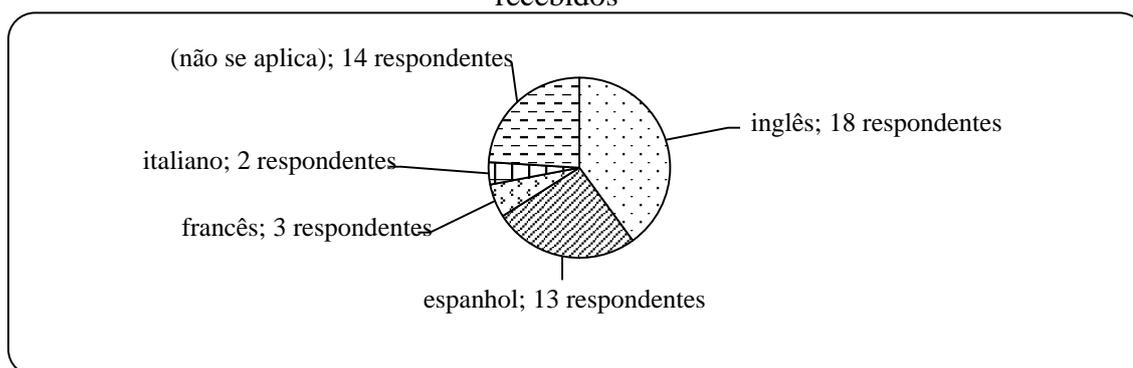
Esta pergunta também aponta para a política tradutória institucional, pois, a partir dessas informações, a PR pode oferecer cursos de idiomas a seus profissionais da tradução/interpretação, para fins de aperfeiçoamento da compreensão oral. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por setor e por respondente. Na tabela 3.35, eles são visualizados por setor e por respondente e no gráfico 3.35, somente por respondente.

Tabela 3.35 - Distribuição dos setores/respondentes segundo o idioma da maioria dos telefonemas recebidos

Idioma da maioria dos telefonemas recebidos	Quant. de setores/respondentes	% de respondentes
inglês	13/18	48,65%
espanhol	10/13	35,14%
francês	3/3	8,11%
italiano	1/2	5,41%
búlgaro	0	0,00%
(outro)	0	0,00%
árabe	0	0,00%
alemão	0	0,00%
(não se aplica)	10/14	37,84%

Fonte: Questionário

Gráfico 3.35 - Distribuição dos respondentes segundo o idioma da maioria dos telefonemas recebidos



Fonte: Questionário

Em 13 setores, 18 respondentes informam que a maioria dos telefonemas em idioma estrangeiro que o setor recebe é em inglês.

Um respondente da Assessoria Especial da Casa Civil (AESP/GAB/CC), um da Assessoria Internacional da Secretaria de Políticas para as Mulheres (AI/SPM), um do Gabinete do Ministro da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (GAB/SEPPIR) e um da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG) informam que a maioria dos telefonemas em idioma estrangeiro recebidos no setor é em espanhol.

Como nas respostas à pergunta 34, há ocorrência de respondentes informando que a maioria dos telefonemas em idioma estrangeiro é também em espanhol, em francês e em italiano. Quando se pergunta sobre “a maioria”, o que se quer saber é apenas uma opção, aquela que compõe a maior parte dos telefonemas em idioma estrangeiro recebidos pelo setor. Como

alguns respondentes marcaram mais de uma opção como “maioria”, pode ser que a quantidade de telefonemas recebidos seja igual em todos os idiomas por eles escolhidos. Tem-se, aqui, a seguinte situação: marcaram “inglês” e também “espanhol” um respondente da Subchefia de Assuntos Federativos/Secretaria de Relações Institucionais (SAF/SRI), um da Assessoria Especial da Casa Civil (AESP/GAB/CC), um da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais/Casa Civil (SAG/CC), um da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), um da Secretaria de Imprensa/Secretaria de Comunicação Social (SI/SECOM), dois respondentes da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/Casa Civil (SEDES/CC) e dois da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG). Marcaram “inglês e também “francês” um respondente da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/Casa Civil (SEDES/CC), um respondente da Secretaria de Imprensa/Secretaria de Comunicação Social (SI/SECOM) e um respondente da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG). Marcou “inglês” e também “italiano” um respondente da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG).

Quanto à opção “não se aplica”: por marcarem as opções “o setor não recebe telefonemas em idioma estrangeiro” e “não se aplica” como resposta à pergunta 32, um respondente da Biblioteca/Diretoria de Gestão de Pessoas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (Biblioteca/DIGEP/SA/SG), um da Secretaria Nacional de Relações Político-Sociais/Secretaria-Geral (SNRPS/SG), um do Cerimonial do Gabinete Pessoal do Presidente da República (Cerimonial/GP/PR), um da Secretaria de Competitividade e Gestão/Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SECOMP/SMPE), um do Gabinete-Adjunto de Informações em Apoio à Decisão/Gabinete Pessoal do Presidente da República (GAIA/GP/PR), um do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), um do Gabinete Digital/Secretaria de Comunicação Social (GD/SECOM), um da Secretaria-Executiva da Casa Civil (SE/CC), dois do Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC) e quatro da Diretoria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DDH/GP/PR) informam “não se aplica”.

Como na pergunta anterior, a maior parte dos telefonemas recebidos em língua estrangeira está em inglês. Seria positivo se a PR pudesse ter uma política tradutória voltada para o aperfeiçoamento de seus servidores tradutores/intérpretes nesse idioma, de modo a permitir-lhes melhorar suas competências oral e de escuta em inglês. Isso vale também para o espanhol, que aparece após o inglês, como língua de demanda por meio de telefonemas.

Pergunta 36: Que idioma fala a maioria dos visitantes estrangeiros recebidos pelo setor?

- () inglês () espanhol () francês () italiano () alemão
 () búlgaro () árabe () outro (especifique qual: _____)
 () não se aplica (comente, se julgar necessário)

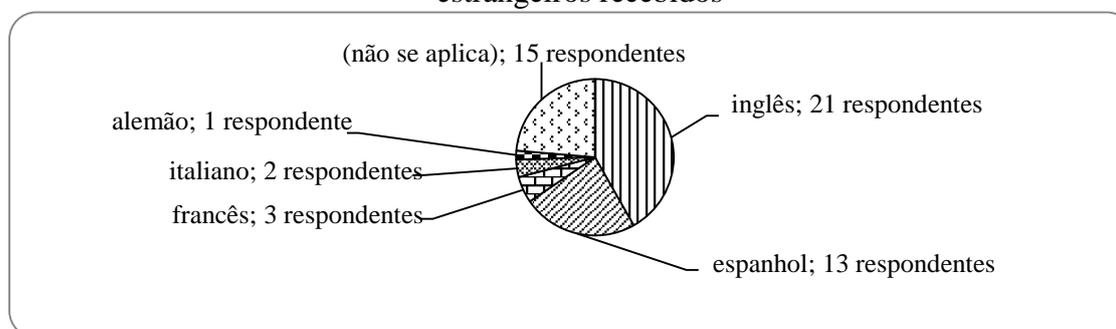
Esta pergunta aponta para a política tradutória institucional, pois, a partir dessas informações, a PR pode oferecer a seus intérpretes cursos de aperfeiçoamento de compreensão oral e conversação. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por setor e por respondente. Na tabela 3.36, eles são visualizados por setor e por respondente e no gráfico 3.36, somente por respondente.

Tabela 3.36 - Distribuição dos setores/respondentes segundo o idioma da maioria dos visitantes estrangeiros recebidos

Idioma da maioria dos visitantes estrangeiros recebidos	Quant. de setores/respondentes	% de respondentes
inglês	15/21	56,76
espanhol	10/13	35,14
francês	3/3	8,11
italiano	1/2	5,41
alemão	1/1	2,71
búlgaro	0	0,00
árabe	0	0,00
(outro)	0	0,00
(não se aplica)	10/15	40,54

Fonte: Questionário

Gráfico 3.36 - Distribuição dos respondentes segundo o idioma da maioria dos visitantes estrangeiros recebidos



Fonte: Questionário

Em 15 setores, 21 respondentes informam que a maioria dos visitantes estrangeiros recebidos no setor fala inglês.

Um respondente da Assessoria Especial da Casa Civil (AESP/GAB/CC) informa que a maioria dos visitantes estrangeiros recebidos no setor fala espanhol.

Como nas respostas à pergunta 34, há ocorrência de respondentes informando que a maioria dos visitantes estrangeiros recebidos no setor também fala espanhol, francês, italiano e alemão. Quando se pergunta sobre “a maioria”, o que se quer saber é apenas uma opção. Como alguns respondentes marcaram mais de uma opção como “maioria”, pode ser que os idiomas falados pelos visitantes estrangeiros recebidos no setor sejam iguais em quantidade. Tem-se, aqui, a seguinte situação: marcaram “inglês” e também “espanhol” um respondente da Subchefia de Assuntos Federativos/Secretaria de Relações Institucionais (SAF/SRI), um da Coordenação-Geral de Relações Públicas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (COREP/SA/SG), um da Assessoria Especial da Casa Civil (AESP/GAB/CC), um do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), um da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais/Casa Civil (SAG/CC), um da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), um da Secretaria de Imprensa/Secretaria de Comunicação Social (SI/SECOM), dois respondentes da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/Casa Civil (SEDES/CC) e três da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG). Marcaram “inglês e também “francês” um respondente da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/Casa Civil (SEDES/CC), um respondente da Secretaria de Imprensa/Secretaria de Comunicação Social (SI/SECOM) e um respondente da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG). Marcaram “inglês” e também “italiano” dois respondentes da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG). Marcou “inglês” e também “alemão” um respondente do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Quanto à opção “não se aplica”: por marcarem as opções “o setor não recebe visitantes estrangeiros” e “não se aplica” como resposta à pergunta 33, um respondente da Biblioteca/Diretoria de Gestão de Pessoas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (Biblioteca/DIGEP/SA/SG), um da Secretaria Nacional de Relações Político-Sociais/Secretaria-Geral (SNRPS/SG), um do Cerimonial do Gabinete Pessoal do Presidente da República (Cerimonial/GP/PR), um da Secretaria de Competitividade e Gestão/Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SECOMP/SMPE), um do Gabinete-Adjunto de Informações em Apoio à Decisão/Gabinete Pessoal do Presidente da República (GAIA/GP/PR), um do Gabinete

Digital/Secretaria de Comunicação Social (GD/SECOM), um da Secretaria-Executiva da Casa Civil (SE/CC), dois do Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC), dois da Diretoria de Gestão Interna do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DGI/GP/PR) e quatro da Diretoria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DDH/GP/PR) informam “não se aplica”.

O inglês é o idioma que prevalece quando se trata da recepção de visitantes estrangeiros. Neste caso, seria igualmente importante a PR fomentar o aperfeiçoamento de seus servidores intérpretes no domínio da conversação nesse idioma, pois o inglês é língua internacional, empregada por falantes de outras línguas que não o português. Essa mesma política de incentivo ao aprofundamento dos conhecimentos de espanhol poderia ser aplicada na PR, de modo integral, atingindo todos os setores que recebem visitantes estrangeiros não falantes de português.

3.8 BLOCO H - QUANTO AO PRAZO DE ENTREGA DA TRADUÇÃO

Pergunta 37: O tradutor do setor tem prazo definido para entregar a tradução?

() sim () não () não se aplica (comente, se julgar necessário)

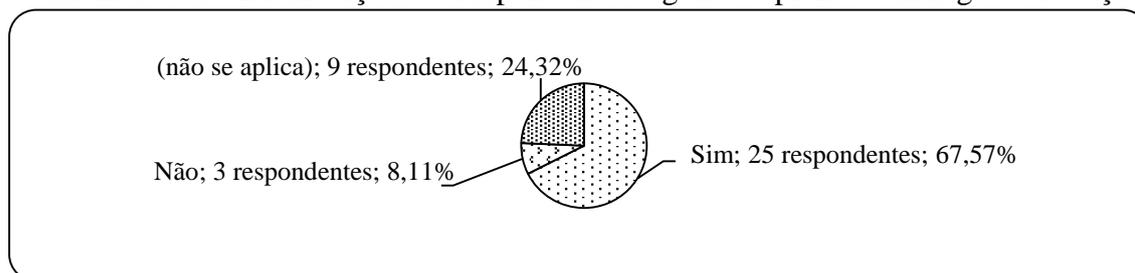
Esta pergunta trata de um dos aspectos relevantes da atividade tradutória, que é o prazo de entrega da tradução. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por respondente, mas alguns dados estão explicados considerando também os setores. Na tabela 3.37 e no gráfico 3.37 os dados estão demonstrados por respondente.

Tabela 3.37 - Distribuição dos respondentes segundo o prazo de entrega da tradução

Resposta	Quant. de respondentes	%
sim	25	67,57
não	3	8,11
(não se aplica)	9	24,32
Total	37	100,00

Fonte: Questionário

Gráfico 3.37 - Distribuição dos respondentes segundo o prazo de entrega da tradução



Fonte: Questionário

Dos 37 respondentes, 25 informam que têm prazo para entregar as traduções.

Um respondente do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), um da Coordenação-Geral de Relações Públicas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (COREP/SA/SG) e um da Diretoria de Tecnologia/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (DITEC/SA/SG) informam não ter prazos a cumprir.

Quanto à opção “não se aplica”: um respondente da Coordenação-Geral de Relações Públicas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (COREP/SA/SG), um da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), um da Assessoria Especial da Casa Civil (AESP/GAB/CC), um do Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC), um do Cerimonial do Gabinete Pessoal do Presidente da República (Cerimonial/GP/PR), um da Secretaria de Aviação Civil (SAC), um da Secretaria Nacional de Relações Político-Sociais/Secretaria-Geral (SNRPS/SG), um da Secretaria-Executiva da Casa Civil (SE/CC) e um da Biblioteca/Diretoria de Gestão de Pessoas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (Biblioteca/DIGEP/SA/SG) informam esta opção.

Como informações diferentes provenientes de um mesmo setor, temos o caso da Coordenação-Geral de Relações Públicas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (COREP/SA/SG), em que um respondente informa que não tem prazo a cumprir e outro informa “não se aplica”, e o caso do Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC), em que um respondente informa ter prazo a cumprir e outro informa “não se aplica”. Nenhum dos respondentes deixa comentário.

Três respondentes informam não ter prazos a cumprir, porque são os próprios chefes dos setores demandantes, não estando subordinados a outrem. É natural que haja uma maioria de respondentes informando ter prazo para entregar as traduções, pois isso faz parte da atividade tradutória. Cada setor resolve a questão do prazo conforme lhe parece melhor, conforme o tipo de demanda ou a finalidade do documento a traduzir.

Pergunta 38: Quem define o prazo de entrega da tradução?

- () a chefia imediata do tradutor
- () a chefia de gabinete da autoridade interessada na tradução
- () o interessado na tradução/a pessoa que solicitou a tradução
- () a pessoa a quem é destinado o texto original (carta, convite etc.)
- () não se aplica (comente, se julgar necessário)

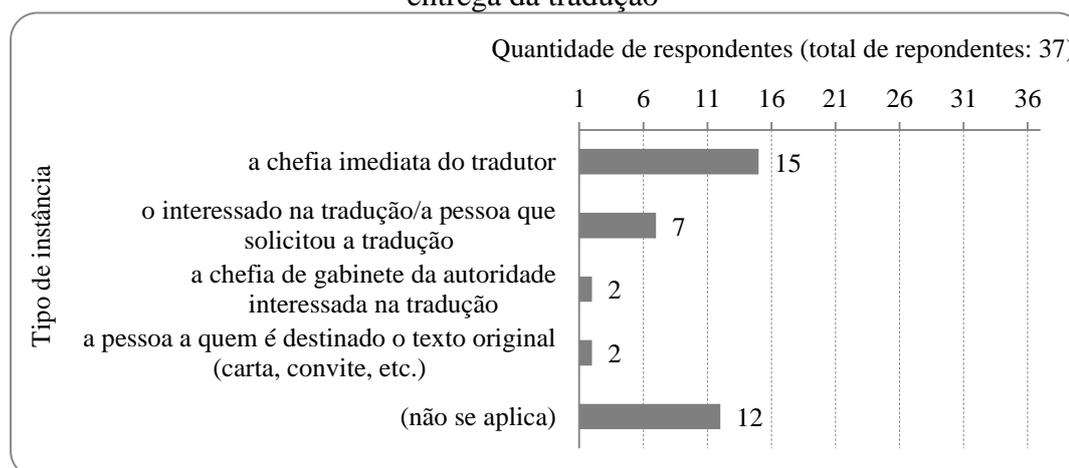
Esta pergunta aponta para a política tradutória institucional, pois apresenta a maneira como os setores da PR se organizam quanto à pessoa que determina o prazo de entrega das traduções. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por respondente e desse modo estão demonstrados na tabela 3.38 e no gráfico 3.38.

Tabela 3.38 - Distribuição dos respondentes segundo a instância que define o prazo de entrega da tradução

Resposta	Quant. de respondentes	%
a chefia imediata do tradutor	15	40,54
o interessado na tradução/a pessoa que solicitou a tradução	7	18,92
a chefia de gabinete da autoridade interessada na tradução	2	5,41
a pessoa a quem é destinado o texto original	2	5,41
(não se aplica)	12	32,43

Fonte: Questionário

Gráfico 3.38 - Distribuição dos respondentes segundo a instância que define o prazo de entrega da tradução



Fonte: Questionário

Dos 37 respondentes, 15 informam que é a sua chefia imediata quem define o prazo de entrega da tradução; sete respondentes informam que quem define o prazo é o interessado/quem solicitou a tradução; dois respondentes informam que quem define o prazo é a chefia de gabinete da autoridade interessada na tradução e dois respondentes informam que quem define o prazo é a pessoa a quem é destinado o texto original em idioma estrangeiro.

Um respondente da Diretoria de Gestão Interna do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DGI/GP/PR) informa que tanto a sua chefia imediata quanto a chefia de gabinete da autoridade interessada na tradução definem o prazo de entrega.

Quanto à opção “não se aplica”: os nove respondentes que informam “não se aplica” e os três respondentes que informam não ter prazo para entregar traduções na pergunta 37 são os que aqui escolheram esta opção.

Denota-se que são várias as pessoas que definem o prazo de entrega da tradução, pois a gestão desse elemento da atividade tradutória depende do tipo ou do tema do documento a ser traduzido. Isso demonstra a peculiaridade do tratamento da tradução em cada setor, não havendo uma política tradutória institucional precisa.

3.9 BLOCO I - QUANTO À CARGA HORÁRIA DO TRADUTOR

Pergunta 39: O tradutor tem carga horária de trabalho definida?

sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

Pergunta 40: Se sim, quem define a carga horária do tradutor?

o chefe imediato do tradutor

o contrato de trabalho do tradutor com o seu órgão de origem/com a Presidência da República

não se aplica (comente, se julgar necessário)

As perguntas 39 e 40 apontam para a política tradutória institucional, pois apresentam a maneira como se define a carga horária de trabalho dos tradutores. Nestas perguntas, os dados foram mensurados por respondente. Tendo em vista que, teoricamente, os intérpretes trabalham em períodos curtos, em reuniões, encontros e entrevistas coletivas, estas perguntas são dirigidas

aos tradutores. Contudo, os intérpretes que também traduzem na PR responderam a elas. Na tabela 3.39-3.40 os dados estão demonstrados por respondente.

Tabela 3.39-3.40 - Distribuição dos respondentes segundo a carga horária de trabalho definida e quem a define

Existência de carga horária definida	Quant. de respondentes	%	Quem define a carga horária		
			A chefia imediata do tradutor	O contrato de trabalho do tradutor com o seu órgão de origem/com a PR	(não se aplica)
sim	15	40,54	8	7	22
não	15	40,54	-	-	-
(não se aplica)	7	18,92	-	-	-
Total	37	100,00	8	7	22

Fonte: Questionário

Dos 37 respondentes, 15 informam ter carga horária de trabalho definida, 15 informam não ter, e sete informam “não se aplica”.

Dos 15 respondentes que informam ter carga horária definida, oito informam que quem a define é a sua chefia imediata e sete informam que é o contrato de trabalho com seu órgão de origem ou com a PR.

Quanto à opção “não se aplica”: um respondente da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), um do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), um do Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC), um do Cerimonial do Gabinete Pessoal do Presidente da República (Cerimonial/GP/PR), um da Secretaria de Aviação Civil (SAC), um da Secretaria Nacional de Relações Político-Sociais/Secretaria-Geral (SNRPS/SG), um da Secretaria-Executiva da Casa Civil (SE/CC) informam esta opção e não deixam comentários.

Os servidores nomeados em cargos de Direção e Assessoria Superior (DAS) têm mais responsabilidades do que os que são designados para receber funções gratificadas (GR), e os salários daqueles são bem mais elevados que os destes. Este é um dos motivos pelos quais 15 respondentes informam não ter carga horária de trabalho definida. Não se considera, na PR, de modo geral, a questão do cansaço do tradutor, pois ele ali também representa os papéis de servidor, de colega, de subordinado ou de chefe, e ele está ali para cumprir suas tarefas, que normalmente não se restringem exclusivamente a fazer traduções. Os tradutores trabalham em setores onde há inúmeras atividades a serem realizadas durante a jornada de trabalho, e eles acabam naturalmente sendo chamados a participar delas, mesmo que não tenham competência

específica para tanto. Assim, o trabalho de tradução é bastante assistemático e, às vezes, se torna imperceptível, em função do conjunto de tarefas que o servidor tem a realizar. Não há, portanto, uma política tradutória institucional precisa quanto à carga horária de trabalho.

Pergunta 41: Dentro da carga horária estabelecida, o tradutor tem metas a cumprir?

sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

Pergunta 42: Se sim, quem define as metas a cumprir?

o chefe imediato do tradutor

o contrato de trabalho do tradutor com o seu órgão de origem/com a Presidência da República

não se aplica (comente, se julgar necessário)

As perguntas 41 e 42 também apontam para a política tradutória institucional, pois apresentam o modo como a PR se organiza quanto à definição de metas que os tradutores têm a cumprir. Nestas perguntas, os dados foram mensurados por respondente e dessa forma estão demonstrados na tabela 3.41-3.42.

Tabela 3.41-3.42 - Distribuição dos respondentes segundo as metas a cumprir e quem as define

Existência de metas a cumprir	Quant. de respondentes	%	Quem define as metas a cumprir		
			A chefia imediata do tradutor	O contrato de trabalho do tradutor com o seu órgão de origem/com a PR	(não se aplica)
sim	4	10,81	4	0	33
não	12	32,43	0	0	0
(não se aplica)	21	56,76	0	0	0
Total	37	100,00	4	0	33

Fonte: Questionário

Dos 37 respondentes, quatro informam ter metas a cumprir dentro da carga horária estabelecida, 12 informam não as ter e 21 informam “não se aplica”.

Os quatro respondentes que informam ter metas a cumprir trabalham na Diretoria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DDH/GP/PR). Nesse setor, a política de trabalho, na época em que a pesquisa foi feita, era rígida e cada tradutor devia imperiosamente cumprir a meta diária de trabalho, para evitar punições.

Trabalhei nesse setor de 2009 a 2011, por isso posso afirmar que as metas de trabalho e de tradução, naquele então, eram inflexíveis e que as punições pelo não cumprimento delas eram severas. Contudo, essas regras eram impostas a todos os servidores do setor, não se limitando especificamente aos tradutores. Esse era o único setor da PR em que isso ocorria, devido à chefia do setor naquele período. Salvo o setor mencionado, na PR não há política tradutória que imponha metas a cumprir aos tradutores.

3.10 BLOCO J - QUANTO ÀS ORIENTAÇÕES AO TRADUTOR [*TRANSLATION BRIEF*]

Pergunta 43: O tradutor é informado sobre quem é o usuário final da tradução?

sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

Pergunta 44: O tradutor é informado sobre o tipo de público a quem a tradução se dirige (público-alvo: leigos, técnicos, leitorado inteirado do contexto do texto)?

sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

Pergunta 45: O tradutor é informado sobre a finalidade da tradução?

sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

Pergunta 46: O tradutor é informado se o usuário final da tradução também lê o texto original (no idioma estrangeiro)?

sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

Pergunta 47: Há um manual de redação da Presidência da República para orientar o tradutor a realizar suas atividades?

sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

Pergunta 48: Esse manual é suficiente para dirimir as dúvidas do tradutor?

sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

Pergunta 49: O tradutor recebe orientações (*translation brief*) para realizar suas atividades?

sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

Pergunta 50: Caso não receba, o tradutor depreende o que tem de fazer por meio de colegas/outros tradutores?

() sim () não () não se aplica (comente, se julgar necessário)

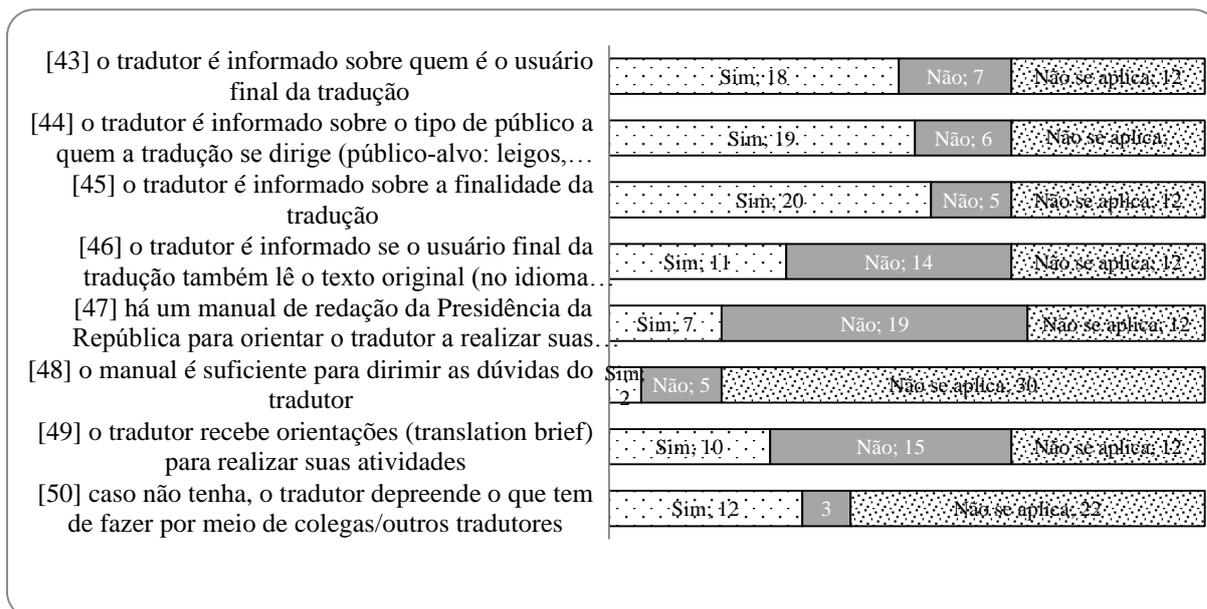
O bloco com as perguntas 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49 e 50 aponta para a política tradutória institucional, pois apresentam a maneira como a PR se organiza para fornecer aos tradutores as informações básicas sobre as traduções e demonstra a existência de um manual de redação disponível a todos os servidores, inclusive aos tradutores. Nestas perguntas, os dados foram mensurados por respondente e dessa forma estão demonstrados na tabela 3.43-3.50 e no gráfico 3.43-3.50.

Tabela 3.43-3.50 - Distribuição dos respondentes segundo as orientações transmitidas ao tradutor (*translation brief*)

Orientação	Sim	Não	(não se aplica)	Total
[43] o tradutor é informado sobre quem é o usuário final da tradução	18	7	12	37
[44] o tradutor é informado sobre o tipo de público a quem a tradução se dirige (público-alvo: leigos, técnicos, leitorado inteirado do contexto do texto)	19	6	12	37
[45] o tradutor é informado sobre a finalidade da tradução	20	5	12	37
[46] o tradutor é informado se o usuário final da tradução também lê o texto original (no idioma estrangeiro)	11	14	12	37
[47] há um manual de redação da Presidência da República para orientar o tradutor a realizar suas atividades	7	19	11	37
[48] o manual é suficiente para dirimir as dúvidas do tradutor	2	5	30	37
[49] o tradutor recebe orientações (<i>translation brief</i>) para realizar suas atividades	10	15	12	37
[50] caso não tenha, o tradutor depreende o que tem de fazer por meio de colegas/outros tradutores	12	3	22	37

Fonte: Questionário

Gráfico 3.43-3.50 - Distribuição dos respondentes segundo as orientações transmitidas ao tradutor (*translation brief*)



Fonte: Questionário

Na pergunta 43, dos 37 respondentes, 18 informam que sabem quem é o usuário final da tradução, sete informam que não sabem e 12 informam “não se aplica”. Os que escolhem esta última opção podem ser os que traduzem para si mesmos e os que mais interpretam que traduzem.

Na pergunta 44, 19 respondentes informam saber qual é o tipo de público a quem a tradução se dirige (público-alvo: leigos, técnicos, leitorado inteirado do contexto do texto), seis respondentes informam não saber e 12 informam “não se aplica”.

Na pergunta 45, 20 respondentes informam que conhecem a finalidade da tradução, cinco informam não conhecer e 12 informam “não se aplica”.

Na pergunta 46, 11 respondentes informam saber se se o usuário final da tradução também lê o texto original, em idioma estrangeiro, 14 informam não saber e 12 informam “não se aplica”.

Na pergunta 47, sete respondentes informam que existe um manual de redação da PR para orientar o tradutor a realizar suas atividades, 19 informam que não existe e 11 informam “não se aplica”.

Na pergunta 48, dois respondentes informam que o manual de redação da PR é suficiente para dirimir suas dúvidas, cinco informam que não é suficiente e 30 informam “não se aplica”.

Na pergunta 49, 10 respondentes informam que recebem orientações (*translation brief*) para realizar suas atividades, 15 informam que não recebem e 12 informam “não se aplica”.

Na pergunta 50, dos 15 respondentes que não recebem orientações (*translation brief*) para realizar suas atividades, 12 informam que depreendem o que tem de fazer por meio de colegas/outros tradutores e três informam que não o fazem. Nesta questão, 22 respondentes informam “não se aplica”: são os respondentes que na pergunta 49 informam “sim” (10) e “não se aplica” (12).

Na PR, cada tradução apresentada tem sua particularidade, ainda que, por vezes, os temas se repitam. Nem todos os tradutores afirmam receber informações sobre detalhes importantes das traduções, pois as práticas da remessa delas aos tradutores variam: podem chegar até eles por meio de colegas ou das suas chefias imediatas. De todo modo, há um contato entre os tradutores e suas chefias, salvo quando os tradutores traduzem para si mesmos ou são os próprios chefes. Neste contato entre o tradutor e sua chefia é feito verbalmente o *translation brief*. Este é o procedimento que se dá entre chefia e tradutor, que pode ser mais ou menos esclarecedor. Devido ao teor mais ou menos sigiloso de cada tradução, não necessariamente há a difusão do seu conteúdo no setor onde o tradutor trabalha. Portanto, não há uma rotina estabelecida pela instituição para todos os setores, nem uma rotina dentro do setor para todos os tradutores que neles trabalham, relativamente ao *translation brief*. Quando não há a possibilidade de contato entre a chefia e o tradutor, este recebe alguma orientação de seus colegas de trabalho. Normalmente, nestes casos, o teor do texto não é sigiloso, pois a tradução não é entregue ao tradutor por sua chefia, mas por colegas de trabalho. Esta situação é tão comum quanto a anteriormente mencionada.

O fato de a PR ter um manual de redação de sua autoria configura a existência de uma iniciativa linguística abrangente, mas que não é especificamente voltada para a tradução e para o tradutor. Como mencionado no capítulo anterior, esse manual está disponibilizado a todos que desejem utilizá-lo, via internet, e ainda não está atualizado segundo as normas da nova ortografia da língua portuguesa. Percebe-se, então, que a PR não valoriza este tema e perde, assim, uma oportunidade de promover a língua portuguesa em nível doméstico e internacional.

3.11 BLOCO K - QUANTO À AVALIAÇÃO E AO CONTROLE DE QUALIDADE DA TRADUÇÃO

Pergunta 51: Há devolução de tradução para alterações por parte da chefia imediata do tradutor?

sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

Pergunta 52: Há avaliação da tradução por parte da chefia imediata do tradutor?

sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

Pergunta 53: Há avaliação da tradução por parte de seu usuário final?

sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

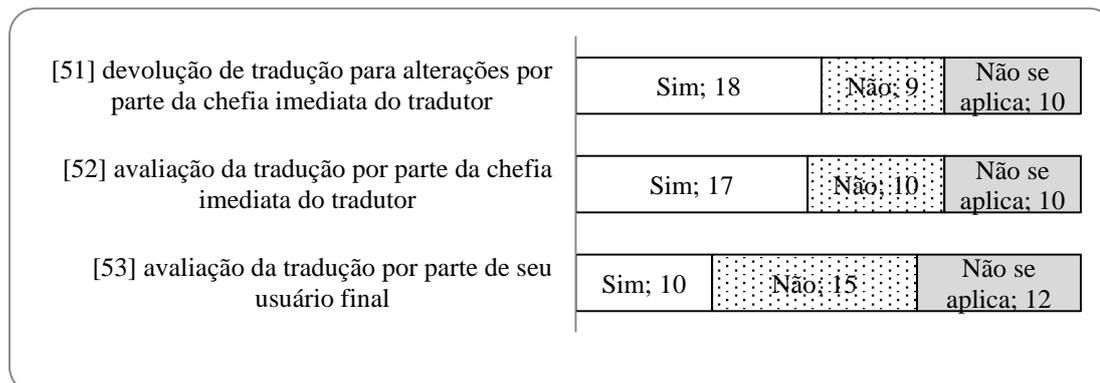
As perguntas 51, 52 e 53 apontam para a política tradutória institucional, pois apresentam a maneira como os setores da PR se organizam ao escolher quem avalia as traduções. Os dados expostos na tabela 3.51-3.52-3.53 e no gráfico 3.51-3.52-3.53 foram mensurados por respondente.

Tabela 3.51-3.52-3.53 - Distribuição dos respondentes segundo quem avalia as traduções

Quem avalia as traduções	Sim	Não	(não se aplica)	Total
[51] devolução de tradução para alterações por parte da chefia imediata do tradutor	18	9	10	37
[52] avaliação da tradução por parte da chefia imediata do tradutor	17	10	10	37
[53] avaliação da tradução por parte de seu usuário final	10	15	12	37

Fonte: Questionário

Gráfico 3.51-3.52-3.53 - Distribuição dos respondentes segundo quem avalia as traduções



Fonte: Questionário

Dos 37 respondentes, 18 informam que há devolução de tradução para alterações, por parte de suas chefias imediatas, nove informam que não há e 10 informam “não se aplica”.

Quanto à avaliação da tradução por parte das chefias imediatas, 17 respondentes informam que é feita, 10 informam que não e 10 informam “não se aplica”.

Quanto à avaliação da tradução por parte de seu usuário final, 10 respondentes informam que é feita, 15 informam que não e 12 informam “não se aplica”.

A avaliação é elemento importante da atividade tradutória, porque ajuda a garantir a boa qualidade da tradução. Não se percebe, no entanto, a existência de uma política tradutória institucional com relação a esse aspecto do trabalho dos tradutores.

Pergunta 54: Se sim, que critérios de avaliação são empregados? (se necessário, marque mais de uma opção)

- quanto ao léxico/terminologia
- quanto à gramática
- quanto à ortografia
- quanto ao estilo/registo da linguagem
- quanto ao aspecto iconográfico/visual
- quanto ao prazo de entrega da tradução
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

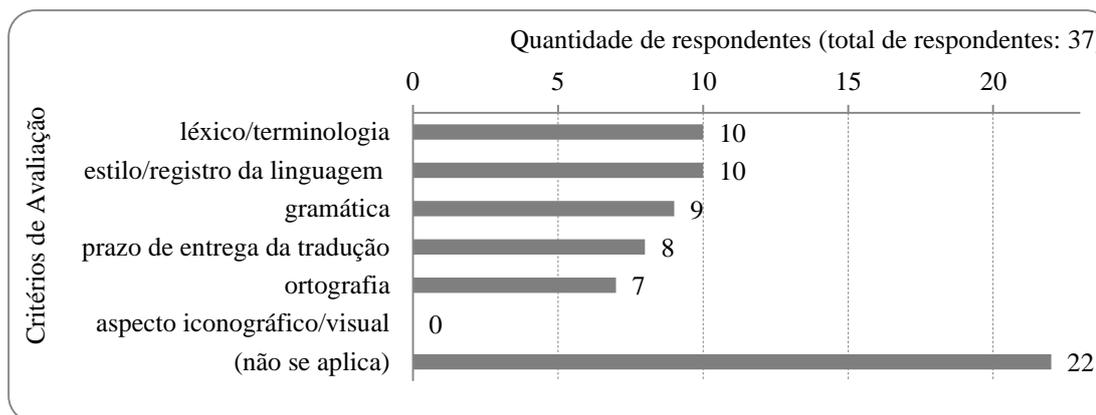
Nesta pergunta, o foco também é a política tradutória institucional, pois demonstra que critérios de avaliação são empregados pelas pessoas designadas a avaliar as traduções (chefias imediatas dos tradutores e/ou usuários finais das traduções). Os dados expostos na tabela 3.54 e no gráfico 3.54 foram mensurados por respondente.

Tabela 3.54 - Distribuição dos respondentes segundo os critérios de avaliação das traduções

Critérios de avaliação empregados	Quant. de respondentes	%
léxico/terminologia	10	27,03
estilo/registo da linguagem	10	27,03
gramática	9	24,32
prazo de entrega da tradução	8	21,62
ortografia	7	18,92
aspecto iconográfico/visual	0	0,00
(não se aplica)	22	59,46

Fonte: Questionário

Gráfico 3.54 - Distribuição dos respondentes segundo os critérios de avaliação das traduções



Fonte: Questionário

Dez respondentes informam haver avaliação quanto ao léxico, à terminologia, ao estilo e ao registo da linguagem; nove informam haver avaliação quanto à gramática; oito informam haver avaliação quanto ao prazo de entrega; sete informam haver avaliação quanto à ortografia; nenhum respondente informa haver avaliação quanto ao aspecto iconográfico e visual, e 22 respondentes informam “não se aplica”.

Os respondentes que informam mais que um tipo de avaliação são os seguintes: um respondente da Subchefia de Assuntos Federativos/Secretaria de Relações Institucionais (SAF/SRI), um da Assessoria Especial do Presidente da República (AESP/PR) e um da Diretoria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DDH/GP/PR) informam haver avaliação quanto ao léxico, à terminologia, ao estilo, ao registo da linguagem, à gramática, à ortografia e ao prazo de entrega. Na Diretoria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DDH/GP/PR), um respondente informa haver avaliação quanto ao léxico, à terminologia e à gramática; um informa haver avaliação quanto ao estilo, ao registo da linguagem e ao prazo de entrega, e outro informa haver avaliação quanto ao léxico, à terminologia, à gramática, à ortografia e ao prazo de entrega. Um respondente da Diretoria de Gestão Interna do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DGI/GP/PR) informa haver avaliação quanto ao estilo, ao registo da linguagem e ao prazo de entrega. Um respondente da Secretaria de Imprensa/Secretaria de Comunicação Social (SI/SECOM), um da Secretaria de Competitividade e Gestão/Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SECOMP/SMPE) e um da Assessoria Internacional da Secretaria de Políticas para as Mulheres (AI/SPM) informam haver avaliação quanto ao léxico, à terminologia, ao estilo, ao registo da linguagem, à gramática e à ortografia. Um respondente da Assessoria Internacional

do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG) informa haver avaliação quanto à gramática, ao estilo e ao registro da linguagem.

Nota-se que nos setores da PR não existe uniformidade quanto à existência de avaliação das traduções, pois há setores em que há e outros em que não há avaliação dos trabalhos. Nos setores em que a avaliação é feita, não há uniformidade de critérios, pois cada setor adota os que lhe parecem úteis. A PR não tem em seu quadro funcional a figura do gestor de projetos de tradução nem a do revisor profissional, o que configura a ausência de uma política tradutória institucional e precisa, relativamente à avaliação das traduções ali produzidas.

Pergunta 55: Há algum tipo de controle de qualidade da tradução?

sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

Pergunta 56: Se sim, quem faz esse controle?

- a chefia imediata do tradutor
- o usuário final da tradução
- outro servidor
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

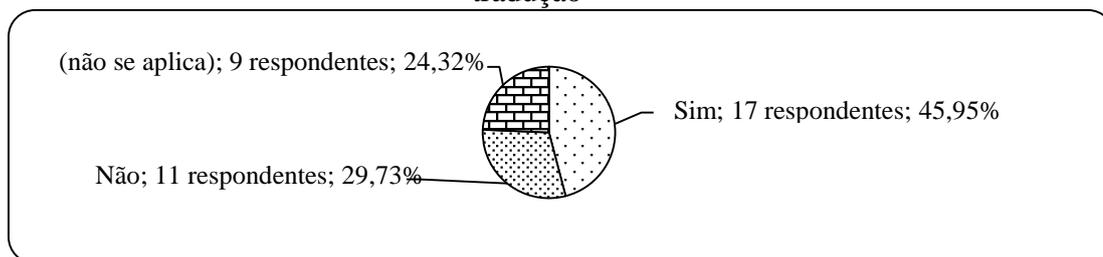
As perguntas 55 e 56 apontam para a política tradutória institucional, pois apresentam a maneira como a PR se organiza para definir se existe ou não controle de qualidade das traduções e, caso exista, quem o faz. Os dados dessas perguntas foram mensurados por respondente, mas é conveniente informar algumas ocorrências citando também os setores. A tabela 3.55 e o gráfico 3.55 demonstram a existência ou não de controle de qualidade, e a tabela 3.56 e o gráfico 3.56 demonstram quem faz esse controle.

Tabela 3.55 - Distribuição dos respondentes segundo a existência ou não de controle de qualidade da tradução

Resposta	Quant. de respondentes	%
sim	17	45,95
não	11	29,73
(não se aplica)	9	24,32
Total	37	100,00

Fonte: Questionário

Gráfico 3.55 - Distribuição dos respondentes segundo a existência ou não de controle da tradução



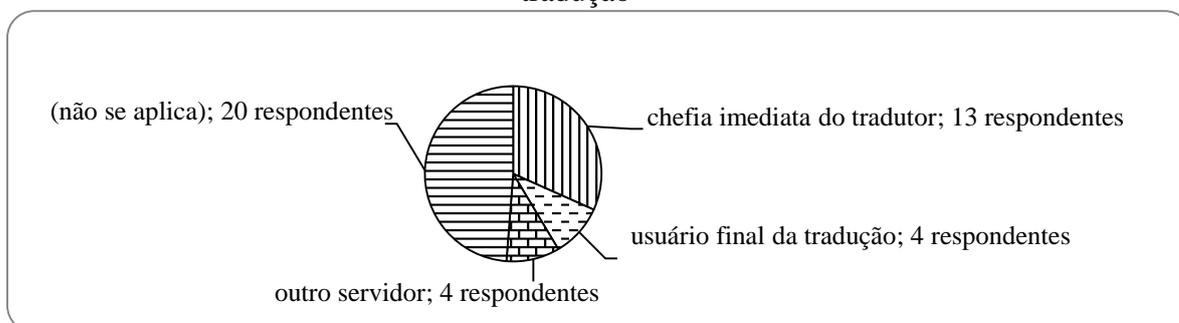
Fonte: Questionário

Tabela 3.56 - Distribuição dos respondentes segundo quem faz o controle de qualidade da tradução

Resposta	Quant. de respondentes	%
chefia imediata do tradutor	13	35,14
usuário final da tradução	4	10,81
outro servidor	4	10,81
(não se aplica)	20	54,05

Fonte: Questionário

Gráfico 3.56 - Distribuição dos respondentes segundo quem faz o controle de qualidade da tradução



Fonte: Questionário

Dos 37 respondentes, 17 informam haver controle de qualidade da tradução em seus setores, 11 informam não haver e nove informam “não se aplica”.

Dos 17 respondentes que informam haver controle de qualidade, 13 informam que quem o faz é sua chefia imediata, quatro informam que quem o faz é o usuário final da tradução e quatro informam que quem o faz é outro servidor. Neste caso, dois respondentes da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/Casa Civil (SEDES/CC) informam haver os três tipos de controle de qualidade simultaneamente.

Quanto à opção “não se aplica”: um respondente da Coordenação-Geral de Relações Públicas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (COREP/SA/SG), um do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), um do Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC), um do Cerimonial do Gabinete Pessoal do Presidente da República (Cerimonial/GP/PR), um da Diretoria de Tecnologia/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (DITEC/SA/SG), um da Secretaria de Aviação Civil (SAC), um da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), um da Secretaria Nacional de Relações Político-Sociais/Secretaria-Geral (SNRPS/SG) e um da Secretaria-Executiva da Casa Civil (SE/CC) informam esta opção e não deixam comentários.

Como na pergunta anterior, há setores em que existe controle de qualidade das traduções e outros em que ele inexistente. Na maior parte dos setores em que há controle de qualidade, ele é feito pela chefia imediata do tradutor. Também quanto a este aspecto da atividade tradutória, há a ausência de uma política de tradução institucional precisa, e cada setor decide como lhe convém agir. Sem a figura do gerente de projetos de tradução no quadro funcional da PR, não há a uniformização do controle de qualidade.

Pergunta 57: Caso a tradução seja feita pela agência de tradução contratada pela Presidência da República, quem faz o controle de qualidade?

- a chefia do setor interessado
- o usuário final da tradução
- outro servidor
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

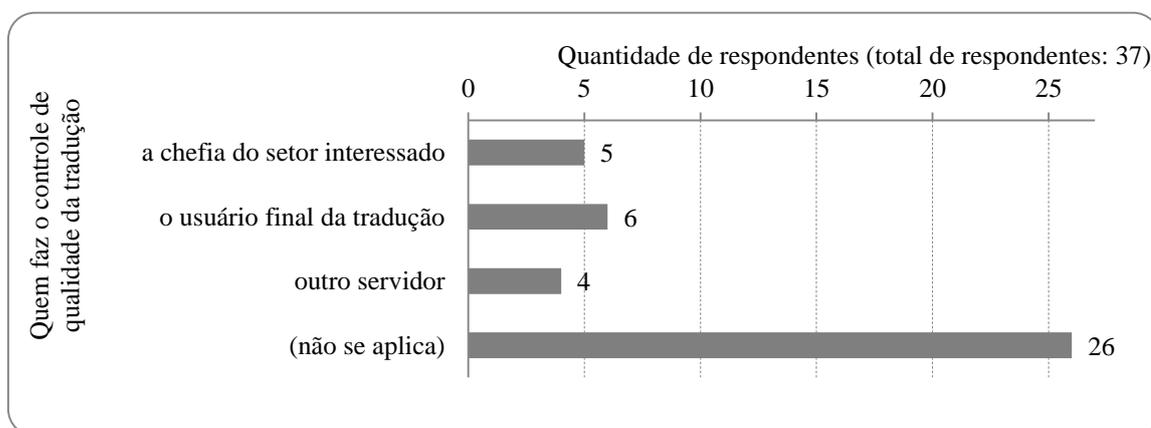
Esta pergunta também está voltada para a política tradutória institucional, pois demonstra como os setores da PR se organizam quanto à pessoa que faz o controle de qualidade das traduções feitas pela agência de tradução contratada pela instituição. Nesta questão, os dados foram mensurados por setor e por respondente. Na tabela 3.57, eles são visualizados por setor e por respondente e no gráfico 3.57, somente por respondente.

Tabela 3.57 - Distribuição dos setores/respondentes segundo o responsável pelo controle de qualidade no caso de a tradução ser realizada pela agência de tradução

Responsável pelo controle	Quant. de setores/respondentes	% de respondentes
a chefia do setor interessado	4/5	13,51
o usuário final da tradução	4/6	16,22
outro servidor	3/4	10,81
(não se aplica)	18/26	70,27

Fonte: Questionário

Gráfico 3.57 - Distribuição dos respondentes segundo o responsável pelo controle de qualidade no caso de a tradução ser realizada pela agência de tradução



Fonte: Questionário

Um respondente do Gabinete Digital/Secretaria de Comunicação Social (GD/SECOM), um da Secretaria de Aviação Civil (SAC), um da Secretaria de Competitividade e Gestão/Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SECOMP/SMPE) e dois da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/Casa Civil (SEDES/CC) informam a opção “a chefia do setor interessado”.

Um respondente da Secretaria de Imprensa/Secretaria de Comunicação Social (SI/SECOM), um da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais/Casa Civil (SAG/CC), um da Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG) e três da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/Casa Civil (SEDES/CC) informam a opção “o usuário final da tradução”.

Um respondente da Subchefia de Assuntos Federativos/Secretaria de Relações Institucionais (SAF/SRI) e três da Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/Casa Civil (SEDES/CC) informam a opção “outro servidor”.

Na Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/Casa Civil (SEDES/CC) há quatro respondentes. Um informa apenas “outro servidor”, um informa apenas “o usuário final da tradução” e dois informam “a chefia do setor interessado”, “o usuário final da tradução” e “outro servidor” simultaneamente.

Quanto à opção “não se aplica”: em 18 setores, 26 respondentes informam esta opção. Há setores em que os respondentes informam opções distintas. Na Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG), um respondente informa que quem faz o controle de qualidade é o usuário final da tradução e outro informa “não se aplica”. Na Secretaria de Competitividade e Gestão/Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SECOMP/SMPE), um respondente informa que quem faz o controle de qualidade é a chefia do setor interessado e outro informa “não se aplica”. Essa diferença de opiniões ocorre devido ao fato de haver estagiários nos setores, o que os leva a informar “não se aplica”, pois eles não necessariamente tomam conhecimento da destinação que recebe a tradução após a sua devolução por parte da agência contratada.

Conforme foi explicado anteriormente, o critério para vencer o certame que a PR promove para contratar uma agência de tradução é o menor preço. Mesmo sabendo que esse critério gera queixas por parte dos setores demandantes das traduções, a PR não promove uma política tradutória específica para uniformizar a gestão do controle de qualidade das traduções que a agência contratada produz. Assim, cada setor decide como proceder quanto a esse tema.

3.12 BLOCO L - QUANTO ÀS FERRAMENTAS DE TRADUÇÃO

Pergunta 58: Que ferramentas são empregadas pelo tradutor? (se necessário, marque mais de uma opção)

- () dicionário/glossário/vocabulário em papel
- () dicionário/glossário/vocabulário da internet
- () dicionário/glossário/vocabulário em CDROM
- () corretor ortográfico do editor de texto
- () uso de *corpora*
- () uso de programa de memória de tradução (SDL Trados, Wordfast, Déjà Vu, OmegaT ou similar)
- () uso de tradutor automático (Google Tradutor, Systran ou similar)

- () uso de material específico sobre o tema a ser traduzido (textos paralelos)
- () não se aplica (comente, se julgar necessário)

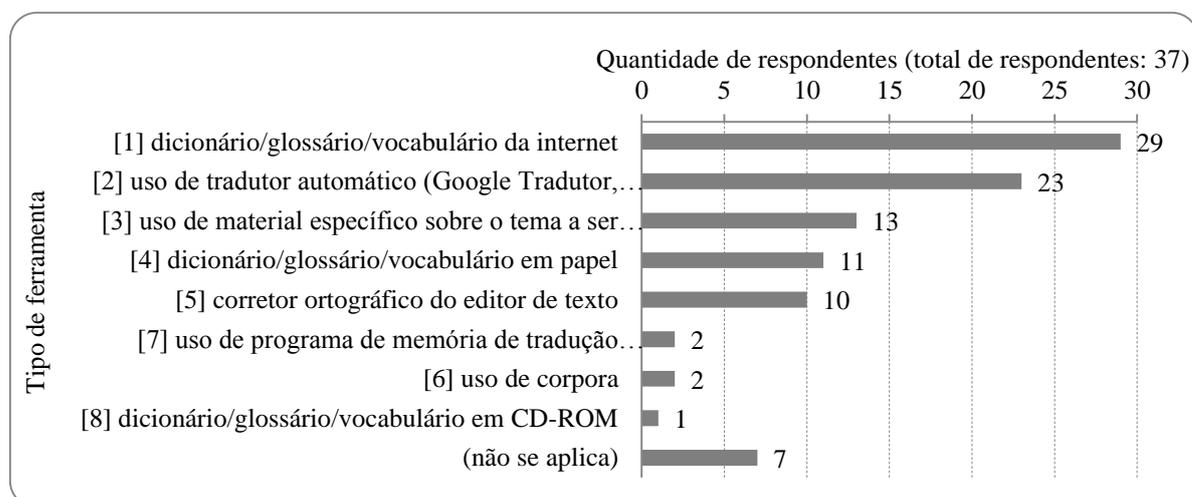
Esta pergunta se refere ao material necessário à realização da atividade tradutória, que são as ferramentas de tradução fornecidas pela instituição: os dicionários em papel, os textos paralelos e todas as ferramentas tecnológicas associadas ao uso de computador e de internet banda larga. Nesta pergunta, os dados estão mensurados por respondente e mais de uma opção pôde ser marcada. A tabela 3.58 e o gráfico 3.58 mostram os dados por respondente.

Tabela 3.58 - Distribuição dos respondentes segundo as ferramentas de tradução empregadas

Tipo de ferramenta empregada	Quant. de respondentes	%
[1] dicionário/glossário/vocabulário da internet	29	78,38
[2] uso de tradutor automático (Google Tradutor, Systran ou similar)	23	62,16
[3] uso de material específico sobre o tema a ser traduzido (textos paralelos)	13	35,14
[4] dicionário/glossário/vocabulário em papel	11	29,73
[5] corretor ortográfico do editor de texto	10	27,03
[6] uso de corpora	2	5,41
[7] uso de programa de memória de tradução (SDL Trados, Wordfast, Déjà Vu, OmegaT ou similar)	2	5,41
[8] dicionário/glossário/vocabulário em CD-ROM	1	2,70
(não se aplica)	7	18,92

Fonte: Questionário

Gráfico 3.58 - Distribuição dos respondentes segundo as ferramentas de tradução empregadas



Fonte: Questionário

Dos 37 respondentes, 29 informam usar dicionário, glossário e/ou vocabulário da internet; 23 informam usar tradutor automático; 13 informam usar textos paralelos; 11 informam usar dicionário; glossário e ou vocabulário em papel; 10 informam usar corretor ortográfico do editor de texto; dois informam o uso de *corpora*; dois informam usar programa de memória de tradução e um informa usar dicionário, glossário e ou vocabulário em CD-ROM.

Quanto à opção “não se aplica”: um respondente da Coordenação-Geral de Relações Públicas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (COREP/SA/SG), um do Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC), um do Gabinete Digital/Secretaria de Comunicação Social (GD/SECOM), um do Cerimonial do Gabinete Pessoal do Presidente da República (Cerimonial/GP/PR), um da Secretaria de Imprensa/Secretaria de Comunicação Social (SI/SECOM), um da Secretaria de Aviação Civil (SAC) e um da Diretoria de Tecnologia/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (DITEC/SA/SG) informaram esta opção. O fato de marcarem esta opção traduz a dificuldade que alguns profissionais da tradução têm de falar de si mesmos e de como realizam as atividades tradutórias.

A PR fornece a todos os seus servidores e também aos tradutores computadores com sistemas operacionais pagos e gratuitos, acesso à internet banda larga (com programas antivírus e antispam altamente desenvolvidos e permanentemente atualizados), para uso das ferramentas que dela dependem, e suporte tecnológico e informático diuturno. Além disso, cada setor tem uma dotação de verba para compra, devidamente justificada, de livros e dicionários em papel e/ou CDROM. Isso não configura a aplicação de política de tradução específica, mas denota a presença de iniciativa da instituição na satisfação de algumas das necessidades dos servidores tradutores para a boa execução da atividade tradutória.

Pergunta 59: Caso use dicionários, que tipo de dicionário usa? (se necessário, marque mais de uma opção)

- monolíngue
- bilíngue
- faz uso de triangulação (busca em um terceiro idioma)
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

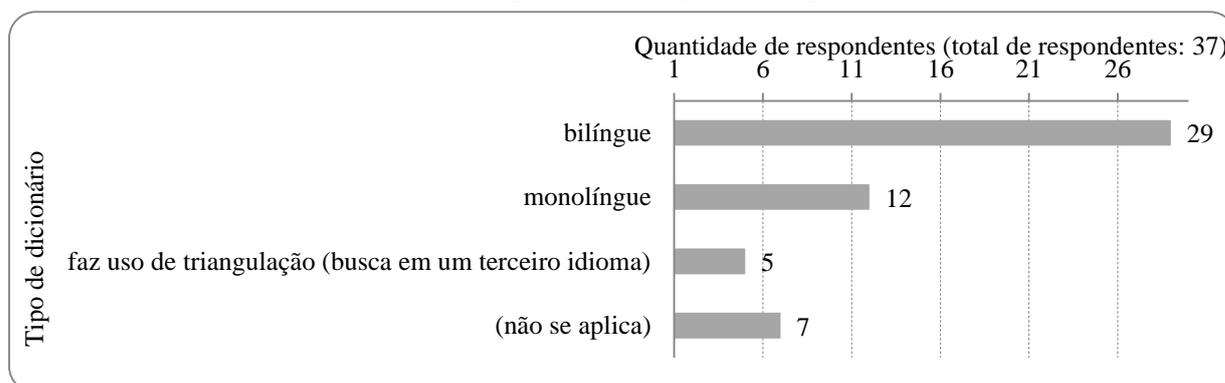
Esta pergunta está voltada para o perfil do tradutor, pois demonstra que tipo de dicionário ele percebe ser mais útil para realizar a atividade tradutória. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por respondente e dessa mesma forma são visualizados na tabela 3.59 e no gráfico 3.59.

Tabela 3.59 - Distribuição dos respondentes segundo o tipo de dicionário utilizado

Tipo de dicionário utilizado	Quant. de respondentes	%
bilíngue	29	78,38
monolíngue	12	32,43
faz uso de triangulação (busca em um terceiro idioma)	5	13,51
(não se aplica)	7	18,92

Fonte: Questionário

Gráfico 3.59 - Distribuição dos respondentes segundo o tipo de dicionário utilizado



Fonte: Questionário

Dos 37 respondentes, 29 informam usar dicionário bilíngue, 12 informam usar dicionário monolíngue e cinco informam fazer uso de triangulação. Como foi possível marcar mais que uma opção, o resultado é o seguinte: quatro respondentes informam usar dicionário bilíngue, monolíngue e triangulação; sete respondentes informam usar dicionário bilíngue e monolíngue; um respondente informa usar dicionário bilíngue e triangulação; dezesseis respondentes informam usar dicionário bilíngue e um respondente informa usar dicionário monolíngue.

Quanto à opção “não se aplica”: os respondentes que informam “não se aplica” na pergunta 58 são os mesmos que nesta pergunta 59 marcam esta opção.

Os dados revelam que a maioria dos respondentes usa dicionário bilíngue para traduzir, e, em segundo lugar, vem o uso do dicionário monolíngue, seguido da triangulação.

Pergunta 60: Caso use programa de memória de tradução, a Presidência da República oferece treinamento e atualização ao tradutor?

() sim () não () não se aplica (comente, se julgar necessário)

Pergunta 61: Caso use programa de memória de tradução, o tradutor tem autonomia para manipular o que está gravado na base de termos do programa?

() sim () não () não se aplica (comente, se julgar necessário)

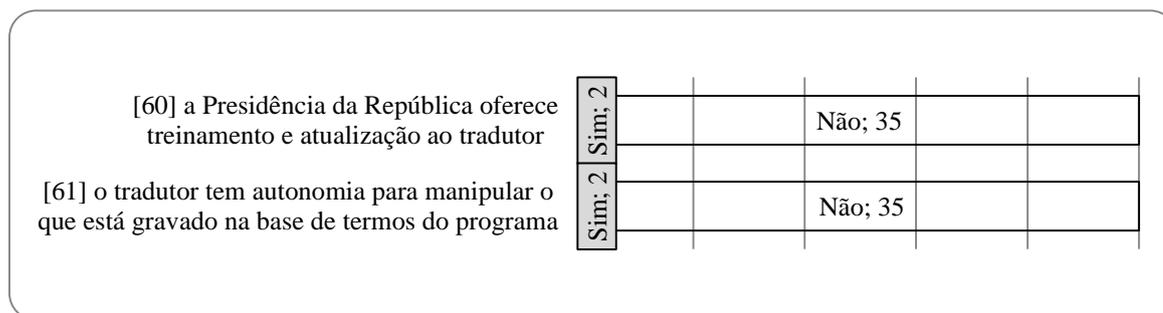
As perguntas 60 e 61 estão voltadas para a política tradutória institucional, pois trata da oferta de treinamento e atualização ao tradutor usuário de programa de memória de tradução e da autonomia para manipular a base de termos do programa, que é fornecido pela própria PR. Os dados destas perguntas, expostos na tabela 3.60-3.61 e no gráfico 3.60-3.61, foram mensurados por respondente.

Tabela 3.60-3.61 - Distribuição dos respondentes segundo o treinamento e a autonomia para manipular programa de memória de tradução

Treinamento e autonomia de programa de memória de tradução	Sim	Não	(não se aplica)	Total
[60] a Presidência da República oferece treinamento e atualização ao tradutor	2	0	35	37
[61] o tradutor tem autonomia para manipular o que está gravado na base de termos do programa	2	0	35	37

Fonte: Questionário

Gráfico 3.60-3.61 - Distribuição dos respondentes segundo o treinamento e a autonomia para manipular o programa de memória de tradução



Fonte: Questionário

Na Diretoria de Gestão Interna do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DGI/GP/PR), dois tradutores têm programa de memória de tradução instalado, têm

treinamento e atualização proporcionados pela PR, e ambos têm autonomia para manipular a base de termos do programa.

Como foi mencionado anteriormente, a PR comprou uma única licença do programa SDL TRADOS Studio 2011 e forneceu treinamento para dois tradutores da Diretoria de Gestão Interna do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DGI/GP/PR). Ao longo do tempo, a PR atualizou as versões do programa, mantendo a licença ativa, sempre para esses dois tradutores, não expandindo o uso da base de termos para outros setores. Isso não configura uma política tradutória institucional abrangente. Essa compra foi um fato isolado, ocorrido por insistência de um dos tradutores da mencionada Diretoria. Mesmo sabendo da instalação do programa de memória de tradução em dois computadores do Gabinete Pessoal do Presidente, e da posterior criação de uma extensa base de termos, a PR não promoveu a expansão deste saber para outros tradutores ou setores.

Vale salientar que, para utilizar um programa de memória de tradução em todas as suas possibilidades, o tradutor deve também estar aberto para conhecer novas tecnologias. Se nenhum outro tradutor de nenhum outro setor solicitou a compra de algum programa de memória de tradução, significa que os tradutores da PR, em geral, não estão interessados neste tema e se satisfazem com as ferramentas que a instituição lhes fornece para trabalhar. São tradutores usuários de tecnologia informática, mas que não conhecem a grande utilidade dos programas de memória de tradução, sobretudo na área da tradução técnica. Aqui se revela um traço do perfil dos tradutores da PR.

3.13 BLOCO M - QUANTO À REVISÃO DA TRADUÇÃO

Pergunta 62: Há revisão da tradução antes da entrega?

sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

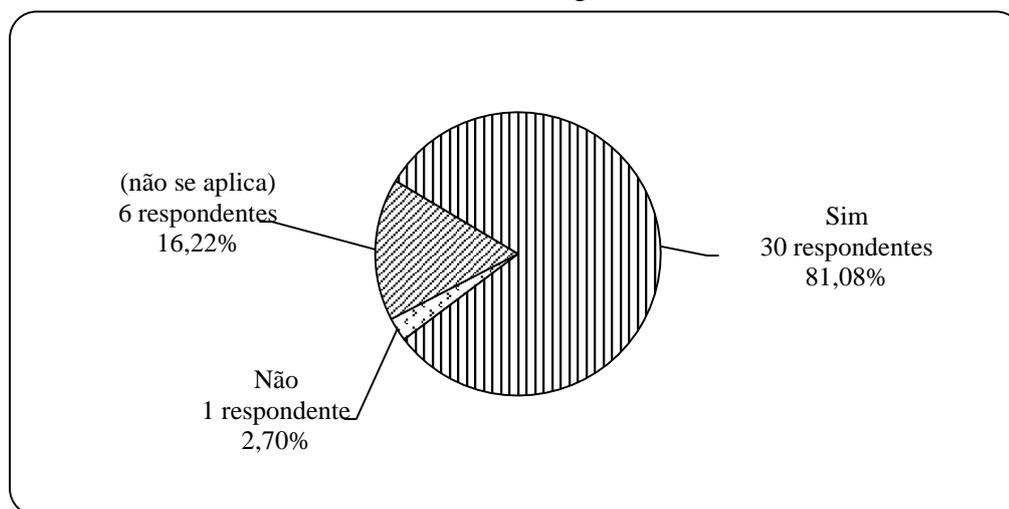
Esta pergunta trata de um dos componentes da atividade tradutória, que é a revisão da tradução. Nesta pergunta, os dados, expostos na tabela 3.62 e no gráfico 3.62, foram mensurados por respondente.

Tabela 3.62 - Distribuição dos respondentes segundo a prática de efetuar ou não revisão antes da entrega

Resposta	Quant. de respondentes	%
sim	30	81,08
não	1	2,70
(não se aplica)	6	16,22
Total	37	100,00

Fonte: Questionário

Gráfico 3.62 - Distribuição dos respondentes segundo a prática de efetuar ou não a revisão antes da entrega



Fonte: Questionário

Dos 37 respondentes, 30 informam que há revisão das traduções. Um respondente da Assessoria Especial da Casa Civil (AESP/GAB/CC) informa que não há revisão.

Quanto à opção “não se aplica”: um respondente da Coordenação-Geral de Relações Públicas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (COREP/SA/SG), um do Cerimonial do Gabinete Pessoal do Presidente da República (Cerimonial/GP/PR), um da Secretaria de Aviação Civil (SAC), um da Secretaria Nacional de Relações Político-Sociais/Secretaria-Geral (SNRPS/SG), um da Diretoria de Tecnologia/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (DITEC/SA/SG) e um da Biblioteca/Diretoria de Gestão de Pessoas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (Biblioteca/DIGEP/SA/SG) informam esta opção. É possível que traduzam para consumo interno exclusivo do setor, por isso não veem necessidade de revisão.

A maioria dos respondentes informa haver revisão de suas traduções. Isto revela que eles sabem da importância deste elemento da atividade tradutória.

Pergunta 63: Se sim, por quem a tradução é revisada?

- () pelo próprio tradutor
- () por um revisor do setor
- () por um servidor do setor
- () pela chefia imediata do tradutor
- () pela agência de tradução contratada pela Presidência da República
- () não se aplica (comente, se julgar necessário)

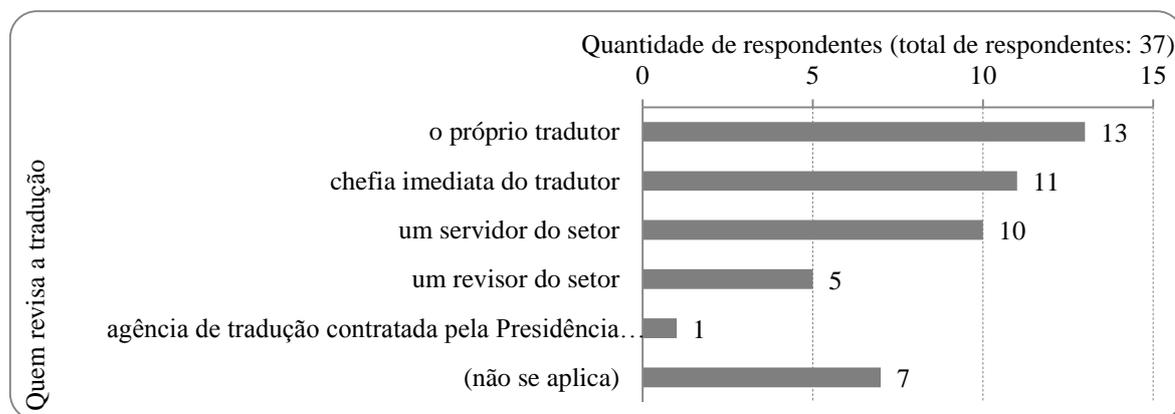
Esta pergunta aponta tanto para a política tradutória quanto para o perfil do tradutor, pois demonstra como os setores da PR se organizam quanto à pessoa que faz a revisão e também mostra que o tradutor pode revisar suas próprias traduções. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por setor e por respondente. Na tabela 3.63, eles são visualizados por setor e por respondente e no gráfico 3.63, somente por respondente.

Tabela 3.63 - Distribuição dos setores/respondentes segundo quem revisa a tradução

Quem revisa a tradução	Quant. de setores/respondentes	% respondentes
o próprio tradutor	11/13	35,14
a chefia imediata do tradutor	8/11	29,73
um servidor do setor	7/10	27,03
um revisor do setor	4/5	13,51
agência de tradução contratada pela PR	1/1	2,70
(não se aplica)	7/7	18,92

Fonte: Questionário

Gráfico 3.63 - Distribuição dos respondentes segundo quem revisa a tradução



Fonte: Questionário

Em 11 setores, 13 respondentes informam que é o próprio tradutor quem revisa. Em oito setores, 11 respondentes informam que quem revisa é a chefia imediata do tradutor. Em sete setores, 10 respondentes informam que quem revisa é um servidor do setor. Em quatro setores, cinco respondentes informam que quem revisa é um revisor do setor. Em um setor, um respondente informa que quem revisa é a agência de tradução contratada pela PR.

Percebe-se que em quatro setores existe a figura do “revisor do setor”. Esses setores são o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), a Diretoria de Gestão Interna do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DGI/GP/PR), a Secretaria de Imprensa/Secretaria de Comunicação Social (SI/SECOM) e a Diretoria de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DDH/GP/PR).

Quanto à opção “não se aplica”: o respondente que informou não haver revisão e os seis respondentes que informaram “não se aplica” na pergunta 62 são os sete respondentes, de sete setores, que informam esta opção nesta pergunta 63.

Para que a quantidade de respondentes não pareça ser maior do que é, faz-se necessário especificar que respondentes de um mesmo setor têm opiniões diferentes uns dos outros e também há respondentes que informam duas opções como respostas a esta pergunta.

Na Diretoria de Gestão Interna do Gabinete Pessoal do Presidente da República (DGI/GP/PR), um respondente informa que quem revisa é o próprio tradutor e também um servidor do setor, enquanto outro respondente informa que quem revisa é o próprio tradutor e o revisor do setor.

Na Secretaria de Competitividade e Gestão/Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SECOMP/SMPE), um respondente informa que quem revisa é o próprio tradutor e outro respondente informa que é a sua chefia imediata.

No Centro de Estudos Jurídicos/Subchefia para Assuntos Jurídicos/Casa Civil (CEJ/SAJ/CC), um respondente informa que quem revisa é o próprio tradutor e outro respondente informa que quem revisa é um servidor do setor.

Na Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro da Secretaria-Geral (AI/GAB/SG), dois respondentes informam que só quem revisa é o próprio tradutor, e um respondente informa que só quem revisa é um servidor do setor.

Na DDH, um respondente informa que quem revisa é a chefia imediata, um respondente informa que quem revisa é o próprio tradutor, e dois informam que quem revisa são o revisor do setor e a chefia imediata.

Na Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social/Casa Civil (SEDES/CC), dois respondentes informam que só quem revisa é um servidor do setor e dois respondentes informam que quem revisa são um servidor do setor e a chefia imediata do tradutor.

Na Coordenação-Geral de Relações Públicas/Secretaria de Administração/Secretaria-Geral (COREP/SA/SG), um respondente informa que quem revisa é um servidor do setor e outro respondente informa “não se aplica”.

Na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), na Secretaria de Direitos Humanos (SDH), na Assessoria Internacional da Secretaria de Políticas para as Mulheres (AI/SPM) e na Secretaria-Executiva da Casa Civil (SE/CC), os respondentes informam que quem revisa são o próprio tradutor e sua chefia imediata.

Com tanta variedade de opiniões sobre quem revisa em cada setor, nota-se que a PR não tem uma política tradutória voltada para a revisão. Isso se confirma por não haver a figura do gestor de projetos de tradução nem a de revisor em seu quadro funcional. Cada setor decide quem revisa as traduções como melhor lhe convém. Aqui se detectam traços do perfil dos tradutores, pois alguns deles revisam suas próprias traduções. A competência revisora é algo distinto da competência tradutória, mas, neste caso específico, verifica-se que alguns tradutores da PR exercem as duas simultaneamente.

Pergunta 64: Que tipo de revisão é feito? (se necessário, marque mais de uma opção)

- veracidade dos dados, informações e/ou fatos
- números
- datas
- cargo/função do subscritor/autor do texto
- adequação ao gênero textual
- gramática
- léxico/terminologia
- ortografia
- estilo/registo da linguagem
- aspecto iconográfico/visual
- outro (especifique o tipo: _____)
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

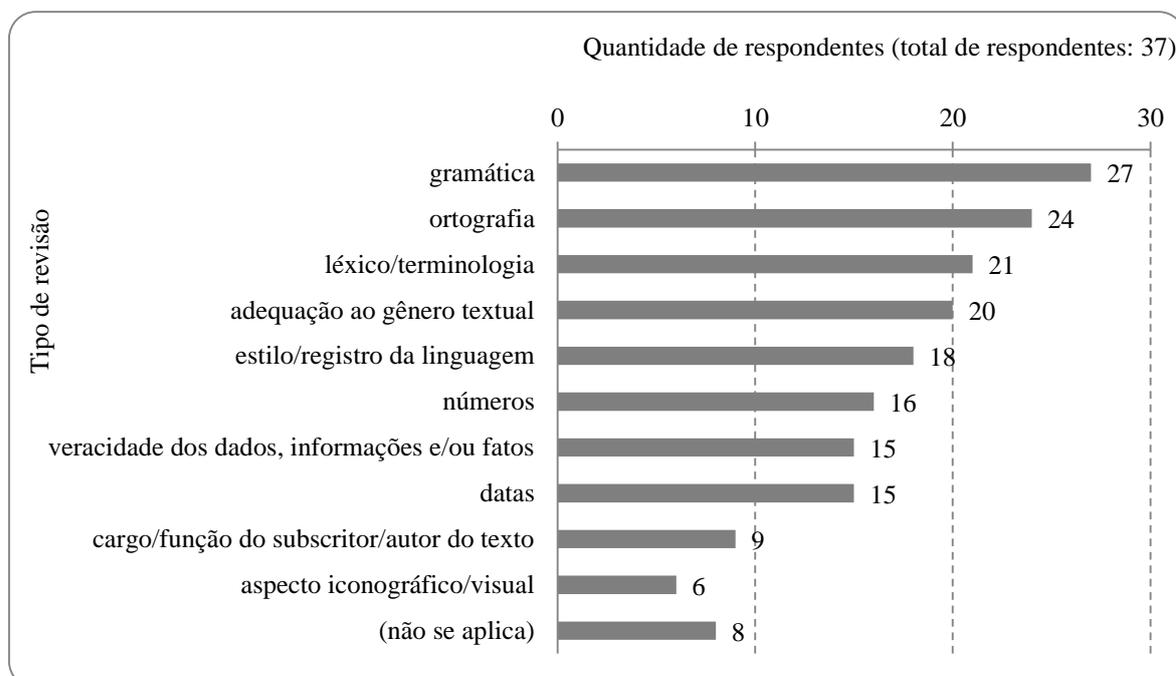
Esta pergunta trata da atividade revisora, enumerando os tipos de revisão realizados pelos servidores mencionados na pergunta anterior. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por respondente. A tabela 3.64 e o gráfico 3.64 mostram cada tipo de revisão e a quantidade de respondentes que o pratica. A tabela 3.64a mostra quantos tipos de revisão cada respondente faz.

Tabela 3.64 - Distribuição dos respondentes segundo o tipo de revisão praticado

Tipo de revisão	Quant. de respondentes	%
gramática	27	72,97
ortografia	24	64,86
léxico/terminologia	21	56,76
adequação ao gênero textual	20	54,05
estilo/registo da linguagem	18	48,65
números	16	43,24
veracidade dos dados, informações e/ou fatos	15	40,54
datas	15	40,54
cargo/função do subscritor/autor do texto	9	24,32
aspecto iconográfico/visual	6	16,22
(não se aplica)	8	21,62

Fonte: Questionário

Gráfico 3.64 - Distribuição dos respondentes segundo o tipo de revisão praticado



Fonte: Questionário

Tabela 3.64a - Distribuição dos respondentes segundo a quantidade de tipos de revisão

Quantidade de respondentes	Quant. de tipos de revisão
6	10
1	8
5	7
3	6
6	5
2	4
1	3
4	2
1	1
(não se aplica) 8	0
Total: 37	

Fonte: Questionário

Dos 37 respondentes, 29 informam fazer um ou mais tipos de revisão.

Quanto à opção “não se aplica”: os oito respondentes que informam esta opção são o respondente que informa que a revisão é feita pela agência de tradução contratada pela PR e os sete respondentes que informam “não se aplica”, na pergunta 63.

Além da quantidade de respondentes mencionada na tabela 3.64 e no gráfico 3.64, em números e em porcentagem, calculada por tipo de revisão, são também elencados os respondentes conforme a quantidade de opções informadas, na tabela 3.64a.

Seis respondentes informam fazer 10 tipos de revisão; um respondente informa fazer oito tipos de revisão; cinco respondentes informam fazer sete tipos de revisão; três respondentes informam fazer seis tipos de revisão; seis respondentes informam fazer cinco tipos de revisão; dois respondentes informam fazer quatro tipos de revisão; um respondente informa fazer três tipos de revisão; quatro respondentes informam fazer dois tipos de revisão e um respondente informa fazer um tipo de revisão.

Os dados mostram que cada revisor escolhe o(s) tipo(s) de revisão que quer fazer, não havendo uma uniformidade ou padronização dessa atividade revisora na PR nem nos setores. É certo que a autonomia dos revisores deve ser respeitada, mas um direcionamento ou uma normalização da revisão poderia ser fornecida pela instituição, como forma de política tradutória, a fim de padronizar a atividade e garantir a boa qualidade das traduções.

Pergunta 65: A revisão é feita

- de uma só vez em etapas
 não se aplica (comente, se julgar necessário)

Pergunta 66: Se a revisão é feita em etapas, quantas são elas?

- duas três quatro cinco ou mais
 não se aplica (comente, se julgar necessário)

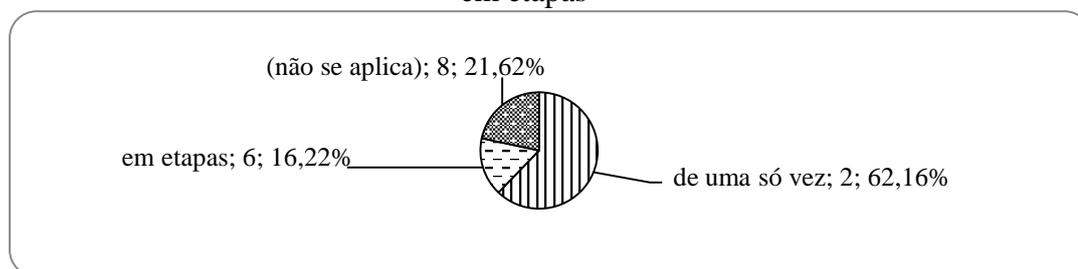
Estas perguntas tratam da atividade revisora em termos de etapas realizadas. Nestas perguntas, os dados foram mensurados por respondente. A tabela 3.65 e o gráfico 3.65 mostram se a revisão é feita de uma só vez ou em etapas e a quantidade de respondentes que pratica cada modalidade. A tabela 3.66 mostra a quantidade de etapas de revisão e a quantidade de respondentes que as praticam.

Tabela 3.65 - Distribuição dos respondentes segundo o critério de revisar de uma só vez ou em etapas

Quantidade de revisões	Quant. de respondentes	%
de uma só vez	23	62,16
em etapas	6	16,22
(não se aplica)	8	21,62
Total	37	100,00

Fonte: Questionário

Gráfico 3.65 - Distribuição dos respondentes segundo o critério de revisar de uma só vez ou em etapas



Fonte: Questionário

Tabela 3.66 - Distribuição dos respondentes segundo a quantidade de etapas de revisão

Quantidade de etapas de revisão	Quant. de respondentes	%
duas	2	5,41
três	2	5,41
quatro	0	0,00
cinco ou mais	2	5,41
Total	6	

Fonte: Questionário

Dos 37 respondentes, 29 informam haver revisão, conforme informam na pergunta 64. Desses 29 respondentes, 23 informam que a revisão é feita de uma só vez; dois respondentes informam que a revisão é feita em duas etapas; dois informam que a revisão é feita em três etapas, e dois respondentes informam que a revisão é feita em cinco ou mais etapas.

Quanto à opção “não se aplica”: os oito respondentes que informam esta opção são o respondente que informa que a revisão é feita pela agência de tradução contratada pela PR e os sete respondentes que informam “não se aplica”, na pergunta 63.

A maioria dos respondentes informa revisar as traduções de uma só vez. São seis os que preferem revisar em etapas e o fazem cada um a seu modo. Aqui tampouco se vê uma padronização na atividade revisora. Não há uma política tradutória institucional que oriente os respondentes em suas tarefas. Como a dinâmica da instituição é intensa e as traduções têm prazo curto para ser entregues, a revisão em uma só etapa é a que predomina entre os respondentes.

Pergunta 67: Quais são as ferramentas e/ou estratégias para realizar a revisão?

- dicionário/glossário/vocabulário
- tradutor automático (Google Tradutor, Systran ou similar)
- consulta a algum colega do setor
- consulta a algum especialista no tema
- exemplo de algum texto paralelo
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

Esta pergunta aponta para o perfil do tradutor, pois trata das ferramentas e/ou estratégias que ele emprega ao revisar traduções. Nesta pergunta, os dados foram mensurados por respondente e mais de uma opção pôde ser marcada. A tabela 3.67 e o gráfico 3.67 mostram os tipos de ferramentas/estratégias para revisar e a quantidade de respondentes que optam por cada

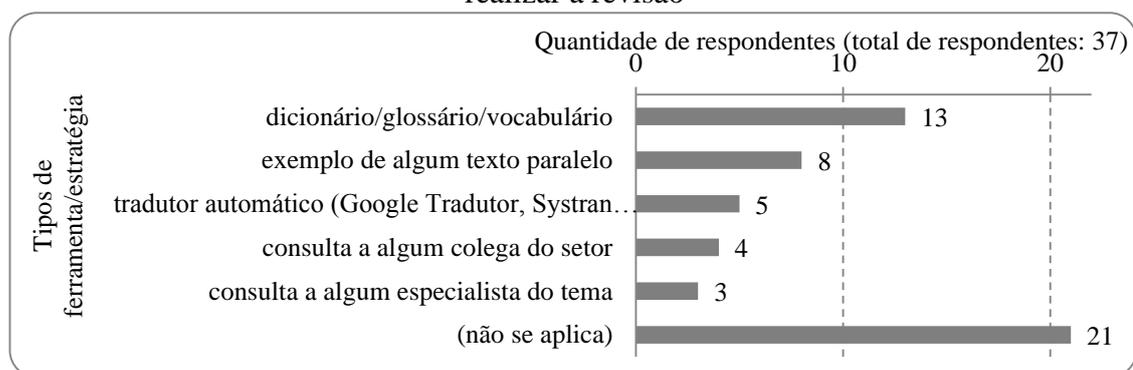
uma delas. A tabela 3.67a mostra a quantidade de ferramentas/estratégias que cada respondente emprega para revisar.

Tabela 3.67 - Distribuição dos respondentes segundo os tipos de ferramentas/estratégias para realizar a revisão

Ferramentas/estratégias para revisar	Quant. de respondentes	%
dicionário/glossário/vocabulário	13	35,14
exemplo de algum texto paralelo	8	21,62
tradutor automático (Google Tradutor, Systran ou similar)	5	13,51
consulta a algum colega do setor	4	10,81
consulta a algum especialista no tema	3	8,11
(não se aplica)	21	56,76

Fonte: Questionário

Gráfico 3.67 - Distribuição dos respondentes segundo os tipos de ferramentas/estratégias para realizar a revisão



Fonte: Questionário

Tabela 3.67a - Distribuição dos respondentes segundo a quantidade de ferramentas/estratégias para realizar a revisão

Quantidade de respondentes	Quant. de ferramentas/estratégias
1	5
1	4
2	3
6	2
6	1
(não se aplica) 21	0
Total: 37	

Fonte: Questionário

Dos 37 respondentes, 16 informam as ferramentas e/ou estratégias que empregam para revisar. Desses 16 respondentes, 13 informam usar dicionário, glossário ou vocabulário; oito informam usar exemplo de texto paralelo; cinco informam usar tradutor automático, quatro informam consultar colega do setor e três informam consultar especialista no tema.

Para saber quantas ferramentas/estratégias esses 16 tradutores utilizam para revisar, a tabela 3.67a traz o seguinte cálculo: um respondente usa cinco ferramentas e/ou estratégias para revisar; um respondente usa quatro delas; dois respondentes usam três delas; seis respondentes usam duas delas e seis respondentes usam uma delas.

Quanto à opção “não se aplica”: dos 37 respondentes, 21 informam esta opção. Isto ocorre devido ao que foi respondido na pergunta 62, na qual se constata que alguns tradutores não revisam textos, e quem revisa são colegas servidores, revisores ou chefes dos setores.

Saliente-se que o uso de tradutores automáticos (Google Tradutor, Systran e similares) alimenta esses sistemas com palavras, frases e textos grandes, os quais neles permanecem por tempo indeterminado. Considerando que os textos traduzidos na PR têm grau de sigilo elevado, não é interessante para a instituição que seu conteúdo permaneça disponível em tais sistemas, pois estes utilizam tudo o que neles é inserido como amostragem para traduzir outras submissões de tradução. Ainda que os pares de línguas compostos pelo idioma português tenham menos exemplos do que aqueles compostos por inglês/alemão ou por inglês/espanhol, por exemplo, não convém à PR que o conteúdo de textos que somente a ela interessa fique disponível em rede internacional de dados. No entanto, não é possível cercear a autonomia dos tradutores quanto à escolha de ferramentas para traduzir e revisar traduções, e os dados informam que dos 16 respondentes que revisam suas próprias traduções, cinco utilizam algum tradutor automático.

Os dados revelam que não há uniformidade ou padronização na escolha das ferramentas/estratégias para revisar as traduções, mas a maioria dos respondentes usa dicionário/glossário/vocabulário e a metade deles se baseia em textos paralelos para revisar. A PR não oferece cursos de aperfeiçoamento de revisão de textos nem define uma política tradutória voltada para a atividade revisora.

Pergunta 68: Dê um exemplo curto de edição de revisão de tradução feita por você (use outra folha se necessário).

Apenas quatro respondentes forneceram exemplos de revisão de tradução, e, por serem poucos e muito curtos, não foi possível dar-lhes um significado valoroso. Por isso, eles não são apresentados neste trabalho. A pouca quantidade de respostas era esperada e ocorreu devido ao grau de sigilo dos textos que normalmente os tradutores da PR traduzem, e também pela

pequena quantidade de tradutores que informam revisar suas próprias traduções, conforme foi constatado na pergunta 62.

3.14 BLOCO N - QUANTO À INTERAÇÃO ENTRE TRADUTORES/INTÉRPRETES

Pergunta 69: Você interage com outros tradutores/intérpretes da Presidência da República?

sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

Pergunta 70: Você interage com outros tradutores/intérpretes de outros órgãos públicos?

sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

Pergunta 71: Você interage com outros tradutores/intérpretes em redes sociais ou listas na internet?

sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

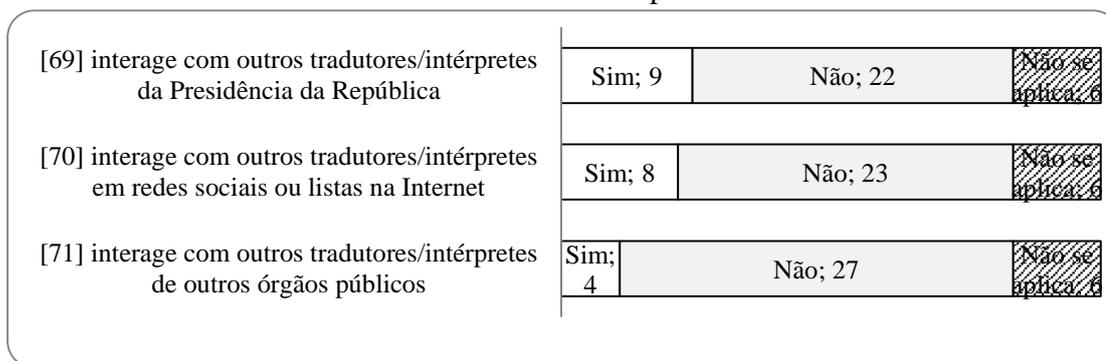
Esta pergunta aponta para a política tradutória institucional e também para o perfil do tradutor, ao tratar da interação dos tradutores/intérpretes da instituição entre si, da interação deles com seus pares de outras instituições, e deles com outros profissionais da tradução por meio de redes sociais ou de listas na internet. A tabela 3.69-3.70-3.71 e o gráfico 3.69-3.70-3.71 mostram os dados que foram mensurados por respondente.

Tabela 3.69-3.70-3.71 - Distribuição dos respondentes segundo a interação que mantêm com outros tradutores/intérpretes

Tipos interações dos respondentes com outros pares	Sim	Não	(não se aplica)	Total
[69] interage com outros tradutores/intérpretes da Presidência da República	9	22	6	37
[70] interage com outros tradutores/intérpretes de outros órgãos públicos	4	27	6	37
[71] interage com outros tradutores/intérpretes em redes sociais ou listas na internet	8	23	6	37

Fonte: Questionário

Gráfico 3.69-3.70-3.71 - Distribuição dos respondentes segundo a interação que mantêm com outros tradutores/intérpretes



Fonte: Questionário

Dos 37 respondentes, nove informam interagir com outros tradutores/intérpretes da PR, quatro informam interagir com aqueles de outros órgãos públicos e oito informam interagir com seus pares em redes sociais ou listas da internet.

Quanto à opção “não se aplica”: dos 37 respondentes, seis informam esta opção e não deixam comentários.

A maioria dos respondentes informou não interagir com outros profissionais da tradução. Isso reflete um traço do perfil de alguns tradutores da PR, que não são muito visíveis para a instituição, e que se habituaram a trabalhar sozinhos, sem consultar colegas de outros setores, em função do sigilo dos documentos que traduzem. Por parte da PR, não existe a promoção de reuniões de trabalho entre tradutores/intérpretes, nem o incentivo à participação em eventos relativos à tradução, para fins de aperfeiçoamento e de interação com outros profissionais da área.

3.15 BLOCO O - QUANTO À UNIFORMIDADE TERMINOLÓGICA

Pergunta 72: Que você saiba, a Presidência da República tem uniformidade na produção de textos traduzidos/revisados?

() sim () não

Pergunta 73: Você acha importante a padronização da terminologia empregada pela Presidência da República nas traduções/revisões?

() sim () não

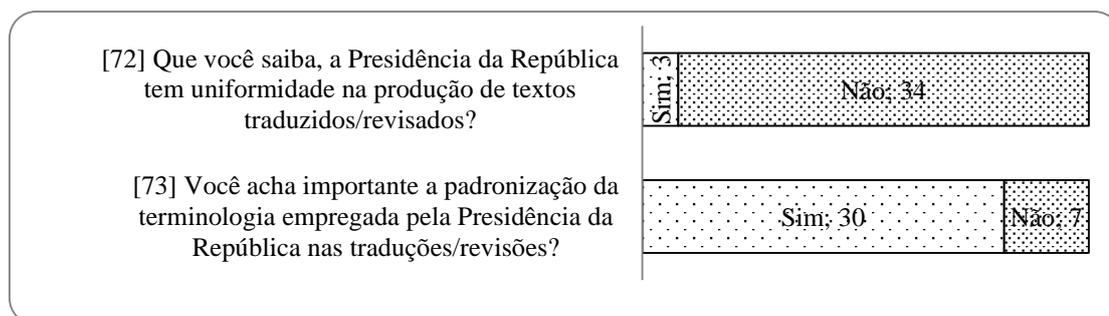
Estas perguntas têm como foco a política tradutória, relativamente à uniformidade terminológica dos textos traduzidos e revisados na instituição. A tabela 3.72-3.73 e o gráfico 3.72-3.73 mostram os dados que foram mensurados por respondente.

Tabela 3.72-3.73 - Distribuição dos respondentes segundo a opinião quanto à uniformidade e à padronização terminológica na PR

Perguntas	Sim	Não	Total
[72] Que você saiba, a Presidência da República tem uniformidade na produção de textos traduzidos/revisados?	3	34	37
[73] Você acha importante a padronização da terminologia empregada pela Presidência da República nas traduções/revisões?	30	7	37

Fonte: Questionário

Gráfico 3.72-3.73 - Distribuição dos respondentes segundo a opinião quanto à uniformidade e à padronização terminológica na PR



Fonte: Questionário

Dos 37 respondentes, 34 informam não haver uniformidade na produção de textos traduzidos e/ou revisados na PR e 30 informam ser importante a padronização da terminologia empregada pela instituição nas traduções e/ou nas revisões.

Os dados revelam que respondentes percebem a ausência de uniformização terminológica na instituição, pois eles acham importante que ela exista e não a encontram nas traduções e revisões produzidas na PR. Não há uma política linguística precisa voltada para a padronização terminológica no órgão, sendo o manual de redação a única diretriz disponível aos servidores. Contudo, conforme foi mencionado anteriormente, ele não se dirige especificamente aos tradutores/intérpretes. Além disso, o manual ainda não foi atualizado segundo o novo Acordo Ortográfico, em vigor desde 2009, cujo uso é obrigatório no Brasil a partir de 1º de janeiro de 2016 (BRASIL, 2016a).

3.16 BLOCO P - QUANTO AO TEMPO DE SERVIÇO DO TRADUTOR NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

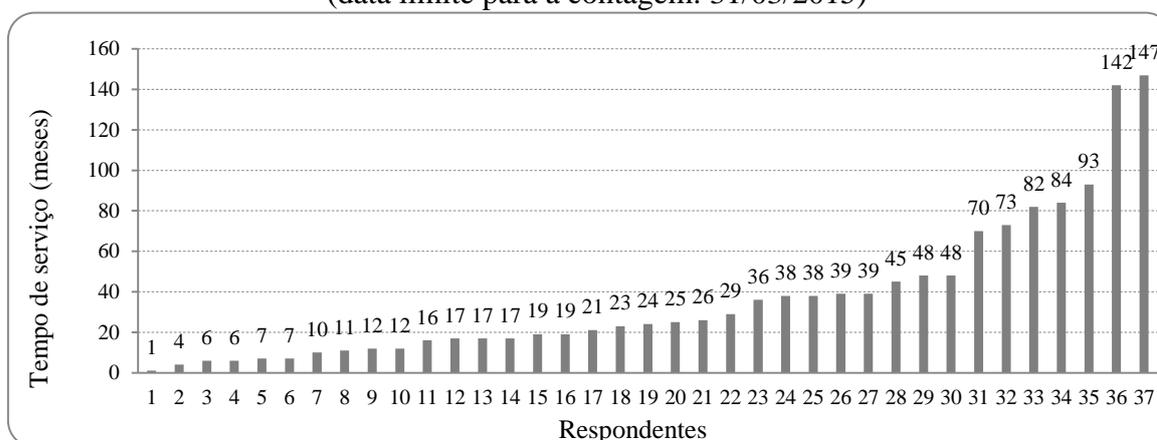
As perguntas 74, 75, 76 e 77 têm enfoque na política tradutória institucional e referem-se ao tempo que os 37 respondentes permanecem (ou permaneceram) trabalhando na instituição e/ou nos setores consultados. Os dados dessas perguntas foram mensurados por respondente.

Pergunta 74: Há quanto tempo você trabalha na Presidência da República? Data máxima limite para a contagem: 31/03/2015

_____ anos e _____ meses

Nesta pergunta os respondentes informam há quanto tempo eles trabalhavam na PR, no momento em que a pesquisa de campo foi feita, independentemente dos setores onde possam ter sido lotados. A data limite para contagem do tempo de trabalho dos respondentes é o último dia da pesquisa de campo (31/03/2015). No gráfico 3.74, cada linha vertical representa um respondente: de 1 a 37. A ordem cronológica está calculada por meses trabalhados na PR, começando pelo respondente que, naquele momento da pesquisa de campo, trabalhava na PR havia um mês (respondente 1) e terminando pelo respondente que trabalhava havia 147 meses (respondente 37). A tabela 3.74 mostra o tempo de serviço dos respondentes na PR, calculado por meses e por quinquênios, e a tabela 3.74a o mostra calculado por meses e anos.

Gráfico 3.74 - Distribuição do tempo de serviço (meses) dos respondentes na PR (data limite para a contagem: 31/03/2015)



Fonte: Questionário

Tabela 3.74 - Distribuição do tempo de serviço (meses) dos respondentes na PR
(data limite para a contagem: 31/03/2015)

Tempo na PR	Quant. de respondentes
Até 60 meses (5 anos)	30
até 120 meses (10 anos)	5
até 180 meses (15 anos)	2
Total	37

Fonte: Questionário

Tabela 3.74a - Distribuição dos respondentes segundo o tempo de serviço (anos e meses) na PR (data limite para a contagem: 31/03/2015)

Respondentes	Tempo de serviço
1	1 mês
2	4 meses
3	6 meses
4	6 meses
5	7 meses
6	7 meses
7	10 meses
8	11 meses
9	1 ano
10	1 ano
11	1 ano e 4 meses
12	1 ano e 5 meses
13	1 ano e 5 meses
14	1 ano e 5 meses
15	1 ano e 7 meses
16	1 ano e 7 meses
17	1 ano e 9 meses
18	1 ano e 11 meses
19	2 anos
20	2 anos e 1 mês
21	2 anos e 2 meses
22	2 anos e 5 meses
23	3 anos
24	3 anos e 2 meses
25	3 anos e 2 meses
26	3 anos e 3 meses
27	3 anos e 3 meses
28	3 anos e 9 meses
29	4 anos
30	4 anos
31	5 anos e 10 meses
32	6 anos e 1 mês
33	6 anos e 10 meses
34	7 anos
35	7 anos e 9 meses
36	11 anos e 10 meses
37	12 anos e 3 meses

Fonte: Questionário

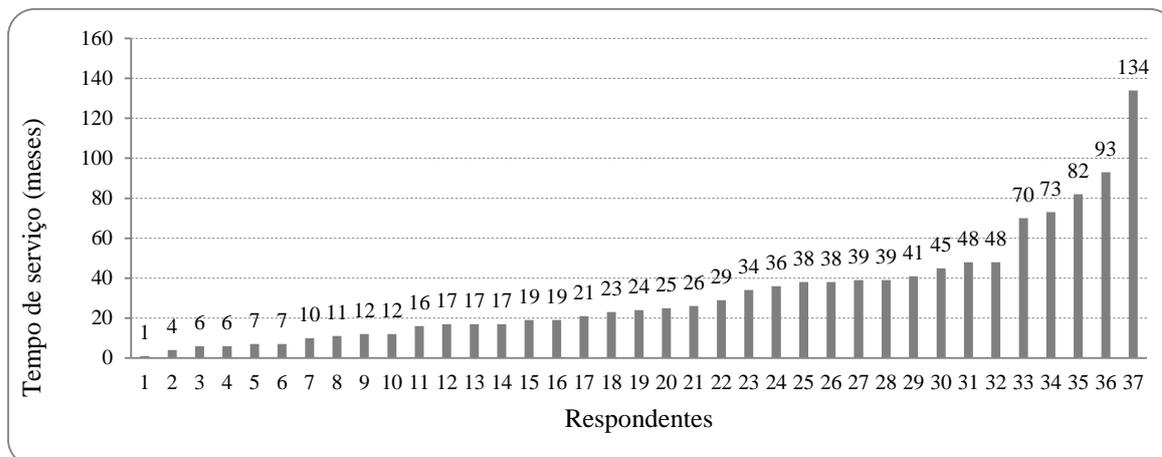
No momento em que a pesquisa de campo foi realizada, dos 37 respondentes, 30 trabalhavam na PR havia no máximo quatro anos, cinco trabalhavam havia no máximo oito anos, e dois trabalhavam havia no máximo 13 anos. Como foi mencionado anteriormente, a PR não tem sistema de admissão de servidores por concurso público e segue critérios peculiares à sua natureza de órgão político. A pesquisa de campo foi realizada no fim de um mandato presidencial, durante o período de campanha eleitoral, e no início de outro mandato, com a mesma presidente sendo reconduzida ao cargo. Fica caracterizado que a maioria dos tradutores/intérpretes (30 em 37 respondentes) foi admitida na instituição durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. Note-se, também, que nenhum respondente trabalhava na PR antes de 2003, ano em que teve início o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, antecessor da presidente Dilma Rousseff. Não surpreende que as mudanças de governo acarretem a dispensa de servidores da instituição, inclusive tradutores e intérpretes, pois cada governante constitui sua equipe de trabalho conforme melhor lhe convém.

Pergunta 75: Há quanto tempo você trabalha neste setor com documentos/visitantes estrangeiros? Data máxima limite para a contagem: 31/03/2015

_____ anos e _____ meses

Esta pergunta mensura o tempo de serviço do respondente no setor específico onde ele trabalhava, com documentos e ou visitantes estrangeiros, quando respondeu ao questionário de pesquisa. Como na pergunta 74, a data máxima limite para a contagem do tempo de serviço informado pelo respondente é 31/03/2015, que foi o dia em que a pesquisa de campo se encerrou. No gráfico 3.75, cada linha vertical representa um respondente: de 1 a 37. A ordem cronológica está calculada por meses trabalhados, começando pelo respondente que, naquele momento da pesquisa de campo, trabalhava no setor consultado havia um mês (respondente 1) e terminando pelo respondente que trabalhava havia 134 meses (respondente 37). A tabela 3.75 mostra o tempo de serviço dos respondentes no setor consultado, calculado por meses e por quinquênios, e a tabela 3.75a o mostra calculado por meses e anos.

Gráfico 3.75 - Distribuição do tempo de serviço (meses) dos respondentes nos setores com documentos/visitantes estrangeiros (data limite para a contagem: 31/03/2015)



Fonte: Questionário

Tabela 3.75 - Distribuição do tempo de serviço (meses) dos respondentes nos setores com documentos/visitantes estrangeiros (data limite para a contagem: 31/03/2015)

Tempo no setor	Quant. de respondentes
Até 60 meses (5 anos)	32
até 120 meses (10 anos)	4
até 180 meses (15 anos)	1
Total	37

Fonte: Questionário

Tabela 3.75a - Distribuição do tempo de serviço (anos e meses) dos respondentes nos setores com documentos/visitantes estrangeiros (data limite para a contagem: 31/03/2015)

(continua)

Respondentes	Tempo de serviço por anos/meses
1	1 mês
2	4 meses
3	6 meses
4	6 meses
5	7 meses
6	7 meses
7	10 meses
8	11 meses
9	1 ano
10	1 ano
11	1 ano e 4 meses
12	1 ano e 5 meses
13	1 ano e 5 meses
14	1 ano e 5 meses
15	1 ano e 7 meses

Tabela 3.75a - Distribuição do tempo de serviço (anos e meses) dos respondentes nos setores com documentos/visitantes estrangeiros (data limite para a contagem: 31/03/2015)

(conclusão)

Respondentes	Tempo de serviço por anos/meses
16	1 ano e 7 meses
17	1 ano e 9 meses
18	1 ano e 11 meses
19	2 anos
20	2 anos e 1 mês
21	2 anos e 2 meses
22	2 anos e 5 meses
23	2 anos e 10 meses
24	3 anos
25	3 anos e 2 meses
26	3 anos e 2 meses
27	3 anos e 3 meses
28	3 anos e 3 meses
29	3 anos e 5 meses
30	3 anos e 9 meses
31	4 anos
32	4 anos
33	5 anos e 10 meses
34	6 anos e 1 mês
35	6 anos e 10 meses
36	7 anos e 9 meses
37	11 anos e 2 meses

Fonte: Questionário

Esta pergunta foi feita porque pode haver coincidência de tempo de serviço do respondente na PR e no setor, mas pode ser que ele tenha sido transferido de um setor a outro ao longo da sua jornada na PR como servidor.

Dos 37 respondentes, 32 trabalhavam no setor, como tradutor e/ou intérprete, no momento em que a pesquisa de campo foi realizada, havia quatro anos, quatro trabalhavam havia no máximo oito anos e um trabalhava havia no máximo 12 anos. Houve aqui pouca mobilidade dos respondentes durante seu tempo de serviço dentro da PR. Não surpreende que haja a permanência dos respondentes em seus setores de trabalho, pois eles são servidores tradutores e/ou intérpretes e possuem, portanto, competências específicas, necessárias aos setores que os admitem para trabalhar exercendo seu papel.

Pergunta 76: Por quanto tempo o servidor trabalhou na Presidência da República?

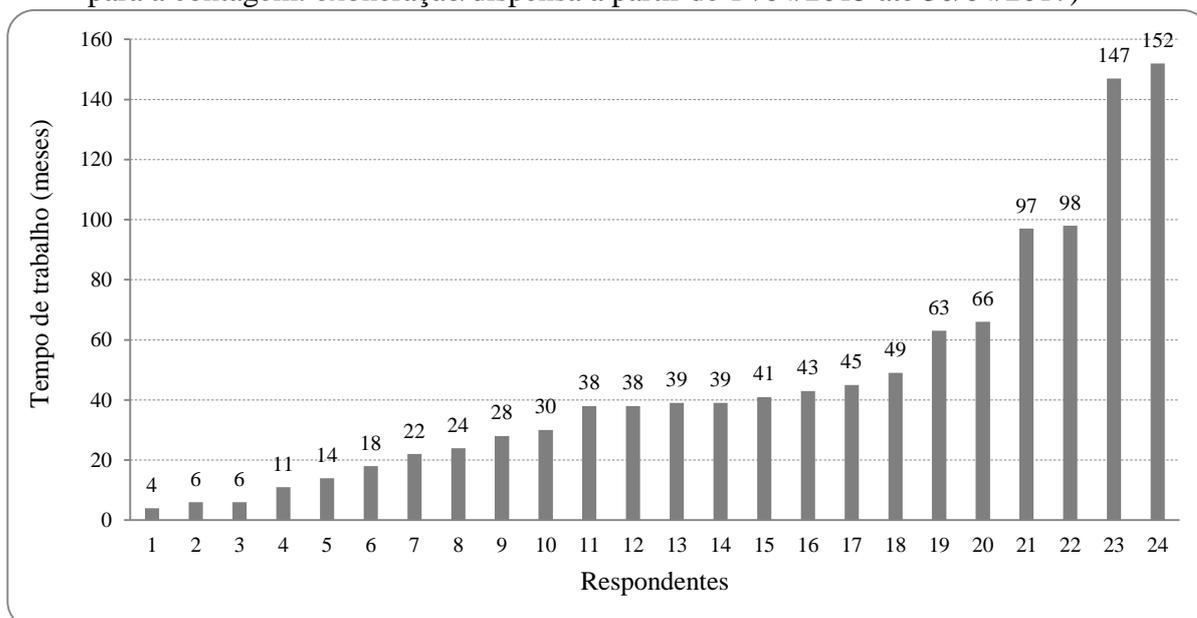
Período para a contagem: exoneração do cargo ou dispensa da gratificação a partir de 1º/04/2015 até 30/04/2017

_____ anos e _____ meses

Esta pergunta pretende saber quando o respondente foi desligado do quadro funcional da PR, após o trabalho de campo ter sido concluído. Foram contabilizados os desligamentos dos respondentes no período de 1º/04/2015 a 30/04/2017. A data do término da observação sobre os desligamentos foi definida em função dos prazos estabelecidos pela Universidade de Brasília para a entrega da dissertação e posterior defesa. Obtive as informações dos desligamentos dos respondentes por meio do Diário Oficial da União, consultando-o mensalmente desde o dia seguinte ao término do trabalho de campo.

No gráfico 3.76, cada linha vertical representa um respondente: de 1 a 24. A ordem cronológica está calculada por meses trabalhados, começando pelo respondente que trabalhou na PR por quatro meses (respondente 1) e terminando pelo respondente que trabalhou por 152 meses (respondente 24). A tabela 3.76 mostra o tempo de serviço dos respondentes na PR, independentemente dos setores onde possa ter sido lotado, até a data de seu desligamento da instituição, calculado por meses e por quadriênios, e a tabela 3.76a o mostra calculado por meses e anos.

Gráfico 3.76 - Distribuição do tempo de serviço (meses) dos respondentes na PR (período para a contagem: exoneração/dispensa a partir de 1º/04/2015 até 30/04/2017)



Fonte: Questionário

Tabela 3.76 - Distribuição do tempo de serviço (meses) dos respondentes na PR (período para a contagem: exoneração/dispensa a partir de 1º/04/2015 até 30/04/2017)

Tempo na PR	Quant. de respondentes
até 48 meses (4 anos)	17
de 49 a 96 meses (8 anos)	3
de 97 a 144 meses (12 anos)	2
acima de 144 meses	2

Fonte: Questionário

Tabela 3.76a - Distribuição do tempo de serviço (anos e meses) dos respondentes na PR (período para a contagem: exoneração/dispensa a partir de 1º/04/2015 até 30/04/2017)

Respondentes	Tempo de serviço por anos/meses
1	4 meses
2	6 meses
3	6 meses
4	11 meses
5	1 ano e 2 meses
6	1 ano e 6 meses
7	1 ano e 10 meses
8	2 anos
9	2 anos e 4 meses
10	2 anos e 6 meses
11	3 anos e 2 meses
12	3 anos e 2 meses
13	3 anos e 3 meses
14	3 anos e 3 meses
15	3 anos e 5 meses
16	3 anos e 7 meses
17	3 anos e 9 meses
18	4 anos e 1 mês
19	5 anos e 1 mês
20	5 anos e 6 meses
21	8 anos e 1 mês
22	8 anos e 2 meses
23	12 anos e 3 meses
24	12 anos e 8 meses

Fonte: Questionário

Durante o período de 1º/04/2015 a 30/04/2017 (dois anos e um mês), 24 dos 37 respondentes (64,86%) foram exonerados de seus cargos (DAS) e/ou dispensados de suas funções gratificadas (GR), restando apenas 13 deles trabalhando na PR. Isso reflete a ausência de uma política tradutória voltada para a manutenção dos servidores tradutores/intérpretes no

quadro funcional da instituição, bem como a flutuação do número desses servidores, em função dos diferentes direcionamentos políticos da PR.

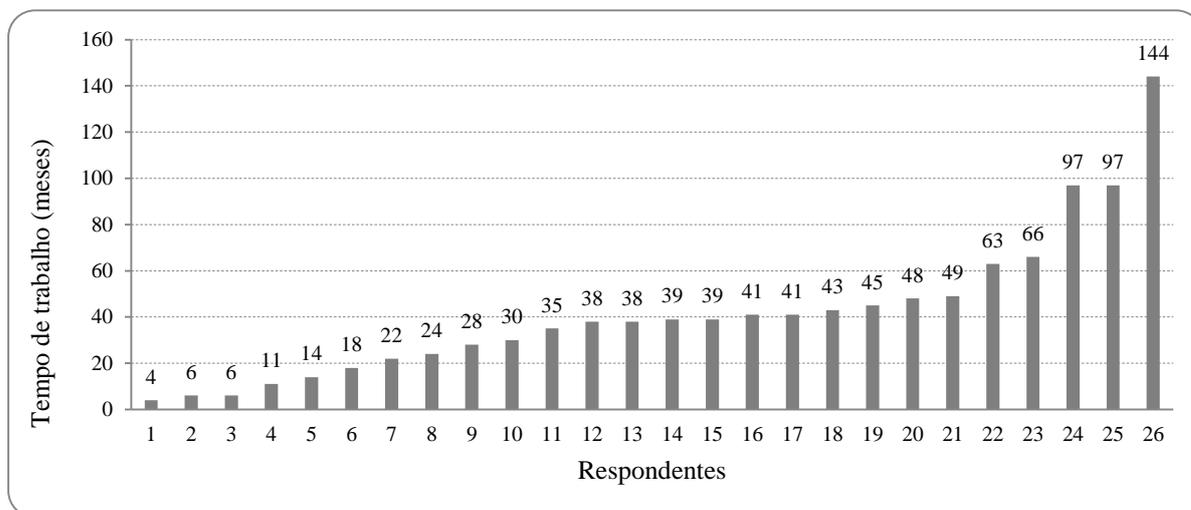
Como foi mencionado anteriormente, a PR estrutura suas equipes de trabalho conforme o direcionamento do Presidente da República e de seus assessores mais próximos. Em 1º de janeiro de 2015 a Presidente Dilma Rousseff foi reconduzida ao cargo e alguns respondentes foram desligados da PR. Em 12 de maio de 2016, a Presidente Dilma Rousseff foi afastada do cargo, por decisão do Senado Federal, em função do início do processo de *impeachment*, e o Vice-presidente Michel Temer assumiu interinamente o cargo. Em 31 de agosto de 2016, o Senado Federal aprova o *impeachment*, Dilma Rousseff é destituída do cargo e Michel Temer toma posse como Presidente da República. Todos esses fatos influenciam a alteração da estrutura da Presidência da República e o desligamento de servidores da instituição, incluindo alguns tradutores e intérpretes.

Pergunta 77: Por quanto tempo o servidor trabalhou neste setor com documentos/visitantes estrangeiros? Período para a contagem: exoneração do cargo ou dispensa da gratificação a partir de 1º/04/2015 até 30/04/2017

_____ anos e _____ meses

Esta pergunta pretende saber quando o respondente foi desligado do setor onde trabalhava quando respondeu ao questionário, como tradutor e/ou intérprete, após o trabalho de campo ter sido concluído. Foram contabilizados os desligamentos dos respondentes no período de 1º/04/2015 a 30/04/2017. No gráfico 3.77, cada linha vertical representa um respondente: de 1 a 26. A ordem cronológica está calculada por meses trabalhados, começando pelo respondente que trabalhou no setor consultado por quatro meses (respondente 1) e terminando pelo respondente que trabalhou por 144 meses (respondente 26). A tabela 3.77 mostra o tempo de serviço dos respondentes nos setores consultados, até a data de seu desligamento da instituição, calculado por meses e por quadriênios, e a tabela 3.77a o mostra calculado por meses e anos.

Gráfico 3.77 - Distribuição do tempo de serviço (meses) dos respondentes nos setores com documentos/visitantes estrangeiros (período para a contagem: exoneração/dispensa a partir de 1º/04/2015 até 30/04/2017)



Fonte: Questionário

Tabela 3.77 - Distribuição do tempo de serviço (meses) dos respondentes nos setores com documentos/visitantes estrangeiros (período para a contagem: exoneração/dispensa a partir de 1º/04/2015 até 30/04/2017)

Tempo no setor	Quant. de respondentes
até 48 meses (4 anos)	20
de 49 a 96 meses (8 anos)	3
de 97 a 144 meses (12 anos)	3
Acima de 144 meses	0

Fonte: Questionário

Tabela 3.77a - Distribuição do tempo de serviço (anos e meses) dos respondentes nos setores com documentos/visitantes estrangeiros (período para a contagem: exoneração/dispensa a partir de 1º/04/2015 até 30/04/2017)

(continua)

Respondentes	Tempo de serviço por anos/meses
1	4 meses
2	6 meses
3	6 meses
4	11 meses
5	1 ano e 2 meses
6	1 ano e 6 meses
7	1 ano e 10 meses
8	2 anos
9	2 anos e 4 meses
10	2 anos e 6 meses
11	3 anos e 1 mês
12	3 anos e 2 meses

Tabela 3.77a - Distribuição do tempo de serviço (anos e meses) dos respondentes nos setores com documentos/visitantes estrangeiros (período para a contagem: exoneração/dispensa a partir de 1º/04/2015 até 30/04/2017)

(conclusão)

Respondentes	Tempo de serviço por anos/meses
13	3 anos e 2 meses
14	3 anos e 3 meses
15	3 anos e 3 meses
16	3 anos e 5 meses
17	3 anos e 5 meses
18	3 anos e 7 meses
19	3 anos e 9 meses
20	4 anos
21	4 anos e 1 mês
22	5 anos e 3 meses
23	5 anos e 6 meses
24	8 anos e 1 mês
25	8 anos e 1 mês
26	12 anos

Fonte: Questionário

Durante o período de 1º/04/2015 a 30/04/2017 (dois anos e um mês), 24 dos 37 respondentes foram exonerados de seus cargos (DAS) e/ou dispensados de suas funções gratificadas (GR), e dois foram transferidos dos setores onde trabalhavam como tradutores e/ou intérpretes e continuam trabalhando na PR. Não foi possível saber se nos setores onde ora trabalham esses dois respondentes atuam como tradutores/intérpretes. Assim, dos 37 respondentes, apenas 11 permanecem trabalhando nos setores como tradutores e/ou intérpretes.

O fato de desligar-se do setor não necessariamente coincide com o desligamento da PR, pois, como já foi mencionado, há rotatividade de servidores nos diversos setores da instituição. Portanto, o servidor pode desligar-se de um setor por uma simples transferência, sendo lotado em outro, e assim permanecer trabalhando na PR. Contudo, como se observou na pergunta 76, há a ausência de uma política tradutória voltada para a manutenção dos servidores tradutores/intérpretes no quadro funcional da instituição e nos setores onde eles exercem sua profissão.

3.17 CRUZAMENTOS DE DADOS

Conhecendo os dados levantados por meio do questionário desta pesquisa descritiva, é possível esboçar o perfil dos tradutores/intérpretes da PR analisando as correlações entre as variáveis apresentadas nas perguntas. A dimensão deste trabalho não comporta o cruzamento de todas as variáveis, portanto, foram escolhidas algumas delas, com o intuito de delinear o perfil – ou os perfis – dos tradutores/intérpretes institucionais, bem como de fazer ver a sua situação laboral aos responsáveis por sua admissão na PR e a todos os possíveis interessados no meio profissional ou de pesquisa. Evidentemente, os dados aqui apresentados pertencem a um passado recente. No entanto, podem servir para iniciar uma reflexão sobre a construção de uma política tradutória institucional mais nítida.

3.17.1 Cargos/gratificações dos respondentes e gênero

A tabela 3.78 mostra o cruzamento das respostas à pergunta 1 (variável de gênero) com os cargos/gratificações ocupados pelos respondentes. Como foi informado anteriormente, DAS é o cargo do grupo Direção e Assessoramento Superiores e GR é a Gratificação de Representação da Presidência da República – Apoio PR/VPR.

Tabela 3.78 - Cruzamento: quantidade de respondentes segundo o cargo e o gênero

Cargo/gratificação do respondente	Gênero do respondente		Total
	Feminino	Masculino	
DAS 5	2	3	5
DAS 4	2	3	5
DAS 3	2	1	3
DAS 2	0	3	3
DAS 1	2	0	2
GR V	3	2	5
GR IV	1	1	2
GR II	2	1	3
Assessor Militar Letra B	0	1	1
Empregado de empresa vencedora de licitação (sem cargo)	0	1	1
Servidor de ministério cedido (sem cargo)	2	0	2
Contratado de programa internacional do PNUD (sem cargo)	1	0	1
Estagiário (sem cargo)	4	0	4
Total Geral	21	16	37

Fonte: Questionário

Há mais respondentes do gênero masculino (3) do que feminino (2) ocupando cargos DAS 5 e DAS 4, que são os cargos mais bem remunerados do que os outros constantes da lista. Há simetria de gêneros no que concerne os cargos DAS 3, DAS 2 e DAS 1, com quatro respondentes do gênero masculino e quatro do feminino. Quanto às gratificações GR V, GR IV e GR II, cujo valor é muito inferior aos cargos DAS, há mais respondentes do gênero feminino (6) do que masculino (4). O respondente Assessor Militar Letra B, que está submetido às normas salariais do seu órgão de origem, é do gênero masculino. Há um respondente do gênero masculino que trabalha nas dependências da PR, mas é empregado de empresa vencedora de licitação e contratada pela instituição, por isso ele não ocupa cargo DAS nem recebe gratificação. Os dois respondentes servidores de ministérios cedidos para a PR e que não ocupam cargo nem recebem gratificação são do gênero feminino. Um respondente contratado por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) não ocupa cargo nem recebe gratificação e é do gênero feminino. Por fim, quatro respondentes do gênero feminino são estagiários.

Os dados revelam que a maioria dos respondentes que recebem GR, a maioria dos que não ocupam cargo nem recebem GR, e todos os respondentes estagiários são do gênero feminino. Deduz-se que os respondentes do gênero feminino tem menor remuneração paga pela PR do que os do gênero masculino.

Como foi explicado na seção 1.3 desta dissertação, são vários os critérios de admissão de tradutores e intérpretes na PR. Neste cruzamento de dados, observa-se a existência de profissionais da tradução admitidos sob todos os critérios possíveis, o que demonstra a amplitude de ação que a PR possui para conseguir profissionais da tradução para compor seu quadro funcional. No entanto, não se vê uma política tradutória institucional que reúna e estimule essa rica variedade de pessoas com o objetivo de aprimorar a tradução e a interpretação realizadas nas dependências da PR.

3.17.2 Setores dos respondentes e idiomas dos textos/telefonemas recebidos

Conforme os dados mencionados na pergunta 8, os respondentes informam os idiomas em que estão os textos e telefonemas recebidos por setor. A tabela 3.79 apresenta a quantidade de respondentes segundo os setores onde trabalham e os idiomas dos textos e telefonemas recebidos. Apenas dois respondentes informam “não se aplica”, pelas razões já descritas na pergunta 8.

Tabela 3.79 - Cruzamento: quantidade de respondentes segundo o setor onde trabalham e os idiomas dos textos/telefonemas recebidos no setor

Setor	Idioma dos textos/telefonemas recebidos no setor												
	inglês	espanhol	francês	italiano	alemão	búlgaro	árabe	japonês	mandarim	cantonês	russo	coreano	(não se aplica)
AESP/GAB/CC	1	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
AESP/PR	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AI/SPM	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AI/GAB/SG	3	3	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Biblioteca/DIGEP/AS/SG	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CEJ/SAJ/CC	2	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GD/SECOM/PR	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GSI	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COREP/SA/SG	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DDH/GP/PR	4	4	4	4	3	1	1	-	-	-	-	-	-
DGI/GP/PR	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	1	-
DITEC/AS/SG	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GAIA/GP/PR	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GAB/SEPPIR	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SAC	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SAE	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SAF/SRI	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SAG/CC	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SDH	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SNRPS/SG	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SI/SECOM	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SECOMP/SMPE	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SEDES/CC	4	4	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cerimonial/GP/PR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
SE/CC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Total de respondentes	35	31	19	11	6	3	3	2	2	2	2	1	2

Fonte: Questionário

Os dados mostram que os documentos e telefonemas recebidos em 23 dos 25 setores consultados estão, principalmente, nos idiomas inglês, espanhol, francês e italiano. Todos os respondentes de 23 setores informam receber documentos e telefonemas em inglês, e quase todos informam recebê-los em espanhol.

3.17.3 Tradutor revisor e gênero

A pergunta 63 do questionário, que versa sobre a pessoa que revisa as traduções, traz a opção “o próprio tradutor”, que foi marcada por 13 respondentes, ora chamados de “tradutores revisores”. A tabela 3.80 mostra o cruzamento das respostas a essa opção com a variável de gênero.

Tabela 3.80 - Quantidade de tradutores revisores segundo o gênero

Tipo de revisor	Gênero do respondente		Total
	Feminino	Masculino	
o próprio tradutor	8	5	13

Fonte: Questionário

Os dados da pergunta 63 revelam que, em 11 setores, 13 respondentes informam que é o próprio tradutor quem revisa as traduções. Desses 13 respondentes, oito são do gênero feminino (61,5%) e cinco são do gênero masculino (38,5%). Portanto, aqui também, como na pergunta 1, os dados demonstram que há mais tradutoras do que tradutores que revisam suas próprias traduções.

3.17.4 Tradutor revisor, gênero e características da revisão

Por acreditar que a revisão é importante para a avaliação e o controle de qualidade da tradução, que revisar traduções é tarefa que exige experiência e competências específicas, e que são muitos os critérios a serem observados para a boa atividade revisora, decidi reunir em uma única tabela os dados levantados pelas perguntas 63, 64, 65, 66, 67 do Bloco M, que trata da revisão das traduções na PR. A tabela 3.81 traz os dados relativos aos tradutores que revisam traduções informando o seu gênero, o tipo de revisão que fazem, se a fazem de uma só vez ou em etapas, em quantas etapas a fazem, e as ferramentas ou estratégias empregadas ao revisar.

Tabela 3.81 - Gênero e quantidade de respondentes segundo o tipo de revisão, a quantidade de etapas e as ferramentas/estratégias empregadas na revisão por tradutores revisores

Características da revisão		Tradutores revisores e gênero (1 e 1.1)													Qte respondentes
		Respondente 1 M	Respondente 2 F	Respondente 3 F	Respondente 4 M	Respondente 5 M	Respondente 6 F	Respondente 7 F	Respondente 8 F	Respondente 9 F	Respondente 10 F	Respondente 11 F	Respondente 12 M	Respondente 13 M	
Tipo de revisão (2)	veracidade dos dados/informações/fatos	x	x	-	x	-	x	-	-	-	-	-	x	x	6
	números	x	x	-	x	-	x	x	-	-	-	-	-	x	6
	datas	x	x	-	-	-	x	x	-	x	-	-	-	x	6
	cargo/função do subscritor/autor do texto	x	x	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-	x	5
	adequação ao gênero textual	x	x	x	x	x	x	x	-	-	x	-	-	x	9
	gramática	x	x	x	x	x	x	x	-	x	x	x	-	x	11
	léxico/terminologia	x	-	x	x	x	x	x	-	x	-	x	x	x	10
	ortografia	x	x	x	x	x	x	x	x	x	-	x	-	x	11
	estilo/registo da linguagem	x	-	x	x	x	x	x	-	x	-	-	-	x	8
	aspecto iconográfico/visual	x	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	x	3
	outro (especifique)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	não se aplica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Revisão em etapas (3)	de uma só vez	x	x	x	-	-	x	-	x	-	x	x	x	x	9
	em etapas	-	-	-	x	x	-	x	-	x	-	-	-	-	4
Quantidade de etapas (4)	duas	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	1
	três	-	-	-	-	x	-	-	-	x	-	-	-	-	2
	quatro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	cinco ou mais	-	-	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Ferramentas/estratégias utilizadas na revisão (5)	dicionário/glossário/vocabulário	x	-	x	x	x	x	x	x	x	x	x	-	-	10
	tradutor automático (Google Tradutor, Systran ou similar)	-	-	-	-	-	-	x	-	-	x	x	-	x	4
	consulta a algum colega do setor	x	-	-	-	-	-	x	-	-	-	x	-	x	4
	consulta a algum especialista do tema	x	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-	x	-	3
	exemplo de algum texto paralelo	x	-	x	-	-	x	x	-	x	-	-	-	-	5
	não se aplica	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: Questionário

A partir dos resultados mostrados na tabela 3.80, o campo “Tradutores revisores e gênero” mostra 13 tradutores revisores (1), sendo oito do gênero feminino e cinco do masculino (1.1). Cada coluna desse campo representa um respondente e suas escolhas relativas às características da revisão. Foram selecionadas as respostas dos tradutores revisores à pergunta 64 (2), sobre os

tipos de revisão efetuadas pelos tradutores revisores; à pergunta 65 (3), sobre haver ou não etapas de revisão; à pergunta 66 (4), sobre a quantidade de etapas empregada na revisão; e à pergunta 67 (5), sobre as ferramentas e estratégias empregadas ao revisar. A coluna “Qte respondentes” mostra a quantidade de respondentes segundo suas escolhas relativas ao tipo, às etapas e às ferramentas/estratégias de revisão.

Esta tabela permite analisar as semelhanças e as diferenças das respostas e mostra que os perfis dos tradutores revisores não são uniformes.

O respondente 1 (do gênero masculino) informa fazer 10 tipos de revisão, de uma só vez, usando dicionário, glossário e/ou vocabulário, consultando algum colega do setor, algum especialista do tema e exemplo de texto paralelo.

O respondente 2 (do gênero feminino) informa fazer sete tipos de revisão, de uma só vez, e informa “não se aplica” no campo referente às ferramentas/estratégias empregadas na revisão. É o único respondente a informar essa opção, diferenciando-se dos outros por isso.

O respondente 3 (do gênero feminino) informa fazer seis tipos de revisão, de uma só vez, usando dicionário, glossário e/ou vocabulário e textos paralelos para revisar.

O respondente 4 (do gênero masculino) informa fazer sete tipos de revisão, usando somente dicionário, glossário e/ou vocabulário, revisando em cinco etapas. É o único respondente a informar esta opção, diferenciando-se dos outros por isso.

O respondente 5 (do gênero masculino) informa fazer cinco tipos de revisão, em três etapas, usando somente dicionário, glossário e/ou vocabulário.

O respondente 6 (do gênero feminino) informa fazer 10 tipos de revisão, de uma só vez, usando dicionário, glossário e/ou vocabulário e exemplo de texto paralelo.

O respondente 7 (do gênero feminino) informa fazer sete tipos de revisão, em duas etapas (diferenciando-se dos outros por isso), usando dicionário, glossário e/ou vocabulário, tradutor automático, consultando algum colega do setor, algum especialista do tema e exemplo de texto paralelo.

O respondente 8 (do gênero feminino) informa fazer apenas um tipo de revisão (diferenciando-se dos outros por isso), de uma só vez, usando apenas dicionário, glossário e/ou vocabulário.

O respondente 9 (do gênero feminino) informa fazer cinco tipos de revisão, em três etapas, usando dicionário, glossário e/ou vocabulário e exemplo de texto paralelo.

O respondente 10 (do gênero feminino) informa fazer dois tipos de revisão, de uma só vez, usando dicionário, glossário e/ou vocabulário e tradutor automático.

O respondente 11 (do gênero feminino) informa fazer três tipos de revisão, de uma só vez, usando dicionário, glossário e/ou vocabulário, tradutor automático e consultando algum colega do setor.

O respondente 12 (do gênero masculino) informa fazer dois tipos de revisão, de uma só vez, apenas consultando algum especialista do tema, diferenciando-se dos outros por isso.

O respondente 13 (do gênero masculino) informa fazer 10 tipos de revisão, de uma só vez, usando tradutor automático e consultando algum colega do setor.

Para tentar estabelecer um perfil, analiso algumas semelhanças entre os tradutores revisores. Por exemplo, os respondentes 1, 6 e 10 se assemelham por informarem fazer 10 tipos de revisão, de uma só vez, mas se diferenciam quanto ao uso de ferramentas e estratégias de revisão. Os respondentes 7, 10, 11 e 13 se assemelham pelo uso de tradutor automático para revisar. Os respondentes 6 e 9 se assemelham por revisarem em três etapas.

De resto, os respondentes podem se assemelhar pela quantidade de tipos de revisão ou de ferramentas e estratégias, mas não se assemelham perfeitamente em relação aos tipos propriamente informados.

Assim, denota-se que não há um perfil único que se possa estabelecer quanto ao tradutor que revisa suas próprias traduções. Como a PR não possui o cargo de tradutor/intérprete, não promove concurso público, nem teste ou exame de proficiência em língua estrangeira, e utiliza critérios que não se baseiam em alguma política tradutória para admitir servidores tradutores/intérpretes em seu quadro funcional, é natural que não haja um perfil bem definido dos profissionais da tradução que trabalham naquela instituição.

3.18 AMPLIANDO O HORIZONTE

Conforme informado no item 1.5 desta dissertação, a título ilustrativo, busquei informações sobre os serviços de tradução das presidências da Argentina e dos Estados Unidos da América. É valioso olhar o tema de pesquisa com distanciamento, a fim de ampliar o horizonte de observação e conhecer outros cenários. O posterior retorno ao centro da investigação, já com a perspectiva enriquecida, torna ainda mais interessante o seu objeto.

Em uma reflexão comparativa dos dois serviços estrangeiros com o sistema brasileiro depreende-se que os serviços de tradução nas presidências argentina e norte-americana são estruturados de modo similar entre si, isto é, são realizados pela chancelaria de seus países. Fica claro que são setores bem delineados dentro de suas instituições, tanto na Diretoria de

Traduções argentina quando no Escritório de Serviços Linguísticos norte-americano. Suas atividades estão bem definidas, sobretudo no que concerne ao atendimento aos mandatários de cada país. Ainda que a quantidade de informações obtidas não seja vasta, é possível fazer a comparação de um tópico específico entre as presidências argentina, norte-americana e brasileira: os critérios de contratação de tradutores e intérpretes. No primeiro capítulo deste trabalho, mencionam-se os critérios de contratação de tradutores e intérpretes na Presidência da República brasileira. Ali não há os cargos de “tradutor” e de “intérprete, nem exames de seleção que comprovem especificamente a capacidade de traduzir do candidato que se apresenta para trabalhar, ainda que tenha sido convidado por ter um currículo indicativo de que ele pode exercer a função de tradutor. Tampouco há a exigência de diploma de nível superior em Tradução, de vinculação a alguma entidade representativa da categoria profissional, ou de comprovação do cargo de tradutor público e intérprete comercial de alguma junta comercial. Além disso, na presidência brasileira há a obrigatoriedade de processo licitatório anual para a contratação de agência de tradução, para atender as demandas de serviços de tradução, de qualquer setor da instituição, de textos volumosos, ou de textos em línguas menos conhecidas ou exóticas, como o búlgaro, o árabe, o russo, o mandarim, o japonês, entre outras, assim como para indicar intérpretes para atender o Presidente da República, quando necessário. Ademais, nos processos licitatórios dessa ordem, o critério para vencer a licitação é oferecer o menor preço por lauda traduzida. Assim, a boa qualidade da tradução pode ou não se verificar no produto entregue. Eventualmente, a Presidência brasileira convoca intérpretes indicados pelo Ministério de Relações Exteriores para atender o Presidente da República, mas eles não são necessariamente diplomatas de carreira.

Na Presidência da República da Argentina (PRA) a documentação a ser traduzida é enviada à Secretaria de Coordenação e Cooperação Internacional da Chancelaria do Ministério de Relações Exteriores e Culto, a qual tem uma diretoria exclusiva para realizar traduções, que conta com tradutores diplomados no curso de Tradução Pública e membros do *Colegio de Traductores Públicos de la Ciudad de Buenos Aires* (CTPCBA). Isso demonstra o elevado grau de exigência do Ministério relativamente à formação acadêmica e técnica dos tradutores, que não são políticos nem diplomatas. Depreende-se, também, que a Diretoria de Traduções (DTRAD) preocupa-se em manter registros dos intérpretes autônomos que já trabalharam para a Presidência da República Argentina, a fim de contratá-los quando necessário. A PRA não mantém a prática de realização de processo licitatório para contratação de agência de tradução para atendimento das solicitações de tradução e de interpretação.

Na Presidência dos Estados Unidos, a documentação a ser traduzida é enviada ao Departamento de Estado, ou Chancelaria. Esse sistema é equivalente ao sistema argentino. Contudo, os tradutores e intérpretes do quadro permanente do Escritório de Serviços Linguísticos são diplomatas, e isso difere do que ocorre na DTRAD, que não exige essa qualidade de seus profissionais. No Escritório de Serviços Linguísticos, os profissionais autônomos devem submeter-se a exames para pertencerem ao rol de tradutores e intérpretes que poderão, eventualmente, ser contratados para atuar junto à Presidência dos Estados Unidos. De certa forma, esse critério de assemelha ao da DTRAD da Chancelaria argentina, que exige que seus tradutores sejam diplomados em Tradução Pública e que pertençam ao *Colegio de Traductores Públicos de la Ciudad de Buenos Aires* (CTPCBA).

Nas presidências norte-americana e argentina, não há o sistema de licitação para contratação de agência de tradução. Esse é um importante critério de diferenciação do sistema brasileiro, pois o processo licitatório da PR é anual, e vence a agência que oferece o menor preço, não importando se o tradutor e/ou intérprete tem comprovada competência para atuar junto ao Presidente da República ou seus representantes. Assim, a competência do profissional da tradução/interpretação é comprovada no momento em que ele realiza a atividade laboral em si. Eventualmente, isso pode comprometer a qualidade do trabalho. Nos dois sistemas estrangeiros, percebe-se a existência de políticas tradutórias institucionais precisas. Além disso, naqueles serviços de tradução, o perfil profissional do tradutor é mais uniforme, devido à exigência de exames, títulos e vinculação com entidade representativa da categoria profissional.

A comparação dos critérios de contratação de profissionais dessas três instituições tenciona sugerir uma reflexão sobre os métodos empregados pela Presidência da República brasileira, que demonstram ser bastante diferentes dos sistemas norte-americano e argentino, embora esses países tenham regimes presidencialistas e este último também pertença ao Mercosul, o que poderia evocar alguma semelhança de procedimentos.

Neste capítulo, foram descritos e analisados os dados levantados por meio do questionário de pesquisa aplicado aos servidores tradutores e intérpretes da PR, e foram feitos cruzamentos de algumas variáveis desses dados, a fim de responder às perguntas e confirmar as hipóteses da pesquisa. Também foram retratados e comparados alguns aspectos dos serviços de tradução das presidências da Argentina e dos Estados Unidos da América com o sistema da presidência brasileira, sugerindo uma reflexão sobre as diferentes políticas tradutórias. Constatou-se que, ao ser admitido para atuar como tradutor/intérprete na PR, o servidor não tem um perfil

profissional específico, e inexistente uma política linguística institucional precisa voltada para o tradutor e a tradução.

A seguir, apresento as considerações finais, propondo reflexões sobre os temas da pesquisa, bem como sugerindo desdobramentos e encerrando este trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi elaborada com o propósito de responder a duas perguntas que surgiram ao longo da minha experiência como tradutora e intérprete na Presidência da República Federativa do Brasil. Uma delas se refere ao perfil do tradutor e do intérprete que ali trabalham e outra, à existência de política linguística institucional voltada para o tradutor e para a tradução. Os temas relativos à política tradutória e ao tradutor/intérprete na PR pareceram ser um oportuno objeto de estudo por não haver sido abordados antes desta investigação, embora haja muita atividade tradutória e de interpretação nas dependências daquele órgão.

Nesta pesquisa quantitativa, descritiva e sincrônica, empregou-se a metodologia de aplicação de um questionário composto de 77 perguntas, organizadas em 16 blocos, que foi respondido por 37 servidores tradutores/intérpretes, em 25 setores, no período compreendido entre outubro de 2014 e março de 2015. Esse momento foi particularmente sensível para a instituição e seus servidores, pois foi época de campanha eleitoral, votação, eleição e posse presidencial, e a então Presidente Dilma Vana Rousseff foi reconduzida ao cargo. Ainda que o ambiente institucional estivesse conturbado, causando inquietação e insegurança aos servidores, a maioria dos tradutores/intérpretes consultados colaboraram com a realização da pesquisa, respondendo ao questionário. Logo, nem todos os tradutores/intérpretes que trabalhavam na PR à época participaram da pesquisa, o que reduziu o universo investigado.

As concepções de diversos autores subsidiaram teoricamente esta pesquisa, sobretudo os preceitos concernentes à área das políticas linguística e tradutória e ao tradutor/intérprete transmitidos por Azenha Junior (1999), Britto (2008), Chesterman (2009), Frota (2000), Gentzler (2009), Gonçalves (2005), Guidère (2008), Kornakov (2000), Martins (2006), Nord (1997), Oliveira (2013), Pagano (2010), Porcher (1996), Robinson (2003), Said (2010), Severo (2013), Spolsky (2016), Venuti (1998) e Wyler (2003).

Para auxiliar no desenvolvimento desta investigação, as teorias voltadas às políticas linguísticas escolares foram expandidas e adaptadas ao âmbito institucional, assim como os conceitos concernentes ao tradutor/intérprete autônomo, estudante e/ou aprendiz foram estendidos ao profissional da tradução que trabalha como servidor público federal, sujeito à intensa dinâmica e à instabilidade, em termos de admissão e demissão pelo órgão.

Foi necessário contextualizar a pesquisa relativamente à estrutura da PR, bem como ao seu funcionamento no tocante aos critérios de nomeação, designação e contratação de seus tradutores e intérpretes. Foram elencadas, também, as definições de alguns termos técnicos do

questionário de pesquisa. Além disso, a título ilustrativo, foram fornecidas informações sobre os serviços de tradução das presidências da Argentina e dos Estados Unidos da América.

Os dados coletados por meio do questionário abordaram aspectos relativos ao perfil do tradutor/intérprete e da política tradutória institucional, com o intuito de confirmar as hipóteses que nortearam a pesquisa, de que o servidor tradutor/intérprete admitido pela PR para trabalhar na instituição não tem um perfil profissional específico e de que não há uma política linguística especificamente voltada para o tradutor e a tradução, ou seja, não há política tradutória institucional. Eles foram descritos e analisados com o auxílio de tabelas e gráficos que os ilustram em quantidade e em porcentagem. Algumas variáveis dos dados foram cruzadas, o que revelou, principalmente, que tampouco há um perfil único delineado do tradutor que revisa suas próprias traduções. Há ocorrências de regras referente a metas a cumprir em um setor, porém elas não são exclusivas para tradutores e funcionam para todos os servidores que nele trabalham. Em apenas um setor há o uso de programa de memória de tradução, por dois tradutores. Há uma publicação institucional que trata das normas da língua portuguesa, o “Manual de Redação da Presidência da República”, o qual poderia ser considerado como algo que, juntamente com outros elementos e normas, colaboraria com a composição de uma política linguística, mas que não é dirigido especificamente aos tradutores e, além disso, não está atualizado pelas novas normas ortográficas. A PR não possui, por exemplo, gestores que também reflitam sobre a maneira como o órgão seleciona seus tradutores e intérpretes ou que implementem estratégias para melhorar a padronização terminológica das traduções ali produzidas. Em seu quadro funcional, não há a figura de gestor de projetos de tradução, para auxiliar os tradutores fornecendo informações básicas sobre as traduções que devem fazer.

Conclui-se, então, que não se implementou, de modo perceptível, uma política tradutória institucional e isso se manifesta pela ausência de um perfil definido de profissional da tradução admitido pela instituição. Além disso, fica patente que são diversificados os tipos de tarefas que os servidores tradutores/intérpretes executam, havendo, inclusive, ocorrências de indefinição de carga horária de trabalho.

O intuito deste trabalho é que o resultado da análise das respostas de um questionário detalhado como o que aqui se apresentou, com dados precisos e atuais, possa subsidiar reflexões, por parte da PR e de outras instituições interessadas na matéria, sobre as condições de trabalho, a visibilidade e a valorização da categoria profissional. Outrossim, como desdobramento das ponderações, considerando a comparação das realidades de três instituições semelhantes, é possível propor à PR que reflita sobre a criação de estratégias eficazes para a

contratação de tradutores para seu quadro funcional. Seria oportuno, também, atentar para o caráter sigiloso da documentação que tramita na PR, de modo a incitar a discussão sobre a segurança, a proteção e a confidencialidade de dados de interesse nacional traduzidos dentro daquele ambiente institucional.

Sugere-se, ainda, que a investigação ora apresentada mobilize, em âmbito acadêmico, a realização de pesquisas similares sobre a práxis tradutória na esfera privada e, principalmente, na pública, na cidade de Brasília, pois as mais altas instâncias dos poderes legislativo e judiciário também carecem de estudos acadêmicos relativos ao tradutor e ao intérprete. Destaque-se, por exemplo, que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é o órgão competente, desde 2004 (BRASIL, 2017h), para homologar sentenças estrangeiras, as quais versam sobre os mais variados temas. Nos processos que tramitam em cortes de países diferentes, quando necessário, há a emissão de carta rogatória, que, segundo o advogado e professor Ejchel (2015), “é um instrumento jurídico internacional pelo qual um País requer o cumprimento de um ato judicial ao órgão jurisdicional de outro País, para que este coopere na prática de determinado ato processual”. A carta rogatória é redigida pelo STJ e deve ser traduzida por tradutor público ou por tradutor *ad hoc*, ou seja, nomeado exclusivamente para aquele ato (BRASIL, 2017h). Pesquisas na área de Estudos da Tradução, na linha de tradução em contexto, podem ser realizadas nessa instância do poder judiciário, para aumentar a quantidade de dados coletados sobre a situação do tradutor nos órgãos públicos federais.

Além disso, considerando os recortes espacial e temporal deste trabalho, sugere-se considerá-lo como uma contribuição para a área da história e da historiografia da Tradução.

A partir de outras pesquisas bem-sucedidas no âmbito dos Estudos da Tradução, caso haja interesse, pode-se preparar o terreno para a construção de um currículo acadêmico voltado para a tradução técnica em âmbito governamental, ou para a tradução pública e a interpretação comercial, destinado ao treinamento de estudantes de graduação e de pós-graduação.

REFERÊNCIAS

- ARGENTINA. Ley nº 20.305, de 25 de abril de 1973. Traductores Públicos - reglamentase el ejercicio de la profesión. **Boletín Oficial de La República Argentina**. Buenos Aires, 03 maio 1973. n. 22.658, Seção 1, p. 4-5. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/190000-194999/194196/norma.htm>>. Acesso em: 21 maio 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRADUTORES E INTÉRPRETES (Brasil). **Abrates: Quem somos**. 2017. Disponível em: <<http://abrates.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 21 maio 2017.
- ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE INTÉRPRETES DE CONFERÊNCIA (Brasil). **Qual a diferença entre tradução simultânea e consecutiva?** 2017. Disponível em: <<http://www.apic.org.br/faqs/qual-a-diferenca-entre-traducao-simultanea-e-consecutiva/>>. Acesso em: 21 maio 2017.
- ASSOCIATION INTERNATIONALE DES INTERPRÈTES DE CONFÉRENCE (França). **Interpréter n'est pas traduire**. 2011. Disponível em: <<http://aiic.net/node/4/interpreter-n-est-pas-traduire/lang/2>>. Acesso em: 21 maio 2017.
- AUBERT, Francis Henrik. **As (in) fidelidades da tradução: servidões e autonomia do tradutor**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. 89 p.
- AZENHA JUNIOR, João. **Tradução técnica e condicionantes culturais: primeiros passos para um estudo integrado**. São Paulo: Humanitas, FFLCH, USP, 1999. 158 p.
- BAMGBOSE, Ayo. **Language and the nation: the language question in Sub-Saharan Africa**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1991. 167 p.
- BONAPARTE, Elizabeth Cunha. I ENCONTRO NACIONAL DE TRADUTORES: A (RE)CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA PROFISSÃO DO TRADUTOR NO BRASIL. **Tradução em Revista**, [S.l.], n. 5, p. 1-24, 30 dez. 2008. Faculdades Católicas. <http://dx.doi.org/10.17771/pucrio.tradrev.12707>. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12707/12707.PDFXXvmi=>>>. Acesso em: 21 maio 2017.
- BRASIL. ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO. **Advocacia-Geral da União**. 2017a. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/estrutura>>. Acesso em: 21 maio 2017.
- _____. _____. **Advogado-Geral da União**. 2017b. Disponível em: <http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/266832>. Acesso em: 21 maio 2017.
- _____. Centro de Estudos Jurídicos. Casa Civil da Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. 2017c. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2017.

BRASIL. Decreto nº 4.608, de 26 de fevereiro de 2003. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 27 fev. 2003. n. 42, Seção 1, p. 5-8. 2003a. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4608.htm>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. Decreto nº 13.609, de 21 de outubro de 1943. Estabelece novo Regulamento para o ofício de Tradutor Público e Intérprete Comercial no Território da República. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 23 out. 1943. Seção 1, p. 15752.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D13609.htm>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. EBC Agência Brasil. Presidência da República. **Novo acordo ortográfico é obrigatório a partir de hoje no Brasil**. 2016a. Disponível em:

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/novo-acordo-ortografico-e-obrigatorio-partir-de-hoje>>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial da União**. 237. ed. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 12 dez. 1990. Seção 1, p. 1-12. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 22 jun. 1993. n. 116, Seção 1, p. 8269-8281. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 26 maio 2003. n. 99, Seção 1, p. 1.

2003b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.678.htm>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 29 maio 2003. n. 102, Seção 1, p. 2-9. 2003c. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.683.htm>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. Lei nº 11.204, de 05 de dezembro de 2005. Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**.

Brasília, DF: Imprensa Nacional, 06 dez. 2005. n. 233, Seção 1, p. 1-2. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11204.htm>. Acesso em: 21 maio 2017.

BRASIL. Lei nº 11.497, de 28 de junho de 2007. Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. n. 124, Seção 1, p. 1-2. 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11497.htm>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. Lei nº 11.526, de 04 de outubro de 2007. Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos das Leis nºs 10.470, de 25 de junho de 2002, 10.667, de 14 de maio de 2003, 9.650, de 27 de maio de 1998, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 8.216, de 13 de agosto de 1991, 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 10.609, de 20 de dezembro de 2002, 9.030, de 13 de abril de 1995, 10.233, de 5 de junho de 2001, 9.986, de 18 de julho de 2000, 10.869, de 13 de maio de 2004, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 10.871, de 20 de maio de 2004, e da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 05 out. 2007. n. 193, Seção 1, p. 1-3. 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/11526.htm>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. Lei nº 11.693, de 11 de junho de 2008. Altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 12 jun. 2008. n. 111, Seção 1, p. 2. 2008a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11693.htm>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. Lei nº 11.754, de 23 de julho de 2008. Acresce, altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, cria a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, cria cargos em comissão; revoga dispositivos das Leis nºs 10.869, de 13 de maio de 2004, e 11.204, de 5 de dezembro de 2005; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 24 jul. 2008. n. 141, Seção 1, p. 1. 2008b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11754.htm>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. Lei nº 11.958, de 26 de junho de 2009. Altera as Leis nºs 7.853, de 24 de outubro de 1989, e 10.683, de 28 de maio de 2003; dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura; cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Gratificações de Representação da Presidência da República; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 26 jun. 2009. n. 121, Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11958.htm>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. Lei nº 12.314, de 19 de agosto de 2010. Altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, e 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; revoga dispositivos da Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003; e dá outras providências. **Diário**

Oficial da União. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 20 ago. 2010. n. 160, Seção 1, p. 2-4. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112314.htm>. Acesso em: 25 maio 2016.

BRASIL. Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF: Imprensa Nacional, 05 ago. 2011. n. 150, Seção 1, p. 1-7. Edição extra. 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12462.htm>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF: Imprensa Nacional, 18 nov. 2011. n. 221, p. 1-4. Edição extra. 2011b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. Lei nº 12.792, de 28 de março de 2013. Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, criando a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cargo de Ministro de Estado e cargos em comissão, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF: Imprensa Nacional, 01 abr. 2013. n. 61, Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12792.htm>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Mercosul.** 2017d. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/686-mercosul>>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. Orientação Normativa nº 4, de 12 de junho de 2015. Estabelece orientações quanto à cessão de servidores e de empregados públicos da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF: Imprensa Nacional, 15 jun. 2015. n. 111, Seção 1, p. 89-90. 2015a. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/legislacao/orientacao-normativa/2015/150604_on_04.pdf>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. Palácio do Planalto. Presidência da República. **Palácios e Residências Oficiais.** 2017e. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/palacios-e-residencias-oficiais>>. Acesso em: 21 maio 2017.

BRASIL. Secretaria de Administração da Secretaria-geral. Presidência da República. **Edital - Pregão, na forma eletrônica, nº 122/2014**: Processo nº 00001.003245/2014-92. 2014a. Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoes-contratos-editais/secretaria-de-administracao/licitacoes/licitacoes-encerradas/edital-2014/pregoes-eletronicos-2014/secretaria-de-administracao-sa/pregao-eletronico-no-122-2014/pe122-2014-servico-de-traducao-versao-textos-interpretacao-consecutiva-traducao-siultanea-e-locacao-equipamento.pdf/view>>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. Secretaria de Governo. Presidência da República. **Acordo de Cooperação Técnica**: Acordo de Cooperação Técnica TCU nº TC 015.709/2012-4. 2014b. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoes-contratos-editais/secretaria-de-administracao/copy_of_outros-instrumentos/2014/acordo-de-cooperacao-tecnica/acordo-de-cooperacao-tecnica-tcu-no-tc-015-709-2012-4>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. _____. _____. **Contrato nº 068/2016**. 2016b. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoes-contratos-editais/secretaria-de-administracao/contratos/contratos-2016/contrato-no-068-2016>>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. _____. _____. **Contrato nº 79/2015**. 2015b. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoes-contratos-editais/secretaria-de-administracao/contratos/2015/contrato-no-79-2015/ct-79-2015.pdf/view>>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. _____. _____. **Contrato nº 98/2014**. 2014c. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoes-contratos-editais/secretaria-de-administracao/contratos/contratos-2014/contrato-nb0-98-2014>>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. _____. _____. **Contrato nº 160/2014**. 2014d. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoes-contratos-editais/secretaria-de-administracao/contratos/contratos-2014/contrato-no-160-2014>>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. Secretaria de Portos. Presidência da República. **Relações Internacionais**. 2017f. Disponível em: <<http://www.portosdobrasil.gov.br/assuntos-1/relacoes-internacionais>>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. Secretaria-geral da Presidência da República. Presidência da República. **BRA/12/018 – Desenvolvimento de Metodologias de Articulação e Gestão de Políticas Públicas para Promoção da Democracia Participativa**: Projeto de cooperação técnica internacional a ser desenvolvido com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). 2012. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoes-contratos-editais/secretaria-executiva/bra-12-018-pnud/view>>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. SENADO FEDERAL. **Estrutura Administrativa**: unidades e siglas. 2017g. Disponível em: <http://senado-d.ikhon.com.br/sigad/include/docs/estrutura_administrativa.pdf>. Acesso em: 21 maio 2017.

BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Homologação de sentença estrangeira: Citação por carta rogatória.** 2017h. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/STJ/Advogado/pt_BR/Sob-medida/Advogado/Vitrine/Cartas-Rogatórias-e-Sentenças-Estrangeiras>. Acesso em: 21 maio 2017.

BRITTO, Paulo Henriques. As condições de trabalho do tradutor. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 1, n. 19, p. 193-204, set. 2008. ISSN 2175-7968. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/6998>>. Acesso em: 21 maio 2017.

CARREIRAS: Tradutores do Senado Federal. Brasília: Sindicato Sindilegis, 2012. (3 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XLKJn8RJPVQ>>. Acesso em: 21 maio 2017.

CASA CIVIL. Portaria nº 91, de 04 de dezembro de 2002. Aprova a segunda edição, revista e atualizada, do Manual de Redação da Presidência da República e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 235. ed. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 05 dez. 2002. Seção 1, p. 30. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/P91-02.htm>. Acesso em: 21 maio 2017.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA (Brasil). **Estagiários e Aprendizes.** 2017. Disponível em: <<http://www.ciee.org.br/portal/index.asp>>. Acesso em: 21 maio 2017.

CHAKHACHIRO, Raymond. Revision for quality. **Perspectives: studies in translatology**, [S.l.], v. 13, n. 3, p. 255-238, 25 nov. 2005. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09076760508668994>>. Acesso em: 21 maio 2017.

CHESTERMAN, Andrew. The name and nature of translator studies. **Hermes: journal of language and communication studies**, Aarhus, n. 42, p. 13-22, jun. 2009. Semestral. Disponível em: <http://download1.hermes.asb.dk/archive/download/Hermes-42-2-chesterman_net.pdf>. Acesso em: 21 maio 2017.

COLEGIO DE TRADUCTORES PÚBLICOS DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES (Argentina). **Aranceles Mínimos Sugeridos para Traductores Públicos.** 2017. Disponível em: <<http://www.traductores.org.ar/aranceles-minimos>>. Acesso em: 21 maio 2017.

COSTA, João Maria Dantas da. **Re: Solicitação da Gisele Noce - Mestrado sobre Tradutores na Presidência da República.** [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <nemtudotemnome@gmail.com>. Em: 21 maio 2015.

DICIONÁRIO. In: DICIONÁRIO Aulete Digital. [S.l.]: Lexicon Editora Digital, 2017. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/dicionário>>. Acesso em: 21 maio 2017.

DO, Thi-Ngoc-Diep. **Extraction de corpus parallèle pour la traduction automatique depuis et vers une langue peu dotée.** 2011. 172 f. Tese (Doutorado) - Curso da École Doctorale Mathématiques, Sciences et Technologies de l'Information, Informatique, Université de Grenoble, Grenoble, 2011. Cap. 7. p. 121 Disponível em: <www.theses.fr/2011GREN065.pdf>. Acesso em: 21 maio 2017.

EJCHEL, Maurício. **Carta rogatória e o cumprimento de atos estrangeiros no Brasil**. 2015. Disponível em: <<https://mauricioflankejchel.jusbrasil.com.br/artigos/181259748/carta-rogatoria-e-o-cumprimento-de-atos-estrangeiros-no-brasil>>. Acesso em: 21 maio 2017.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. THE WHITE HOUSE. **Executive Office of the President**. 2017a. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/administration/eop>>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. U. S. DEPARTMENT OF STATE. **Foreign Affairs Manual**: 1 FAM 010 Authority, Responsibility, and Organization. 2017b. Disponível em: <<https://fam.state.gov/FAM/01FAM/01FAM0010.html>>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. _____. **Foreign Affairs Manual**: 6 FAM 1510 Office of Language Services (A/OPR/LS). 2004. Disponível em: <<https://fam.state.gov/FAM/06FAM/06FAM1510.html>>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. _____. **Interpreting Division of the Office of Language Services**. 2017c. Disponível em: <<http://www.state.gov/m/a/ols/c56505.htm>>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. _____. **Office of Language Services**. 2017d. Disponível em: <<http://www.state.gov/m/a/ols/index.htm>>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. _____. **Translating Division of the Office of Language Services**. 2017e. Disponível em: <<http://www.state.gov/m/a/ols/c56506.htm>>. Acesso em: 25 maio 2016

FROTA, Maria Paula. **A singularidade na escrita tradutora**: linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na linguística e na psicanálise. Campinas: Pontes, 2000. 284 p.

GADELII, Karl Erland. **Language Planning**: theory and practice; evaluation of language planning cases worldwide. Paris: Unesco, 1999. 28 p. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001184/118456eo.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2017.

GENTZLER, Edwin. **Teorias Contemporâneas da Tradução**. Tradução de Marcos Malvezzi. 2. ed. São Paulo: Madras, 2009. 296 p.

GLOSSÁRIO. In: SIGNIFICADOS. [S.l.]: 7Graus, 2017. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/glossario/>>. Acesso em: 21 maio 2017.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. 107 p.

GONÇALVES, José Luiz Vila Real. O desenvolvimento da competência do tradutor: em busca de parâmetros cognitivos. In: PAGANO, Adriana; MAGALHÃES, Célia; ALVES, Fábio (Org.). **Competência em tradução**: cognição e discurso. Belo Horizonte: Editora UFMG/Humanitas, 2005. p. 59-90.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa**: projetos e relatórios. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 295 p.

GRUPO MEI - ENQUADRAMENTO PARA TRADUTORES (Brasil). **Resultado da pesquisa sobre o mercado atual:** profissionais e estudantes de tradução e interpretação e áreas correlatas. 2017. Disponível em: <<https://www.slideshare.net/SheilaCristineGomes/mei-para-tradutores-e-profissionais-de-reas-correlatas>>. Acesso em: 21 maio 2017.

GUIDÈRE, Mathieu. **La communication multilingue:** traduction commerciale et institutionnelle. Bruxelles: De Boeck, 2008. 137 p. (Traducto).

KORNAKOV, Peter. Five principles and five skills for training interpreters. **Meta**, Montréal, v. 45, n. 2, p. 241-248, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.erudit.org/en/journals/meta/2000-v45-n2-n2/003342ar/>>. Acesso em: 21 maio 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2003. 311 p.

LARBAUD, Valery. **Sob a invocação de São Jerônimo**. Tradução de Joana Angélica d'Avila Melo e de João Ângelo Oliva. São Paulo: Mandarim, 2001. 307 p.

LEE-JAHNKE, Hannelore; DELISLE, Jean; CORMIER, Monique C. (Org.). Corpora. In: LEE-JAHNKE, Hannelore; DELISLE, Jean; CORMIER, Monique C. (Org.). **Terminologia da tradução**. Tradução e adaptação para o português: Álvaro Faleiros e Claudia Xatara. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013a. p. 58-59.

_____. Ferramenta de tradução. In: LEE-JAHNKE, Hannelore; DELISLE, Jean; CORMIER, Monique C. (Org.). **Terminologia da tradução**. Tradução e adaptação para o português: Álvaro Faleiros e Claudia Xatara. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013b. p. 58-59.

_____. Interpretação. In: LEE-JAHNKE, Hannelore; DELISLE, Jean; CORMIER, Monique C. (Org.). **Terminologia da tradução**. Tradução e adaptação para o português: Álvaro Faleiros e Claudia Xatara. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013c. p. 65.

_____. Memória de tradução. In: LEE-JAHNKE, Hannelore; DELISLE, Jean; CORMIER, Monique C.. **Terminologia da Tradução**. Tradução e adaptação para o português de Álvaro Faleiros e Claudia Xatara. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013d. p. 58-59, 74)

_____. Revisão. In: LEE-JAHNKE, Hannelore; DELISLE, Jean; CORMIER, Monique C. (Org.). **Terminologia da tradução**. Tradução e adaptação para o português: Álvaro Faleiros e Claudia Xatara. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013e. p. 97-98.

_____. Terminologia. In: LEE-JAHNKE, Hannelore; DELISLE, Jean; CORMIER, Monique C. (Org.). **Terminologia da tradução**. Tradução e adaptação para o português: Álvaro Faleiros e Claudia Xatara. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013f. p. 107.

_____. Tradução. In: LEE-JAHNKE, Hannelore; DELISLE, Jean; CORMIER, Monique C. (Org.). **Terminologia da tradução**. Tradução e adaptação para o português: Álvaro Faleiros e Claudia Xatara. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013g. p. 112.

LEE-JAHNKE, Hannelore; DELISLE, Jean; CORMIER, Monique C. (Org.). Tradução automática. In: LEE-JAHNKE, Hannelore; DELISLE, Jean; CORMIER, Monique C. (Org.). **Terminologia da tradução**. Tradução e adaptação para o português: Álvaro Faleiros e Claudia Xatara. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013h. p. 113.

_____. Vocabulário. In: LEE-JAHNKE, Hannelore; DELISLE, Jean; CORMIER, Monique C. (Org.). **Terminologia da tradução**. Tradução e adaptação para o português: Álvaro Faleiros e Claudia Xatara. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013i. p. 126.

LES MÉTIERS.NET (França). **Les métiers après des études de langues: Les métiers de la traduction: traducteur/traductrice**. 2017. Disponível em: <http://www.lesmetiers.net/orientation/p1_197405/les-metiers-de-la-traduction>. Acesso em: 21 maio 2017.

LORENZO, María Pilar. Competencia revisora y traducción inversa. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 10, p. 133-166, dez. 2002. Semestral. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/6148/5706>>. Acesso em: 21 maio 2017.

MARTINS, Márcia Amaral Peixoto. Novos desafios na formação de tradutores. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 1, n. 17, p. 25-44, jan. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/6855/6407>>. Acesso em: 21 maio 2017.

MARTINS, Vinicius. Avaliando Traduções. **Tradterm**, [S.l.], v. 18, p. 28-51, 4 dez. 2011. Universidade de São Paulo, Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2317-9511.tradterm.2011.36753>. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/36753>>. Acesso em: 21 maio 2017.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Portaria nº 3.264, de 27 de setembro de 1988. Criar no plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais o 36º grupo - TRADUTORES. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 03 out. 1988. Seção 1, p. 97. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3638452/pg-97-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-03-10-1988>>. Acesso em: 21 maio 2017.

NORD, Christiane. **Translating as a purposeful activity: functionalist approaches explained**. Manchester: St. Jerome Publishing, 1997. 154 p.

NOSS, Richard Brainard. Politics and language policy in Southeast Asia. **Language Sciences**, Bloomington, v. 16, p. 25-32, ago. 1971.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 52, n. 2, p. 409-433, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tla/v52n2/a10v52n2.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2017.

PAGANO, Adriana. Crenças sobre a tradução e o tradutor: revisão e perspectivas para novos planos de ação. In: ALVES, Fábio; MAGALHÃES, Célia; PAGANO, Adriana. **Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010. Cap. 1. p. 9-28.

PEREZ, Cesar Bargo. **O que é tradução sussurrada?** 2010. Disponível em: <<http://cesarbargoperez.blogspot.com.br/2010/04/o-que-e-traducao-sussurrada.html>>. Acesso em: 21 maio 2017.

PORCHER, Louis. Politiques linguistiques: orientations. **Les Cahiers de l'ASDIFLE**, Paris, v. 7, p. 10-27, 1996. Anual. Disponível em: <http://fle.asso.free.fr/asdifle/Cahiers/Asdifle_Cahier7_Porcher.pdf>. Acesso em: 21 maio 2017.

RESENDE, Simone Vieira. **Gestão de terminologia:** [S.l.]. Simone Vieira Resende, 2012. 32 slides, color. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/lizardon/30775>>. Acesso em: 21 maio 2017.

ROBINSON, Douglas. **Becoming a translator:** an introduction to the theory and practice of translation. 2. ed. Abingdon: Routledge, 2003. 300 p.

SAID, Fabio M. **Fidus interpres:** a prática da tradução profissional. São Paulo: Edição do Autor, 2010. 253 p.

SANTOS, Miriam. Controlo de qualidade na tradução. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 14, p. 57-85, jan. 2004. ISSN 2175-7968. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/6361/5971>>. Acesso em: 21 maio 2017.

SCAPOL, Evelise Cristina. Interpretação de acompanhamento em indústrias: um relato sobre as particularidades da função. In: BOSELLI, Giovana et al. (Ed.). **Tópicos e contextos em interpretação**. Londrina: Interpret2b Publicações, 2016. p. 1-22. Disponível em: <[http://www.interpret2b.com/cms/uploads/publicacoes/publicacao_5/interpretacao de acompanhamento em industrias - um relato sobre as particularidades da funcao _Evelise Scapol.pdf](http://www.interpret2b.com/cms/uploads/publicacoes/publicacao_5/interpretacao%20de%20acompanhamento%20em%20industrias%20-%20um%20relato%20sobre%20as%20particularidades%20da%20funcao%20_Evelise%20Scapol.pdf)>. Acesso em: 21 maio 2017.

SEVERO, Cristine Gorski. Política(s) linguística(s) e questões de poder. **Alfa: revista de linguística**, São Paulo, v. 572, p.451-473, jun. 2013. Semestral. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/5132>>. Acesso em: 21 maio 2017.

SINDICATO NACIONAL DOS TRADUTORES (Brasil). **Sintra:** entidade. 2017. Disponível em: <<http://www.sintra.org.br/site/index.php>>. Acesso em: 21 maio 2017.

SORIA, Pedro Macizo et al. Comprehension and memory processes in translation and interpreting. **Quaderns: revista de traducció**, [S.l.], v. 6, p. 27-31, 2001. Disponível em: <<https://ddd.uab.cat/pub/quaderns/11385790n6/11385790n6p27.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2017.

SPOLSKY, Bernard. Para uma teoria de políticas linguísticas. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem - Revel**, Tradução de Paloma Petry. Revisão técnica de Pedro M. Garcez. [S.l.], v. 14, n. 26, p. 32-44, mar. 2016. Disponível em: <<http://revel.inf.br/files/f69d74cdefbd9c6efb801010f2ac8b13.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2017.

VENUTI, Lawrence. A tradução e a formação de identidades culturais. In: SIGNORINI, Inês (Org.). **Língua(gem) e identidade**. Tradução de Lenita R. Esteves. Campinas: Mercado de Letras, 1998. Cap. 3. p. 173-200.

WYLER, Lia. **Líguas, poetas e bacharéis**: uma crônica da tradução no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2003. 158 p.

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	185
APÊNDICE B - ENTREVISTA Nº 1 COM TRADUTORA EM BUENOS AIRES	195
APÊNDICE C - ENTREVISTA Nº 2 COM INTÉRPRETE EM BUENOS AIRES	197

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA MESTRADO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

LINHA DE PESQUISA: TRADUÇÃO EM CONTEXTO
PROFESSOR ORIENTADOR: DR. MARK RIDD
MESTRANDA: GISELE NOCE

ÂMBITO: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CIDADE: BRASÍLIA/DF

PERÍODO DE APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO:
DE 1º DE OUTUBRO DE 2014 A 31 DE MARÇO DE 2015

=====
Data:

Setor:

Vinculado à/ao:

- Casa Civil
- Diretoria de ...
- Subchefia de ...
- Secretaria de...
- Gabinete de/do/da...

Bloco A - QUANTO AO GÊNERO

1) Gênero

- Masculino Feminino

Bloco B - QUANTO AO TIPO DE DOCUMENTO

2) O setor onde trabalha recebe documentos/cartas/e-mails/convites/currículos/solicitações de audiência/telefonemas em outros idiomas e/ou visitantes estrangeiros que não falam português?

- sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

3) Se sim, que tipo de demandas recebe?

- cartas/ofícios e-mails convites
 currículos solicitando emprego solicitações de audiência
 telefonemas visitantes estrangeiros
 outro (especificar: _____)

4) O setor onde trabalha tem necessidade de ler textos/sítios internet em idiomas estrangeiros para melhor realizar suas atividades?

sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

5) O setor onde trabalha tem necessidade de ouvir rádio/assistir televisão em idiomas estrangeiros para melhor realizar suas atividades?

sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

6) O setor onde trabalha produz documentos/cartas/e-mails/convites/currículos de servidores/solicitações de audiência/telefonemas em outros idiomas?

sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

7) Se sim, que tipo de documentos produz?

cartas/ofícios e-mails convites

currículos de servidores solicitações de audiência

telefonemas sítios internet/páginas eletrônicas/blogs

outro (especificar: _____)

Bloco C - QUANTO AO IDIOMA ESTRANGEIRO

8) Em que idiomas estrangeiros estão os textos/telefonemas que o setor recebe?

inglês espanhol francês

italiano alemão búlgaro árabe

outro (especifique qual/quais: _____)

não se aplica (comente, se julgar necessário)

9) Em que idiomas estrangeiros estão os textos/telefonemas que o setor produz?

inglês espanhol francês

italiano alemão búlgaro árabe

outro (especifique qual/quais: _____)

não se aplica (comente, se julgar necessário)

Bloco D - QUANTO AO TRADUTOR

10) Quem traduz os documentos recebidos pelo setor?

o servidor que faz a triagem dos documentos

o servidor do setor que sabe ler em outro idioma

o servidor do setor designado para traduzir

os documentos são enviados à DILOG, para serem traduzidos pela agência de tradução contratada pela Presidência da República

não se aplica (comente, se julgar necessário)

11) Como o servidor do setor que lê em outro idioma ou que está designado para traduzir os documentos é selecionado para trabalhar no setor?

- por indicação pessoal de algum colega ou chefe da Presidência da República
- por meio de colegas de seu órgão de origem
- por já trabalhar na Presidência e ter saberes que lhe permitem efetuar traduções
- por ter formação específica na área de línguas estrangeiras/tradução
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

12) Se o servidor tem formação específica na área de línguas estrangeiras, informe qual/quais?

- cursos de idiomas
- graduação em Letras
- graduação em Tradução
- pós-graduação na área de Letras
- pós-graduação em Tradução
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

13) Se o servidor tem graduação em outra área de conhecimento, informe qual/quais:

14) Se o servidor tem pós-graduação em outra área de conhecimento, informe qual/quais:

Bloco E - QUANTO ÀS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA CATEGORIA PROFISSIONAL

15) O tradutor/intérprete do setor é associado a alguma entidade representativa da categoria profissional?

- sim
- não
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

16) Se sim, informe a entidade.

Entidade: _____

(...) não se aplica (comente, se julgar necessário)

17) O tradutor/intérprete do setor é Tradutor Público e Intérprete Comercial - TPIC?

- sim
- não
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

Bloco F - QUANTO AO INTÉRPRETE

18) Quem interpreta os telefonemas recebidos pelo setor?

- o servidor que faz a triagem dos telefonemas
- o servidor do setor que sabe entender/falar outro idioma
- o servidor do setor designado para interpretar
- o setor não recebe telefonemas em idiomas estrangeiros
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

- 19) Quem interpreta os visitantes estrangeiros recebidos no setor?
- o servidor que faz a recepção do visitante
 - o servidor do setor que sabe entender/falar outro idioma
 - o servidor do setor designado para interpretar
 - um intérprete da agência de tradução contratada pela Presidência da República convocado a interpretar
 - um intérprete do Ministério das Relações Exteriores convocado a interpretar
 - o setor não recebe visitantes estrangeiros
 - não se aplica (comente, se julgar necessário)

- 20) Se o servidor tem formação específica na área de línguas estrangeiras, informe qual/quais:
- cursos de idiomas
 - graduação em Letras
 - graduação em Tradução
 - pós-graduação na área de Letras
 - pós-graduação em Tradução
 - não se aplica (comente, se julgar necessário)

- 21) Se o servidor tem graduação em outra área de conhecimento, informe qual/quais:
-

- 22) Se o servidor tem pós-graduação em outra área de conhecimento, informe qual/quais:
-

- 23) O intérprete trabalha sozinho?
- sim
 - não
 - não se aplica (comente, se julgar necessário)

- 24) Se sim, por quanto tempo o intérprete trabalha sem interrupção?
- até uma hora
 - até duas horas
 - até três horas
 - outro (especifique: _____)
 - não se aplica (comente, se julgar necessário)

- 25) Se não, quantos intérpretes atuam durante o evento/reunião/entrevista coletiva?
- _____ não se aplica (comente, se julgar necessário)

- 26) Que modalidades de interpretação estão envolvidas?
- whispering*
 - liaison* (acompanhamento sem *whispering*)
 - consecutiva
 - simultânea
 - não se aplica (comente, se julgar necessário)

- 27) Com que frequência cada modalidade de interpretação é empregada?
- Whispering*
- sempre
 - quase sempre
 - frequentemente
 - às vezes
 - nunca
 - não se aplica (comente, se julgar necessário)

28) Com que frequência cada modalidade de interpretação é empregada?

Liaison (acompanhamento sem *whispering*)

- sempre quase sempre frequentemente às vezes nunca
 não se aplica (comente, se julgar necessário)

29) Com que frequência cada modalidade de interpretação é empregada?

Consecutiva

- sempre quase sempre frequentemente às vezes nunca
 não se aplica (comente, se julgar necessário)

30) Com que frequência cada modalidade de interpretação é empregada?

Simultânea

- sempre quase sempre frequentemente às vezes nunca
 não se aplica (comente, se julgar necessário)

Bloco G - QUANTO AO VOLUME DE TRABALHO

31) Quantas páginas/laudas de texto por mês o setor recebe em idioma estrangeiro?

- até 10 de 10 a 50 mais de 50
 não recebe textos em idiomas estrangeiros
 não se aplica (comente, se julgar necessário)

32) Quantos telefonemas por mês o setor recebe em idioma estrangeiro?

- até 10 de 10 a 50 mais de 50
 não recebe telefonemas em outros idiomas
 não se aplica (comente, se julgar necessário)

33) Quantos visitantes estrangeiros por mês o setor recebe? (visitantes que falam idioma estrangeiro)

- até 10 de 10 a 50 mais de 50
 não recebe visitantes estrangeiros
 não se aplica (comente, se julgar necessário)

34) Em que idioma estrangeiro está a maioria dos textos recebidos pelo setor?

- inglês espanhol francês
 italiano alemão búlgaro árabe
 outro (especifique qual: _____)
 não se aplica (comente, se julgar necessário)

35) Em que idioma estrangeiro está a maioria dos telefonemas recebidos pelo setor?

- inglês espanhol francês
 italiano alemão búlgaro árabe
 outro (especifique qual: _____)
 não se aplica (comente, se julgar necessário)

36) Que idioma fala a maioria dos visitantes estrangeiros recebidos pelo setor?

- inglês espanhol francês
 italiano alemão búlgaro árabe
 outro (especifique qual: _____)
 não se aplica (comente, se julgar necessário)

Bloco H - QUANTO AO PRAZO DE ENTREGA DA TRADUÇÃO

37) O tradutor do setor tem prazo definido para entregar a tradução?

- sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

38) Quem define o prazo de entrega da tradução?

- a chefia imediata do tradutor
 a chefia de gabinete da autoridade interessada na tradução
 o interessado na tradução/a pessoa que solicitou a tradução
 a pessoa a quem é destinado o texto original (carta, convite etc.)
 não se aplica (comente, se julgar necessário)

Bloco I - QUANTO À CARGA HORÁRIA DO TRADUTOR

39) O tradutor tem carga horária de trabalho definida?

- sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

40) Se sim, quem define a carga horária do tradutor?

- o chefe imediato do tradutor
 o contrato de trabalho do tradutor com o seu órgão de origem/com a Presidência da República
 não se aplica (comente, se julgar necessário)

41) Dentro da carga horária estabelecida, o tradutor tem metas a cumprir?

- sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

42) Se sim, quem define as metas a cumprir?

- o chefe imediato do tradutor
 o contrato de trabalho do tradutor com o seu órgão de origem/com a Presidência da República
 não se aplica (comente, se julgar necessário)

Bloco J - QUANTO ÀS ORIENTAÇÕES AO TRADUTOR [TRANSLATION BRIEF]

43) O tradutor é informado sobre quem é o usuário final da tradução?

- sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

44) O tradutor é informado sobre o tipo de público a quem a tradução se dirige (público-alvo: leigos, técnicos, leitorado inteirado do contexto do texto)?

- sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

- 45) O tradutor é informado sobre a finalidade da tradução?
() sim () não () não se aplica (comente, se julgar necessário)
- 46) O tradutor é informado se o usuário final da tradução também lê o texto original (no idioma estrangeiro)?
() sim () não () não se aplica (comente, se julgar necessário)
- 47) Há um manual de redação da Presidência da República para orientar o tradutor a realizar suas atividades?
() sim () não () não se aplica (comente, se julgar necessário)
- 48) Esse manual é suficiente para dirimir as dúvidas do tradutor?
() sim () não () não se aplica (comente, se julgar necessário)
- 49) O tradutor recebe orientações (*translation brief*) para realizar suas atividades?
() sim () não () não se aplica (comente, se julgar necessário)
- 50) Caso não tenha, o tradutor depreende o que tem de fazer por meio de colegas/outros tradutores?
() sim () não () não se aplica (comente, se julgar necessário)

Bloco K - QUANTO À AVALIAÇÃO E AO CONTROLE DE QUALIDADE DA TRADUÇÃO

- 51) Há devolução de tradução para alterações por parte da chefia imediata do tradutor?
() sim () não () não se aplica (comente, se julgar necessário)
- 52) Há avaliação da tradução por parte da chefia imediata do tradutor?
() sim () não () não se aplica (comente, se julgar necessário)
- 53) Há avaliação da tradução por parte de seu usuário final?
() sim () não () não se aplica (comente, se julgar necessário)
- 54) Se sim, que critérios de avaliação são empregados? (se necessário, marque mais de uma opção)
() quanto ao léxico/terminologia
() quanto à gramática
() quanto à ortografia
() quanto ao estilo/registo da linguagem
() quanto ao aspecto iconográfico/visual
() quanto ao prazo de entrega da tradução
() não se aplica (comente, se julgar necessário)
- 55) Há algum tipo de controle de qualidade da tradução?
() sim () não () não se aplica (comente, se julgar necessário)

56) Se sim, quem faz esse controle?

- a chefia imediata do tradutor
- o usuário final da tradução
- outro servidor
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

57) Caso a tradução seja feita pela agência de tradução contratada pela Presidência da República, quem faz o controle de qualidade?

- a chefia do setor interessado
- o usuário final da tradução
- outro servidor
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

Bloco L - QUANTO ÀS FERRAMENTAS DE TRADUÇÃO

58) Que ferramentas são empregadas pelo tradutor? (se necessário, marque mais de uma opção)

- dicionário/glossário/vocabulário em papel
- dicionário/glossário/vocabulário da internet
- dicionário/glossário/vocabulário em CDROM
- corretor ortográfico do editor de texto
- uso de *corpora*
- uso de programa de memória de tradução (SDL Trados, Wordfast, Déjà Vu, OmegaT ou similar)
- uso de tradutor automático (Google Tradutor, Systran ou similar)
- uso de material específico sobre o tema a ser traduzido (textos paralelos)
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

59) Caso use dicionários, que tipo de dicionário usa? (se necessário, marque mais de uma opção)

- monolíngue
- bilíngue
- faz uso de triangulação (busca em um terceiro idioma)
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

60) Caso use programa de memória de tradução, a Presidência da República oferece treinamento e atualização ao tradutor?

- sim
- não
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

61) Caso use programa de memória de tradução, o tradutor tem autonomia para manipular o que está gravado na base de termos do programa?

- sim
- não
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

Bloco M - QUANTO À REVISÃO DA TRADUÇÃO

62) Há revisão da tradução antes da entrega?

- sim
- não
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

63) Se sim, por quem a tradução é revisada?

- pelo próprio tradutor
- por um revisor do setor
- por um servidor do setor
- pela chefia imediata do tradutor
- pela agência de tradução contratada pela Presidência da República
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

64) Que tipo de revisão é feito? (se necessário, marque mais de uma opção)

- veracidade dos dados, informações e/ou fatos
- números
- datas
- cargo/função do subscritor/autor do texto
- adequação ao gênero textual
- gramática
- léxico/terminologia
- ortografia
- estilo/registo da linguagem
- aspecto iconográfico/visual
- outro (especifique o tipo: _____)
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

65) A revisão é feita

- de uma só vez em etapas
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

66) Se a revisão é feita em etapas, quantas são elas?

- duas três quatro cinco ou mais
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

67) Quais são as ferramentas e/ou estratégias para realizar a revisão?

- dicionário/glossário/vocabulário
- tradutor automático (Google Tradutor, Systran ou similar)
- consulta a algum colega do setor
- consulta a algum especialista do tema
- exemplo de algum texto paralelo
- não se aplica (comente, se julgar necessário)

68) Dê um exemplo curto de edição de revisão de tradução feita por você (use outra folha se necessário)

Bloco N - QUANTO À INTERAÇÃO ENTRE TRADUTORES/INTÉRPRETES

69) Você interage com outros tradutores/intérpretes da Presidência da República?

- sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

70) Você interage com outros tradutores/intérpretes de outros órgãos públicos?

- sim não não se aplica (comente, se julgar necessário)

71) Você interage com outros tradutores/intérpretes em redes sociais ou listas na Internet?
() sim () não () não se aplica (comente, se julgar necessário)

Bloco O - QUANTO À UNIFORMIDADE TERMINOLÓGICA

72) Que você saiba, a Presidência da República tem uniformidade na produção de textos traduzidos/revisados?
() sim () não

73) Você acha importante a padronização da terminologia empregada pela Presidência da República nas traduções/revisões?
() sim () não

Bloco P - QUANTO AO TEMPO DE SERVIÇO DO TRADUTOR NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

74) Há quanto tempo você trabalha na Presidência da República? Data máxima limite para a contagem: 31/03/2015
_____ anos e _____ meses

75) Há quanto tempo você trabalha neste setor com documentos/visitantes estrangeiros? Data máxima limite para a contagem: 31/03/2015
_____ anos e _____ meses

76) Por quanto tempo o servidor trabalhou na Presidência da República? Período para a contagem: exoneração do cargo ou dispensa da gratificação a partir de 1º/04/2015 até 30/05/2017
_____ anos e _____ meses

77) Por quanto tempo o servidor trabalhou neste setor com documentos/visitantes estrangeiros? Período para a contagem: exoneração do cargo ou dispensa da gratificação a partir de 04/2015 até 30/05/2017
_____ anos e _____ meses

APÊNDICE B - ENTREVISTA Nº 1 COM TRADUTORA EM BUENOS AIRES

ENTREVISTA PARA COLETA DE DADOS
PESQUISA DE MESTRADO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

LINHA DE PESQUISA: TRADUÇÃO EM CONTEXTO
PROFESSOR ORIENTADOR: DR. MARK RIDD
MESTRANDA: GISELE NOCE

LOCAL DA ENTREVISTA: BUENOS AIRES, ARGENTINA
DATA DA ENTREVISTA: 27 DE JANEIRO DE 2016

ENTREVISTA Nº 1 (não foi gravada; foram feitas anotações)

ENTREVISTADA: Tradutora da Diretoria de Traduções, da Subsecretaria de Coordenação e Cooperação Internacional da Secretaria de Coordenação e Cooperação Internacional da Chancelaria do Ministério de Relações Exteriores e Culto (*Dirección de Traducciones - DTRAD - de la Subsecretaría de Coordinación y Cooperación Internacional de la Secretaría de Coordinación y Cooperación Internacional de la Cancillería del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto*).

PERGUNTAS:

- Por favor, discorra livremente sobre os seguintes tópicos:
 - Quanto à estrutura da Diretoria de Traduções (DTRAD)
 - Quanto à quantidade de tradutores na DTRAD
 - Quanto aos critérios de contratação de tradutores
 - Quanto à carga horária dos tradutores
 - Quanto à formação acadêmica dos tradutores
 - Quanto aos honorários dos tradutores
 - Quanto à documentação a ser traduzida
 - Quanto à quantidade de documentos a serem traduzidos
 - Quanto às ferramentas de tradução
 - Quanto à uniformização terminológica
 - Quanto à revisão das traduções

- Quanto à visibilidade ou invisibilidade do tradutor
- Quanto aos critérios de contratação de intérpretes
- Cite algum detalhe que julgue importante sobre a DTRAD, sobre os tradutores e/ou sobre os intérpretes que atendem a Presidência da República da Argentina.

APÊNDICE C - ENTREVISTA Nº 2 COM INTÉRPRETE EM BUENOS AIRES

**ENTREVISTA PARA COLETA DE DADOS
PESQUISA DE MESTRADO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**LINHA DE PESQUISA: TRADUÇÃO EM CONTEXTO
PROFESSOR ORIENTADOR: DR. MARK RIDD
MESTRANDA: GISELE NOCE**

**LOCAL DA ENTREVISTA: BUENOS AIRES, ARGENTINA
DATA DA ENTREVISTA: 16 DE FEVEREIRO DE 2016**

ENTREVISTA nº 2 (não foi gravada; foram feitas anotações)

ENTREVISTADO: intérprete autônomo que trabalhou para a Presidência da República da Argentina

PERGUNTAS:

- Por favor, discorra livremente sobre os seguintes tópicos:

- Sua formação acadêmica

- Sua atuação na Presidência da República da Argentina

- Os critérios da Presidência da República da Argentina para a contratação de seus serviços

- Cite algum detalhe que julgue interessante sobre a profissão de intérprete do Presidente da República.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - EXEMPLO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRADUÇÃO/VERSÃO/INTERPRETAÇÃO - Nº 98/2014.....	199
ANEXO B - RELATÓRIO DE GESTÃO DA DTRAD 2015.....	210

ANEXO A - EXEMPLO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRADUÇÃO/VERSÃO/INTERPRETAÇÃO - Nº 98/2014



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRADUÇÃO/VERSÃO DE TEXTOS QUE, ENTRE SI, FAZEM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, E A EMPRESA DALVA AGUIAR NASCIMENTO - ME.

PROCESSO Nº 00001.003859/2013-93

CONTRATO Nº 98/2014

A **UNIÃO**, por intermédio da Presidência da República, CNPJ nº 00.394.411/0001-09, neste ato representada pelo Diretor de Recursos Logísticos, Interino, da Secretaria de Administração, Senhor **BENJAMIM BANDEIRA FILHO**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, CPF nº 120.168.291-68, de acordo com a competência prevista no art. 1º da Portaria nº 07, de 08/01/2008, publicada no Diário Oficial da União de 09/01/2008, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **DALVA AGUIAR NASCIMENTO - ME**, CNPJ nº 11.182.905/0001-46, com sede na Rua Piauí nº 69, Sala 709, Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.150-320, telefone nº (31) 3284-1610 (31) 9966-7740, neste ato representada pela Senhora **REGINA AGUIAR NASCIMENTO**, portadora da Carteira de Identidade nº 12.100 - OAB/DF e do CPF nº 539.997.381-20, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, têm, entre si, acordado os termos deste Contrato, objeto do Pregão na forma Eletrônica nº 111/2013, consoante consta do Processo nº 00001.003859/2013-93, sujeitando-se as partes integralmente à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, os Decretos nºs 5.450, de 31 de maio de 2005, e 6.204, de 5 de setembro de 2007 e 7.203, de 04 de junho de 2010, a IN 02 SLTI/MP, de 30 de abril de 2008 e à IN 02 SLTI/MP, de 11 de outubro de 2010, e, subsidiariamente, à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de tradução/versão de textos, sob demanda, na modalidade simples, interpretação consecutiva, tradução simultânea, e locação de equipamentos para tradução simultânea, conforme especificações constantes neste Contrato.

Subcláusula Única - Vinculam-se ao presente Contrato o Edital do Pregão nº 111/2013 e seus anexos, bem como a proposta da **CONTRATADA**, os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - São obrigações da **CONTRATADA**, além de outras assumidas neste Contrato:

- 1) Cumprir todas as exigências constantes do Edital do Pregão nº 111/2013 e seus anexos.
- 2) Cumprir fielmente as obrigações contratuais, de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição.



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

- 3) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que venham a ser exigida por força de Lei, ligadas ao cumprimento deste Contrato.
- 4) Acatar todas as orientações da área solicitante dos serviços, inclusive no que se refere ao sigilo dos documentos.
- 5) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do setor próprio da **CONTRATANTE**, encarregado de acompanhar a execução dos serviços, prestando todos os esclarecimentos solicitados.
- 6) Dar ciência à **CONTRATANTE**, imediatamente, e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.
- 7) Abster-se de transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação.
- 8) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 9) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento pela **CONTRATANTE**.
- 10) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato.
- 11) A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato.
- 12) Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Contrato, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**.
- 13) Manter durante a execução deste Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 14) Prestar esclarecimentos à **CONTRATANTE**, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independente de solicitação.
- 15) Assinar Termo de Compromisso de manutenção de sigilo dos materiais, dados e informações.
- 16) Manter sigilo a respeito das informações e de quaisquer outros assuntos ligados aos documentos recebidos, especialmente sobre seu conteúdo.
- 17) Adotar medidas de segurança adequadas, no âmbito dos serviços sob seu controle, para a manutenção do sigilo relativo ao objeto contratado, inclusive identificando pessoas que, em nome da **CONTRATADA**, terá acesso ao material, dados e informações sigilosas.



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

18) Manter durante o período de vigência do instrumento contratual, um preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representação da **CONTRATADA**.

19) Executar os serviços no prazo determinado pela **CONTRATANTE**.

20) Responsabilizar-se pela fidedignidade dos textos traduzidos referentes ao documento original.

21) Disponibilizar sem ônus e a qualquer tempo nas dependências da **CONTRATANTE**, responsável técnico tradutor, intérprete para execução de trabalhos de interpretação consecutiva e tradução simultânea, bem como locação de equipamentos para realização de eventos, visando a execução de trabalhos que vierem a ser solicitado e/ou prestar esclarecimentos sobre quaisquer tipos de serviços, objeto deste Contrato.

22) Executar os serviços com continuidade, inclusive aos sábados, domingos e feriados, e a noite, quando for convocado.

23) Instalar os equipamentos necessários para a execução dos serviços relativos a tradução simultânea, nas instalações onde ocorrerá o evento, devendo esta acompanhada por responsável técnico do local, visando orientar e acompanhar os serviços das instalações dos equipamentos, para garantir a segurança nas instalações.

24) Atender a **CONTRATANTE**, nas execuções dos serviços solicitados, em todos os idiomas estrangeiros existentes, ou seja, todas as línguas.

25) Atender a **CONTRATANTE**, na realização de serviços/eventos em outra localidade, fora de Brasília/DF, caso seja aprovado orçamento prévio pelo gestor deste Contrato, da **CONTRATANTE**, a ser encaminhado pela **CONTRATADA**, cujos preços de referência deverão ser os praticados em Brasília/DF.

26) Responsabilizar-se pelo controle/distribuição dos aparelhos móveis (kits fones, receptores, transmissores) relativos a tradução simultânea.

27) Manter telefone (fixo e móvel) atualizado, para atendimento da **CONTRATANTE**, quando necessário, visando o atendimento dos serviços que são solicitados.

28) Informar alteração do quadro de pessoal, além de fazer constar, quando do pagamento pela Presidência da República, o nome do profissional(is) que realizaram os serviços.

II - São obrigações da **CONTRATANTE**, além de outras assumidas neste Contrato:

1) Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento dos serviços contratados.

2) Acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato por meio do gestor, devidamente designado.

3) Apresentar a **CONTRATADA** o texto para versão ou tradução, digitado/datilografado e/ou por meio eletrônico.



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

- 4) Notificar à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço objeto deste Contrato.
- 5) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, à vista da nota fiscal/fatura, nas condições e preços pactuados.
- 6) Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o objeto deste Contrato.
- 7) Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitado pela **CONTRATADA** com relação ao objeto deste Contrato.
- 8) Relacionar-se com a **CONTRATADA** exclusivamente com pessoa por ela credenciada.
- 9) Permitir acesso de funcionário autorizado pela **CONTRATADA** no local a ser executado o serviço, objeto deste Contrato devendo tomar as providências administrativas que garantam o livre desempenho de suas atividades, quando necessário.
- 10) Reservar o direito de exercer, quando lhe convier, fiscalização sobre os serviços e, ainda, aplicar multa ou rescindir o Contrato, caso a **CONTRATADA** desobedeça a quaisquer das Cláusulas estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão nº 115/2012.
- 11) Comprometer-se para não permitir que a mão-de-obra da **CONTRATADA** execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas.
- 12) Solicitar formalmente a **CONTRATADA**, por meio do gestor deste Contrato, orçamento prévio, para realização de serviços/eventos, em outra localidade, fora de Brasília/DF.
- 13) Realizar vistoria no local a ser indicado pela **CONTRATADA**, no qual deverá ser observado em sua estrutura operacional equipamentos e pessoal técnico. A referida vistoria poderá ocorrer periodicamente, para fins de comprovação de funcionamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

A **CONTRATANTE** nomeará um gestor titular e um substituto, para executar a fiscalização deste Contrato, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

Subcláusula Primeira - As exigências e a atuação da fiscalização pela **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne à execução do objeto ora contratado.

Subcláusula Segunda - Não obstante a **CONTRATADA** seja única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a **CONTRATANTE** reserva-se o direito de, sem que restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, podendo para isso:



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

- a) Observar o fiel adimplemento das disposições contratuais.
- b) Reserva-se do direito de rejeitar, no todo ou em parte, serviços prestados em desacordo com o contratado.
- c) Assegurar o direito de ordenar a suspensão da execução dos serviços contratados, sem prejuízo das penalidades sujeitas à **CONTRATADA**, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

Subcláusula Terceira - O recebimento e aceitação dos serviços estarão condicionados à conferência e exame qualitativo e quantitativo, obrigando-se a **CONTRATADA** reparar, corrigir, substituir, no todo ou em parte, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções detectadas.

Subcláusula Quarta - Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente.

Subcláusula Quinta - A fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da **CONTRATADA** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos.

Subcláusula Sexta - As decisões e providências que ultrapassem a competência do gestor deste Contrato, deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O pagamento será creditado em nome da **CONTRATADA**, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste contrato, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir da data final do período de adimplemento, mediante apresentação, aceitação e atesto do gestor deste Contrato, nos documentos hábeis de cobrança.

GRUPO ÚNICO

Item 1 - Tradução/Versão de Textos					
Subitem	Idiomas/Especificação	Prazo de Execução	Estimativa de Laudas	Valor Unitário da Lauda (R\$)	Valor Total (R\$)
1.1	Português para Estrangeiro/ Estrangeiro para Português	Normal 20 laudas por dia	4.390	50,00	219.500,00
1.2	Estrangeiro para Estrangeiro	Normal 20 laudas por dia	29	54,00	1.566,00
1.3	Português para Estrangeiro/ Estrangeiro para Português	Urgência 30 laudas por dia	3.120	54,00	168.480,00
1.4	Estrangeiro para Estrangeiro	Urgência 30 laudas por dia	26	56,00	1.456,00



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

1.5	Português para Estrangeiro/ Estrangeiro para Português	Extrema Urgência 45 laudas por dia	2.222	56,83	126.276,26
1.6	Estrangeiro para Estrangeiro	Extrema Urgência 45 laudas por dia	23	62,00	1.426,00
TOTAL (R\$) - (1)					518.704,26
Item 2 - Interpretação Consecutiva					
Subitem	Idiomas/ Especificação	Quantidade de Diárias	Valor Unitário (por hora) R\$	Valor Unitário (6 horas) (R\$)	Valor Total (R\$)
2.1	Português para Estrangeiro/ Estrangeiro para Português	44	175,00	1.050,00	46.200,00
2.2	Estrangeiro para Estrangeiro	06	216,27	1.297,62	7.785,72
TOTAL (R\$) - (2)					53.985,72
[*] A diária compreende o período de 6 (seis) horas.					

Item 3 - Tradução Simultânea					
Subitem	Idiomas/ Especificação	Quantidade de Diárias R\$	Valor Unitário (por hora) R\$	Valor Unitário (6 horas) (R\$)	Valor Total (R\$)
3.1	Português para Estrangeiro/ Estrangeiro para Português	142	263,33	1.579,98	224.357,16
3.2	Estrangeiro para Estrangeiro	02	300,00	1.800,00	3.600,00
TOTAL (R\$) - (3)					227.957,16
[*] A diária compreende o período de 6 (seis) horas.					



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

Item 4 - Locação de Equipamentos					
Subitem	Idiomas/ Especificação	Quantidade de Diárias R\$	Valor Unitário (por hora) R\$	Valor Unitário (8 horas) (R\$)	Valor Total (R\$)
4.1	Locação de 01 a 50 fones com rádios receptores	67	43,75	350,00	23.450,00
4.2	Locação de 51 a 100 fones com rádios receptores	25	93,75	750,00	18.750,00
4.3	Locação de 101 a 150 fones com rádios receptores	25	112,50	900,00	22.500,00
4.4	Locação de 151 a 200 fones com rádios receptores	25	125,00	1.000,00	25.000,00
4.5	Cabines completas com equipamentos para tradução simultânea	142	25,00	200,00	28.400,00
4.6	Projeter Multimídia 6090 Ansi Lumes	10	60,00	480,70	4.800,00
4.7	Sistema de Sonorização	142	40,00	320,00	45.440,00
4.8	Técnico de som	142	18,75	150,00	21.300,00
TOTAL (R\$) - (4)					189.640,00
TOTAL DO GRUPO ÚNICO (1+2+3+4)					990.287,14

(*) A diária compreende o período de 8 (oito) horas.

Subcláusula Primeira - O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a **CONTRATADA** efetue cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

Subcláusula Segunda - Para execução dos pagamentos de que trata esta Cláusula, a **CONTRATADA** deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível, em nome da Secretaria de Administração da **CONTRATANTE**, CNPJ nº 00.394.411/0001-09, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e da Agência.

Subcláusula Terceira - Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES deverá apresentar a nota fiscal, com a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

Subcláusula Quarta – A nota fiscal correspondente deverá ser entregue, pela **CONTRATADA**, diretamente ao gestor deste Contrato, que a atestará e liberará para pagamento, quando cumpridas todas as condições pactuadas.

Subcláusula Quinta – Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa ela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas sancionadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Subcláusula Sexta – No caso de eventual atraso de pagamento, mediante pedido da **CONTRATADA**, desde que ela não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = $\frac{(TX)}{365}$ $I = \frac{(6/100)}{365}$ **I** = 0,00016438

TX=Percentual da taxa anual = 6%

Subcláusula Sétima – A compensação financeira, no caso de atraso considerado, será incluída na nota fiscal/fatura seguinte ao da ocorrência.

Subcláusula Oitava – No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas notas fiscais/faturas, serão estes restituídos à **CONTRATADA**, para as correções solicitadas, não respondendo a **CONTRATANTE** por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

Subcláusula Nona – Para os pagamentos a Presidência da República realizará consulta prévia ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, quanto, a **Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal Federal (Receita Federal do Brasil (certidão conjunta - FGTS e INSS) e Certidão Negativa de Débito Trabalhista); Regularidade Fiscal Estadual/Municipal (Receita Estadual/Distrital e Receita Municipal); e Qualificação econômico-Financeira (Índices Calculados: SG, LG e LC)**, para verificar a manutenção das condições de habilitação.

Subcláusula Décima – Constatada a situação de irregularidade da **CONTRATADA** junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ela será notificada, por escrito, para que no prazo de **30 (trinta) dias** regularize sua situação junto ao SICAF ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão contratual.



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

Subcláusula Décima Primeira – O prazo estipulado poderá ser prorrogado, a critério da Administração.

Subcláusula Décima Segunda – Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à **CONTRATANTE**, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA** os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

Subcláusula Décima Terceira – O pagamento efetuado pela **CONTRATANTE** não isenta a **CONTRATADA** de suas obrigações e responsabilidades assumidas

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, conforme legislação vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento das despesas, no valor de **R\$ 990.287,14 (novecentos e noventa mil, duzentos e oitenta e sete reais e quatorze centavos)**, correrão à conta do Programa de Trabalho: 04.122.2101.2000.0001; Natureza da Despesa: 339039; Notas de Empenho: 2014NE800823 de 18 de março de 2014.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACRÉSCIMO E DA SUPRESSÃO

No interesse da **CONTRATANTE** o objeto deste Contrato poderá ser suprimido ou aumentado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 65, §§ 1º e 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá duração a contar da data de sua assinatura, até 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar:

a) Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) **ao dia** sobre a parcela que der causa em caso de atraso na execução dos serviços, conforme quadro a seguir limitada a incidência a:

a.1 - Tradução/Versão de Textos:

- Normal – 5 dias;
- Urgência – 3 dias;
- Extrema-Urgência – 2 dias.



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

b) Multa de 0,33 (zero vírgula trinta e três por cento) **por hora** sobre a parcela que der causa em caso de atraso na execução dos serviços, conforme quadro a seguir limitada a incidência a:

b.1 - Interpretação Consecutiva:

- O não comparecimento do intérprete, 1 (uma) hora antes do horário, solicitado pela **CONTRATANTE**.

b.2 - Tradução Simultânea:

- O não comparecimento do tradutor, 1 (uma) hora antes do horário, solicitado pela **CONTRATANTE**.

b.3 - Locação de Equipamentos:

- O não comparecimento para a instalação e teste dos equipamentos, 24 (vinte e quatro) horas antes do início do evento, solicitado pela **CONTRATANTE**.

c) Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor da contratação, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no item anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida.

d) Multa de 20 % (vinte por cento), calculada sobre o valor da contratação, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

e) Multa de 5 % (cinco por cento), calculada sobre o valor da contratação por infração a qualquer cláusula ou condição pactuada neste instrumento e seus anexos.

f) Advertência.

Subcláusula Primeira - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/93, inclusive responsabilização da **CONTRATADA** por eventuais perdas e danos causados à Administração.

Subcláusula Segunda - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela **CONTRATANTE**.

Subcláusula Terceira - O valor da multa poderá ser descontado da nota fiscal ou crédito existente na **CONTRATANTE**, em favor da **CONTRATADA**, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

Subcláusula Quarta - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade competente, devidamente justificado.

Subcláusula Quinta - Caso a **CONTRATADA** enseje o retardamento da execução do objeto, não mantenha a proposta, falhe ou fraude à execução deste Contrato, comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº



Presidência da República
Secretaria-Geral
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos

10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

Subcláusula Sexta – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a **CONTRATADA** às sanções prevista no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

Subcláusula Sétima – As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Subcláusula Oitava – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à **CONTRATADA** o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

Este Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A **CONTRATANTE** providenciará a publicação resumida do presente instrumento, nos termos do parágrafo único do art.61 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de pleno acordo com o que neste instrumento é pactuado, assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual forma e teor, para que produzam os efeitos dele decorrente.

Brasília/DF, 21 de março de 2014.


BENJAMIM BANDEIRA FILHO
Diretor de Recursos Logísticos
Presidência da República


REGINA AGUIAR NASCIMENTO
Dalva Aguiar Nascimento - ME

ANEXO B - RELATÓRIO DE GESTÃO DA DTRAD 2015

Informe de gestión

DTRAD

2015

Principales acciones realizadas:

- Se trabajó en función del objetivo de garantizar un alto nivel de calidad en las traducciones producidas o gestionadas por la Dirección.

- Se aseguró un alto nivel de calidad en los servicios de interpretación brindados tanto a la Cancillería como a la Presidencia de la Nación.

- Se brindó asesoramiento lingüístico integral a las distintas áreas de la Cancillería.

- Se continuó promoviendo una concientización, en las distintas áreas de la Cancillería, respecto de la importancia de prever los requerimientos de traducción e interpretación con la debida antelación a fin de disponer los recaudos pertinentes que permitan brindar un servicio eficiente y de calidad.

- Se optimizó la coordinación de las actividades de traducción e interpretación.

- Se continuó con el proceso de actualización de las herramientas informáticas especializadas en materia de traducción, así como del material de trabajo.

- Se propendió a la profundización de los conocimientos específicos del personal de la Dirección mediante su participación en cursos de actualización profesional.

- Se continuó con el proceso de profesionalización del área mediante la incorporación de profesionales con el perfil técnico adecuado.

- Se incorporaron nuevos profesionales externos con alto nivel de competencia al listado de traductores e intérpretes a fin de disponer de recursos adicionales para hacer frente a requerimientos de gran escala o imprevistos.

Durante el ejercicio 2015, la Dirección de Traducciones continuó prestando los servicios de traducción e interpretación solicitados por la Cancillería y por la Presidencia de la Nación.

Cabe destacar que durante el período informado, esta Dirección recibió en distintas oportunidades solicitudes muy urgentes de traducción de material de alta sensibilidad política

y relacionado con cuestiones de importancia crítica para los intereses económicos y estratégicos de la Nación, dando prioridad y rápida respuesta a las mismas. Asimismo, se recibieron trabajos de gran volumen para los cuales se organizaron y coordinaron equipos especiales de trabajo con el fin de poder satisfacer los requerimientos en tiempo y forma.

Acciones pendientes de realización:

- Mantener un alto nivel de calidad en los servicios de traducción e interpretación.
- Aprovechar el potencial y fortalecer las capacidades del personal.
- Fomentar de manera continua la participación del personal en cursos de capacitación y actualización profesional.
- Lograr una fluida comunicación y estrecha colaboración con las áreas internas de esta Cancillería.
- Unificar criterios y terminología mediante la puesta en común, el intercambio de conocimientos y la utilización de herramientas informáticas específicas.
- Brindar orientación a las áreas originantes de solicitudes de servicios de traducción e interpretación, procurando que los requerimientos formulados se adecuen a las necesidades concretas de cada caso, evitando asignaciones superfluas de recursos.
- Mantener el principio de costo-eficiencia en las contrataciones externas.